



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVI Nº 41, QUARTA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 2021

BRASÍLIA - DF



## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)**

Presidente

**Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)**

1º Vice-Presidente

**Senador Romário (PODEMOS-RJ)**

2º Vice-Presidente

**Senador Irajá (PSD-TO)**

1º Secretário

**Senador Elmano Férrer (PP-PI)**

2º Secretário

**Senador Rogério Carvalho (PT-SE)**

3º Secretário

**Senador Weverton (PDT-MA)**

4º Secretário

---

### SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)

2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)

3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

4º - (cargo vago)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**José Roberto Leite de Matos**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Roberta Lys de Moura Rochaël**

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

**Paulo Max Cavalcante da Silva**

Coordenador de Elaboração de Diários

**Mardem José de Oliveira Júnior**

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

**Ilana Trombka**

Diretora-Geral do Senado Federal

**Quesia de Farias Cunha**

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

**Alessandro Pereira de Albuquerque**

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen





ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### PARTE I

#### 1 – ATA DA 20ª SESSÃO, DELIBERATIVA REMOTA, EM 30 DE MARÇO DE 2021

1.1 – ABERTURA .....	11
1.2 – ORDEM DO DIA	
1.2.1 – Requerimento	
Nº 1281/2021, do Senador Fabiano Contarato, de informações ao Ministro de Estado da Saúde. <b>Deferido.</b> ....	16
1.2.2 – Fala da Presidência	
Considerações acerca da atuação do Senado Federal no enfrentamento das questões relativas à Covid-19 e na preservação do Estado democrático de direito. ....	20
1.2.3 – Item 1	
Projeto de Lei de Conversão nº 44/2020 (proveiente da Medida Provisória nº 1010/2020), que <i>isenta os consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos trinta dias e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002</i> . Proferido o <b>Parecer nº 45/2021-PLEN-SF</b> , pelo Senado Davi Alcolumbre; após <b>Emendas nºs 37 e 38-PLEN.</b> ....	22
1.2.4 – Questão de Ordem	
Suscitada pelo Senador Esperidião Amin e respondida pela Presidência. ....	24
1.2.5 – Item 1 (continuação)	
Projeto de Lei de Conversão nº 44/2020 (proveiente da Medida Provisória nº 1010/2020), que <i>isenta os consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos trinta dias e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002</i> . <b>Aprovado</b> (prejudicada a Medida Provisória nº 1010/2020). À sanção. ....	30
1.2.6 – Item 7	
Projeto de Lei nº 2449/2019, do Senador Zequinha Marinho, que <i>altera a Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.017, de 10 de setembro de 1973, para dar novos pontos de passagem à BR-222</i> . <b>Retirado de pauta.</b> ....	32



**1.2.7 – Item 8**

Requerimento nº 974/2021, da Senadora Eliziane Gama, em *aditamento ao Requerimento nº 105/2021*, de ampliação em 6 (seis) vagas de membros titulares com a mesma quantidade de membros suplentes a composição Comissão Temporária COVID-19. **Aprovado.** ..... 32

**1.2.8 – Item 2**

Projeto de Lei nº 1010/2021, do Deputado Federal Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr., que *cria o Programa Pró-Leitos, com aplicação enquanto perdurar a emergência de saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19*. **Aprovado com emendas de redação**, após **Parecer nº 46/2021-PLEN-SF**, proferido pelo Senador Weverton; **Emendas nºs 1 a 18-PLEN e Requerimentos nºs 1269, 1271, 1278 e 1280/2021** (votação nominal). À sanção. .... 34

**1.2.9 – Item 3**

Projeto de Lei da Câmara nº 130/2011, do Deputado Marçal Filho, que *acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, para estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil*. **Aprovado com emenda de redação**, nos termos do parecer e da complementação de voto, após **Requerimento nº 1276/2021**. À sanção. .... 60

**1.2.10 – Item 4**

Projeto de Lei nº 5638/2020, do Deputado Felipe Carreras, que *dispõe sobre ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19; e altera as Leis nºs 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 14.020, de 6 de julho de 2020*. **Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 17-PLEN)**, nos termos do **Parecer nº 47/2021-PLEN-SF e complementação de voto**, proferido pela Senadora Daniella Ribeiro; após **Emendas nºs 1 a 16-PLEN e Requerimento nº 1272/2021**. .... 68

**Substitutivo definitivamente adotado.** À Câmara dos Deputados. .... 84

**1.2.11 – Item 5**

Projeto de Lei nº 795/2021, do Senador Wellington Fagundes, que *altera a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020 - Lei Aldir Blanc, para estender a prorrogação do auxílio emergencial aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogar o prazo de utilização dos recursos por Estados e Municípios*. **Apreciação adiada**, após **Parecer nº 48/2021-PLEN-SF**, proferido pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo; **Emendas nºs 1 a 12-PLEN; e Requerimentos nºs 1275 e 1282/2021**. .... 86

**1.2.12 – Item 6**

Projeto de Lei nº 5387/2020, do Senador Izalci Lucas, que *permite a designação de policiais e bombeiros militares da reserva remunerada para a realização de "atividades fins das corporações", em caráter voluntário e temporário, por absoluta necessidade do serviço*. **Apreciação adiada.** ..... 89

**1.2.13 – Item 9**

Requerimento nº 1256/2021, do Senador Fernando Collor, que requer a realização de Sessão de Debates Temáticos para debater o tema "Mercosul: avanços, desafios e perspectivas" e celebrar os 30 anos do Tratado de Assunção. **Apreciação adiada.** ..... 89

**1.2.14 – Convocação de Sessão**

Convocação de sessão deliberativa remota para amanhã, às 16 horas. .... 90

**1.3 – ENCERRAMENTO** ..... 90

**PARTE II**

## 2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 20ª SESSÃO

### 2.1 – EXPEDIENTE

#### 2.1.1 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei de Conversão (CN) nº 44/2020 (proveniente da Medida Provisória nº 1010/2020), que *isenta os consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública do pagamento de fatura de energia elétrica nos termos em que especifica; altera as Leis nºs 10.438, de 26 de abril de 2002, 12.111, de 9 de dezembro de 2009, e 10.848, de 15 de março de 2004; e dá outras providências.* ..... 92

#### 2.1.2 – Requerimento

Nº 1281/2021, do Senador Fabiano Contarato, de informações ao Ministro de Estado da Saúde. .... 101

### 2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

#### 2.2.1 – Projeto de Lei de Conversão nº 44/2020 (proveiente da Medida Provisória nº 1010/2020)

Emendas nºs 37 e 38-PLEN ..... 109

Parecer nº 45/2021-PLEN-SF ..... 114

Requerimentos nºs 1270 e 1285/2021 ..... 123

#### 2.2.2 – Projeto de Lei nº 1010/2021

Emendas nºs 1 a 18-PLEN ..... 128

Parecer nº 46/2021-PLEN-SF ..... 158

Requerimentos nºs 1269, 1271, 1278 e 1280/2021 ..... 167

Lista de votação ..... 175

#### 2.2.3 – Projeto de Lei da Câmara nº 130/2011

Complementação do voto ao Parecer ..... 179

Requerimento nº 1276/2021 ..... 186

#### 2.2.4 – Projeto de Lei nº 5638/2020

Emendas nºs 1 e 16-PLEN ..... 189

Parecer nº 47/2021-PLEN-SF ..... 215

Requerimento nº 1272/2021 ..... 249

#### 2.2.5 – Projeto de Lei nº 795/2021

Emendas nºs 1 a 12-PLEN ..... 252

Parecer nº 48/2021-PLEN-SF ..... 273

Requerimentos nºs 1275 e 1282/2021 ..... 286



## 2.2.6 – Projeto de Lei nº 5387/2020

Emendas nºs 1 e 2-PLEN .....	291
Requerimentos nºs 1273, 1274, 1277 e 1279/2021 .....	294

## 3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

### 3.1 – EXPEDIENTE

#### 3.1.1 – Comunicações

Da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente, de substituição de membro na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ( <b>Memorando nº 40/2021</b> ). ....	303
---	-----

Das Lideranças da Maioria no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, de indicação do Deputado Aguinaldo Ribeiro para a Liderança da Maioria no Congresso Nacional. ....	304
---	-----

#### 3.1.2 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei nº 5043/2020, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 ( <i>Estatuto da Criança e do Adolescente</i> ), para aperfeiçoar o Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), por meio do estabelecimento de rol mínimo de doenças a serem rastreadas pelo teste do pezinho; e dá outras providências. ....	306
--	-----

#### 3.1.3 – Projetos de Lei

Nº 1115/2021, da Senadora Zenaide Maia, que revoga a suspensão e os benefícios fiscais previstos na Lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017, estabelecidos em favor das empresas petrolíferas. ....	313
--	-----

Nº 1116/2021, do Senador Jaques Wagner, que altera a Lei 7.716, de 05 de janeiro de 1989, para incluir aos crimes capitulados no art. 20, a hipótese de apologia a ideologia ou ação de grupo supremacista branco, ou outro congênere, com causa de aumento de pena quando cometido por servidor público ou com finalidade de atentar contra as instituições democráticas. ....	317
---	-----

Nº 1122/2021, do Senador Rodrigo Pacheco, que altera o art. 268 do Código Penal para criar a qualificadora do crime de infração de medida sanitária preventiva durante a vigência de estado de calamidade pública ou situação de emergência, decretados pela União, Estado ou Município em razão de epidemia. ....	322
--	-----

Nº 1128/2021, do Senador Cid Gomes, que altera o art. 51 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, que regula a ação popular, para disciplinar a competência jurisdicional nas ações que contemplam o litisconsórcio passivo entre a União e os agentes públicos demandados. ....	327
---	-----

Nº 1129/2021, do Senador Cid Gomes, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 ( <i>Lei Orgânica da Assistência Social</i> ), para ampliar o acesso de pessoas com transtorno do espectro autista ao Benefício de Prestação Continuada. ....	332
---	-----

Nº 1133/2021, do Senador Jayme Campos, que altera a Lei nº 10.260, de 12 de junho de 2001, para prorrogar o período de suspensão de pagamento das obrigações relativas ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). ....	337
--	-----

Nº 1136/2021, do Senador Chico Rodrigues, que altera as Leis nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, e nº 14.124, de 10 de março de 2021, para prever a obrigatoriedade de vacinação diária, inclusive aos finais de semana e feriados, como medida excepcional para controle de epidemias e em estado de calamidade pública. ....	341
--	-----



Nº 1140/2021, do Senador Ciro Nogueira, que <i>acrescenta o art. 267-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para punir a conduta do profissional de saúde que deixa de aplicar vacina ou simula sua aplicação em pessoa que se submete à imunização.</i> ....	347
Nº 1143/2021, do Senador Mecias de Jesus, que <i>altera a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, para criar mecanismo de redução de tarifas de energia elétrica para o consumidor.</i> ....	351
Nº 1145/2021, do Senador Fabiano Contarato, que <i>veda homenagens e comemorações alusivas aos agentes públicos responsáveis por violações de direitos humanos, bem como veda a utilização de bens públicos para a exaltação ao golpe militar de 1964 e dá outras providências.</i> ....	356

### 3.1.4 – Projeto de Lei Complementar

Nº 46/2021, do Senador Jorginho Mello, que <i>institui o Programa de Renegociação em Longo Prazo de débitos para com a Fazenda Nacional ou devidos no âmbito do Simples Nacional (RELP) e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinada a custear linhas de crédito às microempresas e empresas de pequeno porte (Cide-Crédito-MPE).</i> ....	363
--	-----

### 3.1.5 – Requerimentos

Nº 1268/2021, do Senador Cid Gomes, de convite ao Sr. General Fernando Azevedo e Silva, ex-Ministro da Defesa, para comparecer ao Senado Federal prestar esclarecimentos. ....	377
Nº 1283/2021, do Senador Nelsinho Trad, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Denilson Pinto. ....	380
Nº 1284/2021, do Senador Nelsinho Trad, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Armando Anache. ....	383
Nº 1286/2021, do Senador Nelsinho Trad, de voto de aplauso e congratulações ao Estado do Mato Grosso do Sul. ....	386
Nº 1287/2021, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, de voto de aplauso e congratulações à Unimed de João Pessoa. ....	389

## PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL .....	392
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA .....	395
6 – LIDERANÇAS .....	396
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS .....	398
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO .....	402
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES .....	406
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS .....	453



## Ata da 20ª Sessão, Deliberativa Remota, em 30 de março de 2021

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

*Presidência do Sr. Rodrigo Pacheco.*

*(Inicia-se a sessão às 16 horas e 19 minutos e encerra-se às 21 horas e 57 minutos.)*







# REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

## Senado Federal

### 56ª Legislatura

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária

**20ª Sessão Deliberativa Remota, às 16 horas**  
**Presenças no período: 30/03/2021 14:00:00 até 30/03/2021 22:00:00**  
**Votos no período: 30/03/2021 14:00:00 até 30/03/2021 22:00:00**

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	X	X
Podemos	PR	Alvaro Dias	X	X
PSD	BA	Angelo Coronel	X	X
PSD	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSD	MT	Carlos Fávaro	X	X
PL	RJ	Carlos Portinho	X	X
PSD	MG	Carlos Viana	X	X
DEM	RR	Chico Rodrigues	X	X
PDT	CE	Cid Gomes	X	X
PROGRES	PI	Ciro Nogueira	X	X
MDB	RO	Confúcio Moura	X	X
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	X	X
MDB	SC	Dário Berger	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
MDB	AM	Eduardo Braga	X	X
Podemos	CE	Eduardo Girão	X	X
MDB	TO	Eduardo Gomes	X	X
Cidadania	MA	Eliziane Gama	X	
PROGRES	PI	Elmano Férrer	X	X
PROGRES	SC	Esperidião Amin	X	X
REDE	ES	Fabiano Contarato	X	X
MDB	PE	Fernando Coelho	X	X
PROS	AL	Fernando Collor	X	X
Podemos	PR	Flávio Arns	X	X
Republica	RJ	Flávio Bolsonaro	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PSD	TO	Irajá	X	X
PSDB	DF	Izalci Lucas	X	X
PT	BA	Jaques Wagner	X	X
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	X	X
DEM	MT	Jayne Campos	X	X
PT	RN	Jean Paul Prates	X	X
Cidadania	GO	Jorge Kajuru	X	X
PL	SC	Jorginho Mello	X	X
PROGRES	TO	Kátia Abreu	X	X
Podemos	RS	Lasier Martins	X	X
PSB	DF	Leila Barros	X	X
PSD	AP	Lucas Barreto	X	X
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	X	X
MDB	GO	Luiz do Carmo	X	X
PSDB	SP	Mara Gabrilli	X	X
MDB	PI	Marcelo Castro	X	X
Podemos	ES	Marcos do Val	X	X
DEM	RO	Marcos Rogério	X	X

Emissão 30/03/2021 22:00:25





# REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

## Senado Federal

### 56ª Legislatura

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária

**20ª Sessão Deliberativa Remota, às 16 horas**  
**Presenças no período: 30/03/2021 14:00:00 até 30/03/2021 22:00:00**  
**Votos no período: 30/03/2021 14:00:00 até 30/03/2021 22:00:00**

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
Republica	RR	Mecias de Jesus	X	X
PSD	MS	Nelsinho Trad	X	X
MDB	PB	Nilda Gondim	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PSDB	AM	Plínio Valério	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
Podemos	DF	Reguffe	X	X
MDB	AL	Renan Calheiros	X	X
PSDB	MA	Roberto Rocha	X	X
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	X	X
DEM	MG	Rodrigo Pacheco	X	
PT	SE	Rogério Carvalho	X	X
Podemos	RJ	Romário	X	X
MDB	ES	Rose de Freitas	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
MDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSL	MS	Soraya Thronicke	X	X
Podemos	RN	Styvenson Valentim	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PROS	RR	Telmário Mota	X	X
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	X	X
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X	X
PL	MT	Wellington Fagundes	X	X
PDT	MA	Weverton	X	X
PROS	RN	Zenaide Maia	X	X
PSC	PA	Zequinha Marinho	X	X

***Compareceram 75 senadores.***



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Fala da Presidência.) – Eu declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

### Início da Ordem do Dia

As mãos serão abaixadas no sistema remoto e, neste momento, estão abertas as inscrições de oradores, que farão uso da palavra por três minutos.

A presente Sessão Deliberativa Remota foi convocada nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, que institui o Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal, e é destinada à deliberação da seguinte pauta:

– Projeto de Lei de Conversão nº 44, de 2020, proveniente da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, tendo como Relator o nobre Senador ex-Presidente desta Casa, Davi Alcolumbre;

– Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, do Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr., tendo como Relator o Senador Weverton;

– Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011, do Deputado Marçal Filho, tendo como Relator o nobre Senador Paulo Paim;

– Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, do Deputado Felipe Carreras, tendo como Relatora a Senadora Daniella Ribeiro;

– Projeto de Lei nº 795, de 2021, do Senador Wellington Fagundes, tendo como Relator o Senador Veneziano Vital do Rêgo;

– Projeto de Lei nº 5.387, de 2020, do Senador Izalci Lucas, tendo como Relator o Senador Reguffe;

– Projeto de Lei nº 2.449, de 2019, do Senador Zequinha Marinho, tendo como Relator o Senador Vanderlan Cardoso;

– Requerimento nº 974, de 2021, da Senadora Eliziane Gama; e

– Requerimento nº 1.256, de 2021, do nobre Senador Fernando Collor de Mello.

As matérias foram disponibilizadas em avulsos eletrônicos e na Ordem do Dia eletrônica de hoje.

Eu concedo a palavra, inicialmente, pelo prazo de cinco minutos, a um representante da Comissão Interna Temporária de Acompanhamento do Coronavírus, presidida pelo Senador Confúcio Moura.

O próprio Senador Confúcio Moura fará uso da palavra?

**O SR. CONFÚCIO MOURA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Pois não.

**O SR. CONFÚCIO MOURA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Pela ordem.) – Sras. e Srs. Senadores, ontem, o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, esteve na Comissão Covid-19. Houve cerca de dez Senadores que se inscreveram para o arguir. Por incrível que pareça, a sua fala, revestida de prudência e humildade, provocou em todos, de imediato, um sentimento de apoio. Até mesmo as perguntas que poderiam ser mais cáusticas não houve.

Estamos chegando, Sr. Presidente, ao mês de abril. As mortes e o colapso do sistema de saúde deverão continuar, com uma previsão de chegarmos ao final do mês próximos a 400 mil mortos. E ficamos aqui todos com sentimento de impotência diante dessa tragédia.

A pandemia no Brasil saiu dos controles, e agora chegamos a um vale-tudo de iniciativas variadas porque instalou-se uma crise verdadeira, sistêmica, e, se pensarmos bem, teríamos de atacar todos os pontos ao mesmo tempo, desde o colapso do sistema de saúde à falta de insumos essenciais e até mesmo dos medicamentos.



Se a crise é sistêmica, Sr. Presidente, a solução também deve ser sistêmica. Está morrendo gente de Covid e morrendo gente também por falta de atendimento a outras doenças que necessitam de procedimentos eletivos e urgentes. É morte sobre morte. O combate à pandemia está agora nas mãos da população. Governos sozinhos não darão conta de estancar tanto sofrimento.

Eu sei e todos nós sabemos que o plano nacional de imunização é um dos melhores do mundo, mas se tivéssemos vacinas disponíveis para um ataque vacinal em todo o País. Não tendo vacina no curto prazo, depois de a Anvisa credenciar novos laboratórios farmacêuticos, deverão ser abertas possibilidades de os Estados também adquirirem vacinas, Municípios isolados ou em consórcio.

Da mesma forma, a iniciativa privada, na forma da Lei 14.125, de 10 de março passado, e dos projetos em tramitação dos Senadores Nelsinho Trad e Vanderlan Cardoso. A situação brasileira está fora de controle, por mais que queiramos dizer o contrário. Cabe ao Senado, em boa hora, ser o agente dessa convocação nacional, através dos Prefeitos, dos Governadores e da iniciativa privada. As empresas devem ser estimuladas a buscar no mercado esse insumo tão necessário agora. A pandemia está humilhando a todos.

Se tivermos, Sr. Presidente, vacinas para imunizar em 30 dias a população acima de 60 anos, os dados mostram que haverá uma redução de 20% na ocupação de UTIs. E, até agora, só podemos contar de verdade com o Butantan e a Fiocruz na liberação, conforme contrato, das vacinas que estão beneficiando os grupos prioritários. As outras compras terão entregas previstas para o final deste ano.

Este é o comentário de hoje, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço ao Senador Confúcio Moura.

Parabenizo V. Exa. pela condução dos trabalhos dessa Comissão de Acompanhamento da Covid, que é fundamental para esse momento e que tem sido a principal face do Senado Federal nesse trabalho que nós temos de enfrentamento da pandemia. Muito obrigado a V. Exa. e a todos os membros da Comissão.

Pede questão de ordem a Senadora Eliziane Gama.

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Olá, Presidente. Eu queria cumprimentar o senhor, cumprimentar a todos os colegas Senadores e fazer, na verdade, Presidente, um pedido de inversão de pauta.

Nós temos um requerimento que pede aí a ampliação dos números na Comissão da Covid. O nosso Presidente Confúcio fez uma exposição muito importante. E essa Comissão tem apenas sete membros. Só para o senhor ter uma ideia, o nosso bloco, com nove Senadores, não tem direito a sequer uma vaga de titular na Comissão. Então, eu fiz esse requerimento. Eu tenho plena convicção, a partir da sua decisão de ter colocado de fato na Ordem do Dia, de que esse requerimento poderá ser votado de forma simbólica, porque dará uma oportunidade mais democrática para que todos nós possamos participar dessa Comissão, Presidente.

E, por fim, queria registrar aqui um pedido muito importante para esse momento – daqui a pouquinho, eu já me inscrevi para detalhar um pouco mais –, que é o pedido de estarmos ouvindo tanto o atual Ministro da Defesa quanto o General Azevedo, que também estava no Ministério da Defesa, para entender um pouco mais o momento grave, no meu entendimento, que nós estamos vivenciando no Brasil. É fundamental que o Congresso Nacional possa participar do debate e compreendê-lo, até mesmo para passar um pouco mais de tranquilidade para o nosso País.

Muito obrigada, Presidente.

Peço que V. Exa. nos atenda aí no pedido de inversão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço



a V. Exa., Senadora Eliziane Gama.

A despeito de considerar muito pertinente o requerimento de V. Exa., eu pedirei oportunamente para que o Senador Confúcio Moura, que é o Presidente da Comissão, também possa se pronunciar a respeito desse requerimento que visa ampliar o número de participantes da Comissão de Acompanhamento da Covid.

Pede a palavra, pela ordem, a Senadora Kátia Abreu.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Colegas Senadores e Senadoras, boa tarde.

Antes do início da sessão, Sr. Presidente, eu dizia, falava aos meus colegas que nós estamos vivendo um momento bastante delicado. E nós devemos muita satisfação ao povo brasileiro, aos nossos eleitores quando eles estão num momento de angústia, num momento de dificuldade e de apreensão. Eu estou recebendo manifestações as mais variadas possíveis – e acredito que não seja só eu – com relação a uma inquietude geral sobre uma possível intervenção militar.

Eu confesso a V. Exa. que não creio nisso, mas nós temos que dar voz a quem tem condições de dizer a nós que não é verdade para que nós possamos tranquilizar o povo brasileiro. A voz e a palavra dos militares neste momento são superimportantes. Talvez não adiante nós dizermos que não há perigo. É muito importante a presença, aqui no Senado Federal, que é um dos guardiões da democracia, sem apelação, sem agressão, com muita tranquilidade, esperando, inclusive, a melhor resposta possível, mas que toda a população brasileira possa assistir e ficar tranquila, como, por exemplo, eu estou com relação a um golpe.

Eu tinha inicialmente pensado nos três que foram agora afastados, mas o Senador Eduardo Braga e o Senador Alessandro sugerem inicialmente o Ministro da Defesa, que eu acho que traria, sim, uma tranquilidade para nós. Se, por acaso, isso não ocorrer, se não ficarmos contemplados com a resposta, nós poderemos posteriormente chamar outros militares que pudessem ainda conter essa ansiedade, essa inquietude que se instala no nosso País nessas últimas horas.

Então, eu deixo aqui essa mensagem de aprovação do requerimento do Senador Alessandro, sugestão também do Líder Eduardo Braga acompanhado por outros aqui na reunião anteriormente para que nós convidássemos gentilmente para que o Ministro da Defesa venha até o Senado Federal tranquilizar a Nação a respeito da impossibilidade de uma intervenção militar.

Então, é isso, Sr. Presidente, eu quero apenas tranquilizar a Nação. Não existe nenhum outro objetivo que não seja esse. Nós precisamos agora, neste momento, amigos, de duas coisas: paz e vacina – paz e vacina. E é atrás disso que eu tenho certeza de que todo Senado Federal está.

Sr. Presidente, nós temos duas formas de fazê-lo: via Plenário do Senado ou via Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Mas deixo à sua decisão e à decisão do Plenário. Apenas coloco a CRE à disposição, caso entendam que seria o melhor fórum.

Muito obrigada a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeitamente. Agradeço a V. Exa., Senadora Kátia Abreu.

E, neste instante, a parabenizo pela condução da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal por seu trabalho incansável na solução para o problema de vacina no Brasil. Fica esse reconhecimento da Presidência e vamos nos ombrear nessa luta comum da CRE com a Presidência do Senado e com todos os demais Senadores e Senadoras para darmos solução a esse grande problema nacional.

E, quanto ao pedido de V. Exa., faremos uma avaliação e decidiremos oportunamente.

Eu vou pedir a compreensão do Plenário, nós temos nove itens na pauta, vai ser uma sessão, portanto,



muito longa. Eu pediria que pudéssemos ser objetivos na palavra pela ordem que darei agora para já ingressarmos na Ordem do Dia com o item 1 da pauta e a votação também na inversão de pauta pedida pela Senadora Eliziane do requerimento de ampliação do número de vagas na Comissão de Acompanhamento da Covid.

Então, peço só essa compreensão do Plenário para que possamos ter objetividade para ingressarmos na Ordem do Dia.

Pede a palavra, pela ordem, o Senador Alessandro Vieira, Líder do Cidadania.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de tudo, quero agradecer de público, é a primeira sessão da qual eu participo de forma mais efetiva após esse processo de internação pela Covid. Agradeço a palavra de apoio que praticamente todos os colegas manifestaram ao longo desse período.

Sr. Presidente, V. Exa. tem sobre a mesa requerimento já referido pela Senadora Kátia Abreu, que convida o Ministro Braga Netto, General Braga Netto, para que preste esclarecimentos perante o Plenário desta Casa. É um convite que tem motivação muito evidente: buscar afastar a pressão que hoje vivemos, absolutamente conduzida através de redes sociais, comentários enviesados, teorias conspiratórias, porque, infelizmente, o Executivo tem falhado numa das coisas mais básicas das suas obrigações, que é a comunicação transparente com a sociedade.

Nós tivemos uma mudança de seis ministros, uma mudança de alta escala, portanto, sem nenhum tipo de manifestação. Nós tivemos, pela primeira vez na história recente – salvo engano, desde 1985 –, a mudança simultânea dos três comandantes das Forças Armadas, todos eles profissionais de altíssimo gabarito que contam com a confiança da tropa e da sociedade. Então, é preciso, para afastar justamente as teorias conspiratórias, que nós tenhamos uma comunicação franca, direta, pública, institucional.

Peço a V. Exa., portanto, que avalie a colocação e a aprovação desse requerimento de imediato, para que a gente possa programar – é um convite – a devida audiência para que o Ministro possa explicar – e tenho certeza de que vai explicar – o seu respeito pleno aos ditames da Constituição e da democracia.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço, Senador Alessandro Vieira, Líder do Cidadania.

Eu vou indeferir esse pleito de V. Exa. de inclusão na pauta de hoje para que esse requerimento, assim como outros de audiência no Senado Federal e de sessão especial, possa ser avaliado pelo Colégio de Líderes partidários. Na verdade, no último requerimento que nós aprovamos para comparecimento do Ministro da Saúde, eu, inclusive, em alinhamento com o Senador Confúcio Moura, sugeri que se fizesse essa audiência na Comissão da Covid para que se tivesse a otimização do trabalho da Comissão e o maior proveito da vinda do Ministro. Obviamente, respeito o requerimento de V. Exa., ele tem, sim, a pertinência de mérito, mas o submeteremos, como todos os outros, ao Colégio de Líderes para a formação da pauta rígida da próxima semana.

E já até aviso aos Líderes que, considerando esse recesso de quinta-feira e sexta-feira, faremos a reunião de Líderes na segunda-feira, às 11h da manhã, caso todos os Líderes concordem. Então, prorrogamos de quinta-feira para segunda-feira a definição da pauta da próxima semana.

Agradeço ao Líder Alessandro Vieira e apresento-lhe meus cumprimentos também, minha alegria de vê-lo novamente no Plenário do Senado Federal, devidamente recuperado, fisicamente, percebe-se, recuperado desse mal terrível que foi essa doença que o assolou e que, infelizmente, fez sucumbir o nosso querido Major Olímpio, o que todos nós lamentamos, assim como o Senador Arolde e o Senador José Maranhão. Então, estou feliz de vê-lo atuante na tribuna do Senado Federal.

O próximo a pedir a palavra pela ordem é o Senador Alvaro Dias, Líder do Podemos.





**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Presidente, desculpe-me, mas também devo me pronunciar sobre esse tema, porque a omissão, a paralisia e a indiferença diante dos fatos podem nos condenar. Essa é a nossa preocupação.

Eu vejo V. Exa. como interlocutor adequado para este momento de grande tumulto nas relações institucionais. Com o equilíbrio, com o bom senso e, sobretudo, com o preparo que demonstra possuir, V. Exa. será não só o nosso interlocutor, interlocutor da nossa instituição, mas interlocutor da sociedade brasileira, buscando articular forças democráticas que venham a impedir eventuais conspirações contra o regime de liberdade.

Nós lamentamos profundamente os episódios envolvendo relações exteriores que desgastaram tremendamente a imagem do nosso País mundo afora, mas agora a nossa preocupação maior é exatamente com o que ocorre com a turbulência provocada, a pedido do Presidente da República, no seio das Forças Armadas do nosso País, instituição de Estado e não de governo, que se recusou a admitir a hipótese de transformar-se num apêndice do Poder Executivo e, por isso, a turbulência a que estamos assistindo.

Essa tentativa de enfraquecimento e obscurantismo dos militares só se deu no pós-Guerra do Paraguai, quando se criou o Gabinete Ouro Preto, com a criação da Guarda Nacional – no pós-Guerra do Paraguai. Hoje se teme que esteja ocorrendo uma tentativa de fragilização dos militares. Por essa razão, Presidente, além de providenciar o requerimento do Senador Alessandro Vieira, que também apoiamos, é fundamental que V. Exa. se torne o interlocutor do equilíbrio, do bom senso, da maturidade política, buscando a conformação das forças democráticas na defesa das nossas instituições.

Preocupa-nos ver que, na Câmara dos Deputados, há uma iniciativa rigorosamente de perigo às instituições democráticas, quando se pretende transferir ao Presidente da República poderes semelhantes àqueles conferidos durante um período de guerra, a partir do que o Presidente teria o comando, portanto, dos militares e dos civis nos Estados e podendo lançar mão, inclusive, de serviços do setor privado, em razão da epidemia que assola o País.

Presidente, nós não acreditamos que esse projeto seja aprovado na Câmara dos Deputados, mas desde já devemos nos manifestar contrariamente a iniciativas dessa natureza, e a nossa palavra, em nome do Podemos, é de confiança em V. Exa. como nosso representante maior e como interlocutor autorizado a nos representar na defesa das instituições democráticas do nosso País.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço, Líder Alvaro Dias, e me pronunciarei a respeito em instantes.

O próximo a pedir a palavra, pela ordem, é o Senador Fabiano Contarato.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero, de antemão, ser bem objetivo: eu vou também subscrever esse requerimento de convite do Braga Netto feito pelo Senador Alessandro. Acho oportuno, acho saudável, acho sereno isso, mas quero também aqui fazer um apelo, Sr. Presidente.

Eu sei que não preciso de deliberação dos colegas, mas eu protocolei um requerimento de informações ao Ministro da Saúde sobre a desigualdade racial da vacinação do Covid, pois 38% das pessoas vacinadas são brancas, sendo que o Brasil é predominantemente um país de negros e pardos. Então, eu fiz esse requerimento, não preciso de deliberação pelos colegas, mas é preciso que a Mesa debata e aprove esse requerimento, esse pedido de informações, que eu acho de suma importância.

Faço esse apelo também quanto ao meu voto de censura ao Filipe Garcia Martins Pereira. Eu pedi aos colegas que, assim como eu tenho a empatia de subscrever os requerimentos dos colegas, e o faço... Isso que aconteceu nesse dia é muito grave, diante de todos os movimentos que nós estamos passando. Então, para os colegas que ainda não assinaram o voto de censura – senão o voto de censura vai ser assinado



apenas por mim –, quero dizer que isso tem que ser uma manifestação do Senado Federal, de que nós repudiamos qualquer possibilidade de enaltecimento a uma supremacia branca.

Então, eu faço esse apelo e, mais uma vez, quero agradecer a sensibilidade de V. Exa. de ter pautado o projeto da arquitetura hostil em homenagem ao Padre Júlio Lancellotti e à inclusão de todas as pessoas que vivem em situação de rua.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Muito obrigado, Senador Fabiano Contarato.

Em relação ao seu voto de censura, ainda não há subscrições suficientes de Senadores para submetê-lo à pauta do Senado, e V. Exa. faz essa reivindicação muito justa.

Quanto ao seu requerimento em relação à distribuição de vacinas, eu determino já à Secretaria-Geral da Mesa que o localize e dê o devido encaminhamento, *ad referendum* da Mesa Diretora do Senado. **(Requerimento nº 1281/2021 - Vide Item 2.1.2 do Sumário)**

E comunico a V. Exa. que, com muita satisfação, eu assinei hoje a Frente Parlamentar Antirracismo, do nosso Senador Paulo Paim, com muito orgulho. Fiz questão de publicar, inclusive, essa nossa adesão a esse combate sistêmico que nós temos que fazer contra o racismo e qualquer tipo de preconceito no Brasil.

Então, eu agradeço a V. Exa.

O próximo Senador inscrito pedindo a palavra pela ordem é o Senador Humberto... Perdão, é o Senador Esperidião Amin, porque eu cometi uma injustiça, foi o primeiro a pedir e eu não o havia identificado. Senador Esperidião Amin e, na sequência, Senador Humberto Costa.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, V. Exa. tem crédito e, por isso, serei muito breve.

Primeiro quero agradecer, em meu nome e em nome do Senador Dário Berger, que é o Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, pelo deferimento do nosso requerimento que ensejará uma reunião remota na próxima segunda-feira.

Em segundo lugar quero lhe pedir que designe o Relator para o Projeto de Lei nº 1.058, de 2021, que eu apresentei na semana passada. O que ele faz? Ele cuida da parte econômica da Comissão de Acompanhamento da Covid, ou seja, reabilita – ele não chega a reprimir, como V. Exa. nos ensinou quando era Presidente da Comissão de Justiça da Câmara, quando debatemos sobre repressão –, ele não reprime porque as linhas de crédito não foram revogadas, elas estão no limbo, Presidente. E o limbo foi revogado do catecismo porque é muito cruel; é muito pior do que o purgatório e, dizem, até pior do que o inferno.

Então, nós não temos linhas de crédito, Presidente. São três meses sem o auxílio emergencial e três meses sem linhas de crédito! E só não incluímos o Pronampe porque, para ele, já foi aprovada a sua prorrogação, que está na Câmara, em agosto do ano passado – é um projeto de lei de autoria do Senador Confúcio Moura, referendado por um novo Projeto de Lei, o nº 5.575, do Senador Jorginho Mello. As outras linhas de crédito – são 16 no total – deixaram de existir, como se a pandemia não tivesse retomado, até com mais força, no ano de 2021.

Então, designe um Relator. No mínimo, ele vai movimentar o Governo para dar uma solução exequível para essa necessidade econômica.

Finalmente, eu queria, com a sua permissão, dar as boas-vindas ao Senador Alessandro, que aproveitou os últimos cinco dias para rejuvenescer. Seja bem-vindo!

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço, Senador Esperidião Amin, lembrando que a audiência pública que foi requerida pelo Senador Dário Berger



e por V. Exa. foi deferida e não diferida, como V. Exa. gosta sempre de destacar.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu agradeço, eu agradeço!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeito!

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu só usei da palavra para lhe agradecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeito, ela foi...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Faz tempo que o senhor não recebe agradecimento público! (*Risos.*)

**O SR. DAVI ALCOLUMBRE** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Então, nesse caso, V. Exa. está agradecido.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço, exatamente.

Foi deferida a audiência pública, que acontecerá aqui, na segunda-feira, no *bunker* do Prodasen, Senador Esperidião Amin.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Presidente, eu não vou nem fazer uso da palavra. Queria dizer somente que – já que V. Exa. disse que vai se pronunciar sobre todo esse quadro sinistro que nós estamos vivendo em nosso País neste momento – eu espero que V. Exa. responda a algumas inquietações, entre elas, o compromisso de que nós não vamos, de forma alguma, dar guarida a projetos, propostas que pretendam ampliar ainda mais o poder do Presidente da República, como agora na Câmara se fez. E queria também pedir a manifestação do Líder do Governo sobre todo esse processo que nós estamos vivendo neste momento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, inicialmente queria informar a V. Exa. que também subscrevi o requerimento do Senador Fabiano Contarato, do meu partido, em relação ao voto de censura ao Assessor de Relações Internacionais do Palácio do Planalto. Não sei se, com a nossa assinatura, se ela consta, e as demais, há o número de assinaturas necessárias, mas seria de bom-tom, eu acho que seria uma resposta devida por parte deste Senado; resposta esta, Presidente, que eu acho que se soma ao papel de guardião da democracia que esta Casa, sob a liderança de V. Exa., tem exercido. Eu acho que a resposta dura de V. Exa. – pela qual quero cumprimentá-lo e saudá-lo – à agressão que este Senado sofreu no último domingo por parte do ex-Chanceler das Relações Exteriores mostra o papel que, tenho certeza, V. Exa. e esta Casa cumprirão na defesa das instituições democráticas e na defesa da democracia como única forma de Governo para haver neste País de agora em diante, doravante.

Está claro, Presidente, que há uma intenção da parte de alguns – e eu diria do próprio Presidente da República – de incensar uma espécie de ambiente desfavorável nas classes armadas, entre os militares, e é claro que isso cria um desassossego na sociedade brasileira. Mas, ao mesmo tempo, está clara – e eu faço questão de destacar isso – a plena confiança que temos nas instituições militares, no comando profissionalizado do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, no alto comando das Forças Armadas de nosso País e no compromisso delas como instituições de Estado, e não como instituições de Governo. Para



que não reste nenhum tipo de dúvida, Presidente, em relação a isso, é de bom-tom, obviamente, mais uma vez, o seu forte e assertivo pronunciamento em defesa da ordem democrática e, ao mesmo tempo – aqui reitero o pedido do Senador Humberto –, a manifestação de S. Exa. o Líder do Governo.

Mas, combinado com tudo isso, o encaminhamento do requerimento feito pelo Senador Alessandro e por outros Srs. Senadores e Sras. Senadoras, para que nós possamos ouvir aqui, eu diria, não só o Sr. Ministro da Defesa, mas os novos Comandantes militares.

Isso talvez seja em excesso, mas, para a defesa da democracia e para a defesa do funcionamento das instituições democráticas, creio eu, Sr. Presidente, que nenhuma dúvida, nenhuma dúvida pode pairar.

Por isso acredito que seria de bom tom que essa audiência protocolada pelas Sras. Senadoras e pelos Srs. Senadores viesse a ter data deliberada, assim como foi de bom tom e acertado nós ouvirmos, anteriormente, o ex-Ministro das Relações Exteriores, que tirou quaisquer dúvidas sobre a possibilidade de ele continuar à frente do Itamaraty.

Quero reiterar esse pedido de análise por parte de V. Exa. e do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Braga, Líder do MDB.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Querido Presidente, colegas Senadores e Senadoras, eu quero dizer que, diante da notícia de que o senhor falará em nome de todos nós, daqui a pouco, eu vou ser mais curto do que eu imaginava na minha fala, respeitando, obviamente, o tempo que V. Exa. nos dá.

Eu tenho 39 anos de vida pública, desde o meu primeiro mandato de Vereador, em 1982. Aí já se vão quase 40 anos, sempre defendendo a democracia e defendendo as instituições democráticas, eu, que nasci em 1960. Portanto, quero dizer que defendo, independentemente de qualquer nome como Comandante das Forças Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica –, o papel constitucional das Forças Armadas.

Entretanto, é óbvio que é direito do Presidente da República trocar seu Ministro da Defesa e, através do seu Ministro da Defesa, fazer as mudanças que achar que deve fazer. O que não pode, seja quem for o Comandante de qualquer uma das Forças Armadas, seja quem for o Ministro da Defesa, seja quem for o Presidente da República, é desrespeitar a nossa Constituição, que todos nós juramos defender e cumprir, e descumprir o papel constitucional de cada um de nós.

Portanto, estou tranquilo com relação ao papel que V. Exa. vai exercer como homem preparado que é, ponderado que é e político maduro que é.

Quero também, aqui, destacar duas coisas: subscrevi o requerimento do Senador Fabiano Contarato. Espero que, com isso, tenhamos alcançado o número. E subscrevo – e quero aqui anunciar não só a subscrição, mas também o apoio – o requerimento do Senador Alessandro Vieira. Acho que é de bom tamanho, seja na CRE, se for a decisão do Plenário, seja no Plenário, que nós possamos tratar, num debate temático, com o Ministro da Defesa.

No mais, Sr. Presidente, cumprimento V. Exa., porque, nos últimos dias, são muitos os fatos em que V. Exa. tem de cumprir o papel constitucional de representar a todos nós, em nome do Poder Legislativo, e V. Exa. o tem feito com a firmeza e, ao mesmo tempo, com a prudência e a cautela necessárias nos momentos de grande turbulência.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Líder Eduardo.

O último inscrito pela ordem: Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria inicialmente sublinhar que quando se



convoca o Ministro da Defesa ou um Comandante de força para poder assegurar a nossa democracia é porque ela já acabou. O que assegura o pleno exercício do regime democrático é o funcionamento dos Poderes da República, dos Poderes instituídos pela República.

O Presidente da República, Jair Bolsonaro, tem reiterado diversas vezes o seu compromisso com a institucionalidade e com a manutenção do regime democrático. Fez isso, recentemente, quando convocou os Poderes da República, as instituições da República para uma mobilização nacional para o enfrentamento da pandemia, com a presença do Presidente do Senado, do Presidente da Câmara, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, com a presença do Procurador-Geral da República e de representantes dos entes federativos.

Portanto, não podemos aceitar as críticas que estão sendo levantadas ou as dúvidas que estão sendo suscitadas de que o Presidente da República esteja a tramar qualquer tipo de atalho ao texto constitucional. Portanto, quero repelir veementemente as considerações que foram feitas por alguns companheiros aqui hoje, na sessão do Plenário do Senado Federal.

Cada um de nós tem uma trajetória. Eu tenho a minha. Participei da Constituinte de 1988. Trabalhei como estudante, como político para a instituição do regime democrático no Brasil. Sou Líder do Governo no Senado Federal, filiado ao partido que restaurou as franquias democráticas, que é o MDB. Temos compromisso com a manutenção do regime democrático. Portanto, tenho absoluta certeza de que não haverá de se inquirir do Presidente da República o direito à sua prerrogativa de substituir ministros de Estado, seja ele Ministro da Defesa, seja ele Ministro da Justiça. Isso cabe ao Presidente da República, pela legitimidade obtida pelos votos populares – e foram mais de 57 milhões que o povo brasileiro consagrou ao Presidente Bolsonaro. Ele tem o direito, a liberdade de fazer os ajustes na sua equipe de Governo para poder melhor entregar as ações que são exigidas e solicitadas pela população.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero aqui dizer que V. Exa., nesse curto espaço como Presidente do Congresso Nacional, tem mantido o equilíbrio, a sabedoria para poder conduzir a chefia do Poder Legislativo, que é o mais importante Poder da República. Tenho absoluta certeza de que, mesmo nesses momentos de tensões, nós haveremos de ter o equilíbrio para poder manter a harmonia do funcionamento dos Poderes, aceitar as críticas, aceitar as cobranças, as reivindicações, mas, sobretudo, respeito absoluto ao texto constitucional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa., Líder Fernando Bezerra.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Jorge Kajuru.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente Rodrigo Pacheco.

Apenas, respeitosamente, ao meu amigo e Líder do Governo, querido Fernando Bezerra, a palavra repelir, Líder, não cabe para nós Parlamentares, porque, na verdade, todos que falaram antes de mim aqui falaram em nome da população brasileira.

O senhor talvez não seja como eu – eu vivo 24 horas em redes sociais há mais de dez anos –, e esta semana, de ontem para hoje, o único assunto é este: a intranquilidade da população brasileira sobre o medo de uma intervenção militar.

Então, como disse o Senador Eduardo Braga, vamos esperar pela palavra do Presidente, que é coerente, que tem sido independente, porque esperar até segunda-feira para aprovar um requerimento óbvio como esse do Senador Alessandro Vieira... Então, em nome da democracia brasileira, este Senado Federal, nós, 81 Senadores, tínhamos que dar uma posição de tranquilidade ao Brasil inteiro sobre esse medo que existe. Então, eu tenho a certeza de que cada um aqui falou pelo que tem visto, pelo que tem



ouvido de ontem para hoje, fundamentalmente.

Então, Presidente Rodrigo Pacheco, eu vou esperar respeitosamente a sua fala, e tenho certeza de que o senhor, falando em nome do Senado Federal, com a credibilidade que tem até hoje – e sabe que ela é como matar um leão por dia, todo dia o senhor briga por ela –, poderá oferecer, repito, essa palavra de calma à Nação, porque a Nação não está em calma, Presidente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Fala da Presidência.) – Srs. Senadores, Sras. Senadoras, não obstante a vontade da Presidência fosse de ingressar na Ordem do Dia o mais rapidamente possível, considerando os muitos projetos relevantes que temos para aprovação nesta tarde noite no Plenário do Senado, instado pela boa parte de Senadores e Senadoras em relação à situação atual do País me impõe este pronunciamento.

Primeiramente, devo dizer que, nesses quase 60 dias de gestão à frente da Presidência do Senado, nós buscamos ter com os Senadores e as Senadoras a melhor convivência possível, de maneira democrática, respeitosa, igualitária em todos os aspectos, com uma energia sempre presente na realização das nossas sessões, na produtividade do Senado Federal, na pontualidade do Senado Federal – hoje nesta sessão frustrada em 15 minutos em razão de uma coletiva à imprensa que dei inclusive a respeito dessa situação pontuada pelos Senadores e pelas Senadoras –, mas um trabalho até aqui desenvolvido de maneira pacífica, ordeira, colaborativa com os demais Poderes, inclusive. Nós votamos, nesses últimos dois meses, projetos muito importantes para a Nação no momento mais crítico que nós vivemos de enfrentamento de uma pandemia que, de tão severa, tem feito cada vez mais a tristeza do Brasil aumentar.

Nós aprovamos a Proposta de Emenda à Constituição nº 186, que culminou na Emenda Constitucional nº 109, que permitiu a instituição de um auxílio emergencial, cuja efetivação aguardamos pelo Governo Federal através dos sistemas próprios da Caixa Econômica Federal – um alento às pessoas que precisam.

Nós aprovamos, neste Senado Federal, e por iniciativa do Senado Federal, o Projeto de Lei nº 14.125, de 2021, que permitiu que a União pudesse adquirir vacinas de laboratórios como Pfizer e Janssen, 138 milhões de doses de vacinas que serão destinadas à população brasileira, a partir da segurança jurídica conferida por uma lei editada no Senado Federal.

Votamos inúmeras proposições de interesse do Governo Federal, inclusive medidas provisórias, que hora nenhuma foram retardadas; muito pelo contrário: às vezes, as votamos mesmo sem considerar que era o melhor texto, para evitar que ela tivesse a perda do seu objeto em razão da caducidade.

Então, o Senado Federal tem feito um grande sacrifício de trabalho, de dedicação, de colaboração com o Governo Federal, num momento que nos exige, na maturidade política que se impõe a uma Casa respeitada e por Senadores tão experientes, a maturidade necessária para sermos colaborativos num momento de crise que nos exige solidariedade e união.

Nós temos só dois caminhos, e eu tenho dito isso sistematicamente: ou a união, ou o caos. A união, inclusive, que foi possível se concretizar no início da semana passada, numa reunião no Palácio da Alvorada, presidida pelo Presidente da República Jair Bolsonaro, com a participação de todos os seus ministros, do Presidente da Câmara, do Presidente do Senado, do novo Ministro da Saúde, de representantes do Tribunal de Contas da União, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, ali, num exemplo de que nós temos que nos unir no enfrentamento dessa pandemia.

Por iniciativa do Senado e um pedido, um apelo do Senado Federal, vocalizado por mim, como Presidente, instituído um grupo, um comitê de coordenação, coordenado pelo Senhor Presidente da República e com a coordenação técnica do Ministro da Saúde. O que mais se reclamava até então era que não havia uma centralidade, uma coordenação que pudesse uniformizar o discurso, uniformizar as ações, estabelecer um exemplo à Nação, de que nós precisamos enfrentar essa pandemia dentro dessa união, com





todos os mecanismos de prevenção da pandemia. Então, foi um trabalho também do Senado Federal de maturidade política, de aproximação do Governo, para que tenhamos, juntos, condições de enfrentar essa pandemia que tem matado muitos brasileiros e muitas brasileiras.

Eu faço uma súplica ao Senado Federal: não deixemos, em hipótese alguma, com episódios como os que aconteceram recentemente, no domingo – inclusive, com uma agressão desmedida e desqualificada a uma Senadora da República –, que possamos perder o foco principal do Brasil neste momento. Essa sistemática utilização de narrativas de desvio de foco, de criação de fatos políticos, atrapalha muito o Brasil, e atrapalha o Brasil no momento mais crítico, em que se exige, repito, união, sabedoria, ações efetivas para poder enfrentar essa crise.

Portanto, o Senado, que fez isso tudo e tem feito isso tudo ao longo desse tempo, reagiu também muito severamente quando se agrediu uma Senadora da República. O Senado reagirá, através de uma investigação própria, em relação a um assessor que tenha feito um gesto cuja qualificação será feita pela Polícia Legislativa, a seara própria para assuntos dessa natureza, e tomaremos todas as providências inerentes a esse fato.

Então, é um Senado que não se mostra inerte; é um Senado que trabalha, é um Senado que discute, que democratiza as decisões. E, aproveitando a fala do Líder do Podemos, Senador Alvaro Dias, no alto de seus quatro mandatos de Senador da República e ao longo de seus 43 anos de vida pública, quero dizer que tenho absoluto senso dessa responsabilidade de ser Presidente do Senado e de poder, ao sentir o sentimento da Casa, vocalizar, verbalizar esse sentimento da Casa em relação a todo e qualquer assunto nacional.

O foco é o enfrentamento da pandemia. Eu não admitirei que se desvie o foco desse enfrentamento por absolutamente ninguém que possa criar um fato externo e queira confundir o Senado, queria confundir a Câmara dos Deputados. Isso será inadmissível no momento em que nós precisamos arrumar oxigênio, insumos, medicação, leitos de UTI e vacina para as pessoas.

Desse episódio recente dessa discutida – e verbalizada por alguns – ameaça ao Estado democrático de direito, devo dizer e reiterar, como disse o Senador Randolfe Rodrigues, Líder da Oposição: o Senado Federal é o guardião da democracia.

Nós temos uma Constituição Federal que será respeitada, a todo instante será respeitada.

Nós temos de conter qualquer tipo de lei ou projeto de lei ou iniciativa legislativa que contrarie a Constituição Federal. O controle de constitucionalidade primeiro cabe às Casas Legislativas, e nós não permitiremos transigir ou flertar com qualquer ato ou qualquer iniciativa que vise a algum retrocesso ao Estado democrático de direito. Não há absolutamente esse risco.

As Forças Armadas são forças que não promovem a guerra, mas asseguram a paz. E as nossas Forças Armadas, que são dignas de aplausos em razão da sua qualidade, da sua eficiência, do seu compromisso público, do seu compromisso com a democracia, devem ser enaltecidas. E não há nenhum tipo de risco de que sejam algo diferente disso.

Por isso, eu gostaria de dizer, primeiro, que estamos absolutamente vigilantes, a todo instante, em relação aos diversos temas que são caros à Nação brasileira, que não permitiremos qualquer tipo de retrocesso ao Estado democrático de direito.

Esta Presidência confia e acredita que não há nem a mínima iminência de algum risco ao Estado democrático de direito, mas, se houvesse ou se houver, evidentemente, caberá a esta Presidência, verbalizando e vocalizando o sentimento do Plenário, reagir – reagir na forma constitucional, na forma legal, na forma institucional para evitar que haja qualquer tipo de retrocesso.

Nós estamos absolutamente comprometidos com esse propósito. Quero tranquilizar todos os Senadores e todas as Senadoras da República e toda a sociedade brasileira: o Senado Federal tem esse compromisso público e manterá o seu equilíbrio, a sua serenidade, a sua forma colaborativa com o Governo Federal, com



o Poder Judiciário num momento em que nós precisamos unir as forças nacionais de enfrentamento do nosso principal problema hoje – nós não podemos inventar outros –, que é o enfrentamento da pandemia do coronavírus.

Então, feito esse registro, eu espero muito que possamos ter nesta tarde de hoje uma sessão produtiva, como têm sido as sessões do Senado Federal, proveitosa para aprovação de projetos que sejam importantes para a Nação brasileira, inclusive um deles, o Projeto de Lei 1.010, de 2021, da Câmara dos Deputados, que permitirá a aquisição de leitos de UTI, a ampliação de leitos de UTI. Então, é esse o enfrentamento que nós temos de fazer.

E comunico que amanhã, às 9h da manhã, estaremos reunidos – o Presidente da República, o Presidente do Senado, o Presidente da Câmara, o Ministro da Saúde, um representante do Poder Judiciário – a discutir o enfrentamento coordenado da pandemia, juntamente com as iniciativas muitas que nós ouvimos da sociedade civil, dos Governadores de Estado, com os quais reuni recentemente.

Ouvirei também os Prefeitos municipais, que, inclusive, uma bela iniciativa fizeram hoje com a criação do Consórcio Nacional de Vacinas das Cidades Brasileiras, presidido pelo Prefeito de Florianópolis, Gean Loureiro, ouvindo todas as iniciativas, as reclamações, as reivindicações e as proposições para o enfrentamento da pandemia, buscando haver essa coordenação no Palácio do Planalto pelo Presidente da República com a colaboração do Congresso Nacional. É esse o nosso espírito. É esse o nosso objetivo. E vamos sempre, tenho absoluta convicção, respeitar a Constituição Federal.

Agradeço a todos.

Anuncio o item 1 da pauta.

Projeto de Lei de Conversão nº 44, de 2020, que isenta os consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública do pagamento de fatura de energia elétrica nos termos em que especifica (proveniente da Medida Provisória nº 1.010, de 2020).

Durante o prazo regimental, perante a Comissão Mista, foram apresentadas 36 emendas.

Pareceres proferidos no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, tendo como Relator o Deputado Acácio Favacho, favoráveis à medida provisória e a parte das emendas, na forma do projeto de lei de conversão apresentado.

A matéria foi aprovada no Plenário da Câmara dos Deputados em 16 de março e seu prazo de vigência se esgota no dia 4 de maio.

Perante a Mesa do Senado Federal, foram apresentadas as Emendas nºs 37 e 38, já disponibilizadas na tramitação da matéria e que serão encaminhadas à publicação. **(Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

A matéria depende de parecer do Senado Federal.

Faço a designação do nobre Senador Davi Alcolumbre para proferir o parecer de Plenário.

**O SR. DAVI ALCOLUMBRE** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. Para proferir parecer.) – Muito obrigado, Presidente Rodrigo Pacheco. Quero cumprimentar V. Exa. pela postura e pela conduta à frente da Presidência do Senado Federal, sempre muito ativo, muito participativo e muito colaborativo, como V. Exa. sempre menciona nos seus pronunciamentos.

Eu queria registrar, exaltar e cumprimentar todos os meus colegas Senadores e Senadoras e agradecer, Presidente Rodrigo Pacheco, em nome do povo do Amapá, a oportunidade que V. Exa. me concedeu ao me designar Relator dessa medida provisória importante para o meu Estado.

Registro a presença aqui no Prodasen, aqui no *bunker* do Senado Federal, do Relator da matéria na Câmara dos Deputados, Deputado Federal também pelo Estado do Amapá, Deputado Acácio Favacho, que se faz presente, acompanhando *pari passu* a tramitação dessa medida provisória. Registro o apoio também do Senador Eduardo Braga, do Senador Omar Aziz e do Senador Plínio Valério. Registro a participação do Senador Paulo Rocha, também do Senador Zequinha Marinho e também do Senador Jader Barbalho.



Em nome dos Senadores do Amazonas e do Pará, cumprimento a nossa Bancada do Amapá, que viveu, Sr. Presidente, no ano passado, dias terríveis no nosso Estado, quando, por uma tragédia do destino, o povo amapaense – 13 Municípios dos 16 Municípios do Estado – sofreu com um trágico apagão. Com certeza, até hoje todos os amapaenses lembram dos prejuízos que aquele apagão acarretou à vida de todos que vivem naquele Estado.

Quero também registrar o apoio na Câmara dos Deputados do Deputado Celso Sabino, Deputado pelo Estado do Pará, e do Deputado Marcelo Ramos. Todos, junto com o Relator da matéria, Senadores e Deputados, ajudaram a construir esse relatório desde a Câmara dos Deputados.

O relatório foi apresentado, foi disponibilizado e visava, naquele momento, dentro daquela calamidade que vivíamos, daquele momento de dificuldade, de convulsão social que o meu Estado viveu durante longos 22 dias, diminuir os impactos na vida dos amapaenses. E, com a nossa interlocução junto ao Ministro Paulo Guedes e também ao Presidente Bolsonaro, surgiu a possibilidade de nós editarmos esta Medida Provisória 1.010 para que minimizássemos os efeitos trágicos daquele apagão. Comerciantes, empreendedores, agricultores, todos os amapaenses ficamos ali praticamente quase 76 horas sem energia elétrica nos 16 Municípios e com fornecimento precário de energia elétrica por 22 dias. Mesmo instalando um parque gerador de energia térmica, mesmo com todas as Forças Armadas – o Exército, a Marinha, a Aeronáutica – nos apoiando incondicionalmente naquela tragédia que abateu o Amapá, mesmo assim, os impactos na vida das pessoas foram gigantescos. Comerciantes perderam todas as suas mercadorias, açougueiros perderam as suas mercadorias, todos, todos, todos, especialmente aqueles mais carentes, que perderam os seus alimentos. Então, foram dias muito difíceis.

Eu disponibilizei o relatório, que é extenso, mas já está sob o domínio de todos os Senadores. Eu queria pedir permissão para não ler o relatório, para eu fazer esse comentário, porque foi essa conciliação na construção desse relatório já na Câmara dos Deputados que proporcionou chegarmos aqui.

Queria agradecer, Presidente Rodrigo Pacheco, a todos os Senadores, que, solidários ao episódio que aconteceu no Amapá, desde o primeiro instante, estavam presentes, colocando-se à disposição. E assim não foi diferente na construção desse relatório.

Esta medida provisória visa corrigir essas distorções que aconteceram naquele momento. É uma medida provisória que foi aperfeiçoada a várias mãos. É a possibilidade de usar o remanescente do crédito dos R\$80 milhões, que era o limite total que ficou estabelecido, um saldo de R\$24 milhões, R\$25 milhões, para cobrir e atender por mais três meses os consumidores de baixa renda e também os consumidores rurais do Estado do Amapá. Então, é uma medida provisória que tem um foco específico. Ela foi aprimorada na Câmara dos Deputados, fazendo essas adequações para que esses consumidores que consomem até 280kWh possam ser beneficiados com esse saldo remanescente.

A fatura de um mês, de 30 dias, que era o intuito inicial da medida provisória, consumiu dos R\$80 milhões cerca de R\$55 milhões. E é esse saldo remanescente, que nessa construção inteligente foi aprovado também na Câmara dos Deputados, por unanimidade, que eu trago neste relatório ao Plenário do Senado Federal, além do que foram feitas adequações na questão da transmissão, da distribuição e da geração da energia nos sistemas isolados do Brasil, especialmente no norte do Brasil, dando a condição para que esses sistemas possam se modernizar e ter um equilíbrio econômico-financeiro adequado para a situação dos sistemas isolados da Região Norte do Brasil.

Foi, de fato, uma oportunidade de reparar, em parte, os prejuízos sofridos pelos amapaenses e a oportunidade de, nessa conciliação, nas emendas que foram apresentadas na Câmara, nas emendas acolhidas pelo Deputado Acácio Favacho, que, repito, está aqui no Plenário do Senado Federal, de uma maneira inteligente, conciliando esse texto, aprimorando o texto principal da medida provisória, corrigindo essas imperfeições que prejudicavam os sistemas isolados de energia elétrica, especialmente, repito, do



Norte do Brasil, fazer justiça aos amapaenses, que sofreram momentos dramáticos no final do ano passado, quando do apagão.

Então, agradeço também à Senadora Rose, que apresentou uma emenda, mas entendeu que já está contemplada pela Constituição Federal a possibilidade de aqueles que se sentiram afetados ingressarem na Justiça para requerer seus direitos aos seus patrimônios que foram perdidos – isso já está contemplado –, eu quero agradecer publicamente à Senadora Rose, que encaminhou a retirada de seu destaque.

Portanto, há esse sentimento. A agenda é extensa, mas há esse sentimento, do Plenário do Senado Federal, de fazer justiça com o povo do meu Estado, com o povo do Amapá. E quero agradecer pelas perfeições que foram aprimoradas no decorrer da tramitação na Câmara dos Deputados, essa conciliação, dizer a cada Senador e cada Senadora meu muito-obrigado e solicitar a V. Exa., Presidente Rodrigo Pacheco, que a gente possa aprovar essa medida provisória por aclamação, de maneira simbólica, já que a construção foi feita nesse sentido, para que a gente possa, rapidamente, encaminhar para a sanção presidencial e, de fato, resolver esse impasse ou minimizar os impasses que aconteceram na vida dos amapaenses.

Novamente, Presidente Rodrigo, quero agradecer a V. Exa., agradecer a todos os Líderes de todos os partidos, que nos ajudaram e nos apoiaram para que chegássemos até aqui com a aprovação de um texto e, se Deus permitir, com o apoio de V. Exas., de maneira simbólica, para dar o resultado e dar uma resposta àqueles que sofreram no final do ano passado no meu querido Estado do Amapá. Em meu nome, em nome da nossa bancada de Senadores – do Senador Randolfe Rodrigues, do Senador Lucas Barreto e em meu nome –, agradeço a todos os Senadores que nos ajudaram nessa travessia e que, com certeza, com a sanção dessa legislação, aprimoram o sistema de energia elétrica nos sistemas isolados, melhoram o ambiente de investimentos para esses sistemas e reparam uma tragédia que aconteceu no meu Estado. Agradeço o apoio e a solidariedade de todos desde o acontecido.

Muito obrigado, Presidente.

Eram essas as minhas palavras, e o relatório já está no sistema. **(Íntegra do Parecer nº 45/2021-PLEN-SF - Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa., Presidente Davi Alcolumbre, e manifesto nossa satisfação e alegria de recebê-lo pessoalmente para relatar essa matéria aqui, no Prodasen. A medida provisória foi para corrigir, de fato, uma injustiça ao povo do Amapá, representado por V. Exa., pelo Senador Randolfe Rodrigues e pelo Senador Lucas Barreto e por toda a bancada de Deputados Federais. E cumprimento também o Deputado Acácio Favacho, que está presente aqui também, no nosso Plenário do Senado Federal.

O parecer é favorável ao projeto de lei de conversão e contrário às emendas de Plenário.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua apreciação.

Pede a palavra, pela ordem, para tratar desse PLV, o Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É uma questão de ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Pois não.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para questão de ordem.) – É uma questão de ordem com fundamento no Regimento, art. 403 e seguintes, e com fundamento em decisão prolatada pelo Presidente do Senado a propósito de uma questão de ordem suscitada no dia 27 de outubro de 2015, que ensejou ações do Senador Alvaro Dias e, afinal, uma deliberação do Supremo Tribunal Federal na ADI 5.127, no Supremo Tribunal Federal.

Eu quero, em primeiro lugar, dizer ao meu amigo Davi Alcolumbre, assim como aos Senadores



Randolfe Rodrigues e Lucas Barreto – desse último quero pedir até o testemunho –, que, se houve alguém que prontamente se sentiu sensibilizado pela situação do Amapá por ter vivido algo semelhante, foi o Esperidião Amin, que nasceu na Ilha de Santa Catarina.

A Ilha de Santa Catarina ficou 55 horas sem energia elétrica, em 2003, por força de um acidente produzido pela concessionária do serviço de eletricidade. Prejuízo... Imagine uma cidade, numa ilha que tem 350 mil habitantes ficar sem energia elétrica. Desde restaurantes até as casas mais humildes ou não, tudo que estivesse na geladeira foi perdido. E isso nos ensinou a demandar soluções.

Por isso, eu tive vários contatos com o Senador Lucas Barreto, até para dizer o quanto era importante obter logo um ressarcimento, porque, na Justiça, Senador Rodrigo Pacheco, nenhum florianopolitano ganhou – nenhum. Isso vai fazer 18 anos. Ninguém ganhou. E a Celesc, a nossa concessionária, é considerada a melhor do Brasil e tem nível de governança 2, governança corporativa na Bolsa de Valores de São Paulo. Portanto, é uma empresa *top*. Nenhum cidadão recebeu um vintém de indenização.

Então, eu acho que a medida provisória foi obtida pela força política e pelo sacrifício a que foram submetidos não durante 55 horas, mas infelizmente por mais de um mês e com recaídas e com distúrbios. O sofrimento do Amapá e, especialmente, das cidades mais alcançadas sensibilizou a todos nós e a mim em especial. Então, eu quero, em primeiro lugar, dizer que sou absolutamente solidário, mas sou escravo de uma atitude. Eu não posso admitir que uma medida provisória receba matéria estranha sem arguir a constitucionalidade.

E quero dizer, só para concluir, que os acréscidos são: o §2º do art. 1º; o art. 3º; o art. 5º; o art. 3º citado pelo art. 5º, §2º, o §2º-F; o art. 4º-B, o inciso I, inciso II; parágrafo único do art. 4º-B; o art. 4º-C, os incisos I e II, o §1º, o §2º; o art. 6º, que foi também acrescido, que cita também o art. 3º-C, o §2º; novamente o §1º do art. 3º-C; e finalmente a extensão do prazo. Essas são rigorosamente matérias estranhas ao escopo da medida provisória, alargam grandemente o custo e, finalmente, em nada embaraçam o benefício.

O sentido da medida provisória tinha até um limite de R\$80 milhões, custeados pelo Governo. E ele foi praticado, não sei se integralmente. Mas o escopo da medida provisória foi alcançado pela sua simples edição. Esses *plus* a que eu me referi, esses acréscidos dizem respeito à matéria estranha ao escopo da medida provisória e até à tragédia que suscitou toda a nossa solidariedade, a minha mais sincera.

Então, em nome da coerência, eu não posso deixar de pedir esta questão de ordem, que esses dispositivos por mim alinhados sejam levados, com a maior celeridade, à própria Comissão de Justiça, que é presidida pelo próprio Senador Davi Alcolumbre, para deliberar sobre o cumprimento ou não do meu dever.

Se eu exorbito, pedirei desculpas com a maior humildade, porque sou solidário com a causa inicial, mas eu creio que nós estaremos contrariando uma decisão que foi imposta pelo Supremo e aceita, quero aqui registrar, pelo Senador Renan Calheiros, de maneira exemplar. Ele passou, desde então, como Presidente do Senado, a expungir de todos os textos de medida provisória os acréscimos que não faziam parte do seu escopo original.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Esperidião Amin, indago a V. Exa. se V. Exa. formulou um requerimento escrito de impugnação de matéria estranha. Chegou a fazer a formulação?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – É oralmente, não é?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não fiz, é oral.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – V. Exa. poderia novamente apontar os artigos, parágrafos e incisos apontados como matéria estranha?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, §2º do art. 2º; art. 3º, que versa sobre as isenções...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Todo o art. 3º? Perfeito.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É um longo art. 3º.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O *caput*, perfeito.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O art. 4º, que é o anterior, que reporta ao art. 13 da Lei 10.438...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeito.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... "passa a vigorar com as seguintes alterações", aí são citados o art. 13, o inciso XIV, romano, o §1º-G. Este, inclusive, é inquestionável, porque é o primeiro... Peço desculpas. O inciso XIV e o §1º, esses já constam de ambos os textos. Não há acrescido nesse caso.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeito.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O acrescido é o art. 5º, é o novo art. 5º. Ele, que cita novamente o art. 3º, nos seus §§2º-E e 2º-F. E aí vem o art. 4º-B, que fala sobre outras concessionárias, incisos I e II – esse é acrescido puro – e o seu parágrafo único, desse art. 4º-B. Depois, o art. 4º-C. Este, inclusive, cria ônus mensurável, por estimativa, a ser pago não pelo Tesouro, mas pela CCC. Vamos lá: art. 4º-C, inciso I, inciso II, §1º desse art. 4º-C, o §2º. Mais um acrescido: o art. 6º, que se refere e cria o art. 3º-C, o §1º e o §2º.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O art. 6º diz que a Lei 10.848, de 2004, passa a vigorar com o art. 3º. V. Exa. aponta como matéria estranha também?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeito.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O art. 6º... O art. 5º, o art. 6º... (*Pausa.*)

E o art. 6º. O art. 6º, com o art. 3º-C, §1º e §2º.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Art. 3º-C, §1º e §2º também.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeito.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O art. 7º, um texto apresentado pelo PLV, corresponde ao art. 5º da medida provisória, ou seja, foram criados os arts. 5º e 6º novos.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeito.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Passando a ser sete.

É a questão de ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para responder questão de ordem.) – Perfeito.





Conheço a questão de ordem de V. Exa., mas eu a indefiro, nobre Senador Esperidião Amin.

Remeto-me à nossa convivência na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, no ano de 2017, quando V. Exa., muito preocupado com os jabutis em medidas provisórias... Eu me lembro de um que era clássico na Câmara dos Deputados...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É o 678.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Exatamente. Imagino que eu fui o autor e V. Exa., o Relator, ou vice-versa, agora não me lembro bem.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não. O Relator foi um outro Deputado, que prefiro não mencionar.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Mas do projeto de resolução da Câmara ou eu fui o autor ou o Relator...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas o projeto de resolução não continuou a existir. A única que continuou a existir foi a decisão do Senador Renan Calheiros, que atribui a V. Exa., como Presidente da Casa...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – É verdade. Não foi adiante.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... o cumprimento dessa...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Da identificação de matérias estranhas que devem ser impugnadas.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... resolução, dessa ADI, que não tem nada a ver com o ICMBio. Ela não tem nada a ver com os jabutis.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeito.

Mas eu me lembro de que a motivação... Havia, na Câmara dos Deputados, na legislatura passada, uma rotina. Eu me lembro de uma delas: a de se incluir, em todas as medidas provisórias – não sei se V. Exa. se lembra –, o fim do exame de ordem, na Ordem dos Advogados do Brasil, como uma primeira emenda em qualquer medida provisória, inclusive de matéria tributária.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E V. Exa. era um bravo lutador contra tais inserções.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – É verdade. E aí trabalhamos muito contra...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Enfrentando, inclusive, o então Presidente da Casa, Eduardo Cunha, que era um dos mais perseverantes signatários dessa emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – É, eu me lembro bastante disso. E eu era iniciante, V. Exa. me advertiu dessa prática. Eu concordei com V. Exa. De fato, a medida provisória deve guardar sempre essa identidade original, essa pertinência temática em relação às emendas que são apresentadas.

Nesse caso concreto, Senador Esperidião Amin, diante da fala de V. Exa., o que identifico é que todos esses dispositivos... Vejamos, o §2º do art. 2º do PLV, quando fala "Após a homologação prevista no §1º deste artigo, o saldo remanescente do valor aportado na CDE será utilizado pela CEA para a isenção do pagamento de energia elétrica de três faturas mensais de consumo", considero-o evidentemente pertinente ao tema original da medida provisória.

Igualmente o art. 3º, quando se refere às isenções concedidas, e aqui se faz uma referência "nos termos desta Lei", não excluindo eventual responsabilização decorrente da exploração de serviços públicos



de fornecimento de energia elétrica, também, *data venia*, é evidentemente pertinente ao escopo da medida provisória.

Igualmente, o art. 4º, que visa modificar a redação do art. 13 da Lei 10.438, quando fala do custeio das isenções, de como se deverá prover os recursos para os custeios das isenções e do desconto de que tratam as disposições da lei resultante da conversão da Medida Provisória 1.010. Então, há também uma referência clara à Medida Provisória 1.010, ao escopo original dela, concebido pelo Poder Executivo.

Igualmente, em relação ao art. 5º, quando fala das modificações da Lei 12.111 e inclui os §§2º-E e 2º-F, em que faz referência também às concessionárias de energia elétrica, também com a aplicação dos descontos adicionais de 100%, e assim sucessivamente.

Portanto, eu, pela Presidência, não identifico, com o devido respeito e acatamento de V. Exa., que tenha havido aqui uma flagrante inclusão de matéria estranha à medida provisória. E o que fez a Câmara dos Deputados ao incluir foi uma busca de aprimoramento da medida provisória que buscou atenuar os terríveis prejuízos causados pelo apagão no Estado do Amapá.

Portanto, Senador Esperidião Amin, louvando a iniciativa de V. Exa., sempre atento, sempre muito dedicado e fiel a esse combate dos chamados jabutis, reconheço não ter havido nessa medida provisória, a merecer expurgar do texto, matéria eventualmente estranha e decido: a medida provisória buscou atenuar os terríveis prejuízos causados pelo apagão. Esse apagão, no entanto, teve causas estruturais decorrentes da falta de obras de infraestrutura energética em toda a Região Norte do País.

Aliás, há um déficit energético na Região Norte muito fruto de uma política que não olha devidamente para aquela região. E o Senador Eduardo Braga, o Senador Marcos Rogério, o Senador Randolfe Rodrigues, o Senador Omar Aziz, o Senador Lucas Barreto e tantos outros podem atestar essa dificuldade havida por essa falta de estruturação de energia elétrica na Região Norte do País, especialmente no Estado do Amapá e no Estado de Roraima. Então, o que buscou a medida provisória foi isso.

E as medidas emergenciais apresentadas pelo Presidente da República, repito, em caráter emergencial, foram complementadas por medidas e por emendas que buscam estruturá-las e que foram introduzidas pela Câmara dos Deputados. Não há, portanto, matéria estranha ao tema, como o exemplo que disse V. Exa., bem relembrando a questão da OAB na legislatura passada. E tudo se insere no contexto de resolver definitivamente os problemas estruturais do sistema elétrico da Região Norte, justamente para evitar novos apagões.

Então, além de remediar o problema havido no passado no Estado do Amapá, busca evitar que aconteça novamente, de modo que todas as medidas guardam absoluta pertinência entre si e com o próprio texto original da medida provisória.

Portanto, indefiro a questão de ordem, com a renovada vênia e respeito a V. Exa.

Para discutir...

Pede a palavra pela ordem a Senadora Daniella Ribeiro.

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, tenho muita alegria também em rever o Senador Davi Alcolumbre, sempre Presidente.

Na linha de raciocínio de V. Exa., Sr. Presidente, apenas quero dizer que, com todo respeito ao Senador Esperidião Amin, é bom lembrar que – e aqui também estamos falando pelos 79 Senadores –, nessa mesma diligência que temos de olhar, de estudar e de ler todos os projetos que chegam até nós, não foi visto por nenhum de nós nenhum jabuti.

Entendo e compreendo uma visão que, às vezes, parece que é uma coisa, mas existem equívocos que são naturais. Contudo, aqui só quero trazer a minha visão neste momento, bem como o entendimento, tenho certeza, da quase totalidade ou da maioria, senão assim teria sido levantado por outros antes até da



sessão ter sido iniciada, além do que teria sido alertado pelo próprio Senador.

Então, nesse sentido, quero trazer esse apoio àquilo que foi decidido por V. Exa., Presidente Rodrigo Pacheco, e já antecipar o voto, inclusive, do Progressistas pelo "sim" ao projeto.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Indago ao Plenário se podemos submeter esse projeto à votação simbólica do Plenário do Senado Federal. (*Pausa.*)

Agradeço aos nobres Senadores e Senadoras.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação conjunta os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria e o mérito do projeto de lei de conversão, que tem preferência regimental, nos termos do parecer.

Pede a palavra o Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, respeito a sua decisão, mas vou também respeitar a minha busca por coerência.

Eu quero, assim, que registre o meu voto como contrário.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeitamente, Senador Esperidião Amin! Assim será registrado.

Senador Lucas Barreto...

**O SR. LUCAS BARRETO** (PSD - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero falar rapidamente, até para que a gente possa acelerar a pauta.

Primeiramente, quero pedir a V. Exa. que acione a Câmara para votar o nosso Projeto nº 5.187, de 2020, que já foi aprovado pelo Plenário.

Nós, no Amapá, corremos o risco de um novo apagão, assim como Manaus, assim como outros Estados, como Roraima. O nosso projeto garante que nós tenhamos um barramento em uma outra usina no Amapá. Nós temos quatro usinas hidrelétricas aqui e temos um linhão que vem de Tucuruí, e, quanto a essa energia de Tucuruí, se cair esse linhão, é apagão de novo! É apagão, e é sério! Nós passamos 26 dias sem energia aqui no Amapá.

Com a devida vênia, digo ao Senador Esperidião Amin, que já sofreu isso lá, eu não vejo matéria estranha, se me permite V. Exa.

A CEA (*Falha no áudio.*) ... nessa medida provisória receberá na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) o montante equivalente ao autorizado na MP, no §1º do art. 13 da Lei 10.438, de 26 de abril de 2002.

Nós, do Amapá, temos três hidroelétricas que injetam 900MW, ou melhor, 900kW – perdão! –, no sistema do linhão de Tucuruí, que vai para os outros Estados, inclusive para Santa Catarina. No Amapá, que é o Estado mais preservado do mundo, quando é para fazer hidrelétrica e inundar tudo para levar para outros Estados, pode! Mas, quando é para servir o Amapá apenas com o barramento, que é o caso desse meu projeto, que garante que nós não tenhamos mais apagão, há gente até com opinião contrária. É um absurdo o que acontece com o Amapá e com o povo do Amapá, que sofreu! Isto aqui é o mínimo para compensar!

Quero parabenizar o Senador Davi.

A culpa é do Governo Federal, é da Aneel! Foi ela que não fiscalizou a concessionária, foi ela que sabia que havia um transformador em manutenção e que não havia *backup*.



Então, em tudo isto aqui, qual é a matéria estranha, se há o valor que foi mandado na medida provisória e se esse valor vai atender as famílias mais carentes?

Quero parabenizar aqui o Senador David, pelo relatório, o Deputado Acácio, que aí está, que conseguiu articular na Câmara, bem como o Senador Randolfe. Todos nós vivemos 26 dias de caos, conflito, apagão e pandemia.

Então, nada mais justo do que apoiar esse projeto, e para isso eu peço a todos os colegas o apoio, inclusive, humildemente, ao Senador Esperidião Amin, cujo Estado é um Estado desenvolvido. Nós estamos no Estado mais preservado do mundo, mas, infelizmente, somos escravos ambientais. Devastaram tudo para lá, e aqui nós estamos preservando. Então, que isso seja como uma compensação para o Amapá pelo que nós sofremos!

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço ao Senador Lucas Barreto.

Podemos submeter à votação? (*Pausa.*)

Perfeitamente! Agradeço ao Plenário.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o projeto de lei de conversão permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto de lei de conversão, com o voto contrário do nobre Senador Esperidião Amin.

Ficam prejudicadas a medida provisória e as demais emendas apresentadas.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. DAVI ALCOLUMBRE** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. Como Relator.) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Pois não, Senador Dabi Alcolumbre.

**O SR. DAVI ALCOLUMBRE** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. Como Relator.) – Pela ordem, novamente, apenas quero agradecer o apoio de todos os Senadores.

Quero novamente registrar que isso é o mínimo que a gente pode fazer por aquelas famílias que sofreram, como disse o Senador Lucas Barreto, aquela tragédia. O Amapá viveu um período de convulsão social, e o Brasil acompanhou. E, com certeza, a sensibilidade do Governo Federal, a nossa articulação e o momento grave que a gente vivia impuseram ao Presidente da República a edição, em um momento de calamidade, de uma medida provisória que pudesse atenuar o sofrimento dos amapaenses.

Então, quero agradecer a V. Exa., Presidente Rodrigo Pacheco, por pautar essa matéria, quero agradecer a V. Exa. pela indicação como Relator da matéria.

Nós construímos na Câmara dos Deputados, a várias mãos, com todos os Líderes partidários, esse texto consensual, que ora é votado e aprovado no Senado Federal.

Eu quero também registrar, Presidente Rodrigo, a presença da nossa Deputada Federal Leda Sadala, Deputada Federal pelo Estado do Amapá, pelo meu Estado, que se faz presente aqui no Prodasen, prestigiando essa votação porque sabe o significado e a importância dessa matéria.

Muito obrigado, Presidente.

Muito obrigado aos Senadores.

Muito obrigado a todos os colaboradores do Senado, à consultoria, que nos ajudou a fazer esse relatório com base em um acordo feito na Câmara dos Deputados.

Nós replicamos o acordo construído na Câmara. Não inserimos nada mais, nada menos. Por isso, eu tenho a convicção de que nós votamos uma matéria em que todas as emendas apresentadas foram feitas



para aprimorar a medida provisória, para adequar a medida provisória e para utilizar dela para o melhor proveito possível para o povo do Amapá e, nesse caso, com as adequações feitas, para a população do Norte do Brasil, dos sistemas isolados de energia elétrica, que sofrem e que agora terão condições, nessa reformulação, nessa adequação, de aprimorar os seus sistemas isolados de energia elétrica na Região Norte.

Muito obrigado, Presidente Rodrigo Pacheco.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço, Senador Davi Alcolumbre, ex-Presidente desta Casa, por sua presença, pelo parecer proferido na tarde de hoje, exitoso, com a aprovação do Plenário. Quero cumprimentá-lo por sua dedicação incansável ao seu Estado, o Amapá. V. Exa. é um guerreiro do Norte, muito trabalhador e muito dedicado a essas causas. Eu o parabeno pelo estabelecimento de justiça em relação a um apagão terrível que aconteceu e que realmente gerou tantos transtornos ao povo amapaense.

Cumprimento também a Deputada Leda Sadala e o Deputado Acácio Favacho, que estão aqui presentes conosco, e igualmente essa bancada muito valorosa do Estado do Amapá no Senado Federal, composta por V. Exa., Senador Davi Alcolumbre, e também pelo Senador Lucas Barreto e pelo Senador Randolfe Rodrigues, a quem concedo a palavra neste instante.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Obrigado, Excelência.

Como integrante da bancada amapaense, ao lado dos colegas Senadores Lucas Barreto e Davi Alcolumbre, que muito bem relata essa matéria, eu não poderia deixar de fazer aqui as homenagens de estilo necessárias, primeiro, pelo esforço e construção coletiva de texto que foi empreendida pelo Deputado Acácio Favacho na Câmara, na construção inicial, e que foi referendada pelo Senador Davi.

Aqui, Senador Davi, quero reconhecer o esforço de V. Exa., desde os primeiros momentos, para que nós chegássemos à aprovação dessa matéria, à aprovação dessa medida provisória, assim como o do Senador Lucas Barreto. Os amapaenses são testemunhas do quanto nós, da bancada amapaense no Congresso Nacional, padecemos, sofremos com as agruras do apagão e do esforço e da mobilização do Senador Lucas Barreto para buscar reparar ao máximo os prejuízos que os amapaenses tiveram.

Eu queria, Senador Davi, em especial a V. Exa., prestar minhas homenagens porque, de fato, aqui é necessário fazer esse reconhecimento. O primeiro esforço para a edição dessa medida provisória veio da parte de V. Exa.

Isso, obviamente, não repara todo o prejuízo, todo o transtorno que os amapaenses tiveram por 17 dias, mas, como diz a poesia, é "luz de lamparina na noite dos desesperados". Não repara tudo, mas, se não fosse a mobilização, o empenho, a liderança de V. Exa. nesse tema, nós não teríamos chegado a essa medida provisória. V. Exa. teve a responsabilidade de sensibilizar o Governo Federal quanto à necessidade de edição dessa medida provisória, que eu acho que nós concluímos aqui com a sua apreciação.

Como já foi dito pelo colega Lucas Barreto, isso não repara tudo que foi sofrido. Nós temos muitas lutas ainda a travar juntos, Senador Davi – vamos travá-las juntos –, para responsabilizar os culpados; é o que V. Exa., eu e o Senador Lucas temos buscado fazer junto à Aneel. Pelas medidas judiciais que são necessárias, vamos buscar reparação judicial pelos danos e prejuízos obtidos.

Eu acho que a aprovação dessa medida provisória consagra um dos primeiros esforços para minimizar os enormes prejuízos que os amapaenses tiveram.

Então, meus cumprimentos a toda a nossa bancada, em especial, Senador Davi, a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço ao Senador Randolfe Rodrigues, Líder da Oposição.

Passo a palavra, por último, ao Líder Eduardo Braga para tratar a respeito dessa matéria agora aprovada. E passaremos adiante à pauta.



Líder Eduardo Braga...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.)

– Presidente, agradeço a V. Exa. e cumprimento o nosso Senador Davi Alcolumbre não só pela edição da medida provisória, mas também pelo trabalho de articulação política e pelo relatório apresentado a todos os Senadores e Senadoras.

Eu havia, inclusive, mandado um WhatsApp a V. Exa. colocando-me à disposição para contraditar a questão de ordem, mas V. Exa., de forma muito competente, a indeferiu com argumentos muito claros.

Como disse ainda há pouco o Senador Davi, nenhuma dessas matérias é, como todos costumam dizer, matéria estranha ou jabuti. Por quê? Porque essa medida provisória não visa apenas a reparar problemas passados. Ela tem que ter o objetivo de prevenir problemas futuros.

Quem vive no Amapá vive em um sistema isolado. Quem vive no Amazonas vivia, até muito pouco tempo atrás, em todo o Estado do Amazonas, um Estado de 1,5 milhão de quilômetros quadrados, no maior sistema isolado do mundo. Para isso, nós fomos obrigados a fazer sobrecontratações, fomos obrigados a fazer coisas que... O Senador Esperidião Amin relatou o drama das 55 horas sem luz na ilha de Santa Catarina. O Amazonas passou por isso por um ano, Sr. Presidente; não foram dias, não! Não foram poucos dias, foram muitos, foram 365 dias com apagão e com racionamento! Isso nos obrigou a contratar usinas flutuantes que vieram dos Estados Unidos para o Amazonas porque nós não tínhamos sequer isso. E tudo isso foi arcado pelo consumidor local. Isso é injusto para quem vive no Amazonas e na Amazônia sem poder desmatar 80% da sua propriedade; quem vive em um Estado que não está na Amazônia muitas vezes pode fazer isso. Somos nós que temos que arcar com isso. E não recebemos um centavo de serviço ambiental, Fabiano Contarato. Nós não recebemos dos caras que plantam soja no Rio Grande do Sul, no Paraná, em Santa Catarina, no interior de São Paulo. Não é? Portanto, fazer uma medida provisória que possa trazer o mínimo de justiça para o povo do Amapá e para o povo da Amazônia me parece extremamente importante.

Então, *data maxima venia*, eu quero cumprimentar a edição da medida provisória, o aprimoramento da medida provisória na Câmara dos Deputados, em nome dos Deputados citados pelo Senador Davi Alcolumbre, o Relator, e também o meu conterrâneo, Senador Marcelo Ramos. E quero cumprimentar o Senado da República, os Senadores, as Senadoras e V. Exa. pela aprovação unânime, aliás, ressalvado o voto contrário do Senador Esperidião Amin, a quem eu respeito muito, para o relatório do Senador Davi Alcolumbre, mas esta MP faz justiça com o povo da Amazônia e do Amapá. E tomara Deus que ela possa prevenir e mitigar problemas futuros de suprimento de energia para o povo da Amazônia brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço ao Líder Eduardo Braga, do MDB.

Eu comunico ao Plenário que, a requerimento do autor, Senador Zequinha Marinho, o item 7 da pauta, o Projeto de Lei nº 2.449, de 2019, está retirado da pauta da sessão de hoje e será reincluído oportunamente, a partir da conversa que teremos com o Senador Zequinha Marinho e com o próprio Relator, Senador Vanderlan Cardoso.

Então, o Item 7 fica retirado de pauta.

Eu indago ao Plenário se podemos acolher o pleito da Senadora Eliziane Gama de votar antecipadamente o item 8 da pauta, que solicita a ampliação em seis vagas da quantidade de membros titulares e suplentes da Comissão Temporária Interna de Acompanhamento do Coronavírus.

Todos concordam? (*Pausa.*)

Perfeitamente.

Então, eu anuncio o item 8 da pauta.

Requerimento nº 974, de 2021, da Senadora Eliziane Gama, solicitando a ampliação em seis vagas



da quantidade de membros titulares e suplentes da Comissão Temporária Interna de Acompanhamento do Coronavírus.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Agradeço a compreensão do Plenário para a votação do item 8.

Antes de passar para o item 2, iniciarei a lista dos oradores inscritos.

Senador Fabiano Contarato.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, inicialmente eu quero parabenizar o Senador Davi Alcolumbre pela relatoria. Essa medida provisória faz justiça ao Amazonas e ao Amapá.

Mas aqui, colegas, eu queria externar a minha preocupação com os ataques perpetrados pelo Presidente da República, sistematicamente, à espinha dorsal do Estado democrático de direito, que é a Constituição Federal.

Nós estamos vivendo uma crise sanitária, sem precedentes; agora, nós temos uma crise política quando se estimulam movimentos antidemocráticos, quando se ataca a Ordem dos Advogados do Brasil, quando se promovem movimentos para o fechamento do Congresso ou do Supremo Tribunal Federal. Agora, mais recentemente, estamos presenciando movimentos no sentido de enaltecer a ditadura militar.

Com essa reflexão, eu peço o apoio. Por quê? Eu dei entrada em um projeto de lei – e esse Projeto de Lei é o 1.145 – que proíbe, veda homenagens ao golpe militar. A ditadura militar no Brasil, que ocorreu de 1964 a 1985, representou um período de exceção e de horror. Todos nós sabemos que culminou com a morte de milhares de brasileiros, com o desaparecimento de milhares de brasileiros também.

Então, esse regime foi marcado por atentados aos instrumentos democráticos, à representação popular. Inclusive, houve a cassação de ministros do Supremo Tribunal Federal e o fechamento do Congresso Nacional em 1968, por meio do Ato Institucional nº 5. Esse AI-5 suspendeu a garantia dos *habeas corpus*, minha gente. Veja que é fundamental para a preservação da vida, para a preservação de liberdades de opositores políticos ao regime de exceção.

A Justiça Federal, inclusive, suspendeu, em 2019, comemoração dessa natureza. Por quê? Porque ela viola as disposições constitucionais.

Então, esse projeto de lei veda homenagens e comemorações alusivas aos agentes públicos responsáveis por violações de direitos humanos, bem como veda a utilização de bens públicos para a exaltação do golpe militar de 1964 a 1985. É lamentável que nós tenhamos que ter um projeto de lei para proibir isso, que é tão claro. A história está aí para nos falar.

Então, é um Governo que nega a ditadura e ovaciona torturadores? Nós temos que sempre estar defendendo a Constituição Federal e o Estado democrático de direito.

Por isso, eu faço um apelo para que esse Projeto de Lei 1.145 seja abraçado pelos colegas Senadores. Nós temos que dar um basta: não ao golpe militar; não a qualquer atentado ao Estado democrático de direito, à espinha dorsal do Estado democrático de direito, que é a Constituição Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço ao Senador Fabiano Contarato.

O próximo inscrito é o Senador Jorge Kajuru.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para



discutir.) – Presidente Rodrigo Pacheco, inicialmente, tenho certeza de que todo o Senado enaltece o seu pronunciamento factual e, inclusive, convincente. Agora, que fique bem claro ao Brasil que não é o Senado Federal que sai do foco da pandemia. Quem sai do foco da pandemia é o Presidente da República Jair Bolsonaro, com declarações infelizes e com as medidas tomadas de ontem para hoje, fatos que não ocorriam no Brasil desde 1985 e que não tiveram como não deixar a Nação preocupada. Então, quem deveria ficar no foco da pandemia é o Presidente da República.

Uma parte positiva em relação ao Governo: o Ministro Marcelo Queiroga assume no auge da pandemia da Covid-19 no Brasil com um desafio único, mas, de forma ponderada, ele vem mostrando, como ontem, na Comissão, como pode contribuir para amenizar o caos sanitário em que o País está mergulhado. Como Senador que tem a saúde como principal foco de atuação nesta Casa, digo isso com muita esperança, alicerçada ontem, quando ouvi atentamente as palavras do Ministro Queiroga na Comissão da Covid-19 do Senado.

Faço questão de citar uma das frases que ele pronunciou. Abro aspas: "Usar máscara é uma obrigação de todos os brasileiros" – fecho aspas.

O Ministro ainda enfatizou que, se todos os brasileiros usassem máscaras, teríamos efeito quase igual ao da vacinação. Enquanto as vacinas não chegam para todos, o Ministro reafirmou que, para reduzir a nossa calamidade, temos de usar máscaras, evitar aglomerações e praticar o distanciamento social. O novo Ministro da Saúde ainda reconheceu que cabe às autoridades, a critério de cada Estado ou Município, aplicar, de acordo com a situação sanitária, medidas restritivas mais fortes.

Concluo: racionalidade é tudo de que o País precisa neste momento. Assim, só me cabe desejar boa sorte ao Ministro Marcelo Queiroga.

Antes de começar a sessão, conversei sobre esse assunto com o Senador Esperidião Amin, e ele tem a mesma opinião, ou seja, chega bem o novo Ministro. Pelo menos isso!

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Jorge Kajuru.

Passo ao item 2 da pauta.

Projeto de Lei 1.010, de 2021, do Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr., que cria o Programa Pró-Leitos, com aplicação enquanto perdurar a emergência de saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19.

Perante a Mesa, foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 18, já disponibilizadas na tramitação da matéria e que serão encaminhadas à publicação. **(Vide Item 2.2.2 do Sumário)**

A matéria depende de parecer.

Faço a designação do nobre Senador Weverton para proferir parecer de Plenário.

**O SR. WEVERTON** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, vem a Plenário o Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, do Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr., que é composto por seis artigos e tem o propósito de permitir que as pessoas físicas e jurídicas realizem a dedução do Imposto sobre a Renda dos recursos que investirem na contratação de leitos privados usados pelo SUS (Sistema Único de Saúde) para a internação de pessoas com Covid-19, durante a pandemia.

Para tanto, em seu art. 1º, o projeto cria o Programa Pró-Leitos, que vigorará enquanto perdurar a emergência de saúde pública decorrente da pandemia de Covid-19.

O art. 2º pontua que o objetivo do Programa Pró-Leitos é incentivar as pessoas jurídicas a utilizarem recursos próprios para a contratação de leitos clínicos e de terapia intensiva da rede privada de saúde para uso do SUS, que serão regulados pelo gestor de saúde local e ocupados por pessoas acometidas por





Covid-19.

O art. 3º esclarece que o programa se aplica às pessoas jurídicas que apuram o Imposto sobre a Renda com base no lucro real e que a ele aderirem, com dedução do tributo referente ao exercício financeiro de 2021, de acordo com a regulamentação do Poder Executivo. O §1º também autoriza as pessoas físicas a deduzirem o valor investido na contratação de que trata o *caput* do art. 2º do valor do imposto referente ao exercício financeiro de 2021. O §2º ressalva que os valores que sofrerão compensação tributária terão como valor máximo a tabela de remuneração das operadoras de planos de saúde reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O art. 4º determina que, em cada estado da Federação, serão automaticamente suspensas as cirurgias eletivas nos hospitais públicos e privados sempre que os leitos atingirem a taxa de ocupação de 85%, com exceção dos procedimentos oncológicos e cardiológicos.

O art. 5º limita o impacto orçamentário das medidas que o projeto de lei propõe em R\$2,5 bilhões, enquanto o art. 6º, cláusula de vigência, estabelece que a lei gerada pela eventual aprovação da proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

O autor argumenta que é fundamental apoiar iniciativas que tenham por objetivo ampliar a capacidade de atendimento do SUS, colocando leitos de unidades de terapia intensiva da rede privada à disposição da rede pública, razão pela qual propõe a dedução de impostos federais para empresas que custearem a contratação de tais serviços.

A matéria recebeu as Emendas nºs 1 a 18, descritas e analisadas adiante.

O PL 1.010, de 2021, será apreciado pelo Plenário, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 17 de março de 2020, que instituiu o Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal.

No que tange aos aspectos formais, não identificamos óbices à aprovação da matéria ou inconformidades quanto a sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade ou iniciativa. Em relação à técnica legislativa, serão apontadas algumas impropriedades no momento da tratativa do mérito do PL, às quais pretendemos dar solução por meio de emenda de redação.

Quanto ao mérito, cremos que a iniciativa proposta pode contribuir para a captação quase imediata de recursos financeiros para o SUS, visto que eles sairiam da poupança de particulares diretamente para a prestação de assistência à saúde da população.

Infelizmente, não podemos esperar que a medida cause grandes mudanças no cenário da pandemia no curtíssimo prazo, visto que atualmente o maior problema enfrentado pelo sistema de saúde é o esgotamento da capacidade instalada, tanto no setor público como no privado, de maneira que devemos reforçar que a política mais efetiva para alterar o curso da doença no País é a vacinação em massa.

Assim, a entrada de verba adicional no custeamento de leitos não possuiria o condão de possibilitar agora o atendimento de pacientes – já que não há leitos privados ociosos em boa parte do País –, mas poderia possibilitar que outros recursos disponíveis fossem aplicados na ampliação da rede de atenção à saúde e em outras políticas, como as de prevenção e testagem da população, por exemplo.

De todo modo, a ampliação dos fundos de financiamento de ações da saúde pública é sempre bem-vinda. Outros programas lançados com esse intuito, como o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD), possuem boa receptividade no meio empresarial, com impacto de renúncia fiscal que teve de ser limitado em R\$6 bilhões e R\$1 bilhão, respectivamente, para 2021.

Esperamos, então, que a proposta tenha boa aceitação na população e na iniciativa privada, contribuindo para a melhoria da resposta do SUS à pandemia de Covid-19.

Quanto ao incentivo propriamente dito, previsto no art. 3º do PL, está de tal maneira redigido que sua aplicação pode gerar dúvidas. Por exemplo, no *caput* desse artigo e no seu §1º, há a referência a



”exercício financeiro de 2021”, quando o mais preciso seria fazer alusão a ”ano calendário 2021”, o que é feito por emenda de redação.

Vejam os agora as emendas apresentadas.

A Emenda nº 1, de autoria do Senador Lasier Martins, pretende incluir a aplicação de recursos privados para contratação e aquisição de insumos e materiais relacionados com a manutenção dos leitos clínicos e de terapia intensiva entre os investimentos na saúde passíveis de dedução do Imposto sobre a Renda no âmbito do Programa Pró-Leitos.

Justifica-se que, para garantir a eficiência dos leitos contratados, é necessário custear os insumos que mantenham o seu perfeito funcionamento, o que, certamente, dará as condições para que haja um planejamento adequado, eficiente e seguro para a distribuição das vacinas aos brasileiros.

A nosso ver, a presença desse detalhamento em lei não seria necessário, visto que a expressão “contratação de leitos” abrange todos os serviços inerentes à internação do paciente, de modo que não é preciso especificar todos os procedimentos e insumos envolvidos na atenção da pessoa hospitalizada em razão da Covid-19.

Por isso, optamos pela rejeição da Emenda nº 1.

As Emendas nºs 2 e 7, do Senador Styvenson e da Senadora Rose de Freitas, respectivamente, pretendem alterar o art. 3º do projeto de lei para autorizar as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido a deduzir da receita bruta, que serve como base de cálculo para incidência da alíquota do Imposto sobre a Renda, o valor investido na contratação de que trata o art. 2º do projeto.

As emendas foram justificadas pela necessidade de buscar isonomia e de aumentar o universo de doadores por meio da extensão do incentivo às pessoas jurídicas tributadas pelo lucro presumido, cuja quantidade é grande.

No caso, ao fim e ao cabo, a extensão ou não do incentivo às empresas que apuram o Imposto sobre a Renda com base no lucro presumido não deixa de ser uma opção de política econômica e fiscal. Todavia, a lógica dessa sistemática de tributação é justamente a presunção do lucro, razão pela qual não é autorizado o abatimento de despesas da base de cálculo. Nesse sentido o art. 10 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, ao dispor que do imposto apurado com base no lucro presumido não será permitida qualquer dedução a título de incentivo fiscal.

Além disso, essa sistemática é uma opção do contribuinte, que tem por finalidade simplificar e desburocratizar a apuração do imposto. Por isso mesmo, caso prefira, o contribuinte pode escolher por apurar o tributo com base no lucro real. Desse modo, somos pela rejeição das Emendas nºs 2 e 7.

As Emendas nºs 3 e 13, dos Senadores Izalci e Alvaro Dias, propõem a supressão do art. 4º do projeto, sob o argumento de que seu conteúdo constitui matéria estranha à proposição, invade a competência dos entes subnacionais de gerirem os serviços de saúde sob sua alçada, além de haver cirurgias eletivas que nem sequer demandam internação.

Em relação a esse ponto, entendemos que a medida de suspender as cirurgias eletivas nos hospitais públicos e privados sempre que os leitos atingirem a taxa de ocupação de 85% em um determinado Estado é excepcional, direcionada apenas para o cenário de calamidade pública que vivemos. Sua inclusão na Câmara dos Deputados se deu para que todos os leitos em um mesmo Estado, em todos os Municípios, não fiquem ocupados por pessoas que realizam cirurgias eletivas – procedimentos que, em regra, podem ser adiados – e, assim, fiquem disponíveis para a rápida transferência de pacientes com Covid-19.

Como os procedimentos de urgências e emergências continuarão a ser realizados, entendemos que tal medida, neste momento, é compreensível e, por isso, não acatamos as Emendas nºs 3 e 13 ao projeto de lei.

A Emenda nº 4, do Senador Izalci, retira do projeto a referência ao ano de 2021 para que as deduções sejam possíveis em qualquer exercício financeiro no qual seja realizada a contratação. Somos pela rejeição



dessa proposta, tendo em vista a necessidade de previsibilidade orçamentária.

A Emenda nº 5, de autoria do Senador Izalci, sugere reorganização do texto do parágrafo único do art. 2º em dois parágrafos. Julgamos que a redação original desse dispositivo é clara, não havendo motivos para sua modificação. Por isso, Sr. Presidente, rejeitamos também esta emenda.

A Emenda nº 6 foi oferecida pelo Senador Paim para que os leitos contratados no âmbito do Programa Pró-Leitos não sejam ocupados apenas por acometidos por Covid-19, mas também por pessoas com síndrome respiratória aguda grave. A nosso ver, essa mudança de nomenclatura é desnecessária, principalmente porque os pacientes estão recebendo o mesmo acolhimento aplicado às pessoas com Covid-19, até porque se apresentam como casos suspeitos típicos dessa última doença. Diante disso, não acatamos a Emenda nº 6.

A Emenda nº 8, de autoria do Senador Humberto Costa, versa sobre a transferência de recursos da União para os fundos estaduais, distrital e municipais de saúde, bem como sobre critérios contábeis e orçamentários inerentes a esse processo. Em nossa opinião, Sr. Presidente, esse assunto é estranho ao tema tratado pelo PL nº 1.010, de 2021, o que resultou na rejeição da emenda.

As Emendas nºs 9 e 18, dos Senadores Humberto Costa e Alessandro Vieira, propõem que os valores passíveis de dedução do Imposto sobre a Renda no âmbito do Programa Pró-Leitos tenham como valor máximo a tabela de remuneração vigente no SUS para os serviços contratados junto aos serviços privados de saúde. Ponderamos que a própria limitação de deduções estabelecida no projeto, que será regulamentada pela ANS, levará em consideração a remuneração realizada pela saúde pública aos leitos privados, já que recursos públicos estão diretamente envolvidos no programa. Por essa razão, dispensamos a aprovação das emendas em comento.

A Emenda nº 10, do Senador Humberto Costa, restringe a adesão de operadoras de planos de saúde e prestadores de serviços de saúde ao Programa Pró-Leitos, ao condicionar sua participação à disponibilização de novos leitos privados ao SUS.

Ademais, assim como a Emenda nº 11, também do Senador Humberto Costa, estabelece que somente novos leitos, criados a partir da vigência do programa, estarão abrangidos por ele. O Parlamentar justifica que o projeto pode levar o setor privado a não disponibilizar leitos ao SUS ou a migrar leitos já contratados na sistemática atual para o Pró-Leitos. Divergimos do autor, visto que o alcance apenas dos leitos novos pelo Programa Pró-Leitos pode limitar as opções para a adesão a ele, além de excluir outras instalações de regiões de saúde já em operação em regiões próximas às cidades que apresentam desequilíbrio do sistema de saúde. Adicionalmente, cabe lembrar que, caso as entidades privadas dificultem a disponibilização de leitos ao SUS, o gestor local pode fazer uso da requisição administrativa, alternativa que impediria esse tipo de manobra. Dessa maneira, não somos favoráveis às Emenda nºs 10 e 11.

A Emenda nº 12, de autoria do Senador Mecias, estende os benefícios fiscais criados pelo Programa Pró-Leitos às pessoas jurídicas de direito privado que adquirirem diretamente vacinas contra a Covid-19 para uso no âmbito do Programa Nacional de Imunizações. Não acatamos essa emenda, pois ela trata de matéria estranha ao PL em comento.

A Emenda nº 14, do Senador Alessandro Vieira, pretende dispensar da revalidação de diploma os médicos formados em instituição de educação superior estrangeira com habilitação para o exercício da medicina no exterior, para que possam atuar exclusivamente em ações de enfrentamento da pandemia de Covid-19. Aduz que tal medida é importante para buscar solução para a falta de mão de obra qualificada, especialmente de médicos, para atender ao elevado volume de pacientes com a doença. Essa emenda foi rejeitada por versar sobre matéria estranha ao objeto do PL nº 1.010, de 2021.

A Emenda nº 15, do Senador Alessandro Vieira, institui cooperação entre os hospitais das Forças Armadas de todo o País e as autoridades sanitárias civis para o enfrentamento da emergência de saúde



pública ocasionada pela Covid-19, para que as instalações militares federais sejam utilizadas no combate à pandemia. Em nossa interpretação, essa emenda também trata de assunto alheio ao PL nº 1.010, de 2021, cujo objeto é a contratação de leitos privados para o SUS, sem o envolvimento de estabelecimentos militares. Em razão disso, nós a estamos rejeitando.

A Emenda nº 16, do Senador Alessandro Vieira, obriga o gestor local do SUS a publicar em seu sítio na internet informações atualizadas sobre o número total de leitos de UTI existentes em seu território, o número desses leitos disponíveis e a fila de espera de pacientes por internação em UTI, abrangendo todos os serviços de saúde públicos e privados. Embora sejamos favoráveis ao princípio de transparência contido nesse comando, compreendemos que ele também foge do escopo do Programa Pró-Leitos, pois se refere à operação do sistema de saúde como um todo, incluindo os serviços privados, com informações de difícil consolidação, por sua grande abrangência. Por isso, a emenda não foi aproveitada.

A Emenda nº 17, do Senador Alessandro Vieira, impõe o dever de se dar ampla publicidade às contratações de leitos e suas características, inclusive na internet, prestando-se informações sobre a quantidade de leitos, o serviço de saúde contratado, localização, contribuinte que contratou e estimativas de renúncia fiscal decorrentes do Programa Pró-Leitos. Apesar de pertinente, não temos clareza de que tal disposição seria cumprida rapidamente, pois envolveria a prestação de dados e informações por vários atores participantes da contratação de leitos e do processo de dedução do Imposto sobre a Renda, como os estabelecimentos hospitalares privados, o gestor municipal do SUS, o contribuinte contratante, o Ministério da Saúde, a Secretaria Especial da Receita Federal, entre outros. Assim sendo, para não impedir a operação tempestiva do Programa Pró-Leitos, preferimos a cautela e opinamos pela reprovação da Emenda nº 17. Ainda assim, cabe registrar que a própria Receita Federal sempre publica relatórios periódicos sobre a renúncia fiscal no âmbito federal, que abarca também a atinente ao Imposto sobre a Renda, de modo que os gastos tributários relativos ao Programa Pró-Leitos também serão abordados nesses demonstrativos, cumprindo o objetivo de haver transparência em sua gestão.

Voto.

Em vista do exposto, Sr. Presidente, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 18, com a seguinte emenda de redação...

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir aqui, antes de V. Exa. perguntar aos colegas Senadores e partidos que fizeram destaques ao projeto, primeiro: há várias emendas muito boas que, no dia a dia normal de análise de um projeto de lei, obviamente eu iria acolher, mudar o texto e devolver para a Câmara dos Deputados. Eu estou pedindo aqui desculpas, vênha, aos colegas, e fazendo um apelo, porque eu queria lembrar a todos que em maio de 2020 nós aprovamos nesta Casa o PL nº 2.324, dos Senadores Rogério Carvalho, Paulo Rocha, Jean Paul, Jaques Wagner, Paulo Paim e Senadora Zenaide. Esse PL é um pouco parecido com o Programa Pró-Leitos; ele prevê que leitos privados de UTI designados para internação de pacientes com Covid e com suspeita poderão ser utilizados de modo compulsório pelo setor público, para internação desses pacientes, e trata da ocupação de 85% desses leitos, que já é tratado aqui.

Ele é muito meritório também. Só que eu gostaria de lembrá-los que foi aprovado em maio do ano passado e ainda está lá na Câmara dos Deputados e sequer foi despachado pelo então Presidente daquela Casa. Está lá na gaveta.

Nós temos notícia, Sr. Presidente, de que vários Estados já passaram de 90% de ocupação dos seus leitos, como é o caso do Estado de São Paulo. Então, eu liguei para o Deputado Luizinho, que é o autor do projeto; o Relator é o Deputado Hiran Gonçalves, de Roraima. Eu quero aqui cumprimentá-lo publicamente, porque é um defensor... Todos sabem que é um médico e defensor dessa luta. Conversei longamente, hoje, com o Ministro da Saúde, aqui no gabinete. Acompanhando de perto essa votação importante, essa discussão importante, estava o Deputado Juscelino Filho, do Maranhão, e ele me colocou



com o Ministro da Saúde para também trocarmos umas impressões.

Ao final, não é o projeto perfeito, mas é o possível. E o que não for possível permanecer no projeto... Eu cheguei a colocar essa possibilidade, Presidente, de que se faça um acordo com o Governo para que ele veto determinado artigo ou determinado ponto, caso nós não tenhamos aqui o entendimento. Mas pelo que está aqui, dá para o programa acontecer. São apenas oito meses. É o momento de urgência da pandemia. Não se trata de um programa permanente. O valor de 2,5 bilhões é um valor considerado irrisório perto de tantos outros valores, de tantos outros recursos que nós temos aprovados que são utilizados para outras ações e programas.

Hoje, pessoa jurídica doa para ajudar a incentivar o esporte, a arte, eventos, festivais, ciência, pesquisa. Por que agora ela não pode abrir rapidamente esse espaço para também fazer a sua contribuição para a saúde, que está precisando?

Então, o apelo que eu faço aos colegas Senadores é para que as suas emendas... Não tem nem discussão, são todas muito boas, mas eu optei pelo projeto que veio da Câmara para nós não correremos o risco de voltar para a Câmara e passarmos mais alguns meses... Ou sei lá se ainda será tratado.

Então, votando hoje, pelo menos já estará nas mãos do Poder Executivo; poderemos cobrar o sancionamento de forma mais rápida e lembrar que, quanto a várias dessas medidas infra, a Agência Nacional de Saúde tem poderes para ajudar tanto na regulação como na normatização e também na orientação de como se dará essa relação com o gestor do SUS local e com o empresário que comprou esse leito.

Sr. Presidente, esse é o meu voto e o pedido que faço aos colegas pares pela aprovação do relatório. **(Íntegra do Parecer nº 46/2021-PLEN-SF - Vide Item 2.2.2 do Sumário)**

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa., Senador Weverton.

O parecer é favorável ao projeto, com a Emenda nº 19, de redação, que apresenta, e contrário às demais emendas.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua apreciação.

Pede a palavra pela ordem, inicialmente, o Senador Fabiano Contarato; na sequência, o Líder Eduardo Braga e depois o Líder Paulo Rocha.

Senador Fabiano Contarato.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente. Serei breve.

Caras colegas e colegas Senadores, hoje é um dia muito especial para todos nós: 30 de março é o dia em que a Defensoria Pública da União completa 26 anos desde a sua oficialização pela Lei 9.020. Eu gostaria aqui de fazer uma simples homenagem, o que faço na pessoa do Defensor Público-Geral da União, Dr. Daniel Macedo, parabenizando a todas as defensoras públicas, a todos os defensores públicos do País, que vêm cumprindo um papel essencial na nossa República, que é a defesa dos direitos humanos através da orientação jurídica e a defesa das pessoas mais vulneráveis, mais pobres.

Obrigado à Defensoria Pública da União. Contem com o nosso mandato. E, mais uma vez, parabéns! Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Fabiano Contarato, com a adesão da Presidência a esse registro justo que V. Exa. profere.

Líder Eduardo Braga.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela Liderança.) – Presidente; Senador Weverton, nosso eminente e sempre competente e brilhante Relator; colegas Senadores, colegas Senadoras; eu também subscrevo a iniciativa do Senador Fabiano Contarato com relação à Defensoria



Pública, mas eu pedi esse pela ordem, Sr. Presidente, para fazer duas perguntas ao nosso sempre competente Relator Weverton.

No ano passado, nós votamos aqui no Senado da República um projeto muito parecido com esse. E nós tivemos o cuidado, Senador Weverton... E, se não me falha a memória, V. Exa. ou como Líder tinha um destaque importante ou até mesmo pode ter sido o Relator dessa matéria; não deu tempo de verificar. Qual é a minha preocupação? Nós estamos fazendo um incentivo ao capital privado com compensação tributária, portanto nós estamos falando, em última análise, de dinheiro público, o.k.? Eu estou dizendo a um empresário que vai pagar Imposto de Renda pela metodologia ou pela forma de apuração de lucro real que ele poderá ter compensação tributária do Imposto de Renda pela doação. Só que eu estou pegando o dinheiro público e estou pagando isso pela tabela do programa de saúde privada, da ANS. E eu não tenho como pagar pelo sistema da ANS com dinheiro público, sob pena de eu criar dois pesos e duas medidas. Eu tenho que pagar pelo teto do Sistema Único de Saúde.

Portanto, eu pergunto a V. Exa. porque tenho realmente uma preocupação: fazer compensação tributária com tabela da ANS é usar, por exemplo, a tabela do One Black, a tabela do Omint, a tabela *top* Prime do Bradesco Seguro, em detrimento da tabela SUS. Então, essa é a primeira pergunta a V. Exa.

A segunda pergunta a V. Exa. que eu refuto importante diz respeito à questão das cirurgias eletivas. Da forma que está escrito no art. 4º, "serão automaticamente suspensas as cirurgias eletivas", nós poderemos estar correndo o risco, toda vez que nós tivermos, nos hospitais públicos e privados, 85% e suspendermos linearmente, impositivamente as cirurgias eletivas, de gente morrer por falta de cirurgia eletiva. Ou seja, eu acho que ficaria mais correto numa emenda de redação.

Então, eu sugiro a V. Exa., se me permite, *data venia* todos os colegas, duas emendas de redação: uma em que o valor máximo ou o valor da tabela de remuneração será da tabela SUS e não da tabela de operadoras e, em vez de "serão automaticamente", "poderão ser suspensas as cirurgias eletivas nos hospitais públicos e privados quando atingirem a taxa de 85% da ocupação". E aí, haverá uma regulamentação definindo quais os critérios ou quais as cirurgias eletivas e em que circunstâncias elas serão suspensas.

Seriam essas duas sugestões, muito humildemente, pedindo vênias a você e a todos os colegas, porque, conversando com a Senadora Rose sobre o destaque apresentado por ela – a Senadora acabou concordando com o texto que V. Exa. fez e eu também apoio, nós estamos retirando, inclusive, aquele destaque –, nós acabamos nos debruçando sobre esses dois temas que me parecem muito pertinentes.

Portanto, agradecendo a observação da Senadora Rose, cumprimentando V. Exa. e todos os colegas, faço essas duas perguntas e essas duas sugestões a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Líder Eduardo Braga.

Eu vou agora ouvir o Líder do PT, Paulo Rocha, e, na sequência eu passo ao Senador Weverton. Há também o Líder Fernando Bezerra. Aí, o Senador Weverton pode responder a essas duas questões do Líder Eduardo Braga a respeito do §2º do art. 3º e do art. 4º.

Portanto, com a palavra o Líder Paulo Rocha.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, com a sua permissão, eu passo ao companheiro Humberto Costa, que vai não só debater como encaminhar o posicionamento do nosso partido, da nossa bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeitamente, Líder Paulo Rocha.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiro dou a notícia aqui de que a CNN Brasil



acaba de divulgar o número, que se espera será ou não confirmado, de que morreram, nas últimas 24 horas, 3.780 pessoas, excluídos os números de Roraima, que não foram incorporados. A gravidade do problema continua.

Tenho a avaliação de que esse projeto é, de certa forma, pouco efetivo. Primeiro, porque o problema hoje de falta de leitos, neste momento que estamos vivendo da pandemia, está atingindo não só o setor público, mas o setor privado também. Há vários casos em que pessoas que tinham planos de saúde tiveram que recorrer ao uso de uma UTI no setor público. Então, não existe essa grande disponibilidade de leitos para todos.

Segundo, eu entendo que esses recursos, essa renúncia fiscal não seria necessária, afinal de contas, o Relator do Orçamento destinou uma emenda de Relator para a área da saúde de R\$9 bilhões, que poderiam ser recursos destinados a Estados e Municípios e que poderiam ser utilizados, aplicados no enfrentamento da pandemia. Então, não haveria necessidade dessa renúncia fiscal, que termina comprometendo Estados e Municípios, porque 46% do recurso arrecadado com o Imposto de Renda vão também para Estados e Municípios.

E ainda, o Senador Eduardo Braga está correto. Por que nós vamos ressarcir esses leitos pagando pela tabela da Agência Nacional de Saúde Suplementar? Ora, o ressarcimento ao SUS não é feito pela tabela da ANS, é feito por um valor intermediário entre o valor da tabela SUS e a tabela da ANS, ou seja, quando é para o empresário pagar o atendimento que o SUS fez, não é a tabela cheia, mas agora, para receber do SUS num momento como este, é a tabela cheia. Se fosse só para os leitos novos, como eu apresentei a proposição, até se aceitaria, mas o Relator não aceitou a minha proposta. O que vai acontecer? Há leito do setor privado que já está nas mãos do SUS, foi licitado, foi contratado; pode ser que, neste momento, não esteja sendo utilizado. Vocês acham que eles vão dispor ao SUS pelo preço da tabela SUS ou por esse novo preço que está sendo proposto?

Para mim, este projeto é extremamente inócuo, ele não traz nada de novo. O correto seria que a Câmara tivesse votado o projeto que foi apresentado pelo Senador Rogério Carvalho, de que eu fui o Relator, que está lá na Câmara dos Deputados e em que eles não mexeram.

Eu acho que nós deveríamos – e o PT vai – votar contra por essas razões. E ele vai apresentar um destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço, Senador Humberto Costa.

Com a palavra o Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu venho me somar às preocupações colocadas pelo Senador Eduardo Braga e pelo Senador Humberto Costa.

Para este projeto ser efetivo, nós estamos falando aqui de renúncia fiscal e de uma renúncia fiscal estimada em R\$2,5 bilhões, ou seja, ele só será efetivo se indicarmos as despesas que serão cortadas no Orçamento em curso, o Orçamento de 2021 que acabamos de aprovar. Do contrário, isso vai significar uma burla à Lei de Responsabilidade Fiscal, e esta matéria não vai ter nenhuma efetividade.

O Senador Humberto Costa sugere uma saída para isso que talvez seja melhor: dentro do relatório do Senador Marcio Bittar, ele acresceu R\$9 bilhões, mas, nas emendas parlamentares, há R\$17 bilhões para a saúde. Então, é possível atender à contratação dos leitos de UTI adicionais, novos, para poder fazer face ao enfrentamento da pandemia, mas isso poderá ser financiado com recursos do Orçamento da União, não exigindo uma renúncia fiscal de uma monta expressiva de R\$2,5 bilhões.

Por último, eu também gostaria de manifestar a preocupação do Governo em relação ao art. 4º. Acho que essa questão de paralisar as cirurgias eletivas quando se atingir 85%, da forma como está redigida, de



fazer a excepcionalização para as cirurgias oncológicas e cardiológicas... Todos nós sabemos o porquê dessa excepcionalização: é porque são os serviços mais caros que são pagos. Então, o setor privado manteria os serviços de maior remuneração; esses estariam excluídos dos 85%.

Portanto, o Governo quer deixar claro que não está confortável com a redação do art. 4º e quer manifestar sua preocupação em relação à efetividade. Nós entendemos que isso foi um projeto sugerido para poder fazer parte da pauta de enfrentamento da pandemia, mas acho que nós teríamos caminhos muito melhores do que esse que está sendo sugerido.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Relator Senador Weverton.

**O SR. WEVERTON** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu quero aqui pedir a atenção para o nosso sempre amigo, Líder, uma das vozes experientes desta Casa, o nosso Líder Eduardo Braga, só para dizer – e claro que vai se estender às preocupações do Senador Humberto Costa, do Líder Fernando Bezerra e de todos os colegas Senadores –, primeiro, o seguinte: não há como você substituir uma tabela SUS pela tabela que está sendo proposta aqui, da saúde suplementar, por uma razão bem objetiva: como é que você vai dizer para um dono de hospital para ele abrir novos leitos e que ele será pago com uma tabela que não é atualizada há 30 anos? Não é esse o objetivo, beneficiar dono de hospital. Isso aqui não é programa de incentivo fiscal para dono de hospital, porque, se fosse, aí a gente iria discutir em outra pauta, em outro momento.

O que nós estamos discutindo é: diante da falta ou da possibilidade de falta de leitos... Porque vejam só: hoje é terça-feira, e 90% em São Paulo; a gente não vota esse programa hoje; o Governo não sanciona amanhã, quinta ou sexta; aí, sábado ou domingo, lá em São Paulo, nas filas, o sistema público não tem mais condição de receber os seus pacientes, e eles vão morrer no corredor. Aí, podendo haver, em algum hospital particular... Porque, segundo a associação nacional dos hospitais particulares, há Estados que ainda têm leito disponível. Aí, nós não vamos mandar o nosso paciente para lá, porque lá a tabela é maior.

Sinceramente, nós estamos debaixo de uma guerra gigante, de uma pandemia... Não é essa a conta, principalmente pelo valor, porque nós podemos muito bem, Sr. Líder, jogar essa discussão desses 2,5 bilhões para o Orçamento de 2022, porque esse Imposto de Renda pode ser declarado em 2022. E, mesmo se fosse agora, nós podemos contingenciar um pouquinho dos bilhões de orçamentos que nós temos de emenda parlamentar aqui do Congresso Nacional. Existem várias soluções!

A grande questão, quando se colocaram os 2,5 bilhões aqui dentro desse projeto, foi justamente para se dar o teto! E eu queria aqui só lembrar, Senador Humberto, que foi o Deputado Alexandre Padilha, ex-Ministro da Saúde, que sugeriu esse acordo do teto da saúde suplementar. Ele, junto com a Deputada Jandira Feghali e os Deputados de oposição, fizeram o acordo para retirar. Sabendo da necessidade e da importância de se agilizar esse projeto, fez-se o acordo para estipular esse teto, diante da questão da saúde suplementar, com a realidade de cada Estado.

O art. 4º, Líder Fernando Bezerra, se eu fosse suprimi-lo, teria que voltar para a Câmara. O Governo pode vetar. E eu ainda vou lhe dizer mais, o art. 4º, que trata sobre cirurgia eletiva, é muito claro: cirurgia eletiva é quando há risco à vida, e, neste caso, quando há risco à vida, a prioridade é onde há risco à vida. Dá para esperar.

A Agência Nacional de Saúde, ano passado – para eu concluir, Presidente –, já suspendeu cirurgias eletivas em alguns casos.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Não se preocupe com o tempo, Relator. Fique à vontade.





**O SR. WEVERTON** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – A Agência Nacional de Saúde, no ano passado, já suspendeu cirurgias eletivas em alguns casos diante da pandemia. Então, colegas Senadores, eu perguntei hoje ao relator por que ele entrou nessa discussão, qual foi a ideia dele, porque não precisava. Esses assuntos infra se resolvem diante de regulamentação, de normas, de tudo, porque eles têm poderes para isso. O próprio autor do projeto não trata desse assunto no projeto original – aqui já é o substitutivo - e, infelizmente, entrou no assunto. Mas, sinceramente, não vai mudar muita coisa, não vejo essa preocupação porque já está dizendo: eletiva. Você não vai tirar alguém que vai ter que fazer uma cirurgia amanhã de manhã porque senão ela vai morrer, porque lá há as exceções: cardiológicas, oncológicas. Esses casos não entram nessas possíveis vedações caso, repito, 85% dos leitos sejam comprometidos.

É bom lembrar que nós estamos falando de um teto, não quer dizer que vão ser usados os 2,5 bilhões. Se lá em São Paulo se resolveu o problema, tudo bem, mas, se lá no Maranhão, eu, por algum motivo, com todos os hospitais de campanha, com toda a mobilização que os prefeitos e o Governador do Estado estão fazendo ainda não derem conta, e eu precise transferir algum paciente lá para o São Rafael, ou lá para o São Domingos, ou lá para a UDI, eu vou precisar, Sr. Presidente, ainda esperar por uma decisão judicial ou por alguma outra solução que caia do céu, podendo eu ter uma cobertura, uma retaguarda, um programa que, num caso de emergência, um empresário pode... Repito: ele já financia a arte, ele já financia a cultura, ele financia pesquisa, ele financia tudo, e aí, num momento de exceção, ele não pode ajudar a financiar um leito para salvar uma vida?

Eu queria insistir no nosso relatório e pedir a ajuda dos nobres pares.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Líder Eduardo Braga.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela Liderança.) – O valor de uma vida é incalculável, não é esta a questão, Senador Weverton. Nós aprovamos aqui no Senado, e eu peço o testemunho dos colegas Senadores, o direito, inclusive, de requisitar leitos em uma fila única de UTI. Ou nós não aprovamos aqui no Senado esta lei, Senador? Portanto, o que eu estou dizendo é que nós possamos ter responsabilidade em salvar vidas e, ao mesmo tempo, respeito ao dinheiro público, porque renúncia fiscal é dinheiro público. Como nós queremos que a aplicação do dinheiro do Covid seja transparente, honesta, com fiscalização, etc., nós queremos salvar todas as vidas no Maranhão, no Amazonas, em São Paulo, etc., mas queremos fazer isso com respeito ao dinheiro público. E nós aprovamos aqui no Senado da República, no ano passado, o direito da requisição e da fila única no Sistema Único de Saúde exatamente para dotar o Brasil de instrumentos para que nós possamos salvar vidas.

O que eu acho desproporcional é que, se nós precisamos fazer uma restituição do valor da ANS, se esse é o entendimento, o que eu sugiro é que nós façamos proporcional ao custo do SUS por ano, para que nós possamos alongar isso e impactar menos na renúncia fiscal, porque todos sabemos a importância que tem hoje para salvar empregos e para salvar vidas a questão da renúncia fiscal. Por quê? Porque é desproporcional. Nós criamos uma série de mecanismos aqui no Senado.

E, com relação à questão da cirurgia eletiva, eu acho que, assim como V. Exa. fez uma emenda de redação, a meu juízo, correta e pertinente, caberia aqui uma emenda de redação, colocando vírgula: "[...], na forma da lei". Por quê? Porque nós estamos sendo impositivos no mandamento legal que está sendo colocado, nós estamos sendo impositivos! Então, eu colocaria vírgula: "[...], na forma da lei", para não correremos o risco de, na interpretação dessa lei, vir alguém a falecer por falta de uma cirurgia eletiva.

Eu não quero citar exemplos aqui, mas há vários exemplos que eu posso dar do que aconteceu nos últimos dias, em função da ausência de cirurgias eletivas. Apenas volto a dizer – com muita humildade, com muito respeito a todos os companheiros e a todos os Senadores –, eu quero, mais uma vez, insistir: sou



a favor do espírito da lei. Nós já aprovamos leis nesse sentido e nessa direção, inclusive com emendas de V. Exa. e com defesas de V. Exa. e de outros Senadores e Senadoras intransigentes, mas há um princípio que nós temos que obedecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela Liderança.) – Agradeço, Sr. Presidente, mas eu quero insistir nessa temática. Eu acho que, se isso significasse apenas leitos novos, ou seja, o esforço de ampliar a atenção hospitalar para as pessoas acometidas pela Covid que precisam de um leito clínico, um leito de UTI, até se poderia pensar na possibilidade de um valor diferenciado, mas não há garantia, inclusive, de que isso vá acontecer. E, se isso vier a acontecer, pode significar também que leitos que o setor público está comprando e pagando, segundo uma tabela definida pelo próprio Ministério da Saúde e que, naquele projeto, nós chegamos, inclusive, a flexibilizar, deixarão de fazer parte desses leitos contratados para entrarem num outro modelo que é o da oferta de leitos em troca de uma renúncia fiscal, em cima de um valor maior.

Eu acho que esse não é um projeto, como outros, que é fundamental resolver logo, aqui, na hora. Não, se se puder melhorar, mandar para a Câmara de volta – podemos aprovar aqui esse tema do valor ou podemos aprovar alguma outra questão –, que eles lá possam melhorar. A informação que eu tenho sobre a posição do PT é de que o PT votou contra na Câmara, não foi favorável a esse projeto, pelas mesmas razões que nós estamos colocando aqui, neste momento. Então, eu não acho que é um problema que a gente mude e volte lá para a Câmara, para eles melhorarem, porque o projeto não é bom.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Humberto Costa, Líder Eduardo Braga, longe de ter este Presidente, esta Presidência a pretensão de discutir a matéria, não é o meu papel fazê-lo, mas é apenas para dar um testemunho de quem participou da construção da ideia desse projeto, que foi idealizado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Arthur Lira, e que ganhou uma grande adesão na Câmara dos Deputados. É inevitável a conclusão de que a obrigação de conseguir leitos de UTI para as pessoas doentes é do Estado, do Estado *lato sensu*, União, Estados, Municípios e do Distrito Federal. Vivemos uma situação muito peculiar, excepcional mesmo que nos impõe ideias excepcionais, como foi um projeto recente, que nós aprovamos no Senado que ganhou todo o apoio da Câmara dos Deputados, que foi o projeto das vacinas.

Esse projeto nasce de um anseio da iniciativa privada de buscar ajudar na contratação e na criação de novos leitos de UTI em hospitais privados. Então, diversos segmentos, setores, corporações e empresas buscaram ter um incentivo natural e óbvio para poder contratar esses leitos de UTI em hospitais privados.

Sobre a indagação – e concordo, obviamente, com uma preocupação de uma reflexão do Líder Eduardo Braga – em relação ao limite da compensação tributária, é natural que haja uma compensação tributária que seja proporcional ao investimento solidário da iniciativa privada na contratação desses novos leitos de UTI prioritários para Covid. O que me parece que foi a intenção do §2º, Líder Eduardo Braga, foi a limitação de um teto. O investimento pode ser, inclusive, um investimento maior, que não seja compensado totalmente pela tabela da Agência Nacional de Saúde, referente a planos de saúde. Então, parece-me que a intenção foi justamente ao encontro do que é a preocupação de V. Exa., de não haver uma renúncia fiscal desmedida e gerar uma lesão ao Erário e estabelecer que o investimento deve ser feito para contratação de leitos. Neste momento, inclusive, deve estar tudo muito mais caro, com a elevação de preços, para poder criar leitos de UTI no Brasil. Mas que esse investimento, ao ser compensado tributariamente, tenha um limite que seja um limite de uma tabela estabelecida por uma agência para planos de saúde.

Então, apenas essa reflexão, porque eu considero justo. Obviamente, ninguém vai defender que haja uma compensação tributária além do que seja um investimento real na contratação de leitos de UTI. Então,



apenas essa reflexão de quem testemunhou, da parte do Presidente Arthur Lira, idealizador desse projeto, qual foi a intenção, dentre as inúmeras iniciativas que nós estamos buscando ter, para poder conseguir minimizar os reflexos dessa pandemia no número alarmante, novamente, lamentavelmente alarmante, dito aqui pelo Senador Humberto Costa, de 3,7 mil, quase 3,8 mortes no Brasil, em 24 horas. Então, é essa a intenção. Acredito que o §2º tenha esse objetivo. Apenas esse esclarecimento.

Líder Eduardo Braga.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela Liderança.) – Presidente, vou tentar contribuir. Veja: em alguns Estados, eu estou acompanhando, como todos os Senadores e todos os brasileiros, o setor privado está tão comprometido quanto o setor público. O que nós precisamos são novos investimentos. Nós temos até carência de recursos humanos profissionais para ampliar esses recursos. Em alguns Estados, nós estamos com os hospitais privados com 100%, às vezes, até mais de 100% – isso aconteceu no Amazonas –, e nos hospitais públicos também. Aí, como nós teríamos um ganho em fazer compensação tributária e fiscal para a iniciativa privada contratar leitos que não existem? Eu faço essa ponderação.

Agora, eu me quedo, Presidente. Eu acho que o preço de uma vida não tem valor. O maior bem que Deus nos deu é a vida. Portanto, se nós pagarmos R\$15, R\$20, R\$30, R\$50, R\$100 mil para salvar uma vida, o importante é salvar a vida. Eu não serei contra. Eu apenas estaria aqui...

Eu disse na minha fala: eu estou aqui dizendo que sou a favor, como fui a favor da fila única, como fui a favor da requisição pelo Estado de leitos disponíveis no setor privado, dizendo: "Olha, esse dinheiro não é doação das empresas. Na realidade, as empresas estão antecipando um dinheiro que é público". E nós precisamos ter cuidado, para ter muita convicção, muita coerência, muita transparência para aprovar.

Mas não serei contra: o valor da vida humana é incalculável, Sr. Presidente. Portanto, não serei eu nem o MDB que serão contra esse projeto que visa salvar vidas. Mas existe uma razão objetiva e uma questão transparente que nós precisamos colocar: os Estados que estão colapsados neste momento estão colapsados na rede pública e na rede privada, e nós aprovamos projetos aqui que dão mecanismos com os quais a gente pode salvar vidas.

Portanto, apenas para me posicionar, no mérito acompanharia a maioria do Senado, e não sou contra a atração do capital privado para salvar vidas; muito pelo contrário, acho que todos os recursos disponíveis precisam estar neste momento voltados para salvar vidas, não importa a que custo.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço, Líder Eduardo Braga.

Líder Fernando Bezerra.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma proposta.

Na realidade, essa iniciativa, como V. Exa. acabou de colocar e sublinhar, nasceu de uma sugestão do Presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira no âmbito da reunião que se teve com os representantes dos Poderes, com a presença do Presidente da República, do Presidente do Supremo Tribunal Federal. Então, eu acho que nós deveríamos, apesar de a redação não estar boa, apesar de a gente estar identificando imperfeições no projeto que está sendo apresentado... A proposta que eu faria é a seguinte: vamos aprovar, mas dando a liberdade para que o Presidente da República ou o Ministro da Saúde possam melhorar tudo isso através de uma medida provisória, se for o caso, para poder não haver dúvida de que precisa urgência, de que precisa ser amparada essa ideia de uma maior participação da iniciativa privada para salvar vidas com ofertas de leitos de UTI, mas que se buscará, ou por vetos ou através de uma nova proposta via medida provisória, uma solução concreta na direção que o projeto propõe.

Essa é a minha sugestão, para que a gente possa, inclusive, votar por amplo entendimento, mas



dando liberdade para aposição de eventuais vetos ou para edição de uma medida provisória que atinja o propósito e o objetivo da iniciativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa., Líder Fernando.

Foram apresentados requerimentos de destaques. Eu darei a palavra aos autores dos requerimentos de destaque.

Primeiramente, o Requerimento 1.269, do Senador Paulo Rocha, Líder do PT, de destaque da Emenda nº 8. Com a palavra V. Exa., Líder Paulo Rocha. **(Vide Item 2.2.2 do Sumário)**

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela Liderança.) – Antes de falar sobre o destaque, eu queria dar, no rumo que o Líder Fernando colocou, uma outra sugestão no processo legislativo aí.

Se nós concebemos que existe um projeto de lei do Senado que está lá na Câmara dormitando, que vai também ao encontro disso, é fundamental que a gente faça o seguinte, de acordo com o nosso Relator.

A gente aprova o projeto com as emendas que foram propostas para retornar à Câmara, e aguarda os esforços do Líder do Governo e do Presidente do Senado com o Presidente Lira para juntar amanhã os dois projetos e aprovar um projeto adequado, conforme os concertos estão sendo feitos, propostos, que estão colocados, quer seja o concerto do veto, quer seja o concerto de uma outra medida provisória. Eu acho que amanhã é possível encontrar os dois projetos lá, na Câmara Federal, e aprovar um projeto mais adequado.

Quero reafirmar o seguinte: nós não somos contra atrair capital privado para salvar vidas, pelo contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Paulo Rocha, a respeito do destaque do Partido dos Trabalhadores à Emenda nº 8, V. Exa. gostaria de falar a respeito? Mantém o destaque?

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É o Senador Humberto Costa.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Humberto Costa, por gentileza, sobre o destaque.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela Liderança.) – Bom, antes de mais nada, eu também quero dizer que nós, do PT, temos a vida como o principal valor. Inclusive, o projeto que nós apresentamos no ano passado dava ao Poder Público a possibilidade de requisitar os leitos naqueles casos em que fosse sem participantes a abertura dos processos de contratação. Enfim, não é esse o problema que está na discussão.

O nosso destaque diz respeito ao fato de que, no nosso entendimento, o Relator do Orçamento da União garantiu, por intermédio da emenda de Relator, um volume de recursos da ordem de R\$9 bilhões, considerados emendas do Relator, que estão sendo destinados a outras finalidades. O que eu acho que é ideal é nós destinarmos, desses recursos, aquele montante que garantiria, por intermédio da transferência a Estados e Municípios, o pagamento da contratação desses leitos. Isso não teria um impacto fiscal.

Eu discordo do meu querido amigo Weverton – R\$2,5 bilhões não são nada. É muita coisa, principalmente se nós formos utilizá-los agora, nesse processo da pandemia. Com isso, nós não precisaríamos recorrer à possibilidade de o Governo abrir mão de parte de suas receitas parcas, que, em parte, pertencem a ele e, em parte, pertencem a Estados e Municípios.

Então, na minha opinião, aceitar esse destaque seria uma maneira de minimizar os outros problemas que o projeto apresenta.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço



ao Senador Humberto Costa.

V. Exa., portanto, mantém o destaque? (*Pausa.*)

Perfeito.

Senador Weverton, gostaria de se pronunciar a respeito desse destaque específico?

**O SR. WEVERTON** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Como Relator.)

– Não, Sr. Presidente, eu vou aguardar todos os outros, mas, já de acordo com a proposta do Líder do Governo, Líder Fernando Bezerra, apoio que se aprove o projeto do jeito que está, deixando essa possibilidade de veto ou de construção de um outro texto que saia em medida provisória. Assim nós podemos dar resposta de forma mais rápida e efetiva, que é o que a sociedade está querendo.

E lembro que hoje, nas últimas 24 horas, já são 3.780 mortos. Não estamos aqui falando de locais que já estão superlotados. Os que já estão, já estão, mas e onde não está? Nós não temos mais um instrumento, mais uma opção para poder levar esses pacientes para serem atendidos? Segundo informações, a cada dez que estão entrando na UTI, sete, infelizmente, não estão saindo com vida. É importante nós darmos o máximo possível de instrumentos para que todos tenham o direito de pelo menos tentar sobreviver neste momento difícil.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Requerimento 1.271, do Senador Eduardo Braga, Líder do MDB, de destaque da Emenda nº 7. (**Vide Item 2.2.2 do Sumário**)

Líder Eduardo Braga, gostaria de sustentar?

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela Liderança.)

– Presidente, como eu disse na minha fala, nós retiramos esse destaque.

Eu quero aqui prestar o reconhecimento e a homenagem à Senadora Rose de Freitas, que acabou chamando atenção para textos da redação final, o que proporcionou esse debate profícuo e importante para que todos possam ter absoluta consciência. E ressalto também a colocação do Líder do Governo e do próprio Relator, que busca agora abrir um espaço para que nós possamos construir um texto, seja por medida provisória, seja por um aprimoramento que possa vir através de veto.

E eu queria fazer um apelo final ao Relator, porque ele havia concordado de a gente colocar "na forma da lei" no §4º, aliás no art. 4º; ao cabo do art. 4º, colocar uma vírgula e, por uma emenda de redação, "na forma da lei", porque eu acho que é um avanço importante, Sr. Presidente. E o Senador Weverton havia concordado, afirmando com a cabeça e com gestos positivamente.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço, Líder Eduardo Braga.

Há também o Requerimento nº 1.278, do Senador Izalci Lucas, Líder do PSDB, de destaque da Emenda nº 3. (**Vide Item 2.2.2 do Sumário**)

Líder Izalci com a palavra.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela Liderança.) – Presidente, a minha preocupação é exatamente o art. 4º. Eu não sou médico, não sou especialista nisso, mas você fechar os leitos automaticamente, suspender cirurgias eletivas... Eu sei que aqui há uma exceção para oncologia e cardiologia, mas há outras cirurgias que às vezes... Da forma como está redigido, eu fico preocupado. Eu não sei...

Acho que o Senador Eduardo Braga colocou muito bem: se a gente pudesse mudar um pouco essa redação para que não ficasse da forma como está, sendo automaticamente suspensas as cirurgias... Eu acho que a gente corre o risco de perder vidas com essa redação.

Eu tinha outra emenda também sobre a questão do lucro presumido, porque todo mundo em



incentivo só fala em lucro real, e nós temos 10% – não sei nem se chega a 10% – das empresas que têm lucro real. E acaba que a grande maioria das empresas com lucro presumido fica impossibilitada de fazer qualquer investimento de qualquer incentivo. Então, eu fiz esse destaque a essa emenda suprimindo esse artigo, mas eu acho que o Líder Eduardo deu uma sugestão, que eu não sei se o Relator a acatou...

Senador Weverton, V. Exa. acatou essa proposta de mudança da redação para não ficar da forma como está, automaticamente cancelado, suspenso?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Passarei a palavra ao Senador Weverton na sequência, ao final. Ainda temos mais um destaque, Senador Izalci.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, é só para dizer assim: se realmente houver a mudança, se houver essa alteração, eu retiro o destaque. Não há nenhum problema, porque essa...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeito. A alteração seria a sugerida pelo Senador Eduardo Braga, da referência "nos termos da lei"?

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – "Nos termos da lei", para não ficar uma coisa impositiva, que eu acho que pode prejudicar...

**O SR. WEVERTON** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Como Relator.) – A questão já foi acatada, Presidente...

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu retiro.

**O SR. WEVERTON** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Ele só pediu para colocar no art. 4º – se V. Exa. me permite – a expressão "na forma da lei". Após "...eletivas nos hospitais públicos e privados, sempre que os leitos atinjam a taxa de ocupação de 85%", coloca-se uma vírgula e "na forma da lei." Então, é uma emenda de redação a sugestão do Senador Eduardo Braga. Atende e resolve a questão. Então, não há problema algum.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Líder Izalci.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela Liderança.) – O.k., então retiro o destaque, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O Líder Izalci, então, retira o destaque? (*Pausa.*)

Perfeito. Agradeço a V. Exa.

Há também o Requerimento 1.280, do nobre Senador Alessandro Vieira, Líder de Cidadania, de destaque da Emenda nº 17. (**Vide Item 2.2.2 do Sumário**)

Com a palavra o Líder Alessandro.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela Liderança.) – Obrigado, Sr. Presidente.

O debate mostra muito claramente que nós estamos votando um projeto de lei que não teve tempo suficiente de maturação, que conta com dispositivos que podem gerar reflexos que não são os desejados, porque é muito óbvio que todos nós estamos na mesma trincheira de defesa da vida. Ninguém está pensando aqui em fazer economia na busca de leitos ou em dificultar o acesso do brasileiro ao tratamento médico; pelo contrário, nós já completamos mais de um ano aprovando legislações sucessivas, todas elas no mesmo sentido: de abrir as portas para que se tenha o máximo de atendimento.

Mas é muito importante observar que os vários comentários colocados aqui pelos colegas não encontraram respostas suficientes no texto elaborado pelo Relator, nosso parceiro Senador Weverton. Todo o esforço que ele está fazendo eu compreendo e enalteço, mas é insuficiente.

Eu resgato o momento que nós tivemos no início da pandemia, quando tratávamos dos auxílios



para Estados e Municípios. Eu apresentei um dispositivo que reforçava a transparência e o controle, e o argumento foi: "Não podemos esperar 24 horas, 48 horas; é preciso que isso aconteça logo". A consequência não desejada são os escândalos que se acumulam e, potencialmente, a transferência a maior de valores que foi feita, valores que fazem falta agora.

Então, é muito importante ter clareza de que esta forma de legislar não está atendendo adequadamente a demanda. O projeto que foi aprovado pelo Senado anteriormente – e já se vão meses – é muito superior a esse projeto que estamos votando agora. O fato de ele ser um fruto de sugestões do empresariado e de um compromisso do Presidente da Câmara dos Deputados não converte o projeto em adequado, em melhor ou elogiável. Esse tipo de formulação legislativa precisa ser repellido.

Então, eu entendo perfeitamente o esforço.

Por conta dessa sugestão absolutamente heterodoxa, sem nenhum tipo de efetiva confiança de resultado, que consiste ou se resume em acreditar, apostar, sonhar com vetos e com uma MP que desamarrem esse nó que está sendo feito, o Cidadania vai retirar o seu destaque, mas deixando absolutamente registrado: este formato de atuação não é o melhor. Nós temos condições de legislar com mais qualidade.

E eu faço aqui a citação de uma frase que o Senador Oriovisto tem usado muito: "Deixa os médicos decidirem aquilo que é da medicina". Não nos cabe fazer uma lei dizendo que se vai suspender a cirurgia "a" e liberar a cirurgia "b". Nós não temos essa competência, pelo amor de Deus!

Então, registro essa manifestação da Bancada do Cidadania – Senadora Eliziane e Senador Jorge Kajuru –, estamos todos do mesmo lado, da defesa da vida. O Cidadania retira, mas fica na esperança de que vetos e uma MP corrijam um projeto que vem, em toda a sua tramitação, com falhas graves.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço ao Senador Alessandro Vieira.

É evidente que nós estamos num momento excepcional, encontrando soluções excepcionais de funcionamento apenas do Plenário do Senado Federal em razão de tudo o que nós estamos vivendo no Brasil. Em breve retomaremos o funcionamento pleno das Comissões, presencialmente, com o amadurecimento devido de todos os projetos. Mas ousar dizer que este projeto, na situação em que nós estamos de pandemia, com essa quantidade de pessoas mortas, com dificuldades de leitos de UTI, se estivesse o Senado Federal no funcionamento pleno, seria um projeto típico de requerimento de urgência para levar direto ao Plenário do Senado Federal. Obviamente que as adequações podem ser feitas, e aqui há o mecanismo dos destaques, do convencimento do Relator, dos compromissos do Governo de vetos e complementação posterior, mas reconheço – e V. Exa. tem razão – que não é o melhor método, mas é o possível neste instante e, infelizmente, nós temos que nos render a essas circunstâncias. Mas agradeço a V. Exa. a retirada do destaque.

Remanesce apenas o destaque do Partido dos Trabalhadores. Portanto, um destaque apenas.

Eu indago ao Plenário: podemos fazer a votação do texto-base de forma simbólica e o destaque do Partido dos Trabalhadores nominalmente? Todos concordam? O Líder Paulo Rocha também? (*Pausa.*)

Agradeço, então, ao Plenário.

Pela ordem, Senador Carlos Portinho.

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Exmo. Sr. Presidente, Exmo. Senador Weverton, eu quero parabenizar a forma aguerrida com que se busca a aprovação do projeto, mas eu, com toda a sinceridade, saí com mais dúvidas do que com mais certezas depois desse nosso debate, que é sempre produtivo.

É lógico, ninguém é contra aumentar o número de leitos, mas a forma como isso está sendo buscado me deixou aqui, Senador Weverton, preocupado realmente, por exemplo, com a questão das cirurgias eletivas, porque, tanto na rede privada quanto na rede pública, quem escolhe as cirurgias eletivas, ou as



cancela ou suspende, é a gestão pública, no caso da pública, e a gestão privada, levando em conta a oferta de leitos, a urgência. Às vezes, pode ser uma cirurgia eletiva que vai demorar um dia e ele consegue fazer a gestão da demanda. Eu fiquei muito preocupado, até pela colocação do Senador Eduardo Braga, com essa questão, se eu não me engano, do art. 4º, do §4º – perdão, não estou com ele aqui à mão.

E, com relação ao primeiro tópico, eu acho também que poderia ser mais bem discutido. A minha sugestão, Senador Weverton, com toda a sinceridade... É lógico que a gente tem que estar sensível à oferta de leitos, mas será que a gente não poderia tirar o projeto de pauta e buscar o entendimento com relação a essas matérias e até o convencimento? Eu confesso que eu não estou muito seguro para encaminhar favoravelmente o projeto havendo ainda esses pontos de reflexão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço ao Líder Carlos Portinho.

Eu vou pedir vênica a V. Exa. para indeferir o requerimento de V. Exa. de retirada de pauta. Já houve o mínimo consenso em relação à forma de votação desse projeto, com a segurança da Presidência de que haverá êxito nesse projeto e na sua consecução como lei e será muito útil à sociedade. Muito obrigado, Líder Carlos Portinho.

A Presidência submeterá o texto-base diretamente à votação simbólica, e o destaque, à votação nominal.

Em votação...

Perdão. Senador Esperidião Amin, para discutir.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu considero que V. Exa. deu por encerrado e não vou atrapalhar o deliberado, mas o que o Senador Carlos Portinho falou é muito sério, assim como o que foi dito a respeito de reconhecer que os médicos conhecem este assunto melhor do que nós.

O que é uma cirurgia eletiva e as gradações que essa cirurgia tem é uma questão de ato médico, que nós mesmos, no Congresso, já debatemos bastante, e nos curvamos a quem é de direito, que, no caso, é o próprio profissional. Mas eu não quero estorvar, nem ser mal interpretado. Eu acho que quem define questões técnicas, no caso, são os médicos, os cientistas e os especialistas. Eu acho que nós deliberarmos sobre essa minudência é um pouco de voluntarismo que, às vezes, a gente atribui a outros Poderes. Mas eu me conformo com a sua deliberação.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa., Senador Esperidião Amin.

Está em votação o projeto e as emendas, nos termos do parecer, em turno único, ressalvado o destaque.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, consignando o voto contrário do Líder Cid Gomes, do Senador Carlos Portinho, do Senador Jorginho Mello, que está aqui presente, no Prodase, também do Senador Oriovisto, do Senador Esperidião Amin, que disse, do Senador Eduardo Girão, do Senador Paulo Rocha, da Senadora Soraya Thronicke e do Senador Humberto Costa.

Fica registrado.

Votação da Emenda nº 8, destacada pelo Senador Paulo Rocha, Líder do Partido dos Trabalhadores. S. Exa. tem a palavra para sustentar seu requerimento, Líder Paulo Rocha. Ou o fará o Senador Humberto Costa? (*Pausa.*)

Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para





encaminhar.) – Presidente, pelo que nós vimos, inclusive na votação simbólica, em que deveríamos ter unanimidade, há muitas dúvidas. E eu creio que há dúvidas principalmente no que diz respeito à adequação desse debate sobre de que maneira se fará a compensação dessa abertura de leitos privados para utilização pelo Sistema Único de Saúde. Eu acredito que, ao invés de nós estabelecermos uma renúncia fiscal, ao invés de nós retirarmos recursos que fazem parte do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios, nós poderíamos simplesmente retirar recursos que estão destinados à área da saúde na emenda do Relator e transferir esses recursos para Estados e Municípios, que poderão, assim, utilizá-los na ampliação do número de leitos de UTI na forma que seja a mais adequada, seja ampliando os leitos públicos, seja comprando serviços privados, seja de qualquer outra forma que seja possível ser implementada.

Então, eu defendo que nós possamos tomar essa decisão e, nesse sentido, avançarmos em ampliar o número de leitos e ao mesmo tempo não estarmos pagando algo que não fosse justo ou simplesmente retirando recursos que poderiam ter uma outra disponibilização.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço, Senador Humberto Costa.

O eminente Relator, Senador Weverton, deseja se pronunciar sobre o destaque?

**O SR. WEVERTON** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Como Relator.) – Será bem rápido, Presidente. Eu já fiz aqui as considerações. Mais uma vez, em momentos comuns, normais, óbvio que era um assunto para discutirmos em Comissão, com calma, para montarmos um programa.

Agora, infelizmente não estamos nesse período confortável e sabemos o que significa um projeto voltar para uma outra Casa. Assim como ele pode ser rápido, nós sabemos que não, haja vista que aqui foi lembrado que votamos o PL nº 2.324, também importante, que tratava sobre o uso compulsório dos leitos privados pelo SUS, e está lá na gaveta da Câmara desde maio de 2020, ainda da antiga gestão.

Eu quero aqui lembrar a todos que um leito hoje para ser instalado custa R\$300 mil a média, fora todos os profissionais que são necessários para estarem presentes nessa operação. Então, nós não iremos em momento algum dizer: está resolvido o problema. Óbvio que não.

Mas com essa possibilidade desse acordo que o Líder Fernando Bezerra faz de corrigir com eventuais vetos ou com uma eventual medida provisória, eu faço aqui o apelo para mantermos o projeto da forma que está, rejeitando o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa. Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A Presidência esclarece que quem apoia o Relator vota "não". Quem apoia o destaque do Senador Paulo Rocha, do Partido dos Trabalhadores, vota "sim" e aprova a emenda destacada.

A votação está aberta.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Portanto, "não" com o Relator e "sim" com o destaque do eminente Senador Paulo Rocha.

Para orientação de bancada, concedo a palavra aos Líderes por um minuto. Líder do MDB, Senador Eduardo Braga.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para orientar a bancada.) – Presidente, colegas Senadores, o MDB vai librar a bancada, Sr. Presidente. No entanto, eu pessoalmente acho que R\$2,5 bilhões podem perfeitamente ser atendidos pelo RP 9. Acho que essa é uma



proposta correta.

Portanto, libero a bancada porque nem todos defendem a tese que eu defendo, mas quero dizer que pessoalmente votarei a favor do destaque, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Quem vota com Relator vota "não". Quem vota com o destaque vota "sim".

Como orienta o PSD?

**O SR. NELSINHO TRAD** (PSD - MS. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, o PSD vota com o Relator. Consequentemente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – PSD orienta o voto "não". Pois não, pode concluir.

**O SR. NELSINHO TRAD** (PSD - MS) – Consequentemente, "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeito. Agradeço a V. Exa., Líder Nelsinho.

Como orienta o Podemos, Senador Lasier? Perdão. Senador Eduardo Girão, aqui pelo *chat* agora indicado pelo Líder Alvaro Dias. Como orienta o Podemos?

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O próprio Líder Alvaro. Perdão, Líder.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para orientar a bancada.) – Presidente, o Senador Lasier encaminhará a votação do próximo item, o item 3 e o 4. E o Senador (*Falha no áudio.*) ...encaminhará a partir do item 5. Portanto, eu peço a V. Exa. esse prestígio aos colegas.

Mas o Senador Weverton tem evidentemente a nossa compreensão e aplausos pelo seu esforço. É evidente que no dia em que nós batemos mais um recorde lamentável, deplorável, 3.780 mortes, todos os esforços são necessários.

É óbvio que esse projeto apresenta algumas falhas técnicas, que poderiam ser corrigidas, evidentemente, se nós tivéssemos a oportunidade do debate numa Comissão de Constituição e Justiça, por exemplo.

Em razão dessas dificuldades, nós liberamos a bancada do Podemos.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O Podemos libera. Como orienta o Progressistas, Líder Daniella Ribeiro? (*Pausa.*)

Líder Daniella Ribeiro.

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, primeiro lamento mais um recorde de mortes por Covid no dia de hoje, 3.780 mortos. E aqui na Paraíba também, recorde de mortes, 70 mortes no dia de hoje. E lamento pelas famílias, não números, mas as famílias que perderam seus parentes, os amigos, enfim, um dia muito triste para todos nós.

Eu, como Líder, vou votar com o Relator e vou liberar a bancada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O Progressistas libera.

Como orienta o PSDB, Líder Izalci?

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para orientar a bancada.) – Presidente, todos sabem a posição do PSDB. O PSDB sempre foi muito rigoroso com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, à questão dos ajustes econômicos. Então, de fato, essa matéria,



nós vamos liberar.

Eu acho que essa questão dos incentivos fiscais, cada caso é um caso. Eu acho que, neste momento, o Governo poderia, sim, buscar uma alternativa de incentivar essa questão, porque está faltando leito. Aqui em Brasília, aqui no DF, nós temos 350 pessoas na fila hoje para ter uma UTI, não é? Então, lógico que determinadas situações, a gente tem que encontrar soluções para isso.

Vamos liberar a bancada. Eu particularmente vou votar favoravelmente, mas liberamos a bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o Democratas?

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente! Senhor Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Jayme Campos com a palavra.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, antes de mais nada, de encaminhar a votação, eu quero cumprimentar V. Exa., Presidente Rodrigo Pacheco, pelo trabalho sério, responsável, à frente da Presidência do Senado Federal, que tem agido de uma forma, com certeza, muito responsável.

Confesso a V. Exa. que eu tenho ouvido a população mato-grossense, e as repercussões são as melhores possíveis, na medida em que V. Exa. tem se comportado, como Presidente, não só do Senado, mas sobretudo, do Congresso Nacional, de forma responsável, de forma exitosa e que, certamente, hoje, a população brasileira o respeita, sobretudo a população mato-grossense, pela forma, pela postura com que tem conduzido o Senado Federal.

Mas, Sr. Presidente, eu encaminho pelo DEM. Como vi aqui o destaque apresentado pelo Senador do PT, mas sobretudo, também o destaque que a maioria, tenho certeza, vai acompanhar o nosso Relator, o encaminhamento é a favor do Relator: "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço ao Senador Jayme Campos.

O Democratas orienta o voto "não".

Como orienta o PT, Líder Paulo Rocha? (*Pausa.*)

O Senador Humberto Costa orientará pelo PT?

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, o PT vota "sim", pela aprovação do destaque.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Como orienta o Cidadania?

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, com as ressalvas que nós já apresentamos, o Cidadania orienta à sua bancada o voto "não", para que o projeto possa ter andamento.

Eu aproveito, Sr. Presidente, para comunicar que a Senadora Eliziane vai fazer as orientações, daqui para a frente. Por conta do processo de recuperação, vou me ausentar da sessão daqui para diante.

Muito obrigado. Boa noite a todos!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa. Melhoras, Senador Alessandro.

Como orienta o PDT, Líder Cid Gomes?

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Para orientar a



bancada.) – Sr. Presidente, para mim está absolutamente claro que essa é uma matéria que vem à votação porque houve uma reunião e, nessa reunião, houve uma sugestão. Essa sugestão é de uma pessoa importante, Presidente de uma Casa legislativa. Mas, para mim está, na mesma proporção, claro que fizeram o projeto a toque de caixa. Esse projeto tem inconsistências, incoerências, ao ponto...

Aqui não há, obviamente, nenhuma objeção ao Líder, ao ex-Líder do meu Partido, o Weverton, que, como Relator, limitou-se a repetir o projeto que veio da Câmara alegando que, se fosse alterado, ele teria que voltar para a Câmara. Mas o projeto é absurdo. O projeto é absurdo e açodado, feito nas coxas, como a gente diz no popular. Exclui cardiologia e... Qual é a outra? Oncologia. Por que não nefrologia? A nefrologia não coloca em risco pessoas, na mesma gravidade que a oncologia ou que a cardiologia?

Perdoe-me, Sr. Presidente, mas um projeto que vai à votação com a prévia consideração de que será vetado! O que nós estamos fazendo aqui? Nós estamos brincando de votar matérias? É realmente, para mim, humilhante uma Casa legislativa votar um projeto já na perspectiva de que vai ser vetado. Qual é o sentido dessa votação? Em nome de quê a gente vai votar isso? De atender a uma sugestão do Presidente da Câmara dos Deputados? Não, Sr. Presidente, perdoe-me. Eu votei "não", mesmo na votação simbólica, no afã de, pelo menos, atenuar para que isso não venha a combalir as já combalidíssimas contas públicas, que os recursos sejam na forma desse destaque apresentado pelo Partido dos Trabalhadores.

Perdoe-me, Sr. Presidente, se me estendi. Muito grato pela sua compreensão. Eu compreendo, perfeitamente, o seu papel. Compreenda-me, Weverton. Compreendo, também, o seu papel limitado por essa eterna condição de a gente ter de votar matéria igual ao que vem da Câmara para que ela não retorne àquela Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Líder Cid Gomes, agradeço a V. Exa. Mas e a orientação do PDT em relação ao destaque?

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – O PDT libera a bancada. Eu voto "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeito. O PDT libera.

Agradeço, Senador Cid.

Como orienta o PL, Líder Carlos Portinho?

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, na esteira do que o Líder Cid Gomes disse, eu fiquei aqui pensando: no caso de um aneurisma cerebral, como é que faz? Espera? Mas tudo bem, essa questão foi vencida.

Eu vou liberar a bancada, Sr. Presidente. Acho sim que, pelo menos, a gente está indicando aí, com o destaque, uma fonte de recursos. Aí vai caber a cada Estado, enfim, pela tabela, negociar a oportunidade de contratação.

Então, eu, particularmente, vou votar "sim", mas vou liberar a bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o PROS?

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, eu quero, primeiro, dizer que fiquei muito feliz hoje com V. Exa. na coletiva, acompanhando uma proposição nossa, que já é antiga, de defender a vacinação dos profissionais das áreas de segurança e educação. Fiquei feliz com isso, em ver a sua posição nesse sentido, sem nenhuma dúvida, e orgulhoso disso.

E, hoje, ao começar esta sessão, V. Ex<sup>a</sup>. também se posicionou de uma forma que nos deu uma tranquilidade, porque, antes de V. Exa. sentar nessa cadeira, havia toda uma euforia, as pessoas muito



preocupadas, com muita razão, mas V. Exa. sempre preparado. Eu sempre digo: é o homem certo, na hora certa, no momento certo. O País está vivendo uma crise, mas eu acredito que V. Exa. está preparado para ser o pires de todas essas dificuldades.

Por outro lado, Sr. Presidente, eu vou liberar a bancada, porque entendo que esse projeto... O Senador Weverton é um Senador coerente, é um cara comprometido, principalmente com as pessoas mais carentes, em atender as pessoas mais necessitadas. Isso lhe é muito peculiar, é o estilo dele e ele, naturalmente, conduziu esse projeto querendo fazer as alterações que eram necessárias, mas, para o projeto ter rapidez e aprovação, ele, naturalmente, não aceitou as proposições de alterações.

Então, eu acompanho o Relator, Sr. Presidente, mas libero a bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço, Líder Telmário Mota.

Como orienta a Rede, Líder Randolfe Rodrigues?

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela Liderança.) – Perdão, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu encaminharei pela Liderança da Oposição.

O Líder Fabiano Contarato encaminhará pela Rede.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Líder Fabiano.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, quero reforçar a fala dos colegas de que quem define as questões técnicas são os médicos. Quanto à questão da tabela da ANS, sem dúvida, ela é péssima e abre caminho para prejuízo, além de gerar, possivelmente, uma discussão judicial.

Nesse sentido, a Rede orienta o voto "sim" e quero parabenizar aqui o destaque do Senador Paulo Rocha, Líder do PT.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o PSL?

Soraya.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, primeiramente, eu quero lamentar as 3.780 mortes no dia hoje. A situação é gravíssima no Brasil e eu sei que a gente está trabalhando junto, todos, para encontrar soluções.

Então, eu entendo que todas as demandas... (*Falha no áudio.*)

PSL "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O PSL orienta o voto "não".

Como orienta o PSB, Líder Leila Barros?

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, a orientação do PSB é "sim" ao destaque do PT.

E eu gostaria que o senhor registrasse o meu voto "não" ao texto principal. Eu sinalizei, mas acho que o senhor não visualizou.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeito. Fica registrado, Senadora Leila Barros. De fato, não vi. Fica registrado o seu voto "não" ao texto-base.

Como orienta o PSC, Líder Zequinha Marinho?



**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, o PSC acha interessante o projeto, mas, nesse aspecto, vai votar com o Relator, votando "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta a Maioria, Senador Renan Calheiros? (*Pausa.*)

Como orienta a Maioria, Senador Renan Calheiros?

O Senador Renan está conectado? (*Pausa.*)

Como orienta a Minoria, Líder Jean Paul Prates?

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, também, antes de mais nada, consignando o meu voto contrário ao texto principal, a Minoria orienta o voto favorável ao destaque, portanto, o voto "sim".

Entendemos não só que essa correção que a Emenda nº 8 traz é importante, como também, diante do debate que tivemos aqui, certamente não fará mal esse projeto voltar para a Câmara para ser devidamente aprimorado. É como no futebol: bater o escanteio de novo. Coloca a bola lá na bandeirinha e bate de novo que a gente vem aqui votar e deliberar a respeito.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta o Governo, Líder Fernando Bezerra Coelho?

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para orientar a bancada.) – O Governo encaminha com o Relator, Sr. Presidente, e vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta a Oposição, Líder Randolfe?

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para orientar a bancada.) – Presidente, o projeto poderia ter sido melhorado, e muito. Então, eu queria aqui concordar com as críticas que foram feitas por vários dos colegas da Oposição, como foi o caso do Senador Cid Gomes, Líder do PDT.

Há muitas lacunas, e esta Casa tem de cumprir o seu papel.

É urgente? Nós provamos que podemos pautar, encaminhar e votar rapidamente matérias urgentes. Assim o fizemos, por exemplo, Presidente, no caso da Lei das Vacinas. E veja: se a Câmara tivesse alterado, rapidamente nós faríamos a revisão que deveria ter sido feita.

Então, para concluir: nós temos de cumprir com o nosso papel de Casa revisora, principalmente em se tratando de uma emenda meritória como essa, que tira dos negócios das emendas parlamentares e coloca os recursos onde devem ser emprestados, ou seja, para abrir novos leitos no SUS.

A Oposição, Sr. Presidente, encaminha "sim" à emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Como orienta a Bancada Feminina, Líder Simone Tebet?

**A SRA. SIMONE TEBET** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, como não há consenso dentro da Bancada, nós vamos liberar a Bancada Feminina, não sem antes parabenizar o Relator e o próprio autor do projeto na Câmara, o Presidente.

O projeto é meritório. Votei favoravelmente, mas, em relação ao destaque, eu vou acompanhar o PT.

O projeto poderia ser amadurecido. Até por ser um projeto de iniciativa do Presidente da Câmara dos Deputados, em 48 horas teria condições de retornar para a Câmara e ser aprovado ainda nesta semana.

Nesse caso específico, nós não podemos nos esquecer de que nós estamos falando de renúncia fiscal de Imposto de Renda. Sabemos que 46% desse imposto é destinado aos Estados e Municípios, cujas contas públicas já estão combalidas. Portanto, nada mais justo do que remanejar as emendas parlamentares, as



emendas de Relator para o Ministério da Saúde, para que possa retirar dali os recursos necessários para cobrir o rombo que teremos – rombo necessário – no que se refere a buscar leitos na iniciativa privada.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço, Líder Simone Tebet.

Eu peço aos Senadores que ainda não votaram que possam exercer o seu direito de voto: Senador Cid Gomes, Senador Tasso Jereissati, Senadora Leila Barros, Senadora Eliziane Gama.

Retomamos a lista dos oradores.

A Senadora Kátia Abreu é a próxima oradora inscrita.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de ficar para um pouco mais adiante, se for possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeitamente, Senadora Kátia Abreu.

O próximo orador inscrito é o Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Boa noite, Presidente, Rodrigo Pacheco, Senadores, Senadoras, autores, relatores, Davi Alcolumbre, Daniella Ribeiro, Wellington Fagundes, Vital do Rêgo, Izalci Lucas, Reguffe, Zequinha Marinho, Vanderlan Cardoso, Eliziane Gama e Fernando Collor.

Sr. Presidente, o *The New York Times* mostra a minha cidade, a minha capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, como, hoje, o coração de um colapso monumental do sistema de saúde. A reportagem, na verdade, é a síntese do nosso País: hospitais lotados; falta de insumos; falta de remédios; filas e filas para UTI; lentidão na vacina, como em todo o Brasil; falta de vacina, como em todo o Brasil; recorde de morte, chegando já a 4 mil, aproximando-se de 4 mil.

O cientista Nicolelis diz que Porto Alegre parece um foguete decolando. As pessoas estão morrendo nas ruas. Segundo ele, está havendo colapso funerário, com atraso nos enterros, atraso no manejo dos corpos. Para se ter uma ideia, a fumaça dos crematórios se vê de longe. É assustador!

A gravidade não está somente em Porto Alegre, eu sei disso, está em todo o Estado, está na maioria dos Estados brasileiros. A prefeitura de Canoas, região metropolitana, está requisitando medicamento em clínicas para intubação dos pacientes. Não tem! No interior, faltam também medicamentos. Os hospitais filantrópicos pedem, pelo amor de Deus, porque eles estão no risco iminente de, em alguns dias, ficar sem medicação para intubação.

A Vereadora de Passo Fundo, Eva Valéria Lorenzato, diz: "Pelo amor de Deus, precisamos de medicamentos para paciente de UTI no Hospital São Vicente de Paula".

Os trabalhadores da saúde, Presidente – dei dois exemplos –, estão em estado de pânico, com muito medo, com crises de choro antes de entrar para as UTIs, assustados. Essa é a situação, infelizmente, nas UTIs.

A crise também chega ao campo, Agricultores já encontram dificuldades na venda da produção.

A pandemia está sem controle no Brasil! Sr. Presidente, já há temor de contaminação nos lençóis freáticos de água e nos alimentos.

Enfim, temos que avançar porque, se nada for feito, caminhamos para uma convulsão social. Temos que avançar, Presidente, para garantir vacinação já para todos.

Termino só lembrando a importância da votação de hoje do PL 130, de autoria do Deputado Marçal Filho, do PMDB, de que sou o Relator, que busca simplesmente igualdade salarial entre homens e mulheres. A proposta tramita no Congresso há algo em torno de 11 anos.

Quero cumprimentar a Bancada Feminina, porque, não fosse por elas, esse projeto não estaria pautado.



Sr. Presidente, concluo só dizendo, por fim, no último segundo, que o que está acontecendo não é normal: em plena pandemia, termos tido quatro Ministros da Saúde, seis Ministros afastados agora e a saída de três Comandantes das Forças Armadas. Quando o foco de todos nós devia ser as mortes, devia ser vacina, devia ser auxílio emergencial, estamos debatendo uma crise política, econômica e social.

Vacina para todos!

Auxílio emergencial já!

Presidente, obrigado pelo tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

O próximo orador inscrito é o Senador Izalci Lucas.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, eu quero pedir o apoio dos meus colegas Senadores e Senadoras para um projeto que será relatado pelo meu amigo Senador Reguffe. É o Projeto 5.387, que está na pauta e, daqui a pouco, nós vamos deliberar sobre ele.

Aqui no Distrito Federal, Presidente, nós temos apenas 50% do nosso contingente da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros operando – cinquenta por cento. E nós temos aqui dois institutos que permitem o chamamento desses policiais da reserva. O principal deles, chamado designação, previsto em lei, autoriza apenas o pagamento do auxílio-alimentação. Então, você pega um policial preparado que foi para a reserva agora e, se quiser chamá-lo de volta, o que a lei permite, ele receberá apenas R\$850 para ficar 30 dias colocando a vida em risco, menos que um salário mínimo. E temos um outro instituto, que é Prestação de Tarefa por Tempo Certo, que permite chamar voluntariamente e temporariamente os reservistas, aqueles policiais que foram para a reserva, pagando 30% do provento, mas apenas nas atividades meio; não permite atividade operacional, que é a principal, que é estar na rua, ajudando realmente a combater o crime, também agora, principalmente nesse período de pandemia.

Então, esse projeto apenas admite – não é obrigatório, evidentemente – que, nessa forma de prestação de tarefa por tempo certo, ele possa também exercer a sua atividade na parte operacional, que é a principal. E não há encargos. Evidentemente, permite apenas que os comandantes façam isso. Existe toda uma legislação já prevista, criando essa possibilidade de colocá-los na atividade fim da corporação, porque estamos trabalhando apenas com 50% do nosso contingente. E, nesse período de pandemia, isso se agrava mais ainda. Nós perdemos já, com o Covid aqui, no DF, quase 40 policiais militares e bombeiros por morte com Covid. Lamentavelmente, eles tinham aqui um hospital próprio, que foi construído com recursos dos policiais, mas hoje, infelizmente, foi transformado em hospital de campanha e eles não têm acesso inclusive aos hospitais.

É lamentável, mas eu peço o apoio de todos os Parlamentares a esse projeto, Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Muito obrigado, Líder Izalci Lucas.

O próximo orador inscrito é o Senador Rogério Carvalho.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Queria dar boa noite a todos os Senadores e Senadoras.

Quero, primeiro, cumprimentar V. Exa. pelo esforço que tem feito na busca por ajuda internacional no que diz respeito a ampliar a quantidade de vacinas para colocar à disposição da população brasileira, lamentar as quase 4 mil mortes no dia de hoje e dizer que nós estamos, Presidente, precisando ampliar ainda mais a nossa força com relação à disponibilização de vacinas.

Há uns 20 dias, eu fiz uma fala, aqui no Plenário, sobre a importância dessa ajuda humanitária. Nós





estamos vendo o País virar um grande meio de cultura do vírus, que pode sofrer mutação, e percebemos todo o esforço da humanidade e todo o nosso esforço empreendido nessa vacinação em massa que nós estamos fazendo, porque novas cepas podem aparecer e fogem do alcance dessas vacinas que estão hoje à disposição.

Também quero dizer da gravidade do momento que a gente está vivendo. Quero concordar com alguns companheiros: não é natural que a gente tenha essa movimentação de mudanças de ministros. A gente viu o ataque, nesta semana, no meu Estado, de uma Deputada Federal ao incitar a violência e propor que as pessoas pegassem em armas e pudessem manter seus estabelecimentos abertos por conta de um decreto do Governador.

É preciso que esta Comissão que V. Exa. tão bem conduziu não deixe de fora Governadores e Prefeitos, porque, sem isso, não há Sistema Único de Saúde, não há possibilidade de condução do combate e do controle da pandemia no País. E é inevitável que a gente tenha uma medida mais dura de fechamento para conter a ampliação do número de infectados e de mortos.

Portanto, fica aqui, mais uma vez, o apelo.

Também me chama a atenção que a gente não discutiu, até hoje, os decretos que o Presidente fez para armar a população. O que nós estamos vendo – peço mais um tempinho, Presidente – é que, por trás dessa articulação e de tudo isso, pode estar a intenção de armar a população para servir de instrumento para esses devaneios antidemocráticos e autoritários de imposição de vontade pela força. Não há nenhuma novidade no que eu estou falando. O Presidente disse que faria isso quando foi candidato e vem estimulando isso o tempo todo. É preciso que a gente, como Congresso Nacional, fique atento a essa tentativa de armar a população, porque a gente não consegue discutir esses decretos. A gente precisa pautar esses decretos, derrotar esses decretos, para que não haja mais gente armada para criar uma milícia que possa enfraquecer a ordem e garantir que o País funcione normalmente.

Por fim, eu acho que, se o Presidente não assumir uma agenda condizente com a gravidade do que a gente está vivendo, não há outra alternativa, Presidente, infelizmente. Então, nós abriremos essa CPI para que a gente possa discutir os motivos pelos quais não ocorrem e não se adotam as medidas necessárias para evitar essa quantidade absurda de mortes que estamos vendo neste País e que poderiam ser evitadas. E a responsabilidade é também nossa, porque somos representantes e estamos aqui na condição de empoderados, com mandatos de Senadores e Senadoras, e não podemos fechar os olhos a isso.

Então, fica aqui, mais uma vez, o apelo para que a gente viabilize vacinas, para que a gente desarme ou evite que se arme mais a população e para que a gente toque a condução desse núcleo, desse comitê de combate à pandemia, mas que haja efetividade. Se não houver efetividade, infelizmente nós teremos de investigar por que isso e fazer o enfrentamento mais duro, porque a situação e a realidade exigirão da gente uma posição mais firme e definitiva diante de tantas mortes, de tanto desalento e de tanta desagregação.

E peço que a gente paute, na próxima semana, o projeto dos órfãos da Covid, porque é muito importante para essas crianças.

Esse projeto que acabou de ser votado era de minha autoria. Foi para a Câmara, passou o ano inteiro e não foi votado. Agora vem o do Presidente da Câmara, e a gente vota, desprestigiando, inclusive, a Casa, o Senado da República, porque foi um projeto de nossa autoria.

Fica aqui o nosso registro.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço ao Senador Rogério Carvalho.

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre, no painel, o resultado.



*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Votaram SIM 34 Senadores; e NÃO, 39 Senadores.

Total de 74. **(Lista de votação - Vide Item 2.2.2 do Sumário)**

Está rejeitado o destaque da emenda.

A consolidação do texto e as adequações de técnica legislativa serão apostas aos autógrafos da matéria, dispensada a redação final.

Aprovada com emendas de redação, a matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Anuncio o item 3 da pauta.

Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Pois não, me desculpe.

Senador Weverton.

**O SR. WEVERTON** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente, só quero agradecer aos pares.

Mais uma vez, eu quero reconhecer que todas as sugestões dadas são pertinentes, são sugestões boas, mas a urgência e a necessidade de tratarmos do assunto e termos mais instrumentos e mais ferramentas fizeram com que acelerássemos e pudéssemos votar o texto que veio da Câmara.

Eu quero, mais uma vez, cumprimentar o Relator da Câmara, Deputado Hiran, que é médico, militante do Conselho Nacional de Medicina e tem dialogado diretamente com todos os médicos. Então, só para deixar claro, o Relator é médico. Não foi um engenheiro que propôs esse relatório.

E o autor do projeto, Deputado Luizinho, ex-Secretário de Saúde, militante também da área da saúde, é um Deputado que tem diálogo e acesso a todos os Parlamentares da Casa. Eu o cumprimento e parabenizo pela iniciativa.

Por último, eu não poderia ir para casa sem fazer este registro: quero só lembrar que o que nós acabamos de aprovar, quando trata da questão de eletivos, não trata de assuntos urgentes e emergências. No caso de quem tiver um aneurisma ou qualquer outro problema, isso é emergência e é óbvio que o hospital vai atender e ter leito para isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço ao Senador Weverton. Parabenizo V. Exa. pelo parecer, que foi aprovado nesta tarde, no Senado, cumprimentando-o pelo trabalho.

Aproveito o ensejo também para cumprimentar a Senadora Nilda Gondim, que aniversaria hoje, desejando a S. Exa. muitas alegrias, muitas felicidades e muita saúde, sobretudo. A Senadora Nilda Gondim nos brinda, aqui no Senado Federal, com a sua presença sempre iluminada. Muito obrigado, Senadora Nilda.

Anuncio o item 3 da pauta.

Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011, do Deputado Marçal Filho, que acrescenta o §3º ao art. 401, da Consolidação das Leis do Trabalho, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil.

Perante a Mesa foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 3 e 8 a 12.

Parecer nº 41, de 2021, de Plenário, tendo como Relator o Senador Paulo Paim, favorável ao projeto



e contrário às Emendas de Plenário n<sup>os</sup> 1 a 3 e 8 a 12.

A matéria constou da pauta da sessão deliberativa remota de 16 de março, oportunidade em que foi proferido o parecer de Plenário, pelo Senador Paulo Paim, e, em seguida, foi retirado de pauta, tendo sua apreciação transferida para a data de hoje.

Eu concedo a palavra ao Relator de Plenário, Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.)

– Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, eu tentarei ser rápido, já que eu li o relatório na outra sessão e nós estávamos apenas construindo uma emenda de redação.

Eu não posso deixar de destacar, permitam-me, o nome do autor do projeto, Marçal Filho, e quero agradecer muito, em especial, à Bancada Feminina, claro com todo o apoio de todos os Senadores: Simone Tebet, Rose de Freitas, Soraya Thronicke, Kátia Abreu, Zenaide Maia, Mailza Gomes, Leila Barros, Eliziane Gama, Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli, Nilda Gondim, aniversariante, e Maria do Carmo, porque todas costuraram, trabalharam e fizeram o possível para esse entendimento.

Agradeço também a todos os que apresentaram emendas: Senador Kajuru, Senadora Rose de Freitas, Senador Ciro Nogueira, Senador Luis Carlos Heinze, Senadora Soraya Thronicke, Senador Vanderlan. Mas, pela emenda de redação, eu vou resumir agora já, o Senador Fernando Bezerra me propôs: "Olha, Paim, vai haver um problema aqui, vamos ajustar e tal". Eu o atendi também.

Eu vou direto, Presidente, se me permitir, à leitura da emenda de redação que nós colocamos, agradecendo já o carinho com que todos trataram esse tema. O mês da mulher é março, termina entre hoje e amanhã; e, depois de 11 anos praticamente, o projeto poderá hoje ser aprovado.

Então, como é que fica a emenda de redação?

Dá-se a seguinte redação.

Art. 1º O art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte §7º:

Aqui vai a redação. São cinco linhas.

Art. 461.

.....  
§7º Pela infração ao inciso III do art. 373-A, relativa à remuneração, será imposta pelo juízo ao empregador multa em favor da empregada de até [cinco anos; de até cinco anos, não] 5 (cinco) vezes a diferença verificada em todo o período da contratação, observado [por isso é que eu falei cinco anos] o prazo prescricional [que é de cinco anos].

Eu entendo que, com isso, eu contemplei a maior preocupação de todos os Senadores, de alguns que diziam, Presidente, tomo a liberdade de dizer isso: "Ah, mas bota o inciso 29 do art. 7º". O art. 29 é exatamente o prazo prescricional. Então, está contemplado o que se diz na Constituição. É retroativo somente a cinco anos.

Pronto, Presidente. Está dado o voto favorável e, claro, que eu faço o apelo para votação simbólica, numa homenagem a todo o povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço ao Senador Paulo Paim.

O complemento do parecer é favorável ao projeto, com a Emenda nº 13, de redação, que apresenta, e contrário às emendas de Plenário.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua apreciação.



Foram apresentados os Requerimentos nºs 983 e 1.276, do Senador Eduardo Braga, Líder do MDB, de destaque da Emenda nº 9. (**Vide Item 2.2.3 do Sumário**)

Está deferido.

Eu concedo a palavra ao autor dos requerimentos de destaque, Líder do MDB, Senador Eduardo Braga.

Senador Eduardo Braga, para falar sobre os destaques.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela Liderança.)

– Sr. Presidente, eu quero dizer que apoio obviamente o Relator nessa matéria. Essa é uma matéria que... Os mais prejudicados com relação aos eventos no Brasil são os trabalhadores, que não são os artistas milionários. São exatamente os atores. Aliás, os artistas. São os *holders*, são...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Líder Eduardo Braga, nós ainda estamos na apreciação do requerimento de destaque de V. Exa. em relação ao projeto de relatoria do Senador Paulo Paim, o PLC 130, que altera a Consolidação das Leis o Trabalho.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ah, Sr. Presidente, perdoe-me!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Nós ainda votaremos o Perse. V. Exa. falará oportunamente.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Perdoe-me, perdoe-me, Presidente. Perdoe-me!

Esse é o grave problema de nós querermos fazer multitarefas ao mesmo tempo.

Eu passo a palavra, com o perdão de V. Exa. e a compreensão...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Claro.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... de todos os colegas para a Senadora Rose, autora do destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeito. Obrigado, Líder Eduardo Braga.

Senadora Rose de Freitas.

**A SRA. ROSE DE FREITAS** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Pela Liderança.)

– Sr. Presidente, eu tenho que agradecer ao Líder, que está sempre atento às nossas reivindicações, ao encaminhamento dos nossos destaques.

Paim, eu fico numa situação tão difícil que você nem pode imaginar, porque, quando você trouxe de volta a questão desse projeto, que há 11 anos parece uma velhinha de Taubaté, anda nos corredores das nossas atividades políticas, eu imediatamente levei o assunto à bancada, que também imediatamente o apoiou.

A questão do meu destaque não foi contemplada. E eu tendo a olhar a história dessa luta, desse combate, dessa diferença salarial entre homens e mulheres quase como uma caminhada árdua, difícil, e a gente ainda sofrendo algumas insinuações de desemprego das mulheres caso isso se efetivasse. É aquela velha ladainha cultural que acompanha as lutas das mulheres e que ainda resiste naquela cultura de estabelecer diferenças e discriminação e por aí, nem que seja cometendo irregularidades.

Então, eu olho tudo isso e percebo que, até na média agregada nacional, desconsideram-se vários pontos importantes. A discrepância do salário é uma coisa... Que nome se dá a isso? Vamos falar que é discriminação? Vamos falar que é certa arrogância? E ainda subestimam a mulher, deixando parecer que ela chegou ao mercado de trabalho agora e que, portanto, tem que ser tratada com todo o cuidado para que ela não seja derrotada e nunca tenha mecanismos de defesa, inclusive dos seus direitos.

Portanto, em homenagem ao seu companheirismo, ao seu trabalho, em homenagem a todas as



mulheres, eu vou retirar esse destaque. Assim, eu o retiro, mesmo não tendo tido a oportunidade de insistir bastante naquela condição histórica das mulheres, de fazer com que elas saibam que sofreram pela discriminação e que precisam ser mais assertivas na hora de defender seus propósitos. Então, eu fico com o seu relatório.

Agradeço muito ao meu Líder Eduardo Braga. Eu lhe agradeço muito, porque não houve uma vez em que a gente destacasse e em que ele não tenha defendido, em que ele não tenha assinado. Desse modo, eu tenho que lhe agradecer. Foi uma tentativa apenas de aperfeiçoar o texto, mas vamos imaginar que a diferença do que nós estamos fazendo hoje é uma construção com mais igualdade, com um pouco mais de igualdade, ao imaginar que as mulheres, daqui para frente, a partir do seu relatório, depois de 11 anos – foram 11 anos! –, conseguiram finalmente obter um texto com essa igualdade salarial quanto ao trabalho das mulheres.

Agradeço também ao Senador e Presidente Rodrigo Pacheco por estar tão coeso, tão companheiro da pauta feminina, que nos resgata 11 anos, com uma votação rápida dessas, que vai ser comemorada no Brasil inteiro – acreditem, podem acreditar!

E agradeço à Líder, nossa Líder Simone Tebet, pela presteza e exatidão das suas posições no Colégio de Líderes.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Fica retirado o destaque.

Não há destaques remanescentes.

Eu passo a palavra, para discutir, à Líder da Bancada Feminina, Senadora Simone Tebet, e, na sequência, ao Senador Vanderlan Cardoso.

**A SRA. SIMONE TEBET** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Permita-me, antes de agradecer a V. Exa... Mas eu preciso dedicar toda honra e toda glória ao Senador Paim. O Senador Paim já defende a inclusão de pauta desse projeto há quase uma década. Esse projeto está parado há muito tempo! É um projeto de uma importância, Sr. Presidente, de uma grandeza, que só enaltece o Senado Federal. Não é o Senado Federal que fica honrado em aprovar esse projeto; esse projeto é que engrandece o Senado Federal, pois, afinal, faz aquilo que teria que ter sido feito e acontecido há mais de 30 anos, quando a Constituição disse que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.

Homens e mulheres, nas mesmas funções no mercado de trabalho, com a mesma produtividade, Sr. Presidente, chegam a ganhar até com 25% de diferença salarial. A mulher recebe até 25% a menos que o homem. O nome disso não é outra coisa a não ser discriminação vergonhosa, imoral e inconstitucional!

Hoje o que o Senado Federal faz – eu não tenho dúvida de que vai ser aprovada e espero que seja por unanimidade – é honrar as mulheres brasileiras, não só porque somos maioria, mas porque somos iguais em capacidade.

Não tem sentido homens e mulheres receberem diferentes salários. É como se todo mês, ao final do mês, no contracheque, a mulher pagasse, além dos encargos previdenciários e descontos tributários, uma "contribuição discriminatória" pelo fato de ser mulher.

Agora eu me refiro a V. Exa. em um agradecimento especial. Em nome da Liderança da Bancada Feminina, em nome de todas as Senadoras, digo que V. Exa. tem sido primoroso, protetor, não com a Bancada Feminina, porque aí seria discriminação com os homens, mas protetor da causa que interessa à mulher brasileira, que é a causa da família, da criança, do idoso, na busca por igualdade. Então, fica aqui apenas esse tributo. Essa aprovação é um tributo à justiça, à igualdade.



Parabéns, Paim, pela persistência!

Parabéns ao Deputado Federal Marçal Filho, do meu Estado!

Desculpem-me a euforia! Eu estou realmente muito animada.

Quero agradecer ao Senador Vanderlan, aos Senadores que apresentaram suas contribuições. Eu acho que o projeto agora está pronto para ser sancionado pelo Presidente da República, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço à Senadora Simone Tebet pelas palavras, parabenizando-a também pela condução da Liderança da Bancada Feminina, já com grandes realizações. Parabéns, Senadora Simone!

Senador Vanderlan Cardoso.

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente Rodrigo, meus cumprimentos!

Quero cumprimentar o nosso Relator, Senador Paulo Paim. Só aumenta, Senador, a nossa admiração pelo senhor, pela forma com que o senhor conduz o seu mandato e pela forma elegante também com que, na última sessão, nós discutimos esse projeto.

Às Senadoras amigas, à Rose de Freitas, à Simone – com quem houve uma discussão um pouco até acalorada no debate –, à Soraya, à Zenaide, à Kátia, que está meio de lado aí – não é isso, Kátia? –, à Líder Daniella, eterna Líder, ou seja, a todas vocês eu quero aqui agradecer, já que eu fui o Senador que pedi que fosse retirado de pauta o projeto para que houvesse a inclusão do termo “até cinco vezes” – antes, direto as “cinco vezes”, o que estava um pouco confuso. O importante é que, muito bem conduzido pela Líder Simone, foi retirado o projeto, com o compromisso de que voltasse à pauta de hoje pelo nosso Presidente Rodrigo.

Presidente Rodrigo, parabéns pela sua condução, de forma harmoniosa!

Acho que todos nós estamos de parabéns. Esta é uma Casa do diálogo, das discussões, e prevaleceu também o bom senso e as mulheres, não é, Senadora Rose? Com certeza, quem teima ainda em estar com essa distorção salarial, com a aprovação desse projeto de lei, tão bem relatado pelo Paim, vai pensar duas vezes.

Meus agradecimentos a todas vocês, mulheres do nosso Senado Federal, que representa o nosso Brasil!

E aproveitando a oportunidade... Senadora Nilda, que está com uma visão maravilhosa aí na tela, com os coqueiros ao fundo, parabéns! Que Deus a continue abençoando ricamente, agora e sempre, no seu aniversário! Que Deus a abençoe! Parabéns, mais uma vez!

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Muito obrigado, Senador Vanderlan Cardoso, inclusive pela sua contribuição ao aprimoramento desse projeto. Senador Vanderlan, muito obrigado.

Para discutir, a Senadora Eliziane Gama.

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu queria cumprimentar V. Exa. e cumprimentar o Senador Paim pelo relatório, que, na verdade, é um grande relatório.

Seria bom que hoje a gente não tivesse que aprovar uma lei para garantir isonomia, igualdade entre homens e mulheres no Brasil. As mulheres são verdadeiras vitoriosas, vencedoras. As mulheres que são chefes de família dedicam plenamente o seu recurso financeiro para o sustento de suas famílias. Mas, infelizmente, essa desigualdade ainda é muito real no Brasil. Nós somos mais mulheres nas universidades, no mercado de trabalho, mas ainda ganhamos menos de que os homens. A média salarial das mulheres é de algo em torno de R\$2,9 mil para o mesmo cargo em que o homem ganha, em média, R\$4 mil. Nós



tivemos, em 2019, ainda uma queda muito maior em relação à média salarial de mulheres. Isso é muito sério! Inclusive, nós tivemos uma queda significativa nos últimos sete anos.

Essa lei, no meu entendimento, vem dar um alento, mas, ao mesmo tempo, também é muito bom a gente frisar que essa é uma fiscalização muito complexa. Não é simples fazer essa busca para fazer esses comparativos da média salarial entre homens e mulheres, porque ela é multiforme, ela é complexa. E, para isso, nós precisamos de elementos e, inclusive, de tecnologia e de fiscalização mais eficientes, para que nós, de fato, possamos combater esse tipo de desigualdade. A gente já avançou muito no Brasil, é bem verdade, mas a gente precisa avançar ainda mais.

Eu sempre digo: nós nem sequer poderíamos votar, nem sequer seríamos votadas, e hoje já somos aqui 12 Senadoras no Senado Federal, mas nós temos uma vasta caminhada ainda pela frente em várias áreas, sobretudo na área salarial. Nós, como eu disse, estudamos bastante, mas, infelizmente, na ponta, na hora de trabalhar, o salário ainda é muito menor, muito embora, diferentemente da maioria dos homens, as mulheres acabem fazendo uma dedicação exclusiva do seu rendimento familiar à educação e à formação da sua família, ao equilíbrio familiar.

Eu quero cumprimentar o Paim e o Presidente da Casa e lembrar, Presidente Rodrigo Pacheco, que a Liderança feminina está dando, na verdade, uma participação efetiva na pauta feminina. A gente está ainda em março, hoje é o penúltimo dia, mas nós não estamos mais na semana do dia 8 março, e, historicamente, no Congresso Nacional, essas pautas só vinham na semana do dia 8 de março. Então, hoje, termos uma Liderança feminina muito bem conduzida pela nossa Simone é a demonstração de que essa pauta estará presente em todos os dias do ano. Isso é uma vitória das mulheres e um reconhecimento do Presidente Rodrigo Pacheco, quando instituiu essa Liderança aqui no Congresso Nacional.

Muito obrigada.

É claro que nós fazemos o encaminhamento, com muita honra, favorável a esse projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senadora Eliziane Gama.

Para discutir a matéria, com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, eu fui muito enfática. Quero até aqui pedir certa desculpa, porque, na última discussão desse projeto, eu disse: "São dez anos, e a gente ainda vai discutir?".

Eu quero aqui parabenizar o Deputado Federal Marçal Filho e o nosso Senador Paulo Paim.

E ao Sr. Presidente eu quero aqui agradecer por ter pautado essa matéria também. A Liderança feminina no Colégio de Líderes foi um ganho grande que a gente teve.

Quero agradecer a todos os Senadores e Senadoras e dizer aqui para o Brasil: mulheres brasileiras, esse é um projeto que esperou dez anos aqui no Senado, e, hoje, com a ajuda desses colegas, de todo o Senado Federal, nós estamos aprovando algo que, como a colega Eliziane já falou, já era para existir, mas que não existia, gente! E nós vamos ter igualdade salarial para trabalhos iguais, porque conseguimos botar aquilo que era necessário.

Eu espero que a maioria das empresas não precise ser multada, essa não é a nossa intenção. A nossa intenção é o respeito por mulheres trabalhadoras.

Parabéns, Senado Federal!

Meus parabéns às minhas colegas e amigas, Simone Tebet, em nome da nossa Senadora Nilda, que está aniversariando hoje, Rose de Freitas e Kátia Abreu! Esse é um ponto bastante importante para as mulheres brasileiras.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço



à Senadora Zenaide Maia.

Para discutir a matéria, tem a palavra a Senadora Soraya Thronicke.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Presidente, eu, como sul-mato-grossense, não poderia deixar de discutir a matéria aqui.

Quero parabenizar o Deputado Marçal Filho. Quero parabenizar também a sua então esposa, Keliana, porque foi ela que o inspirou, que cobrou dele essa reprimenda para aqueles que descumprem a igualdade.

Nós já tínhamos igualdade material, já tínhamos igualdade formal na legislação. A CLT e a Constituição Federal nos garantem a isonomia, a igualdade, toda a equiparação, mas não havia uma reprimenda. Então, agora, nós já temos essa reprimenda, com o acolhimento, por parte do Relator, Paulo Paim. Muito obrigada por acolher a emenda de redação que garante que o juiz aplique essa multa e também por deixar claro que essa multa será aplicada em até cinco vezes essa diferença em favor da mulher. Outro detalhe é que reproduziu novamente o prazo prescricional de cinco anos. É importante deixar claro que essa multa é de até cinco vezes justamente para que o juiz possa fazer a isometria da pena.

Muito obrigada a todos os Senadores que colaboraram, ao Senador Vanderlan.

Agora está tudo certo, Senador Vanderlan? Está tudo o.k., não é?

E nós não precisamos nos preocupar, porque quem não comete essas diferenças nas suas empresas não vai correr esse risco.

Parabéns, mais uma vez! Este é um grande momento. Infelizmente, teve que ser assim, não foi suficiente a legislação nos equiparar para que tivéssemos esse respeito legal, mas, enfim, conquistamos algo mais para oferecer para as mulheres.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Muito obrigada ao Relator.

E, mais uma vez, parabéns ao Marçal Filho e à Keliana!

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senadora Soraya Thronicke.

Para discutir, com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de comemorar com as minhas colegas e com os colegas Senadores.

Paulo Paim, esse guerreiro, valente e competente gaúcho, muito obrigada pelo seu empenho em nos ajudar na aprovação dessa matéria.

As mulheres, até que enfim, têm justiça neste País. Presidente, eu tenho que confessar que eu acho que muitas mulheres trabalham mais do que os homens, sem preconceito. Deveriam ganhar muito mais do que muitos homens. Sabem por quê? Porque mulher dá conta de fazer dez coisas ao mesmo tempo, e normalmente não é o perfil do homem fazer dez coisas ao mesmo tempo. Nós aprendemos a fazer isso desde criança dentro de casa. Então, na verdade, nós deveríamos ganhar muito mais.

O Contarato diz que agora é apaixonado pelas mulheres, mais ainda, depois que ele se tornou pai e aprendeu a cuidar de criança, e aí viu o nosso sofrimento.

Sr. Presidente, eu não posso encerrar minhas palavras sem falar da nossa tragédia, eu não consigo, meu coração está muito apertado. E nós temos que falar, falar, falar, até as coisas se solucionarem. Não é acusar, acusar, acusar; é falar, falar, falar, porque nós precisamos de vacina. O mundo tem que ter solidariedade e sentimento de humanidade com o Brasil.

Comparando o Brasil com a Índia, por exemplo. Nós temos 211 milhões de habitantes; a Índia tem





1,380 bilhão. Quantas vezes mais do que o Brasil! Lá morreram 117 pessoas por milhão de habitantes; aqui 1.485 pessoas por milhão de habitantes. Vamos pegar a Rússia, que também tem uma população grande de 145 milhões de habitantes: lá morreram 160 pessoas por milhão de habitante; o Brasil, repito, 1.485. Se formos para a Indonésia, que tem população maior do que o Brasil, 273 milhões de habitantes: lá morreram 148 pessoas por milhão de habitante; no Brasil, 1.485 pessoas por milhão de habitantes.

E, infelizmente, até agora, nós só vacinamos 7,7% da população: com duas vacinas, 2%; com uma dose só, 7%.

Nós temos que insistir, Sr. Presidente, com a ONU, com a OMS, com os Estados Unidos, como o Ministro tem feito agora, fazendo a proposta da troca de vacinas. Hoje novamente eu falei com o Embaixador da China, estou oficializando novamente, pedindo audiência agora *on-line* com a OMS. Nós não podemos parar um minuto.

Já está começando um alerta, Sr. Presidente, que até um dia desses ninguém falava lá fora: o risco do Brasil. Só a gente que falava, falava, falava, mas agora pesquisadores e cientistas do mundo todo já começaram a colocar na imprensa o que o Brasil pode significar de risco de novas cepas, de novas formas de Covid e prejudicar o mundo.

Nós temos que falar. Este mês de abril é o mês crucial em que nós temos, ao mesmo tempo, pedir às mães, às donas de casa, às mulheres, às avós, às tias, por favor, que nos ajudem mais uma vez a ficar com a família em casa, usar máscara, álcool em gel e manter o distanciamento. Eu conclamo todas as mulheres guerreiras deste País que possam ajudar o Brasil mais uma vez, como vocês têm feito até hoje.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa., Senadora Kátia Abreu.

Indago ao Plenário se podemos submeter à votação simbólica esse projeto. (*Pausa.*)

Todos de acordo.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o projeto e as emendas, nos termos do parecer, em turno único.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

A consolidação do texto e as adequações de técnica legislativa serão apostas aos autógrafos da matéria, dispensada a redação final.

A matéria, aprovada com emenda de redação, vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Antes de passar para o próximo item, passo a palavra à aniversariante do dia, Senadora Nilda Gondim.

**A SRA. NILDA GONDIM** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem.) – Obrigada.

Eu quero manifestar o meu carinho, o meu apreço por todos vocês. Em tão pouco tempo eu aprendi a querer bem a vocês. Eu quero agradecer às minhas amigas, colegas Senadoras, aos meus amigos, colegas Senadores, por essas manifestações de carinho à minha pessoa. Muitíssimo obrigada!

E ao nosso Paulo Paim, que eu admiro tanto, parabéns, Paulo Paim! Parabéns! Foi uma vitória maravilhosa para todas nós mulheres que tanto desejávamos isso: conquistar! Mais uma justiça que é feita à mulher. Parabéns! Nós estamos de parabéns!

Muitíssimo obrigada por toda essa manifestação de afeto e de carinho de vocês.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço, nobre Senadora Nilda Gondim, e renovamos aqui os votos de um feliz aniversário. Muita saúde para a



senhora.

Anuncio o item 4 da pauta.

Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, do Deputado Felipe Carreras, que dispõe sobre ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia de Covid-19.

Perante a Mesa foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 16, já disponibilizadas na tramitação da matéria, e que serão encaminhadas à publicação. **(Vide Item 2.2.4 do Sumário)**

A Emenda nº 3 foi retirada pelo autor.

A matéria depende de parecer.

Faço a designação da Senadora Daniella Ribeiro para proferir parecer de Plenário.

E antes de passar a palavra à Senadora Daniella Ribeiro, permitam-me aqui corrigir o ato falho. Eu não fiz aqui o reconhecimento do belo trabalho feito pelo Senador Paulo Paim no item anterior. Então, meus parabéns, Senador Paulo Paim, cuja qualidade do trabalho foi aqui por todos reconhecida, e agradecendo a todos que colaboraram para o aprimoramento do projeto, sobretudo a nossa valorosa Bancada Feminina, das nossas 12 Senadoras da República. Muito obrigado.

Faço, portanto, a designação da Senadora Daniella Ribeiro para proferir parecer de Plenário e concedo-lhe a palavra, Senadora.

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, aproveito, da mesma forma, para parabenizar o Senador Paulo Paim pelo seu trabalho e por tudo o que o senhor fez nessa relatoria tão importante para nós mulheres, equiparando o salário, nessa questão salarial que é algo que sempre nos incomodou, mas agora, com essa relatoria, passamos a ter um instrumento extremamente importante para não só cobrarmos, mas, acima de tudo, para termos a legitimidade de fazer com que as coisas agora aconteçam de fato.

Quero parabenizar também minha colega Leila Barros, que hoje assumiu a Procuradoria da Mulher, e tenho certeza de que fará um grande trabalho, assim como fez a nossa querida Rose de Freitas. Leila, estou muito feliz em saber que teremos à frente uma grande mulher. Aliás, Sr. Presidente, de pronto quero dizer que eu estou muito feliz com essa Bancada Feminina, que agora tem a união mais do que nunca. Foi muito importante para todas nós, dentro do Senado Federal, porque trouxe uma unidade que nós não tínhamos antes, diante desse momento que estamos vivendo, através da liderança da nossa tão competente Simone Tebet.

Aproveito para parabenizar a nossa querida Senadora Nilda Gondim, colega paraibana, que nos representa tão bem no Senado Federal.

Sr. Presidente, antes de ler a matéria, queria dizer que, nesse momento, mais de 6 milhões de brasileiros nos assistem e esperam essa votação extremamente importante para o País, pessoas que são conhecidas e são invisíveis para o País. São aqueles que foram os primeiros a parar na pandemia e serão certamente os últimos a voltar na pandemia. E pararam porque são aqueles que trabalham com aglomeração. Para que eles possam trabalhar, tem que existir aglomeração.

Então, eu vou passar a ler o nosso relatório do projeto de autoria do Deputado Felipe Carreras, que, na Câmara Federal, foi votado por quase totalidade, unanimidade – só oito votos contrários. E, durante essas semanas, nós trabalhamos junto ao Governo para tornar realidade aquilo que não poderia ser apenas um empréstimo, não apenas um crédito. Para quem não tem dinheiro, não tem nada, passou o ano sem nada, seria o cúmulo do absurdo. Essa foi sempre a nossa discussão. E aqui quero agradecer ao Líder Fernando Bezerra, que também participou dos nossos diálogos com o Governo.

Passo a ler o relatório, Sr. Presidente.



Em análise neste Plenário o Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, cujo principal objetivo consiste em instituir o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), com a finalidade de criar condições para que o setor possa mitigar as perdas decorrentes da pandemia da Covid-19.

Para tanto, a proposição possui 11 artigos. O primeiro artigo define o escopo da lei, estabelecendo ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de isolamento ou de quarentena realizadas para enfrentamento da pandemia da Covid-19.

O art. 2º institui o Perse para que o setor de eventos possa mitigar perdas oriundas do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Nos termos do §1º, consideram-se pertencentes ao setor de eventos as pessoas jurídicas, incluídas entidades sem fins lucrativos, que exercem as seguintes atividades econômicas:

I - realização ou comercialização de congressos, feiras, eventos esportivos, sociais, promocionais ou culturais, feiras de negócios, *shows*, festas, festivais, simpósios ou de espetáculos em geral, casas de eventos, casas noturnas, casas de espetáculos;

II - hotelaria em geral;

III - administração de salas de exibição cinematográfica; e

IV - prestação de serviços turísticos, conforme o art. 21 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.

O art. 3º autoriza o Poder Executivo, no âmbito do Perse, a disponibilizar modalidades de renegociação de dívidas, incluídas as de natureza tributária, não tributária e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nos termos e nas condições previstos na Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, cujo art. 1º "estabelece os requisitos e as condições para que a União, as suas autarquias e fundações, e os devedores ou as partes adversas realizem transação... (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Senadora Daniella Ribeiro...

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Estou voltando, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – V. Exa. se mantém conectada?

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Sim, estou voltando. Só um instante, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Estamos ouvindo V. Exa.

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Só um instante, Presidente. Pronto, agora sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço a V. Exa. Com a palavra.

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Eu que agradeço.

Em quatro horas de sessão, a bateria aqui baixou, mas agora está tudo bem, Sr. Presidente. Obrigada.

O art. 3º autoriza, nos termos e nas condições previstos na Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, cujo art. 1º "estabelece os requisitos e as condições para que a União, as suas autarquias e fundações, e os devedores ou as partes adversas realizem transação resolutiva de litígio relativo à cobrança de créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária [...]”...

... que determina que "a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como



estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios”, conforme estabelecido no §1º do referido art. 4º.

O art. 5º reduz a 0% (zero por cento), pelo prazo de 60 (sessenta) meses, as alíquotas das contribuições para: 1) o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep); e 2) da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre as receitas decorrentes das atividades de eventos; bem como da 3) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidente sobre o resultado auferido pelas empresas de eventos.

Porém, a disponibilidade dos recursos necessários para o atendimento ao disposto dessa redução de alíquotas fica condicionada à entrada em vigor de lei orçamentária com previsão específica, conforme determina o parágrafo único do art. 5º.

O art. 6º prorroga até 31 de dezembro de 2021, para as empresas de eventos, os efeitos: i) da Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020, que institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública; e ii) da Lei nº 14.046, de 24 de agosto de 2020, que dispõe sobre o adiamento e o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e de cultura em razão do estado de calamidade pública.

O art. 7º determina que, para as medidas de que trata esta lei, além dos recursos do Tesouro Nacional, poderão ser utilizados como fonte de recursos: i) o produto da arrecadação da Loteria Federal e das loterias de prognósticos numéricos, de prognóstico específico e de prognósticos esportivos, além da Loteria Instantânea (Lotex), de que tratam, respectivamente, os arts. 15, 16, 17, 18 e 20 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018; ii) dotação orçamentária específica; e iii) outras fontes de recursos.

O art. 8º estabelece que as empresas de eventos fiquem elegíveis até 31 de dezembro de 2021 ao Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), de que trata a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, na modalidade de garantia (Peac-FGI) por meio da disponibilização de garantias via Fundo Garantidor para Investimentos (FGI). Os parágrafos deste artigo discriminam como se darão tais operações.

O art. 9º acrescenta o art. 20-A à citada Lei nº 13.756, de 2018, determinando que, no exercício de 2021, o valor equivalente a 3% da participação no produto da arrecadação da Loteria Federal, das loterias de prognósticos numéricos, de prognóstico específico, de prognósticos esportivos e da Loteria Instantânea (Lotex) seja destinado a ações emergenciais para o setor de eventos, compensando-se o percentual equivalente com a redução do percentual reservado ao pagamento de prêmios e ao recolhimento do Imposto de Renda incidente sobre a premiação das respectivas modalidades lotéricas.

O art. 10 oferece nova redação ao §2º do art. 11 da já mencionada Lei nº 14.020, de 2020, estabelecendo que, na hipótese de a convenção coletiva ou o acordo coletivo de trabalho estabelecer redução de jornada de trabalho e de salário em percentuais diversos do acordado entre empregador e seus empregados, o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda será devido na mesma proporção da compensação da redução de jornada e de salário, revogando-se ainda os incisos I a IV deste dispositivo.

Finalmente, o art. 11 estabelece que a futura lei, nos termos usuais, entrará em vigor na data de sua publicação.

Foram apresentadas 16 emendas ao projeto, sendo que a Emenda nº 3, de autoria do Senador Jaques Wagner, foi retirada pelo autor, mediante apresentação do Requerimento nº 1.267, de 2021.

A primeira emenda, de autoria do Senador Acir Gurgacz, possui o objetivo de incluir os prestadores de serviços de alimentação fora do lar, bares e restaurantes entre os beneficiários da futura lei, por entender que tais setores estão pagando uma conta desproporcional que precisa ser compensada por políticas públicas específicas.

A Emenda nº 2, do Senador Roberto Rocha, objetiva que também poderão ser utilizados para



financiar os objetivos a serem alcançados com o projeto os recursos de operação de crédito interna decorrente da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, para ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid.

As Emendas nºs 4, 12 e 16, de autoria dos Senadores Jaques Wagner, Randolfe Rodrigues e Rose de Freitas, objetivam incluir as empresas de prestação de serviços turísticos, conforme o art. 21 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, inclusive prestadores de serviços de alimentação fora do domicílio, serviços de bufês, bares, restaurantes, cafeterias, lanchonetes e similares, entre os beneficiários do Perse.

As Emendas nºs 5 a 7 são de autoria do Senador Styvenson Valentim. A Emenda nº 5 objetiva reduzir o prazo de análise das solicitações de renegociação de dívidas, de 30 dias úteis para 15 dias corridos, por entender que as dificuldades enfrentadas pelo setor de eventos são absolutamente gigantescas e necessitam serem enfrentadas com a máxima urgência.

A Emenda nº 6 propõe que a entrada mínima na renegociação de dívidas seja limitada em 5% do valor da dívida a ser renegociada.

A Emenda nº 7 faculta aos micro e pequenos empresários que possam oferecer como garantia, na renegociação de dívidas, bens de propriedade da pessoa física dos sócios.

A Emenda nº 8, de autoria do Senador Izalci Lucas, equipara, para os efeitos da lei, ao setor de eventos o setor de alimentação fora do lar que compreende bares, restaurantes, casas noturnas, lanchonetes, *buffets* e similares.

A Emenda nº 9, da Senadora Rose de Freitas, propõe que as ações do Perse permaneçam enquanto durarem os efeitos da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

A Emenda nº 10, de autoria do Senador Jaques Wagner, propõe alterar a redação do inciso I do §2º do art. 3º da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, para que o Peac tenha carência até dezembro de 2021.

A Emenda nº 11, do Senador Mecias de Jesus, objetiva permitir, até 31 de dezembro de 2021, o penhor de veículos sem que estejam previamente segurados contra furto, avaria, perecimento e danos causados a terceiros.

As Emendas nºs 13 e 14, do Senador Fernando Bezerra Coelho, buscam suprimir os art. 5º e 10 do projeto, que tratam da redução a zero das alíquotas de tributos federais e do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

A emenda nº 15, do Senador Jean Paul Prates, promove ajuste no projeto, de modo a incluir no rol de beneficiários do Perse as empresas que indiretamente promovem evento.

Análise.

Por força da aprovação, pelo Plenário, do Requerimento nº 794, de 2021, de autoria do Senador Jader Barbalho e de outros 11 Senadores e Senadoras, incluindo Líderes partidários, o Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, tramita em regime de urgência, nos termos dos arts. 336, inciso III, e 338, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.

De fato, a matéria foi também aprovada em regime de urgência pelo Plenário da Câmara dos Deputados, em 3 de março de 2021, que também aprovou os pareceres de Plenário pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da proposta, e pela Comissão de Finanças e Tributação, pela sua adequação financeira e orçamentária, além do parecer pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, pela aprovação da matéria na forma de subemenda substitutiva global que relatamos e agora analisamos.

Ressalte-se que concordamos e apoiamos com o inteiro teor de tais pareceres, de tal forma que julgamos inexistir impedimentos à aprovação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020.



Antes do início da pandemia do novo coronavírus, previa-se um crescimento de 2,2% para o PIB brasileiro em 2020. Porém, ainda no primeiro trimestre, com a chegada da Covid, o cenário mudou. As ações de controle da pandemia provocaram a necessidade de isolamento social, principal forma de deter a disseminação do vírus em larga escala, que acarretou severos impactos na economia mundial, em especial no setor de eventos, que compreende atividades econômicas que demandam espaços e contatos físicos para funcionar.

O mercado de eventos é formado por, ao menos, 52 segmentos, que englobam segurança, marketing, transporte, logística, hospedagem, alimentação, infraestrutura e centros de convenções, entre vários outros.

Com mais de 60 mil empresas e 7,5 milhões de empregos diretos, indiretos e terceirizados na economia nacional – número maior do que o gerado pela indústria automobilística –, o setor de eventos contribuiu com R\$ 48,69 bilhões de impostos.

O último estudo realizado sobre o setor, em 2013, revela que o segmento movimentou, em toda a cadeia de serviços, R\$209,2 bilhões, o que representou uma participação de 4,32% do PIB do Brasil. Naquele ano, o Brasil sediou 590 mil eventos, 95% deles nacionais, dos quais participaram 202,2 milhões de pessoas.

Estimativas de representantes do setor indicam que 51,9% dos eventos programados para 2020 foram cancelados, adiados sem data definida ou reagendados para datas futuras – até porque no ano que vem você não faz mais o São João do ano passado, isso não existe, sabemos disso; o São João ou qualquer outro tipo de festa, o Carnaval, etc., só como exemplo. O adiamento ou o cancelamento dos maiores eventos no Brasil representou, em um período de apenas dois meses, um prejuízo médio de R\$80 bilhões.

O Brasil é um país reconhecido internacionalmente como destino turístico por suas grandiosas festas de réveillon, Carnaval, festas juninas, folclóricas e de comemorações religiosas que reúnem multidões.

Também há grandes feiras, eventos esportivos e de negócios, congressos e festivais que movimentam o mercado nacional.

A título de exemplo, o Carnaval de 2020 foi o último grande evento realizado no Brasil. Conforme informações veiculadas pelo Ministério do Turismo, com base nos dados da Confederação Nacional do Comércio, de Bens, Serviços e Turismo, houve recorde na participação do público, sendo registrados um crescimento de 30% em comparação a 2019 e a geração de R\$8 bilhões em receitas e de 25,4 mil empregos temporários.

Na crise generalizada em que se abate a economia mundial, o setor de eventos é o mais sacrificado por depender em grande parte de congregações humanas, tanto na ponta da produção quanto no consumo.

Cerca de 97% das atividades estão completamente paralisadas e mais de 450 mil postos de trabalhos formais, entre diretos e indiretos, já foram extintos.

Do ponto de vista econômico, a parada da cadeia produtiva impacta a geração de empregos em setores que não são só do mercado de eventos, mas que dependem deste para manterem suas atividades. O impacto é significativo na receita de empresas e, consequentemente, na geração de trabalho, o que é exponencialmente danoso para o ciclo econômico.

Considerando o gigantesco prejuízo sofrido pelo setor de eventos, entendemos que a implementação do Perse (Programa Emergencial de Recuperação do Setor de Eventos), proposto pelo PL nº 5.638, de 2020, é meritória, conveniente e bastante oportuna, sendo, portanto, o projeto em tela merecedor de aprovação.

Quanto às emendas apresentadas, no tocante à Emenda nº 1, entendemos que os setores mencionados continuaram funcionando, mesmo que parcialmente, pelo sistema de *delivery* e *take-out*, devendo, portanto, ser rejeitada.

Nesse sentido também, para que se entenda, dentro da proposta do Governo, das reuniões dentro de



Governo, também foi mencionada essa questão, justamente pelo Perse poder atender aqueles que pararam definitivamente.

Julgamos a Emenda nº 2 digna de aprovação, por ampliar as fontes de recursos para o alcance dos objetivos do projeto.

As Emendas nºs 4, 8, 12 e 16, de forma similar à Emenda nº 1, objetivam a inclusão de alguns setores que continuaram funcionando, mesmo que parcialmente, pelo sistema de *delivery* e *take-out*, como bares, restaurantes, cafeterias, lanchonetes e similares. Porém, as atividades dos prestadores de serviços de *buffets* sociais, inclusive infantis, foram completamente paradas, merecendo tais setores serem incluídos no Perse. Dessa forma, estas emendas serão acatadas parcialmente.

Consideramos o prazo máximo de 15 dias corridos para análise das solicitações de adesão ao Perse, conforme proposto na Emenda nº 5, muito curto, o que poderá, inclusive, inviabilizar a implementação do programa. Dessa forma, somos levados à sua rejeição.

Da mesma forma, o limite de 5% para entrada mínima, proposto na Emenda nº 6, e a possibilidade de oferecer bens de propriedade da pessoa física dos sócios de micro e pequenos empresários, da Emenda nº 7, embora sejam propostas com o intuito de beneficiar os participantes do Perse, acabam se revertendo em sentido contrário, visto que os termos originais do PL nº 5.638, de 2020, vedam tais dispositivos. Por essas razões, consideramos preferível não acatar estas emendas.

Quanto à Emenda nº 9, entendemos que as ações do Perse possuem prazos bem definidos, de forma que somos levados a rejeitá-la.

A Emenda nº 10, por tratar do Peac, um programa que já foi extinto e, portanto, não dispõe de mais recursos para subsidiá-lo, não deve ser acatada. Aliás, essa é a razão de termos alterado o projeto para inserir outros programas de acesso ao crédito, alternativas necessárias por não ser mais possível o acesso aos recursos do Peac.

Da mesma forma, entendemos que a Emenda nº 11 deva ser recusada, por não guardar relação direta com o tema tratado no PL nº 5.638, de 2020. Ademais, o projeto já isenta o empresário da apresentação de garantias.

No que toca à Emenda nº 13, estamos acolhendo a supressão do art. 10 do projeto original, por já haver negociações avançadas para a edição de um novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

Em relação à Emenda nº 14, entendemos que mereça ser rejeitada, na medida em que a redução a zero de alíquotas de tributos federais é um importante instrumento de fomento ao setor de eventos, que há mais de um ano está parado.

Merece acolhimento a Emenda nº 15, na medida em que promove ajuste no sentido de deixar claro que empresas de som, luz, foto, vídeo, multimídia, operadores, entre outros, também integram o grupo de beneficiários do projeto.

Além dessas alterações, entendemos serem necessários mais alguns ajustes no projeto, especificamente quanto às contrapropostas a serem exigidas dos devedores participantes, bem como na elaboração de parâmetros para aceitação da transação ou para mensuração do grau de recuperabilidade, e na atuação das associações representativas dos setores beneficiários do Perse, conforme previsto nos §§7º, 8º e 9º do art. 3º da proposição.

Entendemos também que a dispensa dos dispositivos prevista no art. 4º, quando da contratação de operações de crédito, deva ser suprimida, como também a prorrogação dos prazos das Leis nº 14.020, de 6 de julho de 2020, e nº 14.046, de 24 de agosto de 2020, conforme estabelecia o art. 6º da proposta, e as alterações na Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020, conforme art. 10.

A previsão contida no art. 8º para que as pessoas jurídicas alcançadas pelo Perse tivessem acesso ao



Peac, nos termos da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, deve ser realinhada alcançando aqueles que se enquadrem nos critérios do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), no âmbito das operações regidas pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020.

Julgamos necessário que a certidão referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União seja de 180 dias, contados da data de emissão da certidão, sendo essencial, portanto, uma alteração na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Ademais, considerando que o setor de eventos encontra-se parado há mais de um ano, sem faturar e sem possuir recursos em caixa, mesmo que com algum acesso ao crédito, torna-se fundamental instituir uma indenização que permita que o setor disponha de algum recurso para a retomada de suas atividades. Acreditamos que tais indenizações poderão ser pagas com os recursos elencados no projeto, que não possuem destinação específica.

Sabe-se também que as dificuldades impostas pelo enfrentamento da pandemia resultaram em grandes prejuízos, especialmente às microempresas e empresas de pequeno porte. Dessa forma, propomos a instituição do Programa de Garantia aos Setores Críticos (PGSC), a ser operacionalizado por meio do FGI, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e terá como objetivo a garantia do risco em operações de crédito contratadas com base da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2009, com o objetivo de fomentar as exportações do País, e sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas e para produtores rurais e suas cooperativas; e altera as Leis nºs 11.491, de 20 de junho de 2007, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.001, de 13 de março de 1990. Saliente-se que a formulação do PGSC contou com a valorosa colaboração dos técnicos do Governo.

Todas essas alterações nos levam a propor uma emenda substitutiva, contemplando inclusive as Emendas nºs 2, 4, 8, 12, 13, 15 e 16, que são parcialmente acatadas, em conformidade com a técnica legislativa.

Voto.

Diante do exposto, manifesto voto favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, pela rejeição das Emendas nºs 1, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 14, e acatamento parcial das Emendas nºs 2, 4, 8, 12, 13, 15 e 16, na forma da seguinte emenda substitutiva. **(Íntegra do Parecer nº 47/2021-PLEN-SF - Vide Item 2.2.4 do Sumário)**

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senadora Daniella Ribeiro, se quiser dispensar a leitura do substitutivo, já está publicado.

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Já está publicado, não é? Então, está tudo bem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeito. Está concluído, Senadora Daniella Ribeiro?

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Está sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeito. O parecer é favorável ao projeto e parcialmente às Emendas nºs 2, 4, 8, 12, 13, 15 e 16, nos termos da Emenda nº 17 (Substitutivo), que apresenta, e contrário às demais emendas.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua apreciação.

Foi apresentado o Requerimento de destaque nº 1.272, do Senador Eduardo Braga, Líder do MDB, de destaque da Emenda nº 9. **(Vide Item 2.2.4 do Sumário)**

Antes de passar a palavra ao Senador Eduardo Braga, eu volto à eminente Relatora, Senadora Daniella Ribeiro.





**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Como Relatora.) – Sr. Presidente, é só uma complementação de voto, porque, após a entrega do parecer – eu preciso ler isso para os colegas –, verificamos a possibilidade de haver um conflito entre o artigo... Isto já está aí também; acredito que tenham recebido já, mas por via das dúvidas... Após a entrega do parecer, verificamos a possibilidade de haver um conflito entre o art. 15, §1º, da emenda substitutiva que apresentamos com a Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018, a chamada Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e, por isso, nós suprimimos esse parágrafo.

Era isso que eu queria trazer.

Já está aí?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço...

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Já está publicada, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Já está publicada a complementação de voto. Portanto, a complementação de voto já está incorporada ao parecer de V. Exa., para conhecimento do Plenário.

Passo a palavra, a respeito do Requerimento de destaque nº 1.272, ao Líder Eduardo Braga.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, primeiro eu queria cumprimentar o Paulo Paim, cumprimentar a todos pela aprovação, ainda há pouco, do projeto anterior, em que colocamos a igualdade de remuneração entre homens e mulheres, corrigindo uma injustiça de muitos anos. Eu quero cumprimentar todas as mulheres brasileiras e as nossas Senadoras pela luta!

Segundo, Sr. Presidente, nós do MDB apoiamos integralmente este projeto de lei, porque faz justiça a milhões de brasileiros que foram severamente alcançados e punidos pela pandemia numa atividade que emprega todo tipo de mão de obra, seja nas bilheterias, *roadies*, na preparação de iluminação, dos palcos, na passagem de som, na segurança, enfim, todos esses são prejudicados. Portanto, nós apoiamos integralmente o projeto e o relatório.

Em terceiro lugar, nós sabemos que, se aprovarmos algum destaque, nós vamos obviamente forçar a ida desse projeto novamente à Câmara, e nós não gostaríamos de promover esse retardamento. Portanto, o MDB, nós conversamos ainda há pouco com a Senadora Rose, que, de uma forma muito solidária e muito compreensiva com todas as pretensões, em que pese a emenda da nossa Senadora seja extremamente meritória... Nós entendemos que essa ajuda já tarda aos trabalhadores da área de eventos.

Portanto, o MDB retira o requerimento de destaque, para que nós possamos votar, se for o caso, simbolicamente, inclusive, para apoiarmos da forma mais célere possível a aprovação desse projeto de lei, que é, na minha opinião, muito, mas muito importante para milhões de brasileiros e que faz justiça para com milhões de brasileiros e famílias também do País.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O Líder do MDB Senador Eduardo Braga retira o requerimento de destaque, de modo que não há mais destaque remanescente.

Para discutir a matéria, o Líder do PSD, Senador Nelsinho Trad.

**O SR. NELSON TRAD** (PSD - MS. Pela Liderança.) – Senador Rodrigo Pacheco e demais colegas, não poderia (*Falha no áudio.*) ... Relatora dessa matéria mais apropriada do que a Senadora Daniella Ribeiro, por ser da Paraíba, um Estado que tem uma característica de festas juninas e julinas, que realmente são um marco nas atividades folclóricas do Brasil. Sensível àqueles que organizam esses eventos, ela colocou o coração para relatar essa matéria.



Então, eu quero dizer que, com muita justiça, com muito senso de justiça, provocados que fomos aqui, no nosso Estado, pelo Thiago do La Riviera Buffet; pelo Ninho, promotor de eventos; pelo Bruno, que é da Fundação de Turismo do Mato Grosso do Sul, nós vamos encaminhar favoravelmente, vindo numa excelente hora esse auxílio. Quinhentos e noventa mil eventos, 90% deles brasileiros, correspondem a 209 bilhões em faturamento, geração de 2 milhões de empregos diretos e indiretos, correspondentes a 4,32% do PIB brasileiro. É um socorro justo, necessário, pronto e imediato, porque foi o primeiro setor que realmente sofreu um verdadeiro *lockdown*, e agora nós estamos aqui buscando reparar esse sofrimento e essa mitigação.

Parabéns à Senadora Daniella Ribeiro, relatório magnífico, colocou realmente o coração para que a gente pudesse apreciar essa matéria com muita tranquilidade. O PSD é favorável, amplamente, a essa aprovação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. RODRIGO PACHECO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado a V. Exa., Líder Nelsinho Trad.

Para discutir a matéria, o Líder do PT, Senador Paulo Rocha.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, quem vai encaminhar a matéria, encaminhar o nosso voto é o Senador Jaques Wagner.

Antes, porém, quero dizer duas coisas, Presidente. Uma é agradecer à nossa Relatora, parabenizando-a, e agradecê-la por atender às duas emendas que vieram da nossa bancada, que ampliam aos outros setores. Também quero dizer, levantar o papel que o Parlamento, o Congresso Nacional e, principalmente, o Senado Federal tem feito, dando respostas claras a essas crises. Vem desde o auxílio emergencial, apoio à micro e pequena empresa, o pessoal da agricultura familiar, o setor cultural, os profissionais liberais, e este projeto vem exatamente nesse nível de atender os setores mais prejudicados pela crise da pandemia e da nossa economia.

Peço a V. Exa. para transferir a fala para o Senador Jaques Wagner.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeitamente! Com a palavra o nobre Senador Jaques Wagner.

**O SR. JAKES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente. Cumprimento a todos os colegas Senadoras e Senadores. Cumprimento particularmente a Líder Daniella Ribeiro, Relatora desse projeto, e parabenizo-a, assim como fez Nelsinho Trad, pela dedicação, pelo carinho, pela sensibilidade com o setor.

E eu não vou disputar com V. Exa., mas a Bahia também é muito promotora de muitos eventos e festas e, portanto, são muitos os setores, amigos inclusive nossos, que sofrem. Agora mesmo estive com um grupo desse, semana passada, sobre o São João; eventualmente fazer um São João virtual.

E lhe agradeço muito por ter acolhido em parte a Emenda nº 4, que estende também para as chamadas empresas de bufê, que efetivamente também são parte da construção de eventos, sejam eles mais privados, como casamentos – que também foram restringidos – ou mesmo quando se fazem camarotes, etc., porque eles pararam de trabalhar.

Então, parabéns a V. Exa.

Aproveito a palavra, Sr. Presidente, só para dizer que, quanto à Lei Aldir Blanc, em breve nós deveremos trabalhar para prorrogá-la, porque o setor cultural vai continuar ainda, enquanto nós não temos vacina, enquanto nós não reduzirmos o contágio, sofrendo, como este que estamos acabando de beneficiar agora.

Parabéns à Líder Daniella.



Obrigado, Sr. Presidente, e ao meu Líder por me deferir a condução desse voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço, Senador Jaques Wagner.

Para discutir, Líder do PSDB, Senador Izalci Lucas.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela Liderança.) – Presidente, primeiro eu quero também parabenizar o Senador Paim pela aprovação de um projeto tão importante na questão do combate à diferença entre a remuneração de homens e mulheres, uma coisa absurda. De qualquer forma, depois de anos, a gente aprova esse projeto importante.

Com relação ao PL 5.638, de apoio ao setor de eventos, quero parabenizar também a Senadora Daniella.

É evidente que nós gostaríamos de ter ampliado isso. Eu sei que a Senadora acatou parcialmente a nossa emenda, mas, de fato, mais de 1 milhão de pessoas perderam o emprego nessa área de bares e restaurantes. Realmente a gente precisa tomar uma providência com relação aos demais setores. Há muito financiamento vencendo agora, impostos que foram parcelados em função de projetos que aprovamos no ano passado. Inclusive disse isto ao Ministro Paulo Guedes, nós temos financiamentos do Finor, do Finam, do FCO e também projetos que começaram e que, com a pandemia, foram interrompidos. Então, há uma série de providências que nós temos de tomar com relação às pequenas e às microempresas.

Eu sei que já aprovamos algumas coisas, mas tudo aquilo que nós aprovamos em 2020 se agravou mais em 2021. Então, não há por que a gente ficar agora aprovando um a um. O Governo poderia pegar tudo que já aprovamos ano passado e prorrogar tudo isso, porque, de fato, as empresas não conseguem mais pagar os financiamentos e pagar impostos em um momento em que há *lockdown* para todo lado, com dificuldade de recuperação.

Então, parabenizo...

Nós vamos votar daqui a pouco... O Senador Jaques Wagner falou sobre a Lei Aldir Blanc. É o próximo item, o item 5. A gente também precisa apoiar o setor da cultura. Mas todos eles. Eu acho que nós fizemos um grande trabalho em 2020 e precisamos repetir agora em 2021 para a sobrevivência das empresas e manutenção dos empregos.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

O próximo inscrito, para discutir, é o Líder Fernando Bezerra.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela Liderança.) – Sras. e Srs. Senadores, eu queria inicialmente também cumprimentar o Senador Paulo Paim pelo excelente relatório, conferindo essa equiparação salarial para as mulheres brasileiras.

Quero também cumprimentar a Senadora Daniella pelo belíssimo trabalho nessa matéria tão importante para esse setor tão machucado pela pandemia que é o setor de eventos em todo o Brasil, de forma particular no Nordeste. O Senador Jaques Wagner se referiu à Bahia, que é a capital cultural de todo o Nordeste, Pernambuco, Paraíba, Ceará. Todos nós podemos dar um testemunho do sacrifício que foi imposto às pequenas e médias empresas da área do setor de eventos nos nossos respectivos Estados.

Eu queria dizer que trabalhamos nos últimos dias com a equipe do Ministro Paulo Guedes para que a gente pudesse avançar num amplo entendimento com a Senadora Daniella. Conseguimos fazer isso na área da concessão de novos financiamentos numa linha que vai ser aberta especificamente para o setor de eventos; essa linha poderá alcançar quase R\$3 bilhões. Conseguimos avançar nas demandas solicitadas para superar as questões das dívidas tributárias acumuladas através do instrumento da transação. Conseguimos avançar no que diz respeito à concessão da prorrogação das CNDs para permitir àqueles que ainda se



mantêm à tona de poder atender às exigências dos certificados e dos atestados das repartições públicas federais para continuar tentando a sua sobrevivência. Assumimos compromisso de, assim que for editada a medida provisória que vai retomar o pagamento do benefício emergencial que vai ser muito importante para a manutenção do emprego, que haja também um atendimento prioritário para os setores de eventos.

Mas o Governo gostaria de, ao manifestar o apoio à matéria, manifestar a discordância em relação a alguns pontos do relatório – no que diz respeito à autorização dos recursos de loterias e no que diz respeito ao art. 5º, que traz a possibilidade de uma renúncia tributária –, por todas as implicações que um dispositivo como esse poderá ocasionar na identificação de despesas que precisariam ser cortadas em 2020, que todos nós sabemos que não há espaço fiscal para tal.

Portanto, com essas duas ressalvas, o Governo quer manifestar a sua preocupação com esse setor. Vai continuar trabalhando para trazer mais apoio para os empresários do setor de eventos, mas quer também se posicionar no sentido de que há pontos do relatório que o Governo se reserva para, eventualmente, apor vetos a esse relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Para discutir, Senadora Simone Tebet.

**A SRA. SIMONE TEBET** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela Liderança.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, parablenzo a Senadora Daniella Ribeiro pelo exímio e primoroso relatório. Eu sou testemunha, na reunião de Líderes, de ela insistir na pauta urgente desse projeto, porque se trata de justiça ao setor mais prejudicado por conta da pandemia do coronavírus. Trata-se de um setor que está há mais um ano praticamente parado e representa pelo menos 50 segmentos os mais diversos: parte de segurança, alimentação, hotelaria, eventos, casas de *shows*, eventos culturais, transporte movimentando a economia brasileira, gerando milhões de empregos. Nós estamos falando de mais de 80 mil empresas, micro, pequenas, médias, que realmente amargaram prejuízos bilionários. Esse projeto faz justiça a esse setor que emprega. E fica um heroísmo por, porque não teve condições, à base do próprio sacrifício financeiro, segurar o emprego daquele que mais precisa.

Daniella, você honra a Bancada Feminina pela ponderação, pelo equilíbrio, pelo desprendimento com que sempre lida em relação à pauta nas nossas reuniões. E esse seu relatório é a confirmação disso. Nós estamos prontos para aprovar – eu acredito que por unanimidade –, porque, sem dúvida nenhuma, esse projeto, repito, vai fazer justiça, um plano praticamente de recuperação, com linhas de crédito, com parcelamento, com juro diferenciado, garantindo parcelamento de dívidas. Tenho certeza de que nós vamos sensibilizar o Governo também naqueles dois pontos que o Líder Bezerra apontou.

Fica aqui o meu reconhecimento pela pauta de hoje, Presidente Pacheco. Eu acho que podíamos ter mais terças-feiras iguais a esta, em que estamos aqui defendendo, realmente, os interesses da população brasileira nos momentos mais difíceis da nossa história. Batemos um recorde, novamente, de mortes. A economia vai demorar a se recuperar, mas o Senado Federal está dando demonstração de que estamos prontos para proteger todos os setores que empregam, que geram emprego e que ajudam a aquecer a economia.

Parabéns ao Senado Federal pelo dia de hoje!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Para discutir, Senador Fabiano Contarato.

Pois não, Senadora Simone Tebet.

**A SRA. SIMONE TEBET** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... retirar a minha inscrição e, se me permitir, para ganharmos tempo também, já encaminhar, pela Liderança da



Bancada Feminina, favoravelmente ao projeto. Não precisa mais me chamar para este projeto.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa. e a retiro, então, da lista dos oradores. Perfeito.

Senador Fabiano Contarato.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, inicialmente, eu quero parabenizar o Senador Paulo Paim pela sensibilidade de tentar dar vida àquilo que já está expresso na Constituição desde 5 de outubro de 1988: homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Parabéns, meu querido Senador Paulo Paim!

Quero também parabenizar a Senadora Daniella pelo brilhante relatório. Nós sabemos que o setor de eventos foi um dos mais atingidos pela crise provocada pelo Covid-19.

Segundo a Associação Brasileira dos Promotores de Eventos, 97% do setor pararam – isso mesmo –, pararam desde o início da pandemia, deixando de faturar 91 bilhões e eliminando 400 mil empregos. Ainda segundo a associação, o setor movimenta de 2% a 3% do PIB, reúne 72 mil empresas e emprega 2 milhões de pessoas.

Portanto, Sr. Presidente, considerando a continuidade da pandemia no ano 2021, é essencial, é urgente um programa que permita o refinanciamento de débitos e a redução de impostos nesse setor.

Mais uma vez, parabéns ao Senado! Parabéns à Senadora Daniella Ribeiro!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Para discutir, Senadora Soraya Thronicke.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar a Senadora Daniella Ribeiro pela relatoria do Projeto de Lei nº 5.638 e quero dizer aqui que a forma como o setor se uniu foi impressionante. Eles realmente procuraram o Congresso Nacional, procuraram os Parlamentares – e aí eu quero lembrar o nome do Ninho, do Bruno, do Doreni, da Abrape – justamente para que nós nos sensibilizássemos com a situação deles. Muitos deles que são informais, Presidente, estão vivendo com cestas básicas que estão conseguindo angariar do próprio setor.

Então, é muito difícil a situação desse setor de festas e de eventos, ainda mais num dia como hoje, em que nós registramos o recorde de 3.780 óbitos em razão da Covid. Mais do que nunca, a gente vê a necessidade de esse setor ser abraçado por nós, ser abraçado pelo Governo Federal, porque isso mostra para a gente que, apesar de ter sido o primeiro setor que parou, cada dia a gente vê mais ao longe... Eu não quero ser negativa aqui, mas é uma agonia muito grande.

Por isso, é importante que nós tenhamos em mente que aquelas pessoas que podem ficar em casa devem ficar em casa, aqueles que têm o privilégio, e que possamos deixar as ruas para aquelas pessoas que precisam. O quanto antes a gente fizer a contenção dessa pandemia, mais rapidamente nós vamos salvar a economia brasileira. Então, é nesse sentido o meu pedido para que... Eu acredito que todos os Senadores estão sensibilizados e que teremos, hoje, uma vitória de unanimidade da aprovação desse projeto de lei e também retiro minha inscrição, porque a orientação do PSL é "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Para discutir, Senador Esperidião Amin, que também está inscrito como orador.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu aproveito para cumprimentar nossa querida companheira Daniella Ribeiro, cumprimentá-la também pelo diálogo que ela travou com os vários representantes desse setor tão fragilizado pela pandemia; estendo esses cumprimentos também já, por antecipação, ao Relator do Projeto de Lei 3.795, que versa



sobre a Lei Aldir Blanc, e faço minhas as palavras de que ela deverá ser prorrogada também em função de não se saber quando teremos uma situação regularizada. Então, tanto na parte de eventos culturais quanto na parte de eventos e promoções em geral, essas propostas são muito importantes.

Reitero cumprimentos, neste momento, à Senadora Daniella Ribeiro, pelo diálogo que ela travou, e faço lembrar aqui, Presidente, os esforços que fizemos nesses mesmos campos na discussão do Projeto de Lei 873, do auxílio emergencial, porque, se agora estamos falando dos promotores, os artistas, os que vivenciam tanto os eventos e a sua preparação quanto as atividades culturais, constituem setores da nossa sociedade que apanharam muito, e essas iniciativas legislativas servem pelo menos como um reconhecimento de todos nós da necessidade da sua existência. Em cada Estado, em cada comunidade, eles representam este pedaço da alma brasileira. Então, eu não posso deixar de trazer aqui estas palavras de aplauso.

E já ocupando o meu espaço como inscrito, Presidente, eu queria reiterar o que eu lhe pedi hoje bem no início da nossa sessão. Indique um relator para o Projeto de Lei 1.058, que servirá para estimular o Governo a nos tirar do limbo.

Nós estamos no limbo, três meses sem auxílio emergencial, três meses sem linhas de crédito, que no ano passado representaram tanto para o Brasil. Linhas de crédito e auxílio emergencial representaram muito mais do que apoio econômico; representaram a possibilidade de sobrevivência e subsistência e da paz social.

Então, agradeço pela oportunidade. Cumprimento os Relatores, tanto deste quanto do projeto vindouro, e reitero o meu pedido para que V. Exa. designe o Relator e nós possamos debater esse assunto da economia brasileira.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa. Pedido de V. Exa. registrado e acolhido, dando-se o encaminhamento devido à designação da relatoria do Projeto 1.058.

Para discutir a matéria, a Senadora Leila Barros.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, eu cumprimento mais uma vez o senhor e todas as Senadoras e os Senadores.

Primeiramente, eu não tive a oportunidade de discutir, comentar o relatório do Senador Paim, junto com toda a Bancada Feminina. Então, eu primeiro quero agradecer a ele o empenho, a dedicação e todo o diálogo que ele teve não só com a bancada, mas com todos os Parlamentares; até porque, em pleno século XXI, as diferenças salariais entre as mulheres e os homens, verificadas aqui no nosso País, são inadmissíveis, inaceitáveis. Então, é fundamental, portanto, mudarmos esse cenário. E esse projeto que nós aprovamos hoje decididamente muda essa disparidade salarial entre as mulheres e os homens.

Quero cumprimentar os Relatores dos projetos de lei da pauta de hoje, que são o Senador Davi Alcolumbre, o Senador Weverton, Paulo Paim, Daniella Ribeiro, Veneziano, Reguffe e Vanderlan Cardoso.

E sobre o projeto relatado pela Senadora Daniella Ribeiro, o 5.638, que dispõe sobre ações emergenciais e temporárias para o setor de eventos, sabemos que foi o setor que foi o primeiro a parar e certamente será o último a retomar as atividades. Então, é muito importante esse compromisso, esse empenho de toda a Casa, de todos os Parlamentares para ajudarmos um setor que é tão importante para a nossa economia.

E, por fim, Sr. Presidente, eu aproveito a oportunidade para comunicar ao Plenário que hoje a Bancada Feminina desta Casa indicou meu nome para atuar como a próxima Procuradora Especial da Mulher. E é um motivo de grande honra e satisfação poder desempenhar essa nova missão, sucedendo a querida Senadora Rose de Freitas, a quem eu agradeço aqui em Plenário e rendo todas as minhas homenagens a uma Parlamentar que teve uma vida dedicada à democracia e às mulheres do nosso País.



Eu quero agradecer a toda a Bancada Feminina, a todas elas, a confiança, em especial também a Daniella, que citou meu nome agora, e a nossa Líder da Bancada Feminina, a Senadora Simone Tebet. E ao senhor, que confiou, instituiu essa Liderança dentro do Colégio de Líderes, que é fundamental para todas nós.

E quero dizer a todas as mulheres da bancada e do País que a procuradoria, o gabinete da procuradoria e o meu, pessoal, estarão sempre abertos para discutirmos essas pautas tão importantes, que são a proteção e os direitos da mulher brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Para discutir a matéria, Senador Jean Paul Prates.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – (*Falha no áudio.*) ...tem um Senador como Paulo Paim e um Senado como o nosso, que hoje aprova um projeto que levou onze anos... E aí digo: infeliz do País que leva onze anos para implementar a igualdade salarial, com penalidades.

Aqueles que são juristas, o Presidente Rodrigo certamente é um deles, sabem aquele brocardo latino, *nulla poena sine lege*. Esta lei corrige um brocardo ao contrário, que seria "*nulla lege sine poena*". Portanto, estamos aqui corrigindo um erro histórico.

E também feliz da Legislatura do Senado de que nós participamos, que tem um Presidente que propõe e implementa uma bancada com Liderança oficialmente feminina para propulsionar, como reconheceu o próprio autor do projeto, essa votação histórica.

Em relação ao projeto que estamos discutindo aqui, quero cumprimentar a Senadora, colega e vizinha da Paraíba, Daniella Ribeiro, pelo trabalho competente, sobretudo importante, trabalho que hoje homenageia todas essas lideranças setoriais.

E aqui também cumprimento e rendo minhas homenagens às lideranças setoriais desse setor de eventos aqui no nosso Estado vizinho do Rio Grande do Norte, na pessoa do empresário Alex Padang, dos seus colegas, seus líderes, e liderados também, pelo acatamento da nossa emenda de bancada.

Senadora Daniella, muito obrigado: inseriu aí os bufês sociais, inclusive os infantis, que também foram atingidos praticamente de forma muito drástica por essa pandemia.

Nós estamos trabalhando também nos projetos de lei que venham em socorro ao setor de alimentação fora do lar, que ainda enfrentam, apesar das linhas de crédito que apresentamos, limitações e dificuldades. E isso se refere não apenas à adaptação ao *delivery*, mas também à manutenção das suas folhas de pessoal, aos aluguéis, à manutenção dos seus equipamentos, dos seus próprios imóveis e – por que não também? –, claro, à própria adaptação a essa nova realidade, que vai ser perene, na estrutura, nos seus contratos e no *marketing*, para justamente continuar vendendo mesmo com a pandemia, mas de forma terrivelmente afetada e desacelerada.

Portanto, já aproveitando a fala, deixo aqui a orientação da Minoria para esse projeto do setor de eventos, o voto "sim", e também pela prorrogação da Lei Aldir Blanc, a importantíssima Lei Aldir Blanc, prorrogada também hoje – será prorrogada, com certeza – para o setor cultural.

Muito obrigado, Presidente.

Parabéns a todos nós!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Próximo inscrito para discutir a matéria: Líder Carlos Portinho.

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela Liderança.) –



Senador Rodrigo Pacheco, Presidente, inicialmente queria parabenizar, com toda sinceridade, a sua postura e a sua condução em questões extremas do nosso País, com muita serenidade, muita honestidade na sua fala.

Assisti hoje à sua entrevista pública. Quero fazer o registro aqui de que temos um Presidente do Senado à altura deste Senado, como, aliás, já o foi o nosso Presidente Davi Alcolumbre. V. Exa. nos representa muito bem. Eu vejo outros colegas também renderem esses elogios, acho que é um sentimento comum.

Quero me referir à Senadora Daniella, que é uma leoa, abraçou esse projeto, conhecedora da importância dos eventos para o seu Estado, também para o meu, o Rio de Janeiro, também para o do Senador Jorginho, Santa Catarina, também do Senador Esperidião Amin e Dário Berger. Como é importante para o nosso País esse setor! Foi o setor que primeiro sofreu os efeitos da pandemia, o que mais sofreu até aqui e será o que mais sofrerá, porque será o último a retomar as suas atividades após a vacinação. Esse projeto rende homenagem a todos os produtores de eventos.

E quero aqui lembrar que em março, coisa de um ano atrás ou pouco antes disso, foi o último evento a que assisti, foi um show maravilhoso de meninas que interpretavam a Marina Lima – cultura nacional –, produzido pela minha tia Beatriz, que é uma grande produtora de eventos, num lugar fantástico, que é o Manouche, no Rio de Janeiro, do Cello. Quero dizer a todos vocês, a Pedro Guimarães, do Apresenta, ao pessoal da Abrape, a todos vocês, que a gente está tendo a sensibilidade de reconhecer a importância do setor para o nosso País.

Serão os últimos a voltar, mas tenho certeza de que serão aqueles que vão simbolizar a retomada da nossa economia, porque, com a vacina, o setor de eventos, o setor cultural, vai trazer a alegria de novo para a sociedade brasileira, para o povo brasileiro, com as rodas de samba, com os *shows* de pagode, com os eventos do Carnaval e tantos outros.

Eu acompanhei o esforço da Senadora Daniella, a quem parabenizo. Por isso, quero fazer o registro de que hoje, aqui, todos vocês....

Além do pessoal dos bufês. Tenho uma querida amiga, a Marina Daher, que sofreu muito quando pararam os eventos, as festas, as celebrações. Ela fazia uma bela trajetória, como tantas outras que investem em bufês e na gastronomia do nosso País, que é uma questão cultural.

Quero aqui já deixar o encaminhamento pelo voto "sim", convicto de que esse é o setor que precisa agora porque vai nos devolver no futuro.

Quero já adiantar os meus elogios ao Senador Wellington Fagundes e ao projeto de extensão da Lei Aldir Blanc, que é o próximo. E já antecipo também para o setor cultural o mesmo encaminhamento do voto "sim" pelo PL.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço ao Líder Carlos Portinho.

Agora, com muita satisfação – já prontamente recuperado, graças a Deus –, passo a palavra ao Senador Lasier Martins. Seja bem-vindo, Senador Lasier!

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Pela ordem.) – Muito obrigado, meu prezado Presidente. Ainda estou com a voz um pouco fraca, mas acompanhando completamente os trabalhos ultimamente.

Presidente Rodrigo, colegas Senadores e Senadoras, é altamente meritório o relatório da nossa colega Daniella Ribeiro, porque é um relatório minucioso, detalhista, com riqueza de dados estatísticos sobre esse setor da economia brasileira que foi, simplesmente, transformado numa terra arrasada de um ano para cá: o setor de eventos. Por isso também é muito inspirado o próprio nome Perse, Programa Emergencial de





Retomada do Setor de Eventos.

E falo de um Estado que, a exemplo de tantos outros dos colegas Senadores, tem incontáveis eventos anuais muito bem-sucedidos, sendo que um só, por exemplo, o Natal Luz, de Gramado, em 80 dias, a cada fim de ano, atraía mais de dois milhões de pessoas – apenas um dos tantos eventos do Rio Grande do Sul.

Mas o Perse tem méritos, porque ele criou condições para compensações, tais como a permissão para renegociar dívidas, para tomar empréstimos com instituições públicas e privadas sem burocracia e sem impostos como PIS e Cofins, a prorrogação da manutenção de empregos, o acesso ao crédito.

Portanto, trata-se de um de um projeto de lei, o 5.638, altamente importante. *(Falha no áudio.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Lasier Martins? *(Pausa.)*

O Senador Lasier, me parece, está desconectado.

Houve uma falha na sua conexão.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – ... aqui aprovar... *(Falha no áudio.)*

Acho que agora está retomado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agora sim, restabelecido.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Perfeito.

Então, repito que já estou encaminhando também o voto "sim". V. Exa. não precisará me chamar depois, já o estou encaminhando, porque o Perse teve esses méritos que eu acabei de mencionar – a permissão de renegociação de dívidas, a tomada de empréstimos, a prorrogação de manutenção de empregos, acesso a crédito –, portanto, dando condições, a partir de agora, para que o setor que realiza esses incontáveis eventos no Brasil, um dos países do mundo que mais tem eventos, possa se salvar novamente. Isso se dá através desse Perse socorrista, que traz essas inúmeras compensações.

Tivemos nesta tarde/noite de hoje uma sessão muito proveitosa – e muito longa, talvez a mais longa desde que V. Exa. assumiu.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço, Senador Lasier Martins.

Para discutir a matéria, Senador Dário Berger.

**O SR. DÁRIO BERGER** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero fazer alguns registros.

O primeiro deles é cumprimentar todas as minhas colegas Senadoras pela aprovação de mais um projeto importante, que teve a Relatoria do Senador Paulo Paim, a quem eu quero parabenizar. Trata-se da paridade entre homens e mulheres. Chegou tarde, mas chega ainda em boa hora. Portanto, meus cumprimentos.

Quero cumprimentar também a Senadora Daniella pelo relatório detalhado, minucioso e responsável que apresentou quanto às pessoas ligadas ao setor cultural, que, todos nós sabemos – já foi dito aqui, talvez eu repita –, foram as primeiras a serem obrigadas a suspenderem as suas atividades em função da pandemia e que serão as últimas a voltarem à normalidade. Portanto, esse projeto é muito importante para garantir a sobrevivência desse setor que emprega quase cinco milhões de brasileiros por todo o nosso País. E é importante ressaltar que, desses cinco milhões, quase três milhões de brasileiros ligados ao setor cultural estão absolutamente, há mais de um ano, sem nenhuma renda. Sendo assim, nós, representantes da sociedade brasileira e dos Estados da Federação, temos essa obrigação e essa diligência de encontrar



caminhos para que possamos reduzir, diminuir os impactos da triste realidade que essas pessoas estão vivendo.

A aprovação desse projeto, Sr. Presidente, é necessária e justa para com esse segmento, para com esses profissionais e para com essas famílias, que sobrevivem fundamentalmente das atividades culturais deste País e que, dessa forma, ajudam, sobretudo, a manter viva a cultura do nosso País.

Portanto, meus parabéns, mais uma vez, à Senadora Daniella e parabéns ao Senado Federal! Nós estamos todos de parabéns hoje. Foi uma sessão muito extensa, cansativa até, mas muito produtiva. E eu quero ressaltar esse feito como um dos mais importantes que nós temos neste momento.

Então, parabéns a todos nós! Seguimos na luta! Vamos em frente!

Esperamos que a gente possa sair dessa situação de pandemia o mais rapidamente possível, porque as quase quatro mil mortes que estão acontecendo todos os dias são muito tristes, é algo realmente lamentável. A minha solidariedade a todos aqueles que têm perdido seus entes queridos.

Um grande abraço a todos os Senadores e Senadoras.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço ao Senador Dário Berger.

Declaro encerrada a discussão da matéria.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Com a palavra a eminente Relatora, Líder Daniella Ribeiro.

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu gostaria, antes de tudo, de agradecer aos meus colegas, a todos que não só votaram por unanimidade, mas...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Líder Daniella, nós ainda submeteremos à votação simbólica.

V. Exa. deseja falar logo após?

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Perdão, Presidente. Eu acho que a ansiedade tem tomado conta de mim esses dias. Logo após eu falo.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Não, não há problema.

Então, eu vou submeter à votação simbólica e, na sequência, passo a palavra a V. Exa.

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Está bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o projeto e as emendas, nos termos do parecer, em turno único.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Discussão do Substitutivo em turno suplementar. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão, sem emendas, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação.

A consolidação do texto e as adequações de técnica legislativa serão apostas aos autógrafos da matéria, dispensada a redação final.

Aprovado o Substitutivo, fica prejudicado o projeto.

A matéria retorna à Câmara dos Deputados.

Eu cumprimento a Senadora Daniella Ribeiro, todos os Senadores e Senadoras que participaram desse processo de produção legislativa em um tema muito importante.

Quero cumprimentar o Deputado Rodrigo Coelho, de PSB de Santa Catarina, que acompanhou



a votação aqui do Prodasen do Senado Federal, representando a Câmara dos Deputados. Seja muito bem-vindo, Deputado!

Passo a palavra à eminente Relatora, Senadora Daniella Ribeiro.

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Como Relatora.) – Agora sim, Sr. Presidente.

Mais uma vez, agora, eu quero agradecer, Sr. Presidente, a todos os colegas Senadores e Senadoras, primeiramente, pela sensibilidade, e agradecer em nome de todos que fazem parte dessa gama de pessoas e trabalhadores, que estão não só na frente, mas aquilo que tem sido a campanha que eles fizeram, de forma muito coesa, que são os invisíveis, que estão por trás dos palcos, que montam, que são os produtores, que são aqueles que estão na ponta e que, de forma muito, muito, muito unida, trabalharam durante todo esse tempo, lutando por essa oportunidade, de que o Governo, o Senado e o Congresso pudessem fazer algo.

Eu quero agradecer de forma muito especial ao autor do projeto, o Deputado Felipe Carreras, à Relatora, Deputada Renata Abreu; quero agradecer ao nosso querido Doreni, da Abrape, (Associação Brasileira dos Promotores de Eventos), que foi um gigante, junto com todos os todos os associados da Abrape, foram gigantes, foi uma campanha linda nas rádios, conversando com todas as pessoas. Eu tive contato – ontem, fiz uma *live*, talvez uma das mais emocionantes da minha vida – com donos de circo, donos de parque aquático, pessoas que moram dentro de um *trailer*. Quando ele conta a história dele, você chora, sabe?

Então, são muitas histórias, que vocês já ouviram, eu não vou mais falar, porque vocês já ouviram tudo isso, mas eu queria fazer esse agradecimento – eu até escrevi para não esquecer por causa da emoção. Eu só queria dizer uma coisa ao Líder Fernando Bezerra, que nós trabalhamos juntos, sim; quero agradecer ao Ministério da Economia, onde nós tivemos juntos. O Ministro Paulo Guedes recebeu numa *live*, no Zoom, mais de 20 representantes do setor. Eu pedi para que ele pudesse ouvir, porque o que os olhos não veem o coração sente, e ele foi sensível, escutou a todos.

Eu quero dizer também ao Senador Fernando Bezerra que não faria sentido algum a gente apenas arrumar uma linha de crédito para as pessoas que simplesmente não têm dinheiro, que não têm nada para pagar, que não tem como pagar. Simplesmente, você passa um ano sem ter recurso algum, sem receber nada, você está zerado, e a gente apenas oferecer uma linha de crédito.

Então, a gente trabalhou, tentou encontrar uma saída para isso e a saída é, simplesmente, o Presidente ter a sensibilidade de não vetar aquilo que já se votou tanto, hoje mesmo a gente já votou aqui a questão de...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Leitos de UTI.

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Exatamente. Foi perdão de dívida. Então, como é? São escolhas.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – E vamos votar mais três itens hoje, Senadora Daniella.

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Pois é, então, são coisas que se escolhem.

Então, simplesmente, é a sensibilidade do Governo, a gente contar com isso para poder fazer com que essas pessoas possam ter acesso à questão da renegociação, ou mesmo não só a renegociação: perdão de dívidas mesmo.

É isso, Sr. Presidente. Eu queria deixar esse recado, porque nós estamos aqui representando essas pessoas e por isso mesmo, vocês, com sensibilidade, fizeram esse papel tão importante.

Mais uma vez, eu quero agradecer a Fernando, que sempre tem o carinho de chegar junto, fizemos



reuniões... Mas seria impossível a gente tirar esse tema, que foi votado na Câmara, como eu disse, por ampla maioria, e simplesmente desistirmos disso.

Não, não vamos desistir. E aguardamos que o Presidente da República tenha sensibilidade e não vete, porque também, se vetar, nós vamos lutar juntos aqui, no Senado Federal e na Câmara.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

A minha gratidão a todos!

Espero não ter esquecido ninguém. Mas eu quero homenagear todas essas pessoas que esperaram até agora, por este momento tão especial.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Líder Daniella Ribeiro. Meus parabéns pelo trabalho desenvolvido nessa relatoria! E os nossos cumprimentos e solidariedade a todos os sofridos produtores de eventos do Brasil. Esperamos que esse programa possa minimizar os reflexos negativos desta pandemia a todos eles!

O Próximo item da pauta é o item 5.

Projeto de Lei nº 795, de 2021, do Senador Wellington Fagundes, que altera a Lei Aldir Blanc, para estender a prorrogação do auxílio emergencial aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogar o prazo de utilização dos recursos por Estados e Municípios.

Perante a Mesa foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 12, já disponibilizadas na tramitação da matéria e que serão encaminhadas à publicação. **(Vide Item 2.2.5 do Sumário)**

A matéria depende de parecer.

Faço a designação do nobre Senador Veneziano Vital do Rêgo, para proferir parecer de Plenário.

Com a palavra o Senador Veneziano.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para proferir parecer.) – Presidente, os meus cumprimentos! Boa noite a V. Exa., boa noite às nossas companheiras e aos nossos companheiros Parlamentares.

Eu vou me esforçar, Presidente, para tentar sumariar, sintetizar essa proposta legislativa, que chega à responsabilidade nossa por uma designação que V. Exa. fez e que, para mim, é muito gratificante.

Trata-se do Projeto de Lei nº 795, de autoria do estimado e mui competente companheiro Wellington Fagundes.

Rapidamente mesmo, Sr. Presidente – já próximo às 22h, quase seis horas de sessão, sessão importante, produtiva, com várias matérias que nós votamos, aprovando-as e respondendo às expectativas da sociedade brasileira.

Nós votamos, no ano passado, a proposta legislativa proveniente da Câmara dos Deputados, de autoria da Deputada Benedita da Silva, que teve a relatoria muito competente da extraordinariamente bem formada intelectualmente, participativa e combativa, Deputada Jandira Feghali. Esse projeto de lei recebeu o batismo de Projeto de Lei Aldir Blanc, Lei Aldir Blanc, uma homenagem mais do que justificada a um grande brasileiro.

E o que dizia? Todos nós haveremos de recordar. Uma reserva, transferida pela União, de algo em torno de R\$3 bilhões, para os Estados e Municípios, a fim de que nós socorrêssemos tantos e tantos milhares de cidadãos envolvidos com o segmento ou com os segmentos que se inserem nas atividades culturais.

Da mesma forma que, há poucos instantes, nós tivemos a oportunidade também de demonstrar essa mesma sensibilidade com o programa de recuperação emergencial para o segmento de eventos, assim o fizemos em relação a tantas e tantas pessoas, tantas e tantas famílias que estavam, como milhares e milhões de brasileiros em sofreguidão, em face à pandemia que nos assola.



O grande problema, e V. Exas. bem o sabem...

E quero aqui fazer um registro, com justiça. Estivemos juntos, eu e V. Exa., em pelo menos três ocasiões, em que nos reuníamos com Governadores, reuníamos também com a Associação de Municípios Brasileiros, Vereadores, e lá estiveram conosco o Senador Paulo Rocha, o Senador Rogério Carvalho, o ex-Senador Eduardo Suplicy e diversos outros, integrantes de Câmaras Municipais, diversos chefes de Executivos Municipais e também, em outros instantes, Governadores que apelavam para que nós pudéssemos rever a proposta que chegou através de medida provisória, no final do ano de 2020, e que permitia essa prorrogação por força do exíguo tempo que os Governadores e também os Prefeitos à frente de governos estaduais e governos municipais tiveram para utilizar esses recursos.

Esses recursos chegaram na primeira quinzena de setembro, e o tempo reservado foi até o final do ano de 2020 – muito curto, um lapso temporal mais do que exíguo. Ou seja, parte dos R\$3 bilhões, Presidente Rodrigo Pacheco, não foram utilizados, e essa parte não é uma parte ínfima – foram quase 65%.

Essa proposta, que atende ao apelo de tantos e tantos milhares de brasileiros, é exatamente de prorrogarmos, já que esses recursos não foram utilizados, para que os Municípios e os Estados o façam neste momento, neste ano de 2021. O cerne da questão, o ponto nevrálgico é exatamente esse que foi proposto pelo Senador Wellington Fagundes.

Esse é o resumo. Se V. Exa. permitir – todos os nossos companheiros bem o sabem – que eu passe para a leitura da análise da proposta e do relatório que eu fiz, eu tentaria aqui acelerar a leitura se houver o entendimento daquilo que defendi no nosso parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeito. V. Exa. pode, inclusive, ir direto ao voto, imagino, mas fica a seu critério passar à análise, ao voto.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Serei bem rápido, Sr. Presidente.

Como houve também o recebimento de algumas emendas de alguns companheiros e para que não pareça...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeitamente.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – ... deslegante, eu vou tentar falar rapidamente, mas de forma que seja recolhido e entendível na minha fala.

Trata-se, no caso concreto, de alterar a Lei nº 14.017, que eu já mencionei, a Lei Aldir Blanc.

Com um volume expressivo de recursos, a Lei Aldir Blanc representou uma importante resposta do Estado brasileiro à ampla crise do setor cultural, como já mencionamos.

Verificou-se, contudo, próximo ao fim do ano passado, em 2020, que cerca de 65% dos R\$3 bilhões repassados aos Estados, DF e Municípios não haviam sido utilizados pelos respectivos gestores.

O Governo Federal não deixou de divulgar, contudo, que estava sendo, com a medida provisória à qual eu fiz referência, “prorrogado prazo para utilização dos recursos da Lei Aldir Blanc”. Isso de fato ocorreu, ainda que em proporção muito reduzida. A medida provisória foi publicada em 29 de dezembro de 2020, Presidente, ou seja, o tempo que foi reservado pela medida provisória, que ainda está em discussão na Câmara Federal e que depois haveremos ou não de enfrentar, não permitiria, Sr. Presidente, convenhamos, que, em dois, três dias, os governos estaduais e governos municipais pudessem atender às exigências, inclusive, das prestações de contas, das questões contábeis, como também da programação, dos objetos de programação exigidos pela Lei Aldir Blanc.

Parece evidente que a ampla maioria dos entes responsáveis não tenham tido condições, nos dois ou três últimos dias do ano passado, de publicar a sua programação e fazer os demais procedimentos.



De tal modo, manteve-se essencialmente a situação verificada antes da medida provisória em que, conforme título de artigo da *Folha de S.Paulo*, a “Lei Aldir Blanc dá a governos [municipais e estaduais] muita verba e pouco tempo para gastar”. Já fiz essa referência, porque esses recursos, Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, Sras. e Srs. Parlamentares, só passaram a chegar aos governos subnacionais na segunda quinzena do mês de setembro.

Mostra-se essencial, portanto, que seja prorrogado não apenas o prazo para destinação dos recursos programados, mas os das demais etapas necessárias para a devida utilização dos recursos transferidos no bojo da Lei Aldir Blanc.

Posicionamo-nos, portanto, favoravelmente ao mérito do projeto sob exame.

No que diz respeito às disposições constitucionais e legais que tratam das matérias orçamentárias e financeiras, verificamos que a proposição não tem repercussão sobre a receita, senhores e senhoras, porque esses recursos já estão reservados e só não foram utilizados pelas razões que nós já estendemos.

Em relação às emendas apresentadas, Sr. Presidente, já para finalizar, a nº 1, do Senador Humberto Costa; a nº 2, do Senador querido Paulo Rocha; a nº 8, da Senadora Zenaide Maia; e a nº 10, do Senador Rogério Carvalho, propõem a revogação da Medida Provisória nº 1.019, de 2020.

O nosso voto, a nossa percepção é pela rejeição dessas emendas, pedindo aqui as desculpas ao entendimento de S. Exas. os companheiros que já mencionei, por entendermos que a referida medida provisória é uma iniciativa do Poder Executivo, que deve seguir os trâmites previstos no art. 62 da Constituição Federal.

A Emenda nº 3, de S. Exa. o Senador Izalci Lucas, busca estender por um ano após o fim da vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto nº 6, de 2020, a prioridade determinada pelo art. 13 da Lei Aldir Blanc.

Essa, nós acolhemos.

Entendemos que deve ser rejeitada a Emenda nº 4, do Senador Governador querido amigo Antonio Anastasia, que acrescentou o §7º, para que possa ser dispensada a exigência prevista no §1º, da inscrição do espaços e entidades culturais em cadastros de cultura e similares para concessão de subsídio mensal. Isso é uma questão que existe a nossa percepção.

Pego vênha para, de fato, a S. Exa. o Governador Senador Antonio Anastasia para dar segurança aos governos estaduais e governos municipais. O que o Governador – e eu entendi – propunha era facilitar, desburocratizar. Mas sabemos nós que, em meio a todo este universo, alguns podem querer burlar esse fim precípua que é de ajudar as entidades e até mesmo as pessoas na individualidade e valerem-se de formas não aceitáveis, não legais. Isso é uma segurança para Governadores e Prefeitos.

Acatamos a Emenda nº 5, do Senador Rodrigo Cunha, no sentido de incorporar a expressão “inclusive apresentações ao vivo com interação popular via internet” – fechemos as aspas.

O voto é favorável também à nº 6, do Senador Jayme Campos, como à nº 7, também do Senador Jayme Campos.

Acatamos a Emenda nº 9, da queridíssima Senadora Rose de Freitas.

O voto também é favorável à Emenda nº 11, do Senador Rogério Carvalho, que propõe estender, no §2º do art. 14, o prazo para restituição à União dos recursos que não tenham sido repassados pelos Estados ou Distrito Federal.

Pois bem, Sr. Presidente, além disso, na redação dada pela proposição ao §2º do art. 5º, deve ser suprimida a referência à Medida Provisória nº 1.000, de 2 de abril de 2020.

E, agora, o voto, para que nós passemos a analisar de forma direta.

O voto é: consoante o exposto, pela aprovação do Projeto de Lei nº 795 – mencionemos a autoria do Senador Wellington Fagundes –, de 2021; pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 4, 8, 10; pela aprovação



das Emendas n<sup>os</sup> 3, 6, 9, 11 e 12; e pela aprovação parcial das Emendas n<sup>os</sup> 5 e 7, nos termos da emenda substitutiva que tive a oportunidade, aceleradamente, de expor a V. Exa. e às Sras. e aos Srs. Parlamentares. **(Íntegra do Parecer n<sup>o</sup> 48/2021-PLEN-SF - Vide Item 2.2.5 do Sumário)**

Sr. Presidente, à sua disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O parecer é favorável ao projeto e às Emendas n<sup>os</sup> 3, 6, 9, 11 e 12; parcialmente favorável às Emendas n<sup>os</sup> 5 e 7, nos termos da Emenda n<sup>o</sup> 13 (Substitutivo), que apresenta, e contrário às demais emendas.

Está completada a instrução da matéria.

Passa-se à sua apreciação.

Havia dois requerimentos de destaque, que restaram prejudicados: um do Senador Eduardo Braga, líder do MDB, e outro da Senadora Daniella Ribeiro, líder do Progressistas, ambos prejudicados em razão do acatamento por V. Exa. das emendas que foram destacadas. **(Requerimentos n<sup>os</sup> 1275 e 1282/2021 - Vide Item 2.2.5 do Sumário)**

Há alguns oradores que se inscreveram para discutir essa matéria, há ainda uma lista de oradores remanescentes nesta sessão de hoje e eu gostaria de fazer uma proposta ao Plenário, Líder Eduardo Braga e demais Líderes que nos ouvem. Já em razão do adiantado da hora, eu sugiro que nós façamos a interrupção, lido o parecer do Senador Veneziano Vital do Rêgo, e que possamos iniciar a sessão de amanhã com a discussão deste projeto meritório, de autoria do Senador Wellington Fagundes, garantindo a ordem dos Senadores que se inscreveram para discutir essa matéria. Votamos essa matéria e votamos também como itens prioritários de amanhã, os itens 8 – perdão! –, os itens 6, um projeto do Senador Izalci e do Senador Reguffe, Projeto de Lei n<sup>o</sup> 5.387, e o item 9, que é o Requerimento 1.256, de autoria do Senador Fernando Collor de Mello. Portanto, nós interromperíamos agora, repito, faríamos a discussão desse projeto amanhã, votaríamos esse projeto amanhã, mais esses dois itens faltantes desta sessão de hoje, além da pauta de amanhã. Começaríamos amanhã às 16h em ponto, buscando terminar com o cumprimento de toda a pauta de amanhã. E também, por questão de justiça, nós manteríamos a lista de oradores que não se pronunciaram nesta sessão como prioritários amanhã: Senador Humberto Costa, Senadora Rose de Freitas, Eliziane Gama, Jayme Campos, Telmário Mota, Alvaro Dias, Randolfe Rodrigues, Lucas Barreto, Nelsinho Trad e Eduardo Girão.

V. Exas. concordam com a proposta? *(Pausa.)*

Então todos estão de acordo. Eu os agradeço penhoradamente.

Senador Veneziano Vital do Rêgo.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relator.) – Se V. Exa. assim entender, e é plenamente compreensível, nós estamos aqui detidos há quase seis horas, cumprindo rigorosamente com os deveres que nos são exigíveis pela população brasileira e, por essa razão, o processo se deu de uma forma que nem a contento atende a V. Exas., muito menos a mim, que me debrucei com o carinho e com a responsabilidade, por saber o alcance a tantas e tantas milhares de pessoas que estão expectantes para que nós tenhamos, a mim me parece, a sua aprovação, peço a V. Exa. para chamar como item 1 da pauta de amanhã. Eu gostaria que, antes mesmo de quaisquer exposições, que o fizéssemos diretamente, para que concluíssemos essa matéria, se assim V. Exa., obviamente ouvindo o Colegiado, anuir.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Desculpa, Senador Veneziano, a proposta de V. Exa., me perdoe, eu acabei não...

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Para que nós antes mesmo de... Como de costume, nós iniciamos as nossas sessões permitindo que nós



nos exponhamos em nossas falas, mas pediria que fôssemos direto ao item 1 desta pauta...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeito. Amanhã.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – ... se V. Exa. e o Colegiado assim anuírem com o que eu estou a propor.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeito. Amanhã, nós anunciaremos a pauta, logo às 16 horas. Permitiremos a fala do representante da Comissão da Covid, como a gente vem fazendo regularmente, por cinco minutos, e já iniciaremos nesse item para esgotar a discussão com o Senador Fabiano Contarato e a Senadora Kátia Abreu. E votaremos o item prioritariamente.

Todos de acordo?

Senador Fabiano?

**O SR. FABIANO CONTARATO** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – *(Fora do microfone.)* ... o espírito de compreensão de V. Exa. para que, alcançando o número regimental para o voto de censura que eu protocolei, fosse inserido na pauta de amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeitamente.

Será incluído o seu voto de censura amanhã, já tendo atingido o número regimental.

Perfeitamente.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Fala da Presidência.) – Mais um item incluído na pauta de amanhã.

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que está convocada sessão deliberativa remota para amanhã, quarta-feira, às 16h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Cumprida a finalidade desta sessão deliberativa remota do Senado Federal, a Presidência declara o seu encerramento.

Muito obrigado.

*(Levanta-se a sessão às 21 horas e 57 minutos.)*





# **MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 20ª SESSÃO**

## **EXPEDIENTE**

### **Matéria recebida da Câmara dos Deputados**





## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 44, DE 2020

(Proveniente da Medida Provisória nº 1010, de 2020)

Isenta os consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública do pagamento de fatura de energia elétrica nos termos em que especifica; altera as Leis nºs 10.438, de 26 de abril de 2002, 12.111, de 9 de dezembro de 2009, e 10.848, de 15 de março de 2004; e dá outras providências.

#### DOCUMENTOS:

- Medida provisória original

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1944157&filename=MPV-1010-2020](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1944157&filename=MPV-1010-2020)

- Emendas apresentadas perante a Comissão Mista

<https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento/download/5ed11ba7-7b01-45ab-b331-3156ad04b160>

- Nota técnica

<https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento/download/0ac3a92d-2245-47d2-8ca6-d3c10e6cc9d4>

- Sinopse de tramitação na Câmara

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_imp;.proposicoesWeb2?idProposicao=2265603&ord=1&tp=completa](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_imp;.proposicoesWeb2?idProposicao=2265603&ord=1&tp=completa)



Página da matéria



Isenta os consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública do pagamento de fatura de energia elétrica nos termos em que especifica; altera as Leis n°s 10.438, de 26 de abril de 2002, 12.111, de 9 de dezembro de 2009, e 10.848, de 15 de março de 2004; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam isentos do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos 30 (trinta) dias anteriores à data de publicação da Medida Provisória n° 1.010, de 25 de novembro de 2020, os consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública reconhecido pelas autoridades competentes nos termos da lei.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica a débitos pretéritos, a parcelamentos ou a outras cobranças incluídas nas faturas elegíveis, quando não relacionados à cobrança pelo consumo registrado no respectivo período.

§ 2º A isenção de que trata este artigo fica limitada ao montante de recursos autorizado no § 1º-G do art. 13 da Lei n° 10.438, de 26 de abril de 2002.

Art. 2º A Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) receberá da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) o montante equivalente ao autorizado no § 1º-G do art. 13 da Lei n° 10.438, de 26 de abril de 2002.

§ 1º A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) homologará o valor a ser repassado à CEA.

§ 2º Após a homologação prevista no § 1º deste artigo, o saldo remanescente do valor aportado na CDE será



2

utilizado pela CEA para a isenção do pagamento de energia elétrica de 3 (três) faturas mensais de consumo, além das já isentadas, dos consumidores enquadrados na subclasse residencial baixa renda, bem como dos consumidores das classes residencial e rural com até 280 kwh (duzentos e oitenta quilowatts-hora) de consumo médio mensal, dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública reconhecido pelas autoridades competentes nos termos da lei.

Art. 3º As isenções concedidas nos termos desta Lei não excluem eventual responsabilização decorrente da exploração do serviço público de fornecimento de energia elétrica.

Art. 4º O art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 13. ....

.....

XIV - prover recursos para o custeio das isenções e do desconto de que tratam as disposições da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.010, de 25 de novembro de 2020.

.....

§ 1º-G Fica a União autorizada a destinar recursos para a CDE, limitados a R\$ 80 000.000,00 (oitenta milhões de reais), para o custeio de que trata o inciso XIV do *caput* deste artigo.

.....”(NR)

Art. 5º A Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º .....



3

.....

§ 2º-E Às concessionárias da região Norte não alcançadas pelo disposto no inciso VIII do § 4º do art. 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, e às concessionárias de que trata o § 1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, deverá ser aplicado desconto adicional de 100% (cem por cento) sobre o custo médio da potência e da energia comercializadas no ACR do SIN, bem como o disposto no § 2º-D deste artigo.

§ 2º-F O desconto a que se refere o § 2º-E deste artigo deverá ser reduzido em 1/5 (um quinto), anualmente, até sua extinção em 31 de dezembro de 2025.

.....”(NR)

“Art. 4º-B Às concessionárias titulares das concessões de distribuição desestatizadas a partir de 2021 que prestam serviço em Estados da Federação cujas capitais não estavam interligadas ao SIN na data de 9 de dezembro de 2009 serão reconhecidos os custos com a compra de energia, para fins tarifários, e o custo total de geração, para fins de reembolso da CCC, necessários para atender à diferença entre a carga real e o mercado regulatório, observado que:

I - a carga real a ser utilizada no processo tarifário de 2021 considerará as perdas técnicas e não técnicas efetivamente realizadas nas respectivas áreas de concessão no ano civil de 2020;



4

II - para os processos tarifários de 2022 a 2025, a carga real será calculada considerando redutor anual de 25% (vinte e cinco por cento) da diferença entre as perdas técnicas e não técnicas efetivamente realizadas em 2020 e as estabelecidas pela Aneel no processo tarifário do ano de 2020.

Parágrafo único. Nos processos tarifários de 2021 a 2025, a diferença entre os custos de energia decorrentes da aplicação das perdas definidas conforme os incisos I e II do *caput* deste artigo e os custos de energia resultantes da aplicação dos percentuais de perdas obtidos conforme previsto no inciso II do *caput* do art. 4º-A desta Lei será custeada pela CCC."

"Art. 4º-C O ônus decorrente da sobrecontratação reconhecida pela Aneel como exposição involuntária, para as distribuidoras de energia elétrica prestadoras do serviço em Estados da Federação cujas capitais não estavam interligadas ao SIN em 9 de dezembro de 2009, a partir da interligação ao SIN, será repassado à CCC, mediante:

I - custeio das obrigações decorrentes da repactuação de Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVEEs), preferencialmente; e

II - repasse do efeito financeiro da sobrecontratação.

§ 1º O disposto no inciso I do *caput* deste artigo está condicionado à existência de economicidade na proposta e à aprovação pela Aneel.



§ 2º Para o repasse de que trata o inciso II do *caput* deste artigo, o efeito financeiro, negativo ou positivo, será considerado no custo total de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, entre janeiro de 2021 e dezembro de 2026, nos termos definidos pela Aneel.”

Art. 6º A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 3º-C:

“Art. 3º-C O titular de ampliação de empreendimento de geração de energia elétrica terá direito à extensão do prazo de outorga caso o poder concedente, na definição do percentual mínimo de energia elétrica de que trata o § 2º do art. 3º desta Lei, tenha deixado de destinar parcela de garantia física ao abatimento de perdas e à mitigação do risco hidrológico, conforme premissas adotadas pela EPE para cálculo do custo marginal de referência da usina hidrelétrica licitada.

§ 1º O montante de energia elétrica que tenha extrapolado a alocação considerada pela EPE para o mercado regulado, ponderado pelo período integral de suprimento dos respectivos CCEARs, deverá ser convertido em extensão de outorga pelo prazo necessário à plena compensação da extrapolação.

§ 2º A extensão de prazo de que trata o *caput* deste artigo será efetivada em até 90 (noventa) dias após a edição de ato pela Aneel que especifique



6

os períodos de extensão de outorga calculados conforme o § 1º do *caput* deste artigo.”

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 17 de março de 2021.

ARTHUR LIRA  
Presidente







CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 123/2021/SGM-P

Brasília, 17 de março de 2021.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RODRIGO PACHECO  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, o Projeto de Lei de Conversão nº 44, de 2020 (Medida Provisória nº 1.010, de 2020, do Poder Executivo), que “Isenta os consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública do pagamento de fatura de energia elétrica nos termos em que especifica; altera as Leis nºs 10.438, de 26 de abril de 2002, 12.111, de 9 de dezembro de 2009, e 10.848, de 15 de março de 2004; e dá outras providências”.

Informamos que o link de acesso aos documentos relativos à referida Medida Provisória é:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2265603>

Atenciosamente,

ARTHUR LIRA  
Presidente da Câmara dos Deputados

\*\$233855\$211800\$\*

\*\$233855\$211800\$\*

Documento : 88783 - 2



# Requerimento





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1281, DE 2021

Informações ao Ministro de Estado da Saúde.

**AUTORIA:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senado Fabiano Contarato

## REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre as providências adotadas pelo Ministério com relação à desigualdade racial na vacinação contra a Covid-19.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre as providências adotadas pelo Ministério com relação à desigualdade racial na vacinação contra a Covid-19.

Nesses termos, requisita-se:

1. Quais são as políticas elaboradas e implementadas pelo Ministério da Saúde com objetivo de reduzir as desigualdades raciais na vacinação contra a Covid-19?
2. Quais as orientações dadas pelo Ministério da Saúde aos gestores estaduais e municipais para garantir que pessoas negras de grupos priorizados possam ter acesso a pontos de vacinação?
3. Com relação aos trabalhadores de apoio da saúde (recepcionistas, seguranças, trabalhadores da limpeza, cozinheiros e auxiliares, motoristas de ambulâncias), há informações sobre a sua inclusão nos grupos prioritários elencados por cada estado? Qual percentual desse grupo que já foi imunizado?



  
SF/21899.16948-74 (LexEdit)

4. Qual a orientação dada aos estados e municípios no tocante à priorização da vacinação de quilombolas e qual percentual desse grupo já foi imunizado em cada estado? Esse grupo foi incluído como prioritário em que fase da vacinação por cada estado?

5. Qual a orientação dada aos estados e municípios no tocante à priorização da vacinação de pessoas em situação de rua, especialmente aquelas que não utilizam as unidades de acolhimento para pernoite, e qual percentual desse grupo já foi imunizado em cada estado? Esse grupo foi incluído como prioritário em que fase da vacinação por cada estado?

6. Quais foram as medidas adotadas para aumentar a quantidade de informações sobre a raça dos vacinados e vacinadas, disponíveis no Painel 'COVID-19 Vacinação Doses Aplicadas', e como garantir que todos os estados forneçam esse tipo de informação ao Ministério da Saúde?

7. Como a campanha publicitária e de conscientização sobre a vacinação contra a Covid-19, desenvolvida pelo Ministério da Saúde, contempla a importância de se reduzir essas desigualdades raciais?

## JUSTIFICAÇÃO

A cena marcante da primeira brasileira a tomar a vacina para a Covid-19 – Mônica Calazans, enfermeira negra – contrasta com as estatísticas atuais sobre a vacinação da população negra, as quais apontam um grave déficit na imunização dessa população, reforçando um cenário estrutural de desigualdade e racismo.

Dados compilados pela Folha de São Paulo mostram que brancos (38%) representam quase o dobro de negros (21%) vacinados até o momento. Existem dados estatísticos que explicam parte dessa diferença, como o maior número



de pessoas brancas entre profissionais da saúde, especialmente médicos, e entre idosos com mais de 80 anos. Mas estes não são os únicos fatores.

A falta de uniformização em regras sobre a inclusão de funcionários de apoio em hospitais (faxineiros, seguranças, etc.), por exemplo, contribuiu a com a sua exclusão. Da mesma forma, há uma dificuldade maior de locomoção para pessoas negras que moram na periferia, em comunidades, quilombos e áreas remotas, o que reduz a possibilidade e viabilidade de irem até pontos de vacinação.

Com relação especificamente aos quilombos, nota-se que povos e comunidades quilombolas foram incluídos nas fases iniciais do Plano Nacional de Imunização. Na ausência, entretanto, de priorização dentre todos os grupos incluídos nessas fases, há notícias de grandes discrepâncias em relação ao tratamento dado por estados para quilombolas, com alguns deles sequer mencionando esses grupos em seus planos de vacinação. Como resultado, a grande maioria dos quilombolas ainda aguarda vacinação. Dados do painel de vacinação do SUS apontam que foram aplicadas pouco mais de 35 mil doses em quilombolas, enquanto o PNI aponta que a população estimada desse grupo somaria mais de 1,1 milhão de pessoas.

Lembra-se, nesse contexto, que o Supremo Tribunal Federal, no bojo da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 742, decidiu que a União deveria elaborar Plano Nacional de Enfrentamento da pandemia Covid-19 no que concerne à população quilombola.

De forma semelhante, um grupo onde pessoas negras são a maioria é aquele de pessoas em situação de rua. Também este grupo foi incluído entre os alvos prioritários do Plano Nacional de Imunização contra a Covid-19, mas estados e municípios têm endereçado essa questão de modos distintos, mas geralmente insuficiente. O PNI estima em quase 67 mil o número de pessoas em situação de rua, mas apenas 671 doses de vacinas teriam sido destinadas a essas pessoas.

Há, ainda, um risco de essa desigualdade se agravar nas próximas fases da vacinação. O Plano Nacional de Imunização prevê a vacinação de pessoas com comorbidades e doenças crônicas. Enquanto a Pesquisa Nacional de Saúde do IBGE

SF/21899.16948-74 (LexEdit)



SF/21899.16948-74 (LexEdit)

aponta que são os brancos que são mais frequentemente acometidos com essas doenças, isso se deve muito mais a uma falta de acesso a esse tipo de diagnóstico entre populações pretas e pardas do que por uma diferença na prevalência dessas doenças.

Esta questão se torna ainda mais grave considerando o impacto desproporcionalmente grave que a pandemia teve e ainda tem sobre pessoas negras. Ao longo do ano de 2020, o excesso de mortes, entendido como o número de óbitos superior ao esperado em um período, considerando a série histórica, de negros (pretos e pardos) foi mais que o dobro daquele registrado entre brancos. Nacionalmente, enquanto o excesso de mortes para brancos foi de 17,6%, para negros, chegou a 27,8%. Em algumas regiões, como Sul e Sudeste, essa discrepância foi ainda maior.

Há informações, ainda, de que a taxa de mortalidade entre negros (92 óbitos a cada 100 mil habitantes) é maior do que aquela entre brancos (88 óbitos por 100 mil ha.). As restrições no acesso aos serviços de saúde explicam, em parte, esses resultados. A população negra chega, em regra, mais tarde ao serviço de saúde, demorando, assim, mais tempo para receber o tratamento adequado a partir da apresentação de sintomas: são 11 dias em média para serem hospitalizados, contra 9.4 dias para brancos. Representam uma proporção menor dos internados em leitos de UTI, mas têm taxa de mortalidade maior entre os que chegam a receber tratamento intensivo.

São diversas as manifestações do racismo estrutural que colocam a população negra em situação de maior vulnerabilidade frente a Covid-19. As condições precárias de vida e menor acesso aos serviços de saúde aumentam os seus índices de doenças precárias, as quais, por sua vez, geram maiores riscos de agravamento da doença, em caso de contaminação. A dificuldade de realizar distanciamento social dentro de casa e de comunidades e a maior necessidade de trabalhar presencialmente, sujeitando-se às péssimas condições do transporte coletivo urbano, aumentam as chances de contaminação. As precárias



condições de saneamento básico, abastecimento de água limpa e potável e coleta de lixo de grande parte das cidades brasileiras afetam desproporcionalmente populações negras, impossibilitando o cumprimento de recomendações de higiene que previnem a circulação do vírus.

Outras medidas tradicionalmente recomendadas para prevenir a disseminação da Covid-19 também negligenciaram especialmente populações negras. A população negra foi menos testada para Covid-19 do que a população branca, de acordo com dados do projeto Agentes Populares de Saúde.

Com o passar do tempo, os (também desiguais) impactos econômicos e sociais da crise provocada pela pandemia agravaram ainda mais esse cenário de desigualdade estrutural. Pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) demonstrou que a taxa de desocupação subiu mais entre a população negra do que na média geral. Em especial, a taxa de desocupação de mulheres negras subiu de 12,7% para 17,6% (na média, essa taxa subiu de 10,7% para 13,1%). Apesar de representarem 21,5% do total de ocupados, mulheres negras correspondiam a 30,9% dos afastados temporariamente de algum trabalho nos primeiros meses da pandemia.

O cenário desenhado com relação à desigualdade na distribuição de vacinas pode ser ainda pior. Isso porque, em 27% dos casos inscritos na base de dados de vacinação do SUS, não há registro sobre a raça/cor do vacinado ou da vacinada, em descumprimento à Portaria nº 344 de 2017, do Ministério da Saúde. Em alguns estados como Rio de Janeiro, São Paulo e no Distrito Federal, a falta de preenchimento dessas informações chega a 40% do total. De acordo com as organizações da sociedade civil que fizeram esse levantamento, “o Ministério da Saúde teria a função de orientar os demais entes sobre a importância de preenchimento deste quesito, que é imprescindível para a avaliação do perfil da população vacinada”.

SF/21899.16948-74 (LexEdit)





Confiante em relação à compreensão da importância deste tema, coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos e, desde já, agradeço sua atenção.

Sala das Sessões, 30 de março de 2021.

**Senador Fabiano Contarato**  
(REDE - ES)



## DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

### **Projeto de Lei de Conversão nº 44/2020 (proveniente da Medida Provisória nº 1010/2020)**





## SENADO FEDERAL

### EMENDAS

Apresentadas à **Medida Provisória nº 1010, de 2020**, que *"Isenta os consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos trinta dias e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)	037
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	038

**TOTAL DE EMENDAS: 2**



[Página da matéria](#)



**MPV 1010  
00037**

**EMENDA Nº**  
(ao PLV 44, de 2020)

Modifique-se o artigo 4º do PLV 44, de 2020:

“Art. 4º .....

§ 1º A responsabilização pelo apagão, incumbe a quem deu causa por atos comissivos ou omissivos, assegurado ação regressiva de ressarcimento em favor da União.

**JUSTIFICAÇÃO**

A responsabilização pelos danos causados a população do Estado do Amapá, deve ser prioritária, tendo em vista que o dever de fiscalização é inerente aos contratos administrativos, demonstrando com isso que há necessidade de previsão de responsabilização dos agentes públicos envolvidos.

A responsabilização civil pelo ressarcimento é garantida pela Constituição Federal, no § 6º do art. 37, assegurando que as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviço público responderão pelos danos causados pelos seus agentes a terceiros, garantindo o direito de regresso nos casos de dolo ou culpa.

Assim com a previsão expressa dessa responsabilização, será garantida a efetiva punição dos responsáveis, por se tratar de medida clara de justiça, em resposta à população lesada por tais atos.

É o que pretendemos com a emenda que ora apresentamos ao PLV 44, de 2020.

Sala das Comissões,

Senadora ROSE DE FREITAS



**MPV 1010  
00038****SENADO FEDERAL  
Senador Mecias de Jesus****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.010, DE 2020**

Isenta os consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos trinta dias e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

**EMENDA MODIFICATIVA**

O art. 7º do PLV à Medida Provisória nº 1.010, de 2020 passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando o atual art. 7º do PLV para art. 8º:

“Art. 7º A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 5º-A:

‘**Art. 5º-A.** Fica a União autorizada a criar e manter a Conta de Redução Social Temporária de Tarifa (CRSTT).

§ 1º A CRSTT tem como finalidade promover, por um prazo de 5 anos da data da vigência desta Lei, a redução das tarifas pagas pelos consumidores do serviço público de distribuição de energia elétrica.

§ 2º A redução tarifária:

I – será promovida entre as tarifas de cada modalidade tarifária antes da incidência de tributos; e

II – alcançará as tarifas de energia e do uso do sistema de distribuição de energia elétrica.

§ 3º Os subsídios, descontos e outros benefícios tarifários em vigor devem ser calculados a partir da tarifa reduzida por este dispositivo.

§ 4º Os recursos da CRSTT serão provenientes de tributos recolhidos indevidamente pelas empresas distribuidoras de energia elétrica, que serão reembolsados e repassados aos consumidores sob a forma de descontos nas tarifas, nos termos do RE n. 574.706 (Tema 69), julgado com repercussão geral, pelo Supremo Tribunal Federal.

§ 5º O Poder Executivo regulamentará os valores associados aos recursos de que trata o § 4º deste artigo.’

”



## JUSTIFICAÇÃO

Os consumidores de energia elétrica do Amapá e de vários estados brasileiros sofrem com as altas tarifas de energia elétrica praticadas pelas distribuidoras de energia elétrica, que são alvo de muitas reclamações por parte da população brasileira.

Segundo a ANEEL, essas tarifas são formadas por componentes como custos de geração, transmissão e distribuição (nesses três itens já inclusos os lucros de empresas geradoras, transmissoras e distribuidoras), além de PIS/COFINS, ICMS e subsídios diversos. A partir do entendimento das composições das tarifas de energia elétrica e, ainda, considerando-se os movimentos de desestatização do setor elétrico, pode-se notar que a margem de manobra do Governo Federal para agir sobre as tarifas de energia elétrica é estreita.

Todavia, considerando-se o estado de crise provocada pela Covid-19 e os efeitos futuros dela advindos, medidas de apoio pelo Governo às famílias se fazem cada vez mais necessárias, sobretudo em serviços essenciais como o de acesso à energia elétrica, não obstante outras políticas já tenham sido adotadas para tal fim. Num momento de redução da produção e de seus efeitos perversos para a geração de emprego e renda, em que falta dinheiro até para as pessoas se alimentarem, uma redução das tarifas de energia elétrica pode ajudar sobremaneira.

Visando ajudar as pessoas a terem uma vida minimamente digna, propõe-se um programa de redução de tarifas às custas de dinheiro que será reembolsado aos consumidores de energia elétrica, que vigorará por cinco anos, com recursos decorrentes dos efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal proferida em 15 de março de 2017, no julgamento do RE nº 574.706-PR, sob o rito da Repercussão Geral. Nessa decisão, reconheceu-se o entendimento de que o ICMS cobrado às distribuidoras de energia elétrica (e que são repassados aos consumidores) não deve compor a base de cálculo do PIS/COFINS. Algumas distribuidoras, inclusive, já fizeram acordos parciais de ressarcimento desses valores com o Estado e a Aneel vem discutindo formas de ressarcir os consumidores por esse motivo, o que pode ser feito contabilmente, sem necessidade de movimentação financeira.



A redução das tarifas de energia elétrica configura-se, pois, como um mecanismo solidário para reduzir os impactos desses serviços sobre pessoas e empresas, em momento de sofrimento para toda a sociedade.

Por isso, contamos com o apoio dos nobres colegas, Senadores e Senadoras, para aprovarmos essa proposição legislativa.

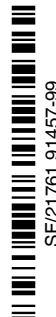
Sala das Sessões,

Senador MECIAS DE JESUS



## PARECER Nº 45 , DE 2021 - PLEN/SF

De PLENÁRIO, sobre a Medida Provisória nº 1.010, de 2020, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 44, de 2020, que *isenta os consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública do pagamento de fatura de energia elétrica nos termos em que especifica; altera as Leis nºs 10.438, de 26 de abril de 2002, 12.111, de 9 de dezembro de 2009, e 10.848, de 15 de março de 2004; e dá outras providências.*



Relator: Senador **DAVI ALCOLUMBRE**

### I – RELATÓRIO

Vem à análise do Plenário do Senado Federal a Medida Provisória nº 1.010, de 25 de novembro de 2020, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 44, de 2020, que *isenta os consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública do pagamento de fatura de energia elétrica nos termos em que especifica; altera as Leis nºs 10.438, de 26 de abril de 2002, 12.111, de 9 de dezembro de 2009, e 10.848, de 15 de março de 2004; e dá outras providências.*

Cabe ressaltar que, em virtude do Ato Conjunto nº 1, de 2020, durante a pandemia de COVID-19, o parecer da Comissão Mista é proferido em Plenário, por parlamentar designado na forma regimental, inicialmente na Câmara dos Deputados e, em seguida, no Senado Federal.

A Medida Provisória nº 1.010, de 2020, começou a tramitar no Congresso Nacional em 25 de novembro de 2020. Quando da apreciação da matéria, durante o prazo regimental estabelecido para a apresentação de emendas, conforme o art. 3º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, foram apresentadas 36 emendas à proposição.

O voto do relator na Câmara dos Deputados foi pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da





Medida Provisória; pela inconstitucionalidade da Emenda nº 22; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória, e das demais emendas; pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória e de todas as emendas apresentadas; e quanto ao mérito: pela aprovação da Medida Provisória e das Emendas nºs 7, 19, 20, 21, 23, 35 e 36 acolhidas parcialmente, na forma de Projeto de Lei de Conversão, e pela rejeição das demais emendas admitidas.

No Plenário da Câmara dos Deputados, foram, ainda, apresentadas quatro emendas, das quais foram acatadas as emendas nºs 1 e 2 pelo relator. O texto na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 44, de 2020, foi apreciado e votado em turno único pelo Plenário da Câmara dos Deputados, em 16 de março de 2021, quando foi encaminhado ao Senado Federal para deliberação.

O Projeto de Lei de Conversão prevê a isenção nas faturas de energia elétrica concedida aos consumidores do Estado do Amapá, aplicada aos 30 dias anteriores à data de publicação da Medida Provisória originária.

Para efetivar a isenção em questão, o Projeto de Lei de Conversão prevê, em seu art. 2º, que a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) receberá da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) o montante de até R\$ 80 milhões. Caberá à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a homologação dos valores repassados à CEA. Após a homologação, o saldo remanescente do valor aportado será utilizado para que os consumidores residenciais de baixa renda e as unidades consumidoras residenciais e rurais que tenham consumo médio de até 280 kwh dos municípios do Amapá tenham a isenção por mais três meses.

O art. 3º prevê, ainda, que a isenção nas faturas de energia elétrica concedida aos consumidores do Estado do Amapá “não exclui eventual responsabilização decorrente da exploração do serviço público de fornecimento de energia elétrica”.

O Projeto, em seu art. 4º, altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com vistas a: (1) atribuir à CDE a finalidade de custear a isenção pretendida; e (2) autorizar que a União aporte até R\$ 80 milhões na CDE para que o referido custeio seja realizado.

Neste ponto, destaca-se que o Poder Executivo editou, adicionalmente, a Medida Provisória nº 1.011, de 25 de novembro de 2020, para abrir crédito extraordinário em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 80 milhões, destinado a cobrir a isenção supramencionada.



SF/21761.91457-99



No art. 5º, altera-se a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que, entre outras coisas, *dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados*.

Entre essas modificações, determina-se que o subsídio fornecido pela Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) seja aumentado e passe a cobrir todo o custo de geração local, beneficiando todos os consumidores das distribuidoras que atendem sistemas isolados. Essa medida alcança, por exemplo, a CEA e a Equatorial Energia Pará (novo nome da Central Energia do Pará – CELPA), as quais, de forma diversa às demais concessionárias da Região Norte que possuem sistemas isolados, não se beneficiaram das vantagens conferidas pela Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, resultante da conversão em lei da Medida Provisória nº 998, de 2020.

Adicionalmente, dispõe sobre subsídios às tarifas até o final de 2025, evitando que as tarifas locais sofram aumentos antes que a concessionária local consiga melhorar sua eficiência e prestar um bom serviço a custo mais equilibrado ao consumidor. A proposição estabelece que os níveis de eficiência exigidos pela Aneel sejam flexibilizados, alocando na CCC, até 2025, a diferença entre a eficiência exigida pela Aneel e as perdas reais. Esse subsídio, conferido aos consumidores de energia elétrica atendidos pela CEA, se aplica às concessionárias de distribuição desestatizadas a partir de 2021, prestadoras de serviços em Estados da Federação cujas capitais não estavam interligadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN) em 9 de dezembro de 2009.

Também, determina-se que, para as distribuidoras de energia elétrica de Estados cujas capitais não estavam interligadas ao SIN em dezembro de 2009, o ônus da sobrecontratação de energia elétrica reconhecida pela Aneel como exposição involuntária será repassado à CCC, situação que ocorre de forma especialmente grave na Amazonas Distribuidora de Energia S.A., que tem nível elevado desse tipo de exposição.

Pelo art. 6º do Projeto de Lei de Conversão, altera-se a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, de forma a dar solução para o problema recorrente enfrentado por empreendimentos hidrelétricos da Região Norte do País, de ter de renegociar o reequilíbrio econômico-financeiro de contratos de geração em condições por vezes difíceis.



SF/21761.91457-99



Nesse contexto, permite-se que, quando necessário, a renegociação dos contratos relacionados a esses empreendimentos seja substituída por expansão do prazo da respectiva outorga de exploração da atividade.

Por fim, o art. 7º traz a cláusula de vigência que é imediata à publicação da Lei.

Foram apresentadas duas emendas nesta fase da tramitação.

## II – ANÁLISE

### II.1 – Admissibilidade, Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa

A Constituição Federal prevê, em seu art. 21, inciso XII, alínea *b*, que compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços e instalações de energia elétrica. Também, em seu art. 22, incisos IV e XXVI, dispõe a competência privativa da União para legislar sobre energia. Adicionalmente, em seu art. 48, determina que cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União.

A proposição em tela não trata de matéria de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, conforme disposto nos arts. 49, 51 e 52 da Constituição Federal. Dessa forma, os temas tratados na Medida Provisória e, em consequência, no Projeto de Lei de Conversão nº 44, de 2020, orbitam no campo de atuação material e legislativa dos Poderes Executivo e Legislativo da União estabelecidos pela Constituição Federal.

Ressalte-se que as matérias tratadas pela Medida Provisória não constam do rol de vedações de edição de medida provisória, estabelecido no § 1º do art. 62 e no art. 246 da Constituição Federal. Ou seja, também nesse aspecto não há óbice constitucional.

Em relação ao requisito de urgência e relevância, acolhem-se os argumentos apresentados pelo Poder Executivo, expressos na Exposição de Motivos Interministerial nº 00047/2020, do Ministérios das Minas e Energia e da Economia, datada de 24 de novembro de 2020. Segundo ela, o objetivo é mitigar os efeitos das interrupções de fornecimento de energia elétrica que



SF/21761.91457-99



acometeram o Estado do Amapá, desde o dia 3 de novembro de 2020, ocasionando, além de danos materiais, inconvenientes de toda sorte aos cidadãos locais, situação essa agravada pelo ambiente de pandemia vivida no Brasil.

Não há, portanto, qualquer óbice constitucional à sua admissão. Observamos, ainda, a juridicidade da matéria tratada, pois se harmoniza com o ordenamento jurídico e não viola qualquer princípio geral do Direito.

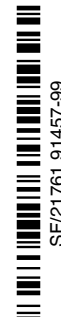
Em relação à técnica legislativa, também não verificamos vícios em seu texto, que está de acordo com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Há, pois, atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 44, de 2020.

## **II.2 – Adequação Financeira e Orçamentária**

De acordo com o § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, no exame da compatibilidade e adequação orçamentária e financeira de Medidas Provisórias, deve-se avaliar a repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União, e o atendimento às normas orçamentárias e financeiras vigentes, especialmente a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Assim, em relação aos aspectos orçamentários, a Exposição de Motivos afirma que: o valor de R\$ 80 milhões, a ser aportado na CDE pelo Orçamento Geral da União, foi estimado com base na receita da CEA informada pela Aneel, acrescida de sazonalidade do consumo local e dos tributos devidos. Essa despesa orçamentária será compensada pela alteração da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A Medida Provisória supre o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), combinado com o art. 19 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que, entre outras exigências, requer previsão legal específica para a efetiva isenção de pagamento da fatura de energia elétrica.



SF/21761.91457-99



Sob a ótica financeira e orçamentária, portanto, não se verifica incompatibilidade da proposição em exame com as normas orçamentárias e financeiras vigentes. Lembremos que a supracitada Medida Provisória nº 1.011, de 2020, abriu crédito extraordinário de R\$ 80 milhões em favor do Ministério de Minas e Energia, a serem transferidos para a CDE, permitindo o custeio da isenção do pagamento da fatura de energia elétrica de que trata esta Medida Provisória.

Com base no disposto acima e considerando que as recomendações trazidas na Nota Técnica nº 95/2020, de 30 de novembro de 2020, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, já receberam tratamento pelo Plenário dessa Casa Legislativa, nos posicionamos pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 44, de 2020.

## II.3 – Mérito

A Exposição de Motivos Interministerial destaca que, em razão de os transtornos causados à população do Estado do Amapá terem origem no setor elétrico, “é justo que os consumidores afetados sejam isentos de pagar pela tarifa de energia elétrica”, “uma vez que não puderam contar com a prestação adequada do serviço desde o dia 3 de novembro”. Além disso, segundo essa exposição, a Medida Provisória ora discutida corresponde a uma medida emergencial em virtude da grave situação enfrentada pelos habitantes dos municípios do Estado do Amapá afetados pela interrupção no fornecimento de energia elétrica. Ressalta, ainda, que a isenção proposta “não irá afastar qualquer mecanismo relativo à apuração de responsabilidades pelo fato ocorrido, assim como a consequente aplicação das penalidades cabíveis”.

Quanto ao mérito, considera-se que a proposição analisada é conveniente e oportuna devido à urgente necessidade de mitigar os efeitos danosos causados pelas interrupções no fornecimento de energia elétrica em novembro de 2020, no Estado do Amapá, cujos efeitos ainda se fazem sentir, potencializados em virtude da pandemia que não apenas o Brasil, mas o mundo, enfrenta.

Os consumidores afetados de forma mais gravosa por essas interrupções do fornecimento de energia elétrica foram os consumidores enquadrados na Subclasse Residencial Baixa Renda ou na Classe Rural dos Municípios do Estado do Amapá, e consideramos justo, portanto, que se



SF/21761.91457-99



7

ofereça tratamento diferenciado para esses consumidores. Então, é justa a extensão do período de isenção de pagamento da fatura de energia elétrica, pelas mencionadas categorias de consumidores, aos três meses posteriores ao término do período estabelecido no *caput* do art. 1º.

Ressaltamos que o Poder Executivo tem razão ao definir as medidas trazidas no texto da Medida Provisória. Devemos lembrar que os consumidores do Estado do Amapá foram muito afetados, e muito afetados em um cenário de crise econômica e sanitária. A isenção é o mínimo que o Poder Executivo deveria fazer principalmente diante das falhas de fiscalização que resultaram no apagão no Amapá.

Deve-se destacar que os demais consumidores brasileiros não são onerados com o socorro aos consumidores do Amapá já que os recursos sairão do Orçamento Geral da União.

Consideramos, também, que a população da Amapá merecia mais. Nesse contexto, são pertinentes os ajustes feitos pela Câmara que aumentaram o benefício, lembrando que a extensão do benefício não onerará as tarifas dos demais consumidores porque, também, terá como origem o Orçamento Geral da União.

Por fim, o Projeto de Lei de Conversão nº 44, de 2020, visa a enfrentar outros problemas que assolam consumidores da Região Norte.

O texto cria condições para acabar atrair investimentos capazes de aumentar a geração de emprego e renda no Estado, acabando com a prestação do serviço em regime precário. Afinal, os consumidores do Amapá precisam de atendimento com energia de qualidade.

Também, mitiga-se as elevações de tarifas nos Estados do Amapá e Pará, estados da Região Norte que não foram contemplados na mesma proporção pela Medida Provisória nº 998, de 2020, que adotou medidas para conter elevações abruptas nas tarifas das distribuidoras da Região Norte. Destaque-se que a tarifa do Pará é muito elevada. Além disso, a Região Norte sofre com muitos problemas na geração de emprego e renda, pois são poucos consumidores para custearem os investimentos na rede de distribuição, ao contrário das regiões mais povoadas e populosas. E essa discrepância acentua as desigualdades regionais.

O Projeto de Lei de Conversão enfrenta, ainda, um problema grave no Estado do Amazonas, associado à sobrecontratação de sua



SF/21761.91457-99



distribuidora, que compromete a prestação do serviço e impede que a empresa realize investimentos em prol da melhoria do serviço.

Por fim, enfrentam-se problemas que afetam determinadas usinas hidrelétricas que sofrem os efeitos de o Poder Executivo ter adotado parâmetros equivocados nos certames em que elas foram leiloadas.

Como se vê, o Projeto de Lei de Conversão nº 44, de 2020, trata não só da questão dos consumidores do Estado do Amapá, mas tenta dar solução a problemas graves enfrentados pelos consumidores de todos os Estados da Região Norte.

#### II.4 – Análise de emendas

Por fim, analisamos somente as emendas apresentadas perante este Plenário ao Projeto de Lei de Conversão nº 44, de 2020,

Foram apresentadas duas emendas.

A **Emenda nº 37-PLEN**, da Senadora Rose de Freitas, que visa acrescentar § 1º ao art. 4º do Projeto de Lei de Conversão nº 44, de 2020, de forma a definir previsão expressa de responsabilização civil pelos danos causados pelo apagão no Estado do Amapá “incumbe a quem deu causa por atos comissivos ou omissivos, assegurado ação regressiva de ressarcimento em favor da União”.

A contribuição da Senadora Rose de Freitas é extremamente louvável. Mas, como a própria autora esclarece na Justificação, essa questão é definida no § 6º do art. 37 da Constituição Federal, não havendo necessidade para repetir no texto do PLV. Informamos, também, que o ressarcimento aos cidadãos do Amapá já está sendo feito. Portanto, o acréscimo do dispositivo somente faria retornar o PLV para exame da Câmara dos Deputados.

Com a **Emenda nº 38-PLEN**, do Senador Mecias de Jesus, objetiva acrescentar o art. 5º-A à Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, para propor programa de redução de tarifas às custas de dinheiro que será reembolsado aos consumidores de energia elétrica, que vigorará por cinco anos, com recursos decorrentes dos efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal proferida em 15 de março de 2017, no julgamento do RE nº 574.706-PR, sob o rito da Repercussão Geral.



Entendemos que o acréscimo pretendido é complexo, necessitando de uma análise aprofundada de aspectos técnicos que não caberiam neste momento. Agradecemos ao Senador Mecias de Jesus, mas acreditamos que o assunto pode ser debatido com maior propriedade e profundidade num possível Projeto de Lei.

### III – VOTO

Diante do exposto, o nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela adequação orçamentária da Medida Provisória nº 1.010, de 2020 e, no mérito, pela sua **aprovação, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 44, de 2020**, e pela rejeição das Emendas nºs 37-PLEN e 38-PLEN.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/21761.91457-99







# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1270, DE 2021

Destaque para votação em separado da Emenda nº 37-PLEN, apresentada à MPV 1010/2020 - PLV 44/2020.

**AUTORIA:** Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome Liderança do MDB, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da EM 37-PLEN, ao PLV 44/2020, da MPV 1010/2020, que “isenta os consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos trinta dias e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002”.

Sala das Sessões, 30 de março de 2021.

**Senador Eduardo Braga**  
**Líder do MDB**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1285, DE 2021

Retirada do RQS nº 1270/2021.

**AUTORIA:** Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a retirada de minha assinatura ao RQS 1270/2021, de autoria do Senador Eduardo Braga, que “destaque para votação em separado da Emenda nº 37-PLEN, apresentada à MPV 1010/2020 - PLV 44/2020”.

Sala das Sessões, 30 de março de 2021.

**Senador Eduardo Braga**  
**Líder do MDB**



# Projeto de Lei nº 1010/2021





## SENADO FEDERAL

### EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 1010, de 2021**, que *"Cria o Programa Pró-Leitos, com aplicação enquanto perdurar a emergência de saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)	001
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)	002
Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)	003; 004; 005
Senador Paulo Paim (PT/RS)	006
Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)	007
Senador Humberto Costa (PT/PE)	008; 009; 010; 011
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	012
Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)	013
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)	014; 015; 016; 017; 018

**TOTAL DE EMENDAS: 18**



[Página da matéria](#)





**PL 1010/2021**  
**00001**

SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

**EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PL nº 1010, de 2021)

Acresça o seguinte § 3º, ao art. 3º, do Projeto de Lei nº 1010, de 2021:

“§3º Aplicar-se-á o disposto nesta lei às pessoas jurídicas que dispuserem da aplicação de recursos privados para contratação e aquisição de insumos e materiais relacionados com a manutenção dos leitos clínicos e de terapia intensiva, desde que atendam às necessidades previamente especificadas pelo gestor local do SUS. (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Identifica-se que na rede hospitalar, além da dificuldade de manutenção de leitos, existe a carência e desafios para manutenção de materiais e insumos relacionados às rotinas de pacientes de COVID-19.

Entende-se que cada gestor local do SUS apresenta necessidades e dificuldades específicas, nos quais a cadeia econômica produtiva poderia facilitar ou favorecer às unidades de saúde, a fim de se evitarem doações redundantes ou que não venham a atender as demandas peculiares de cada unidade.

Por essa razão, a presente emenda busca deixar evidenciada a possibilidade de se abrangerem outros meios de financiamento privado, antes restrito à contratação de leitos, para garantir, também, os seus insumos e materiais.

Para garantir a eficiência dos leitos criados, são necessários os insumos que mantenham o seu perfeito funcionamento dos leitos, o que certamente dará as condições para que haja um planejamento adequado, eficiente e seguro para a distribuição das vacinas aos brasileiros.

Sala das Sessões,

**Senador Lasier Martins**  
(PODEMOS-RS)



**PL 1010/2021**  
**00002**

**EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PL nº 1010, de 2021)

Acrescente-se ao art. 3º do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, os seguintes §§ 3º e 4º:

“Art. 3º .....

.....

§ 3º As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido poderão deduzir da receita bruta sujeita à base de cálculo expressa no art. 15 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, o valor investido na contratação de que trata o art. 2º desta Lei do seu imposto de renda referente ao exercício financeiro de 2021, abrangidas as despesas comprovadamente realizadas na contratação de leitos privados clínicos e de terapia intensiva para uso do SUS, conforme critérios dispostos em regulamentação do Poder Executivo, que serão atestadas pelo gestor local.

§ 4º Os contribuintes que aderirem ao incentivo previsto nesta Lei poderão utilizar como mecanismo de marketing logomarca com a expressão ‘RESPIRE 2021’.”

**JUSTIFICAÇÃO**

O momento trágico vivido pelo País, com o iminente colapso do sistema de saúde, requer soluções emergenciais abrangentes e criativas. A presente emenda alarga sobremaneira o universo de possíveis doadores, ao estender o benefício fiscal, antes adstrito às empresas que declaram o Imposto sobre a Renda pelo lucro real, às pessoas jurídicas tributadas pelo lucro presumido, maioria absoluta das empresas com capacidade financeira para contribuir.

Além disso, por questão de justiça e como incentivo, autoriza-se o emprego de logomarca referente à ação como forma de *marketing* para essas empresas.

Sala das Sessões,

Senador STYVENSON VALENTIM







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Izalci Lucas

**PL 1010/2021**  
**00003**

EMENDA Nº – PLEN  
(ao PL nº 1.010, de 2021)

Suprima-se o art. 4º do Projeto de Lei 1.010, de 2021.

### JUSTIFICAÇÃO

O art.4º do Projeto de Lei em análise comanda que “em cada Estado, serão automaticamente suspensas as cirurgias eletivas nos hospitais públicos e privados sempre que os leitos atinjam a taxa de ocupação de 85%”, excetuando os “procedimentos relacionados a oncologia e a cardiologia”.

Embora excluindo textualmente os casos oncológicos e cardiológicos, o art.4º adota o termo “cirurgias eletivas”, que pode abranger procedimentos simples, que, inclusive, não demandem longa internação.

Outro aspecto diz respeito às conjunturas locais. É preciso tem em mente, o legislador, que cada situação é ímpar, cada unidade da Federação apresenta uma situação peculiar. Pode-se facilmente imaginar um estado em que, por força dos números da capital, todas as outras cidades estejam submetidas à restrição proposta, muito embora não estejam, elas mesmas, ou seus hospitais específicos, além do limite de 85% delineado no comando em exame.

Parece-nos suprema intervenção do Estado central, legislar não apenas sobre a política de saúde local, de estados e municípios, mas mesmo sobre aspectos tão particulares dos procedimentos médicos.

Ademais, o comando constante do art. 4º do Projeto de Lei 1.010, de 2021, a nosso ver, não guarda relação com a ideia central do projeto. Dita a Lei Complementar nº 95, de 1998, em seu art. 7º, incisos I e II:

“Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Izalci Lucas

I – excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;

II – a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;”

O projeto tem como objeto a isenção tributária para a contratação de leitos, enquanto o art. 4º versa sobre uma nuance da política de saúde dos Estados da Federação e não atende os requisitos de vínculo definidos no inciso II do art. 7º.

Por essas razões, pedimos o apoio dos nobres para a supressão proposta nesta emenda.

Sala das Sessões,

Senador **IZALCI LUCAS**  
PSDB/DF





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Izalci Lucas

**PL 1010/2021**  
**00004**

EMENDA Nº – PLEN  
(ao PL nº 1.010, de 2021)

Dê-se ao art. 3º do PL 1.010, de 2021, a seguinte redação:

“Art. 3º As pessoas físicas e as pessoas jurídicas que declaram o imposto de renda na modalidade Lucro Real, que venham a aderir ao Programa Pró-Leitos, poderão deduzir do seu imposto de renda o valor investido na contratação de que trata o art. 2º desta Lei.

§ 1º as deduções a que se refere o caput deste artigo serão aplicadas no exercício financeiro no qual seja realizada a contratação.

§ 2º as deduções a que se refere o caput deste artigo abrangerão as despesas comprovadamente realizadas na contratação de leitos privados clínicos e de terapia intensiva para uso do SUS, devidamente atestadas pelo gestor local, conforme critérios dispostos em regulamentação do Poder Executivo.

§ 3º as deduções a que se refere o caput deste artigo terão como valor máximo o correspondente constante na tabela de remuneração das operadoras de planos de saúde reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).”

### JUSTIFICAÇÃO

A despeito de todo o esforço da sociedade brasileira, inclusive com grandes sacrifícios pessoais, de empresas, de empregos e, principalmente, de vidas, estamos longe de visualizar um final para a pandemia. É forçoso reconhecer que não se sabe, ainda, a extensão da emergência sanitária.

Por essa razão, acreditamos que é mais prudente vincular as deduções ao ano da contratação dos leitos, sem fazer referência a um exercício específico. Elimina-se, assim, a possível necessidade de rever a legislação, na hipótese de termos prolongada a emergência sanitária por muitos meses além do que hoje imaginamos.





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Izalci Lucas

Valemo-nos dessa emenda, também, para sugerir nova divisão de parágrafos, a fim de privilegiar a lógica e a clareza.

Sala das Sessões,

Senador **IZALCI LUCAS**  
PSDB/DF





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Izalci Lucas

**PL 1010/2021**  
**00005**

EMENDA Nº – PLEN  
(ao PL nº 1.010, de 2021)

Dê-se nova redação ao parágrafo único do art. 2º do PL 1.010/2021, transformando-o em § 1º e acrescentando o § 2º, com a seguinte redação:

“§ 1º os leitos disponibilizados na forma do caput deste artigo deverão ser ocupados por pessoas acometidas pela Covid-19.

§ 2º a distribuição dos leitos entre as unidades, bem como a fiscalização do disposto no § 1º deste artigo, deverá ser executada pelo gestor local do SUS.”

### **JUSTIFICAÇÃO**

Trata-se, esta emenda, de uma proposta de aprimoramento da redação. Preconiza a Lei Complementar 95, de 1998 em seu art. 11, inciso III, alínea “c”, que “as disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica”, devendo, para obtenção deste último aspecto, “expressar por meio dos parágrafos os aspectos complementares à norma enunciada no caput do artigo e as exceções à regra por este estabelecida”.

Assim, sugerimos nova redação para o antigo parágrafo único do PL 1.010, de 2021, na forma desta emenda, para a qual pedimos a aprovação dos nobres pares.

Sala das Sessões,

Senador **IZALCI LUCAS**  
PSDB/DF





**PL 1010/2021**  
**00006**

**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

**EMENDA DE PLENARIO AO**  
**PROJETO DE LEI nº 1010, de 2021**

**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao parágrafo único do art. 2º a seguinte redação:

“Parágrafo único. Os leitos disponibilizados na forma do caput deste artigo deverão ser ocupados, preferencialmente, por pacientes acometidas de Síndrome Respiratória Aguda Grave ou com suspeita ou diagnóstico de Covid-19, e a regulação deles será gerenciada pelo gestor local do SUS.”

**JUSTIFICAÇÃO**

O PL 1.010, de 2021, aprovado pela Câmara dos Deputados, dirige-se a um problema concreto que é a insuficiência de leitos de UTI no SUS para atendimento da população, em face do expressivo aumento de demanda decorrente da Covid-19, e que afeta a todas as faixas etárias.

É importante notar que há situações em que a rede privada é quem está recorrendo às UTIS, como recentemente ocorreu no Município de São Paulo<sup>1</sup>. No entanto, no país como um todo, a oferta de leitos privados é superior ao da rede pública, e mecanismos de controle e disponibilização, como a fila única, e de incentivo ao setor privado para colaborar com o poder público, são bem-vindas e necessárias.

Contudo, há um equívoco no parágrafo único do art. 2º, o qual determina que os leitos clínicos e de UTI da rede privada de saúde que, no âmbito do “Programa Pró-Leitos”, serão contratados com recursos das pessoas jurídicas que a ele aderirem junto

<sup>1</sup> <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2021/03/16/hospitais-da-rede-privada-solicitam-leitos-para-o-sus-na-capital-paulista.htm>



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

à rede privada de saúde para uso do Sistema Único de Saúde, “deverão ser ocupados por pessoas acometidas pela Covid-19”.

Assim, esses leitos clínicos ou de UTI serão exclusivos para pacientes com Covid-19.

A emergência em saúde pública, porém, não pode se sobrepor ao direito à vida que é de todos os acometidos por doenças que requeiram essa atenção do Estado. A saúde é direito de todos e dever do Estado. Não cabe uma norma que estabeleça essa exclusividade.

O Senado aprovou em maio de 2020 o PL .2324, dos Senadores Rogério Carvalho, Paulo Rocha, Jean Paul Prates, Jaques Wagner e Paulo Paim e da Senadora Zenaide Maia, para dispor sobre o uso compulsório de leitos privados pelo SUS. Ao fazê-lo, previu que os leitos privados de UTI designados para internação de pacientes acometidos de Síndrome Respiratória Aguda Grave ou com suspeita ou diagnóstico de Covid-19 que estejam disponíveis em serviços com taxa de ocupação inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) poderão ser utilizados de modo compulsório pelo setor público para a internação desses pacientes, nos termos do regulamento dos gestores do Sistema Único de Saúde. Esse PL, apesar de sua relevância, dorme nas gavetas da Câmara dos Deputados desde maio de 2020 e sequer foi despachado pelo Presidente daquela Casa.

A formulação adotada, portanto, é mais precisa e correta, ao definir a clientela prioritária a ser atendida, cobrindo a totalidade das síndromes respiratórias graves agudas. Mas, por se tratar de utilização compulsória, a proposta afastou outras situações, dado que a demanda já estaria previamente definida.

No caso do PL em questão, porém, por se tratar de norma de caráter nacional, não se pode determinar a exclusividade, mas sim a preferência para essa situação de modo que, havendo outras necessidades, as empresas possam ainda assim atuar na disponibilização ao SUS desses leitos.





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Sala das Sessões,

**SENADOR PAULO PAIM**  
**PT/RS**





**PL 1010/2021  
00007****EMENDA Nº**  
(ao PL nº 1010, de 2021)

Dê-se ao art. 3 da Projeto de Lei 1010/2021, a seguinte redação:

“**Art.3º** Esta Lei aplica-se às pessoas jurídicas que declaram o imposto de renda na modalidade Lucro Real e Lucro Presumido e aderirem ao Programa Pró-Leitos, as quais poderão deduzir o valor investido na contratação de que trata o art. 2º desta Lei do seu imposto de renda referente ao exercício financeiro de 2021, abrangidas as despesas comprovadamente realizadas na contratação de leitos privados clínicos e de terapia intensiva para uso do SUS, conforme critérios dispostos em regulamentação do Poder Executivo, que serão atestadas pelo gestor local.

**JUSTIFICAÇÃO**

As atividades que não se encaixam nos requisitos o Simples Nacional, tem que declarar seus impostos por meio da demonstração do Luro Real ou do Lucro Presumido.

Cabe ressaltar que o Lucro Real é o valor do lucro líquido, ou seja, a apuração é feita por meio da diferença entre receita, custo e despesas. Na contramão o regime do Lucro presumido, presume-se uma margem de lucro sobre a receita apurada.

Nesse sentido, indicar apenas o regime do Lucro Real, causaria desigualdade empresarial, se fazendo necessária a inclusão do regime presumido, uma vez que a opção por determinado regime é indicado pela condição e especificidades dos segmentos.

Por essas razões peço aos nobres pares o apoio para aprovação da emenda.

Sala das Comissões,

Senadora ROSE DE FREITAS





**PL 1010/2021**  
**00008**

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

**EMENDA Nº - PLEN**  
(Ao Projeto de Lei nº 1.010, de 2021)  
Aditiva

O Projeto de Lei nº. 1.010, de 2021, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 6º, renumerando-se o seguinte:

“Art. 6º A União transferirá recursos extraordinários ao Sistema Único de Saúde - SUS, repassando-os aos fundos Estaduais, Distrital e Municipais de Saúde, mediante critérios populacionais e epidemiológicos.

§ 1º Os recursos serão utilizados exclusivamente para manutenção e ampliação de leitos de UTI-COVID.

§ 2º Os recursos de que trata o *caput* serão remanejados das dotações orçamentárias alocadas no Ministério da Saúde na Lei Orçamentária de 2021, com o identificador de resultado primário 9 (RP 9).”

## JUSTIFICATIVA

Nos termos aprovados pela Câmara, o Programa Pró-Leitos pode levar operadoras de assistência à saúde e prestadores de serviços de saúde a não estabelecerem contratos com gestores do SUS, tendo em vista que o atual projeto de lei prevê disponibilização de leitos ao SUS mediante dedução de IR, considerando valores de leito superiores aos praticados (tabela ANP).

Além de não cumprir o objetivo de ampliação de leitos, o projeto implica perdas fiscais para todos os entes por meio da renúncia de receitas relativas ao Imposto de Renda.

Convém lembrar que 46% do IR são destinados a estados e municípios. Com a retomada do teto de gasto, o orçamento federal de saúde perde R\$ 25 bilhões em 2021 em relação aos valores empenhados em 2020, prejudicando as transferências aos entes num contexto de recrudescimento da pandemia. Nestas circunstâncias, a perda de receita que poderia ser destinada ao combate à pandemia é mais uma restrição a estados e municípios (sobretudo se considerado que o projeto poderá não ampliar leitos no SUS).

Ante o exposto, a emenda propõe repasses extraordinários do Ministério da Saúde para fundos de saúde com vistas a financiar leitos de UTI-COVID. Prevê, ainda, que os recursos serão remanejados das emendas de relator da LOA alocadas no Ministério da Saúde. Estes valores giram em torno de R\$ 8,9 bilhões, sendo que apenas cerca de R\$ 200 milhões estão vinculados à ação específica de combate à pandemia.





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Humberto Costa

Portanto, remanejar tais recursos para a ação específica de combate à pandemia permitiria financiar os leitos de UTI-COVID, sem qualquer impacto fiscal para a União, tanto na meta de resultado primário quanto no teto de gastos e na regra de ouro, mas também para estados e municípios.

Sugere-se, portanto, a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, em      de março de 2021

**Senador HUMBERTO COSTA**



**PL 1010/2021**  
**00009**SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Humberto Costa**EMENDA Nº - PLEN**  
(Ao Projeto de Lei nº 1.010, de 2021)  
Modificativa

O § 2º do art. 3º do Projeto de Lei nº. 1.010, de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º .....

§ 2º Os valores que sofrerão compensação tributária terão como valor máximo a tabela de remuneração vigente no Sistema Único de Saúde.”

**JUSTIFICATIVA**

Nos termos aprovados pela Câmara, o Programa Pró-Leitos pode levar operadoras de assistência à saúde e prestadores de serviços de saúde a não estabelecerem contratos com gestores do SUS, tendo em vista que o atual projeto de lei prevê disponibilização de leitos ao SUS mediante dedução de IR considerando valores de leito superiores aos praticados (tabela ANP).

Assim, mesmo diante do esgotamento da capacidade instalada dos leitos de UTI em diversas regiões, o projeto pode levar o setor privado a não disponibilizar leitos ao SUS ou a migrar leitos já contratados na sistemática atual para o Pró-Leitos.

Para evitar este problema, a presente emenda sugere que o teto de valor dos leitos utilizados para abatimento de IR será o praticado pelo SUS, evitando o desincentivo à contratação de leitos privados pela rede pública em meio ao recrudescimento da pandemia.

Ante o exposto, pede-se apoio aos pares para a presente emenda.

Sala das Sessões, em de março de 2021

**Senador HUMBERTO COSTA**



**PL 1010/2021**  
**00010**

SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Humberto Costa

**EMENDA Nº - PLEN**  
(Ao Projeto de Lei nº 1.010, de 2021)  
Aditiva

O art. 3º do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º:

“Art. 3º .....

§ 3º Operadoras de planos de assistência à saúde e prestadores de serviços de saúde só poderão aderir ao Programa Pró-Leitos mediante a disponibilização de leitos novos, criados a partir da publicação desta Lei.

§ 4º Os benefícios fiscais de que trata o *caput* não se aplicam aos leitos existentes até a publicação desta Lei. ”

**JUSTIFICATIVA**

Nos termos aprovados pela Câmara, o Programa Pró-Leitos pode levar operadoras de assistência à saúde e prestadores de serviços de saúde a não estabelecerem contratos com gestores do SUS, tendo em vista que o atual projeto de lei prevê disponibilização de leitos ao SUS mediante dedução de IR considerando valores de leito superiores aos praticados (tabela ANP).

Assim, mesmo diante do esgotamento da capacidade instalada dos leitos de UTI em diversas regiões, o projeto pode levar o setor privado a não disponibilizar leitos ao SUS ou a migrar leitos já contratados na sistemática atual para o Pró-Leitos.

Nesta hipótese, o projeto apenas implica maiores ganhos ao setor privado, sem acréscimo de leitos ao SUS. Para evitar que isto ocorra, a presente emenda prevê que operadoras





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Humberto Costa

de planos de saúde e prestadores de serviços de saúde apenas aderirão ao Pró-Leitos caso disponibilizem novos leitos ao SUS, ficando as contratações dos leitos existentes sujeitas à sistemática atual. Desta forma, o projeto pode cumprir sua finalidade pública de apoio ao combate à pandemia, com ampliação dos leitos utilizados pela rede pública.

Ante o exposto, pede-se apoio aos pares para a presente emenda.

Sala das Sessões, em      de março de 2021

**Senador HUMBERTO COSTA**





**PL 1010/2021**  
**00011**

SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Humberto Costa

**EMENDA Nº - PLEN**  
(Ao Projeto de Lei nº 1.010, de 2021)  
Modificativa

O art. 2º do Projeto de Lei nº. 1.010, de 2021, passa a vigorar com a seguinte emenda de redação:

“Art. 2º O objetivo do Programa Pró-Leitos é incentivar as pessoas jurídicas a utilizarem recursos próprios para a contratação de leitos clínicos e de terapia intensiva da rede privada de saúde criados a partir da vigência desta Lei para uso do Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com as necessidades sanitárias específicas de cada ente federativo.”

## JUSTIFICAÇÃO

Um dos principais objetivos da proposta que ora está sendo emendada é garantir a ampliação dos leitos de UTI para atender os pacientes acometidos pelo novo coronavírus.

A emenda que estamos submetendo busca aperfeiçoar a redação do artigo 2º apenas para deixar evidente que o PL 1.010, de 2021 funciona como um mecanismo que possibilitará a disponibilidade maior de leitos a partir da vigência da lei e não como um instrumento que poderá ser utilizado para financiar leitos já existentes, uma vez que esta prática já está devidamente disciplinada pelo arcabouço legal brasileiro.

Desta forma, apresento esta emenda aos meus Pares e solicito apoio para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em      de março de 2021

**Senador HUMBERTO COSTA**



**PL 1010/2021**  
**00012**



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

**EMENDA Nº , DE 2021.**  
**(ao PL 1.010, de 2021)**

O art. 3º do Projeto de Lei nº 1010, de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º .....

§ 3º Aplica-se o disposto no caput deste artigo, às pessoas jurídicas de direito privado que adquirirem diretamente vacinas contra a Covid-19 que tenham autorização temporária para uso emergencial, autorização excepcional e temporária para importação e distribuição ou registro sanitário concedidos pela Anvisa, utilizadas no âmbito do Programa Nacional de Imunizações (PNI).”

**JUSTIFICATIVA**

O PL em destaque estabelece que as pessoas jurídicas que declaram o imposto de renda na modalidade Lucro Real e aderirem ao Programa Pró-Leitos deduzirão do seu imposto de renda o valor investido na contratação no exercício financeiro de 2021, abrangidas as despesas comprovadamente realizadas na contratação de leitos privados clínicos e de terapia intensiva para uso do SUS, conforme critérios dispostos em regulamentação do Poder Executivo, que serão atestadas pelo gestor local.







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

Ainda, destaca que as pessoas físicas também poderão deduzir o valor investido na contratação do seu imposto de renda referente ao exercício financeiro de 2021.

A presente emenda visa, em incentivo a compra de vacinas, que as pessoas jurídicas de direito privado que adquirirem diretamente vacinas contra a Covid-19 que tenham autorização temporária para uso emergencial, autorização excepcional e temporária para importação e distribuição ou registro sanitário concedidos pela Anvisa, utilizadas no âmbito do Programa Nacional de Imunizações (PNI), possam ter os mesmos benefícios constantes do PL.

Assim, considerando-se o estado de crise provocada pela Covid-19 e os efeitos dela advindos, como o aumento dos registros de novos casos, cuja consequência visível é a lotação das enfermarias e das unidades de terapia intensiva em todas as localidades do País, busca-se o estímulo a compra de vacinas para proteção da população brasileira.

Ante o exposto, considerando a relevância da temática proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares a sua aprovação.

Sala das Sessões,        de março de 2021.

---

Senador MECIAS DE JESUS





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Alvaro Dias

**PL 1010/2021**  
**00013**

**EMENDA Nº - 2021**  
(ao PL nº 1.010, de 2021)

Suprima-se o Art. 4º da presente proposição.

**JUSTIFICAÇÃO**

A proibição de cirurgias eletivas quando se atingir um parâmetro fixo definido por lei federal pode ser considerada inconstitucional, por ferir a autonomia dos demais entes federativos, além de temerária quanto ao mérito.

O adiamento de cirurgias eletivas pode representar, mais à frente, a necessidade de vários outros procedimentos de urgência e complexidade maiores. Além do mais, o nível de ocupação dos leitos e a sua alocação segundo determinadas doenças ou tratamentos deve ser verificada localmente.

Por essas razões, estamos propondo a supressão do dispositivo.

Sala das Sessões, em 30 de março de 2021.

Senador **ALVARO DIAS**  
PODEMOS/PR



**PL 1010/2021**  
**00014**

## **EMENDA Nº - PLEN**

(ao PL nº 1.010, de 2021)

Acrescente-se o seguinte art. 5º ao Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, renumerando-se o atual art. 5º e o artigo subsequente:

“**Art. 5º** Para atuação exclusiva em ações de enfrentamento da pandemia de covid-19 em todo o território nacional, o médico formado em instituição de educação superior estrangeira com habilitação para o exercício da Medicina no exterior fica dispensado de revalidar seu diploma de graduação em medicina, nos termos do § 2º do art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, não sendo aplicável também o art. 17 da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, independentemente da nacionalidade do profissional.”

## **JUSTIFICAÇÃO**

O Brasil já registrou quase 315 mil mortes por covid-19 desde o início da pandemia da doença. De acordo com levantamento do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), a média móvel diária de óbitos pela enfermidade atingiu o espantoso número de 2.634 mortes a cada 24 horas. O número de infectados não para de subir, tendo atingido a cifra de quase 40 mil novos casos a cada dia.

A terrível crise sanitária por que passa o País – agravada pela desastrosa gestão do Governo Federal – tem levado nosso sistema de saúde ao colapso. E não se trata apenas do Sistema Único de Saúde (SUS), pois o setor privado também tem se mostrado incapaz de atender a tamanha demanda.

Uma das principais limitações é a falta de mão de obra qualificada, especialmente de médicos, para atender ao elevado volume de pacientes que ocorre aos serviços de saúde nesse período de agravamento da pandemia.

No entanto, a solução para esse problema está ao nosso alcance. O País dispõe hoje de um contingente de aproximadamente 15 mil médicos formados em instituições de educação estrangeiras aguardando a oportunidade de revalidarem seus diplomas para poderem se inscrever nos Conselhos Regionais de Medicina e exercerem livremente sua profissão.



São profissionais altamente capacitados, graduados em locais que se revelaram vocacionados à formação médica, a exemplo de Pedro Juan Caballero, município paraguaio fronteiriço, com população semelhante à de Lagarto/SE, mas que conta com nove faculdades de medicina, nas quais estão matriculados cerca de 12 mil estudantes brasileiros.

Esse enorme contingente de médicos não pode ser impedido de contribuir com o enfrentamento da pandemia de covid-19 apenas em função de não ter tido a oportunidade de prestar o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (REVALIDA). Por isso propomos que, excepcionalmente, esses profissionais possam exercer suas atividades laborais no combate à pandemia independentemente de sua nacionalidade ou do local onde se graduaram, desde que tenham autorização para o exercício da medicina no exterior.

Sala das Sessões,

Senador ALESSANDRO VIEIRA



**PL 1010/2021**  
**00015**

**EMENDA Nº - PLEN**

(ao PL nº 1.010, de 2021)

Acrescente-se o seguinte art. 5º ao Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, renumerando-se o atual art. 5º e o artigo subsequente:

“**Art. 5º** Será instituída cooperação entre os hospitais das Forças Armadas de todo o País e as autoridades sanitárias civis para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus.

§1º A cooperação de que trata o *caput* inclui a oferta de leitos não ocupados dos hospitais das Forças Armadas para o atendimento de civis.

§2º Os leitos disponíveis nos hospitais das Forças Armadas serão disponibilizados para a população civil, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), sempre que não houver disponibilidade de vagas para internação de pacientes nos serviços públicos de saúde do Município onde se localizar o hospital.”

**JUSTIFICAÇÃO**

O Brasil já registrou quase 315 mil mortes por covid-19 desde o início da pandemia da doença. De acordo com levantamento do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), a média móvel diária de óbitos pela enfermidade atingiu o espantoso número de 2.634 mortes a cada 24 horas. O número de infectados não para de subir, tendo atingido a cifra de quase 40 mil casos novos a cada dia.

A terrível crise sanitária por que passa o País – agravada pela desastrosa gestão do Governo Federal – tem levado nosso sistema de saúde à beira do colapso. E não se trata apenas do Sistema Único de Saúde (SUS), pois o setor privado também tem se mostrado incapaz de atender a tamanha demanda.

Destarte, nada mais justo do que lançar mão de toda a nossa capacidade de atendimento e incluir as unidades hospitalares mantidas pelas Forças Armadas no esforço nacional de combate à pandemia de covid-19. São dezenas de hospitais militares estrategicamente distribuídos por todo o



País e muito bem equipados para atender aos pacientes acometidos por essa doença.

A medida terá efeito sinérgico com o Pró-Leitos e representará um bem-vindo alívio para o nosso saturado sistema de saúde atravessar o pior momento da pandemia.

Sala das Sessões,

Senador ALESSANDRO VIEIRA



**PL 1010/2021**  
**00016**

**EMENDA Nº - PLEN**

(ao PL nº 1.010, de 2021)

Acrescente-se o seguinte art. 5º ao Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, renumerando-se o atual art. 5º e o artigo subsequente:

“**Art. 5º** O gestor local do SUS fará publicar, em seu sítio de internet, informações atualizadas sobre o número total de leitos de unidade de terapia intensiva (UTI) existentes em seu território, o número desses leitos disponíveis e a fila de espera de pacientes por internação em UTI, preservando-se o sigilo dos dados pessoais e médicos destes.

*Parágrafo único.* O disposto no *caput* aplica-se a todos os serviços de saúde públicos e privados, ainda que não mantenham contrato ou convênio com o SUS.”

**JUSTIFICAÇÃO**

O Brasil já registrou quase 315 mil mortes por covid-19 desde o início da pandemia da doença. De acordo com levantamento do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), a média móvel diária de óbitos pela enfermidade atingiu o espantoso número de 2.634 mortes a cada 24 horas. O número de infectados não para de subir, tendo atingido a cifra de quase 40 mil novos casos a cada dia.

A terrível crise sanitária por que passa o País – agravada pela desastrosa gestão do Governo Federal – tem levado nosso sistema de saúde ao limite de sua capacidade de lidar com tamanho desafio. E não se trata apenas do Sistema Único de Saúde (SUS), pois o setor privado também tem se mostrado incapaz de atender a tamanha demanda.

Por isso é essencial termos transparência a respeito da real situação dos serviços de saúde que atuam no enfrentamento da covid-19. Em meio a tanta desinformação – muitas vezes propositalmente divulgada por negacionistas e oportunistas de toda sorte – a população se vê desorientada e até descrente nas lideranças públicas e nas autoridades sanitárias.

A divulgação dos dados a respeito da capacidade hospitalar local instalada e disponível para o atendimento das vítimas da covid-19 fortalecerá o controle social sobre o sistema de saúde, bem como evitará situações de favorecimento ilícito na obtenção dos escassos leitos de UTI.



Sala das Sessões,

Senador ALESSANDRO VIEIRA





**PL 1010/2021**  
**00017**

**EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PL nº 1.010, de 2021)

Acrescente-se o seguinte § 3º ao art. 3º do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021:

“**Art. 3º** .....

.....

§ 3º As informações referentes às contratações de que trata este artigo serão objeto de ampla publicidade, inclusive por meio da internet, em especial os dados referentes a:

I – quantidade de leitos contratados por meio do benefício tributário, informando-se o contribuinte e o serviço de saúde contratado, assim como a duração e os valores dos contratos;

II – localização dos leitos contratados;

III – estimativas da renúncia fiscal decorrente do benefício tributário aplicável a cada contrato.”

**JUSTIFICAÇÃO**

O Brasil já registrou quase 315 mil mortes por covid-19 desde o início da pandemia da doença. De acordo com levantamento do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), a média móvel diária de óbitos pela enfermidade atingiu o espantoso número de 2.634 mortes a cada 24 horas. O número de infectados não para de subir, tendo atingido a cifra de quase 40 mil novos casos a cada dia.

Nesse sentido, como contribuição ao esforço nacional de enfrentamento da pandemia, a iniciativa da Câmara dos Deputados de criar o Pró-Leitos deve ser aplaudida. Não obstante, a fim de evitar os problemas de malversação dos recursos públicos destinados a esse enfrentamento, identificados desde o ano passado e que resultaram em indiciamentos e afastamentos de gestores, propomos a ampla divulgação de todos os dados relevantes referentes ao benefício fiscal ora proposto.

Dessa forma, a sociedade poderá não apenas fiscalizar o uso dos recursos públicos, como também dar o devido crédito às empresas e aos



cidadãos que se solidarizaram com o SUS neste momento de profunda crise sanitária por que passa o País.

Sala das Sessões,

Senador ALESSANDRO VIEIRA



**PL 1010/2021  
00018**

**EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PL nº 1.010, de 2021)

Dê-se a seguinte redação ao § 2º do art. 3º do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021:

“**Art. 3º** .....

.....

§ 2º Os valores que sofrerão compensação tributária terão como valor máximo a tabela de remuneração vigente no Sistema Único de Saúde.”

**JUSTIFICAÇÃO**

O § 2º do art. 3º do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, faz referência a uma inexistente “tabela de remuneração das operadoras de planos de saúde reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)”. Além de efetivamente não existir, esse tipo de atribuição sequer faz parte da competência legal da ANS. Assim, propomos que seja estabelecido os valores máximos praticados pelo Sistema Único de Saúde.

Sala das Sessões,

Senador ALESSANDRO VIEIRA



**PARECER Nº 46 , DE 2021 -PLEN/SF**

De PLENÁRIO, em substituição às Comissões, sobre o Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, do Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr, que *cria o Programa Pró-Leitos, com aplicação enquanto perdurar a emergência de saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19.*



Relator: Senador **WEVERTON**

**I – RELATÓRIO**

Vem a Plenário o Projeto de Lei (PL) nº 1.010, de 2021, do Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr, que é composto por seis artigos e tem o propósito de permitir que as pessoas físicas e jurídicas realizem a dedução do Imposto sobre a Renda dos recursos que investirem na contratação de leitos privados usados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para a internação de pessoas com covid-19, durante a pandemia.

Para tanto, em seu art. 1º, o projeto cria o Programa Pró-Leitos, que vigorará enquanto perdurar a emergência de saúde pública decorrente da pandemia de covid-19.

O art. 2º pontua que o objetivo do Programa Pró-Leitos é incentivar as pessoas jurídicas a utilizarem recursos próprios para a contratação de leitos clínicos e de terapia intensiva da rede privada de saúde para uso do SUS, que serão regulados pelo gestor de saúde local e ocupados por pessoas acometidas por covid-19.

O art. 3º esclarece que o Programa se aplica às pessoas jurídicas que apuram o Imposto sobre a Renda com base no lucro real e que a ele aderirem, com dedução do tributo referente ao exercício financeiro de 2021, de acordo com a regulamentação do Poder Executivo. O § 1º também autoriza as pessoas físicas a deduzir o valor investido na contratação de que trata o *caput* do art. 2º do valor do imposto referente ao exercício financeiro de 2021. O § 2º ressalva que os valores que sofrerão compensação tributária



terão como valor máximo a tabela de remuneração das operadoras de planos de saúde reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O art. 4º determina que, em cada estado da Federação, serão automaticamente suspensas as cirurgias eletivas nos hospitais públicos e privados sempre que os leitos atingirem a taxa de ocupação de 85%, com exceção dos procedimentos oncológicos e cardiológicos (parágrafo único).

O art. 5º limita o impacto orçamentário das medidas que o projeto de lei propõe em R\$ 2.500.000.000,00, enquanto o art. 6º, cláusula de vigência, estabelece que a lei gerada pela eventual aprovação da proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

O autor argumenta que é fundamental apoiar iniciativas que tenham por objetivo ampliar a capacidade de atendimento do SUS, colocando leitos de unidades de terapia intensiva (UTI) da rede privada à disposição da rede pública, razão pela qual propõe a dedução de impostos federais para empresas que custearem a contratação de tais serviços.

A matéria recebeu as Emendas nºs 1 a 18-PLEN, descritas e analisadas adiante.

## II – ANÁLISE

O PL nº 1.010, de 2021, será apreciado pelo Plenário nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 17 de março de 2020, que instituiu o Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal.

No que tange aos aspectos formais, não identificamos óbices à aprovação da matéria ou inconformidades quanto a sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade ou iniciativa. Em relação à técnica legislativa, serão apontadas algumas impropriedades no momento da tratativa do mérito do PL, às quais pretendemos dar solução por meio de emenda de redação.

Quanto ao mérito, cremos que a iniciativa proposta pode contribuir para a captação quase imediata de recursos financeiros para o SUS, visto que eles sairiam da poupança de particulares diretamente para a prestação de assistência à saúde da população.

Infelizmente não podemos esperar que a medida cause grandes mudanças no cenário da pandemia no curtíssimo prazo, visto que atualmente

mi-rb2021-02487

SF/21300.33914-28



o maior problema enfrentado pelo sistema de saúde é o esgotamento da capacidade instalada, tanto no setor público como no privado, de maneira que devemos reforçar que a política mais efetiva para alterar o curso da doença no País é a vacinação em massa.

Assim, a entrada de verba adicional no custeamento de leitos não possuiria o condão de possibilitar agora o atendimento de pacientes – já que não há leitos privados ociosos em boa parte do País –, mas poderia possibilitar que os outros recursos disponíveis fossem aplicados na ampliação da rede de atenção à saúde e em outras políticas, como as de prevenção e testagem da população, por exemplo.

De todo modo, a ampliação dos fundos de financiamento de ações da saúde pública é sempre bem-vinda. Outros programas lançados com esse intuito, como o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), possuem boa receptividade no meio empresarial, com impacto de renúncia fiscal que teve de ser limitado em R\$ 6.263.640,35 e R\$ R\$ 1.710.501,95, respectivamente, para 2021.

Esperamos, então, que a proposta tenha boa aceitação na população e na iniciativa privada, contribuindo para a melhoria da resposta do SUS à pandemia de covid-19.

Quanto ao incentivo propriamente dito, previsto no art. 3º do PL, está de tal maneira redigido que sua aplicação pode gerar dúvidas. Por exemplo, no *caput* desse artigo e no seu § 1º, há a referência a *exercício financeiro de 2021*, quando o mais preciso seria fazer alusão a *ano-calendário 2021*, o que é feito por emenda de redação.

Vejamos agora as emendas apresentadas.

A Emenda nº 1-PLN, de autoria do Senador Lasier Martins, pretende incluir a aplicação de recursos privados para contratação e aquisição de insumos e materiais relacionados com a manutenção dos leitos clínicos e de terapia intensiva entre os investimentos na saúde passíveis de dedução do Imposto sobre a Renda no âmbito do Programa Pró-Leitos.

Justifica-se que, para garantir a eficiência dos leitos contratados, é necessário custear os insumos que mantenham o seu perfeito funcionamento, o que, certamente, dará as condições para que haja um

mi-rb2021-02487



SF/21300.33914-28



planejamento adequado, eficiente e seguro para a distribuição das vacinas aos brasileiros.

A nosso ver, a presença desse detalhamento em lei não seria necessário, visto que a expressão “contratação de leitos” abrange todos os serviços inerentes à internação do paciente, de modo que não é preciso especificar todos os procedimentos e insumos envolvidos na atenção da pessoa hospitalizada em razão da covid-19.

Por isso, optamos pela rejeição da Emenda nº 1-PLEN.

As Emendas nºs 2 e 7-PLEN, dos Senadores Styvenson Valentim e Rose de Freitas, respectivamente, pretendem alterar o art. 3º do PL para autorizar as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido a deduzir da receita bruta, que serve como base de cálculo para incidência da alíquota do Imposto sobre a Renda, o valor investido na contratação de que trata o art. 2º do projeto.

As emendas foram justificadas pela necessidade de buscar isonomia e de aumentar o universo de doadores por meio da extensão do incentivo às pessoas jurídicas tributadas pelo lucro presumido, cuja quantidade é grande.

No caso, ao fim e ao cabo, a extensão ou não do incentivo às empresas que apuram o Imposto sobre a Renda com base no lucro presumido não deixa de ser uma opção de política econômica e fiscal. Todavia, a lógica dessa sistemática de tributação é justamente a presunção do lucro, razão pela qual não é autorizado o abatimento de despesas da base de cálculo. Nesse sentido, o art. 10 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, ao dispor que do imposto apurado com base no lucro presumido não será permitida qualquer dedução a título de incentivo fiscal.

Além disso, essa sistemática é uma opção do contribuinte, que tem por finalidade simplificar e desburocratizar a apuração do imposto. Por isso mesmo, caso prefira, o contribuinte pode escolher por apurar o tributo com base no lucro real. Desse modo, somos pela rejeição das Emendas nºs 2 e 7 – PLEN.

As Emendas nºs 3 e 13-PLEN, dos Senadores Izalci Lucas e Alvaro Dias, propõem a supressão do art. 4º do projeto, sob o argumento de que seu conteúdo constitui matéria estranha à proposição, invade a

mi-rb2021-02487



SF/21300.33914-28



competência dos entes subnacionais de gerirem os serviços de saúde sob sua alçada, além de haver cirurgias eletivas que sequer demandam internação.

Em relação a esse ponto, entendemos que a medida de suspender as cirurgias eletivas nos hospitais públicos e privados sempre que os leitos atingirem a taxa de ocupação de 85% em um determinado Estado é excepcional, direcionada apenas para o cenário de calamidade pública que vivemos. Sua inclusão na Câmara dos Deputados se deu para que todos os leitos em um mesmo Estado, em todos os Municípios, não fiquem ocupados por pessoas que realizaram cirurgias eletivas – procedimentos que, em regra, podem ser adiados – e, assim, fiquem disponíveis para a rápida transferência de pacientes com covid-19.

Como os procedimentos de urgências e emergências continuarão a ser realizados, entendemos que tal medida, nesse momento, é compreensível e, por isso, não acatamos as Emendas nºs 3 e 13-PLEN.

A Emenda nº 4-PLEN, do Senador Izalci Lucas, retira do PL a referência ao ano de 2021, para que as deduções sejam possíveis em qualquer exercício financeiro no qual seja realizada a contratação. Somos pela rejeição da proposta, mormente tendo em vista a necessidade de previsibilidade orçamentária.

A Emenda nº 5-PLEN, de autoria do Senador Izalci Lucas, sugere reorganização do texto do parágrafo único do art. 2º em dois parágrafos. Julgamos que a redação original desse dispositivo é clara, não havendo motivos para sua modificação. Por isso, a emenda foi rejeitada.

A Emenda nº 6-PLEN foi oferecida pelo Senador Paulo Paim para que os leitos contratados no âmbito do Programa Pró-Leitos não sejam ocupados apenas por acometidos por covid-19, mas também por pessoas com síndrome respiratória aguda grave (SRAG).

A nosso ver, essa mudança de nomenclatura é desnecessária, principalmente porque os pacientes com SRAG estão recebendo o mesmo acolhimento aplicado às pessoas com covid-19, até porque se apresentam como casos suspeitos típicos dessa última doença. Diante disso, não acatamos a Emenda nº 6-PLEN.

A Emenda nº 8-PLEN, de autoria do Senador Humberto Costa, versa sobre a transferência de recursos da União para os fundos estaduais, distrital e municipais de saúde, bem como sobre critérios contábeis e



SF/21300.33914-28





orçamentários inerentes a esse processo. Em nossa opinião, esse assunto é estranho ao tema tratado pelo PL nº 1.010, de 2021, o que resultou na rejeição da Emenda.

As Emendas nºs 9 e 18-PLEN, dos Senadores Humberto Costa e Alessandro Vieira, propõem que os valores passíveis de dedução do Imposto sobre a Renda no âmbito do Programa Pró-Leitos tenham como valor máximo a tabela de remuneração vigente no SUS para os serviços contratados junto aos serviços privados de saúde. Ponderamos que a própria limitação de deduções estabelecida no projeto, que será regulamentada pela ANS, levará em consideração a remuneração realizada pela saúde pública aos leitos privados, já que recursos públicos estão diretamente envolvidos no Programa. Por essa razão, dispensamos a aprovação das emendas em comento.

A Emenda nº 10-PLEN, do Senador Humberto Costa, restringe a adesão de operadoras de planos de saúde e prestadores de serviços de saúde ao Programa Pró-Leitos, ao condicionar sua participação à disponibilização de novos leitos privados ao SUS. Ademais, assim como a Emenda nº 11-PLEN, também do Senador Humberto Costa, estabelece que somente leitos novos, criados a partir da vigência do Programa, estarão abrangidos por ele. O parlamentar justifica que o projeto pode levar o setor privado a não disponibilizar leitos ao SUS ou a migrar leitos já contratados na sistemática atual para o Pró-Leitos.

Divergimos do autor, visto que o alcance apenas dos leitos novos pelo Programa Pró-Leitos pode limitar as opções para a adesão a ele, além de excluir outras instalações de regiões de saúde já em operação em regiões próximas às cidades que apresentam desequilíbrio do sistema de saúde. Adicionalmente, cabe lembrar que, caso as entidades privadas dificultem a disponibilização de leitos ao SUS, o gestor local pode fazer uso da requisição administrativa, alternativa que impediria esse tipo de manobra. Dessa maneira, não somos favoráveis às Emenda nºs 10 e 11-PLEN.

A Emenda nº 12-PLEN, de autoria do Senador Mecias de Jesus, estende os benefícios fiscais criados pelo Programa Pró-Leitos às pessoas jurídicas de direito privado que adquirirem diretamente vacinas contra a covid-19 para uso no âmbito do Programa Nacional de Imunizações (PNI). Não acatamos essa emenda, pois ela trata de matéria estranha ao PL em comento.

mi-rb2021-02487



SF/21300.33914-28



7

A Emenda nº 14-PLEN, do Senador Alessandro Vieira, pretende dispensar da revalidação de diploma os médicos formados em instituição de educação superior estrangeira com habilitação para o exercício da medicina no exterior, para que possam atuar exclusivamente em ações de enfrentamento da pandemia de covid-19. Aduz que tal medida é importante para buscar solução para a falta de mão de obra qualificada, especialmente de médicos, para atender ao elevado volume de pacientes com a doença.

Essa emenda foi rejeitada por versar sobre matéria estranha ao objeto do PL nº 1.010, de 2021.

A Emenda nº 15-PLEN, do Senador Alessandro Vieira, institui cooperação entre os hospitais das Forças Armadas de todo o País e as autoridades sanitárias civis para o enfrentamento da emergência de saúde pública ocasionada pela covid-19, para que as instalações militares federais sejam utilizadas no combate à pandemia.

Em nossa interpretação, essa emenda também trata de assunto alheio ao PL nº 1.010, de 2021, cujo objeto é a contratação de leitos privados para o SUS, sem o envolvimento de estabelecimentos militares. Em razão disso, foi rejeitada.

A Emenda nº 16-PLEN, do Senador Alessandro Vieira, obriga o gestor local do SUS a publicar em seu sítio na internet informações atualizadas sobre o número total de leitos de UTI existentes em seu território, o número desses leitos disponíveis e a fila de espera de pacientes por internação em UTI, abrangendo todos os serviços de saúde públicos e privados.

Embora sejamos favoráveis ao princípio de transparência contido nesse comando, compreendemos que ele também foge do escopo do Programa Pró-Leitos, pois se refere à operação do sistema de saúde como um todo, incluindo os serviços privados, com informações de difícil consolidação, por sua grande abrangência. Por isso, a emenda não foi aproveitada.

A Emenda nº 17 -PLEN, do Senador Alessandro Vieira, impõe o dever de se dar ampla publicidade às contratações de leitos e suas características, inclusive na internet, prestando-se informações sobre a quantidade de leitos, o serviço de saúde contratado, localização, contribuinte que contratou e estimativas de renúncia fiscal decorrentes do Programa Pró-Leitos.

mi-rb2021-02487



SF/21300.33914-28



Apesar de pertinente, não temos clareza de que tal disposição seria cumprida rapidamente, pois envolveria a prestação de dados e informações por vários atores participantes da contratação de leitos e do processo de dedução do Imposto sobre a Renda, como os estabelecimentos hospitalares privados, o gestor municipal do SUS, o contribuinte contratante, o Ministério da Saúde, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), entre outros. Assim sendo, para não impedir a operação tempestiva do Programa Pró-Leitos, preferimos a cautela e opinamos pela reprovação da Emenda nº 17-PLEN.

Ainda assim, cabe registrar que a própria RFB publica relatórios periódicos sobre a renúncia fiscal no âmbito federal, que abarca também a atinente ao Imposto sobre a Renda, de modo que os gastos tributários relativos ao Programa Pró-Leitos também serão abordados nesses demonstrativos, cumprindo o objetivo de haver transparência em sua gestão.

### III – VOTO

Em vista do exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, e pela rejeição das Emendas de nº. 1 a 18, com as seguintes emendas de redação:

#### EMENDA Nº 19 - PLEN

No art. 3º do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, substitua-se a expressão “exercício financeiro de 2021” por “ano-calendário 2021”.

#### EMENDA Nº 20 - PLEN

Inclua-se ao final do caput do art. 4º do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, a expressão “, na forma da lei.”.

Sala das Sessões,

, Presidente

mi-rb2021-02487



SF/21300.33914-28



9

, Relator



SF/21300.33914-28

*mi-rb2021-02487*



# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1269, DE 2021

Destaque para votação em separado da Emenda nº 8-PLEN, apresentada ao PL nº 1010/2021.

**AUTORIA:** Líder do PT Paulo Rocha (PT/PA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança do PT, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 8 PLEN, do Senador Humberto Costa, ao PL 1010/2021, que “cria o Programa Pró-Leitos, com aplicação enquanto perdurar a emergência de saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19”.

Sala das Sessões, 30 de março de 2021.

**Senador Paulo Rocha**  
**(PT - PA)**  
**Líder do PT**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1271, DE 2021

Destaque para votação em separado da Emenda nº 7-PLEN, apresentada ao PL nº 1010/2021.

**AUTORIA:** Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome Liderança do MDB, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da EM 7-PLEN, do PL 1010/2021, que “cria o Programa Pró-Leitos, com aplicação enquanto perdurar a emergência de saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19”.

Sala das Sessões, 30 de março de 2021.

**Senador Eduardo Braga**  
**Líder do MDB**

  
SF/21450.67026-21 (LexEdit)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1278, DE 2021

Destaque para votação em separado da Emenda nº 3-PLEN, apresentada ao PL nº 1010/2021.

**AUTORIA:** Líder do PSDB Izalci Lucas (PSDB/DF)



[Página da matéria](#)



SF/21708.87309-31



SENADO FEDERAL  
Gabinete da Liderança do PSDB

## REQUERIMENTO Nº

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da bancada do PSDB, nos termos do art. 312, inciso II, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno, destaque para votação em separado da Emenda nº 03, oferecida ao PL 1010, de 2021.

30 de março de 2021.

Senador **IZALCI LUCAS**  
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor  
Senador **RODRIGO PACHECO**  
Presidente do Senado Federal





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1280, DE 2021

Destaque para votação em separado da Emenda nº 17-PLEN, apresentada ao PL nº 1010/2021.

**AUTORIA:** Líder do CIDADANIA Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome Bancada do Cidadania, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 17 ao PL 1010/2021, que “cria o Programa Pró-Leitos, com aplicação enquanto perdurar a emergência de saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19”.

Sala das Sessões, 30 de março de 2021.

**Senador Alessandro Vieira**  
**(CIDADANIA - SE)**  
**Líder do Cidadania**

SF/21169.84392-42 (LexEdit)





**Senado Federal**  
**56ª Legislatura**  
**3ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**  
**Quórum Simples**

**Emenda nº 8 - PLEN ao Projeto de Lei nº 1010, de 2021, destacada**

**Matéria PL 1010/2021**

**Início Votação 30/03/2021 19:18:12**

**Término Votação 30/03/2021 19:50:04**

**Sessão 20ª Sessão Deliberativa Remota**

**Data Sessão**

**30/03/2021 16:00:00**

<b>Partido</b>	<b>Orientação</b>
MDB	LIVRE
PSD	NÃO
Podemos	LIVRE
PROGRES	LIVRE
PSDB	LIVRE
DEM	NÃO
PT	SIM
Cidadania	NÃO
PDT	LIVRE
PL	LIVRE
PROS	LIVRE
REDE	SIM
PSB	SIM
PSC	NÃO
PSL	NÃO
Minoria	SIM
Governo	NÃO
Oposição	SIM
Banc Fem	LIVRE

<b>Partido</b>	<b>UF</b>	<b>Nome Senador</b>	<b>Voto</b>
PDT	RO	Acir Gurgacz	NÃO
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	NÃO
Podemos	PR	Alvaro Dias	NÃO
PSD	BA	Angelo Coronel	NÃO
PSD	MG	Antonio Anastasia	NÃO
PSD	MT	Carlos Fávaro	NÃO
PL	RJ	Carlos Portinho	SIM
PSD	MG	Carlos Viana	NÃO
DEM	RR	Chico Rodrigues	NÃO
PDT	CE	Cid Gomes	SIM
PROGRES	PI	Ciro Nogueira	NÃO
MDB	RO	Confúcio Moura	SIM
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	NÃO
MDB	SC	Dário Berger	SIM

Emissão 30/03/2021 19:50:06





**Senado Federal**  
**56ª Legislatura**  
**3ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**  
**Quórum Simples**

**Emenda nº 8 - PLEN ao Projeto de Lei nº 1010, de 2021, destacada**

Matéria **PL 1010/2021** Início Votação **30/03/2021 19:18:12** Término Votação **30/03/2021 19:50:04**  
 Sessão **20ª Sessão Deliberativa Remota** Data Sessão **30/03/2021 16:00:00**

DEM	AP	Davi Alcolumbre	NÃO
MDB	AM	Eduardo Braga	SIM
Podemos	CE	Eduardo Girão	NÃO
MDB	TO	Eduardo Gomes	NÃO
PROGRES	PI	Elmano Férrer	NÃO
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SIM
REDE	ES	Fabiano Contarato	SIM
MDB	PE	Fernando Coelho	NÃO
PROS	AL	Fernando Collor	SIM
Podemos	PR	Flávio Arns	SIM
Republica	RJ	Flávio Bolsonaro	NÃO
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PSD	TO	Irajá	SIM
PSDB	DF	Izalci Lucas	SIM
PT	BA	Jaques Wagner	SIM
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SIM
DEM	MT	Jayme Campos	NÃO
PT	RN	Jean Paul Prates	SIM
Cidadania	GO	Jorge Kajuru	NÃO
PL	SC	Jorginho Mello	SIM
PROGRES	TO	Kátia Abreu	NÃO
Podemos	RS	Lasier Martins	NÃO
PSB	DF	Leila Barros	SIM
PSD	AP	Lucas Barreto	NÃO
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	NÃO
MDB	GO	Luiz do Carmo	NÃO
PSDB	SP	Mara Gabrilli	SIM
MDB	PI	Marcelo Castro	SIM
Podemos	ES	Marcos do Val	NÃO
DEM	RO	Marcos Rogério	NÃO
Republica	RR	Mecias de Jesus	NÃO
PSD	MS	Nelsinho Trad	NÃO
MDB	PB	Nilda Gondim	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	NÃO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	NÃO
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PSDB	AM	Plínio Valério	NÃO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
Podemos	DF	Reguffe	SIM
MDB	AL	Renan Calheiros	SIM

Emissão 30/03/2021 19:50:06





**Senado Federal**  
**56ª Legislatura**  
**3ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**  
**Quórum Simples**

**Emenda nº 8 - PLEN ao Projeto de Lei nº 1010, de 2021, destacada**

Matéria **PL 1010/2021** Início Votação **30/03/2021 19:18:12** Término Votação **30/03/2021 19:50:04**

Sessão **20ª Sessão Deliberativa Remota**

Data Sessão **30/03/2021 16:00:00**

PSDB	MA	Roberto Rocha	NÃO
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SIM
PT	SE	Rogério Carvalho	SIM
Podemos	RJ	Romário	NÃO
MDB	ES	Rose de Freitas	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	NÃO
MDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSL	MS	Soraya Thronicke	NÃO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PROS	RR	Telmário Mota	NÃO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	NÃO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	NÃO
PL	MT	Wellington Fagundes	SIM
PDT	MA	Weverton	NÃO
PROS	RN	Zenaide Maia	SIM
PSC	PA	Zequinha Marinho	NÃO

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

**SIM:34 NÃO:39 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:74**

Primeiro-Secretario

Emissão 30/03/2021 19:50:06



# Projeto de Lei da Câmara nº 130/2011







**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

## **COMPLEMENTAÇÃO DE VOT O (AO PARECER DE PLENÁRIO AO PLC Nº 130. DE 2011)**

De PLENÁRIO, em substituição às comissões, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011 (PL nº 6393/2009), do Deputado Marçal Filho, que *acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil.*

Relator: Senador **PAULO PAIM**

### **I – RELATÓRIO**

O relatório foi lido na sessão do dia 16.03.2021. Após apelo de alguns Senadores, por decisão do Presidente desta Casa, a apreciação do projeto pelo Plenário foi transferida para esta data.



SF/21211.17498-73



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

## II - ANÁLISE

Após apresentação do meu voto, alguns Senadores sugeriram ajustes na redação do texto. Como é da natureza da atividade parlamentar, o debate traz os diversos pontos de vista e novas abordagens ao tema.

Assim, construímos emenda de redação com amplo consenso de todos os parlamentares. Quero agradecer, em especial, às Senadoras Simone Tebet, Rose de Freitas, Soraya Tronicke, Kátia Abreu, Zenaide Maia, Mailza Gomes, Leila Barros, Eliziane Gama, Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli, Nilza Godin e Maria do Carmo, que se empenharam para esse resultado.

Sem a fundamental participação da bancada feminina, esse projeto não teria sido pautado e não teríamos construído esse amplo acordo.

Naturalmente, quero agradecer ao Colégio de Líderes e ao Presidente, Rodrigo Pacheco, pela inclusão na pauta.

Agradeço aos Senadores que apresentaram emendas. Em especial, os Senadores Kajuru e Rose de Freitas que, entendendo nossos argumentos, abriram mão de destaques, permitindo a construção desse acordo para aprovação do projeto sem retorno à Câmara dos Deputados, e viabilizando a sanção sem oposição de veto.



SF/21211.17498-73



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

Dessa forma, apresentamos emenda de redação, a qual julgamos atender a preocupação externada nas Emendas nº 3, do Senador Ciro Nogueira; nº 10, do Senador Luiz Carlos Heinze; nº 11, da Senadora Soraya Tronicke; nº 12, do Senador Wanderlan; e atende ao apelo feito pelo Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra.

Compreendemos que o fato de a redação dada ao art. 401, § 3º, pelo Projeto, remetendo a competência para a aplicação da multa à autoridade trabalhista, gera conflito com a atual redação do art. 461, § 6º, que já prevê multa a ser aplicada pelo Judiciário em caso de discriminação decorrente de discriminação por motivo de sexo ou etnia. E que a alteração proposta ao art. 401, porém, fixa multa para uma situação específica entre as já previstas no art. 461, e que, portanto, deve ser considerada não como multa autônoma, na esfera administrativa, mas como hipótese de agravamento da multa judicial já prevista.

Logo, remetemos a alteração ao art. 461, na forma de novo parágrafo.

Da mesma forma, entendemos necessário explicitar, no texto que ora adotamos, os elementos constitucionais e legais que a ele são subjacentes, sem modificar, de forma alguma, seu conteúdo.





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Em relação ao prazo prescricional das obrigações trabalhistas, ressaltamos que está previsto no inciso XXIX do artigo 7º, da Constituição que a:

“Art. 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

.....  
XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho”

Todos devem obediência ao comando constitucional. Ainda que o projeto mencione “todo o período da contratação”, a Lei Ordinária não pode contrariar dispositivo constitucional. Necessariamente, deverá ser interpretada e aplicada à luz da Carta Magna.

Trata-se de norma de ordem pública, logo a prescrição é reconhecida pelo julgador em qualquer fase do processo.

Ainda assim, julgamos prudente inserir no comando legislativo a alusão ao prazo prescricional constitucional, dado que a simples leitura de sua redação atual poderia levar alguém a pleitear por prazo maior que o constitucional. Esse pleito seria necessariamente rejeitado, mas apenas após decorridos trâmites processuais que se estendam, talvez, até o Supremo Tribunal Federal, com o correspondente custo e delonga. Assim,



SF/21211.17498-73



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

em seu dever de buscar a redação legislativa mais justa e melhor adaptada ao intuito pretendido na edição da Lei, sugerimos a modificação da redação.

Ainda, outra modificação de natureza exclusivamente redacional é diretamente pertinente à natureza da multa aplicada. Trata-se de multa indenizatória, que explicitamente será revertida à empregada prejudicada. Nesse sentido, adequada a remissão expressa ao fato de que deve ser aplicada pelo Juízo trabalhista, com a apuração judicial da disparidade salarial. Nesse ponto se distancia das multas do art. 401, que possuem natureza administrativa e que, portanto, podem ser impostas pela autoridade administrativa. A equiparação salarial, por seu turno, demanda a cognição mais profunda e o contraditório inerentes ao processo judicial. Dessa forma, a remissão ao Juízo não inova, mas apenas explicita disposição que já estava implicitamente contida no comando legislativo proposto.

O mesmo pode se dizer da necessária gradação na aplicação da multa. A simples disposição de multa em valor estritamente delimitado retiraria do Juiz uma indispensável e inafastável prerrogativa de sua atividade jurisdicional, a ponderação da proporcionalidade entre o ilícito e a condenação. Dessa forma, ressalvamos a capacidade de gradação do Juiz, que já decorre da natureza da sua função, reiteramos, sem qualquer inovação.

  
SF/21211.17498-73



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Cremos que a emenda que apresentamos contemplam todas as preocupações externadas nas emendas remanescentes, sem que, sua admissão seja motivo de eventual retorno à Câmara dos Deputados.

SF/21211.17498-73

### **III – VOTO**

Do exposto, o voto é pela aprovação do PLC nº 130, de 2011, com emenda de redação que ora apresentamos, e pela rejeição das Emendas nº 1, 2, 3, 8, 9, 10, 11 e 12 – PLEN.

Sala das Sessões,

**SENADOR PAULO PAIM**  
**PT/RS**

### **EMENDA Nº 13 – PLEN, DE REDAÇÃO**

#### **Do Relator ao Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011**

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

“Art. 461. ....



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

§ 7º Pela infração ao inciso III do art. 373-A, relativa à remuneração, será imposta pelo juízo ao empregador multa em favor da empregada de até 5 (cinco) vezes a diferença verificada em todo o período da contratação, observado o prazo prescricional.”(NR)

  
SF/21211.17498-73**SENADOR PAULO PAIM****Relator**



## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO Nº 1276, DE 2021

Destaque para votação em separado da Emenda nº 9-PLEN, apresentada ao PLC nº 130/2011.

**AUTORIA:** Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)







SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome Liderança do MDB, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da EM 9-PLEN, do PLC 130/2011, que “acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil”.

Sala das Sessões, 30 de março de 2021.

**Senador Eduardo Braga**  
**Líder do MDB**



# Projeto de Lei nº 5638/2020





## SENADO FEDERAL

### EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 5638, de 2020**, que *"Dispõe sobre ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19; e altera as Leis nºs 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 14.020, de 6 de julho de 2020."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)	001
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)	002
Senador Jaques Wagner (PT/BA)	003; 004; 010
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)	005; 006; 007
Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)	008
Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)	009; 016
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	011
Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)	012
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)	013; 014
Senador Jean Paul Prates (PT/RN)	015

**TOTAL DE EMENDAS: 16**



[Página da matéria](#)





**PL 5638/2020**  
**00001**

SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

**PROJETO DE LEI Nº 5638, DE 2020**  
**EMENDA Nº , de 2021**

Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor de eventos decorrentes dos efeitos de combate à pandemia da COVID-19.

Inclui-se o inciso V no §1º do Art.2º do presente projeto de lei, que tem a seguinte redação:

“Art.2º.....

§1.....

V - Prestadores de serviços de alimentação fora do lar; bares e restaurantes.

**JUSTIFICAÇÃO**

O setor de alimentação fora do lar - que compreende bares, restaurantes, lanchonetes, casas noturnas, buffets e similares, tem enfrentado desde o início da pandemia, em março de 2020, todo tipo de restrição ao funcionamento, como fechamento dos salões, redução de horário e capacidade e proibição de venda de bebidas alcoólicas. O cenário se tornou ainda mais grave na medida em que, com a variação nos números da pandemia - causados pelo repique trazido pela grande movimentação de pessoas durante as campanhas eleitorais – alguns governos municipais paralisaram por completo a retomada das atividades, sugerindo com isso que o setor só voltará a operar totalmente, sem restrições, após a vacinação completa da população. O que deve levar, no mínimo, mais 1 ano.

No início de 2020, o setor de Alimentação Fora do Lar empregava 6 milhões de pessoas e representava de 2,7% do PIB Nacional. Com eles é impactada





SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

uma cadeia gigantesca de produtores, fornecedores, transportadores, prestadores de serviço, colaboradores e até mesmo serviços informais que orbitam os negócios do setor, como catadores de recicláveis, flanelinhas e outros.

O segmento, que foi surpreendido pela pandemia quando ainda se recuperava da crise de 2014/2016 - quando o PIB nacional caiu mais de 9% foi um dos mais prejudicados, ao contrário de outras atividades que saíram vencedoras. É evidente que o setor de bares e restaurantes, junto a outros setores como eventos e hotelaria pagaram, e estão pagando, uma conta desproporcional que precisa ser compensada por políticas públicas específicas. Destacamos que os Estados Unidos e diversos países da Europa adotaram medidas de apoio ao segmento, contemplando especialmente a redução de impostos.

Diante disso, é necessário e emergencial a inclusão do setor de alimentação fora de lar no programa de recuperação proposto pelo projeto de Lei n. 5638/2020, uma vez que os empreendedores, empregados e fornecedores deste setor, representam 50% dos empregos no país e mais de 30% do PIB do turismo.

Sala da Comissão, em 12 de março de 2021.

**Senador Acir Gurgacz**  
**PDT - RO**



**PL 5638/2020**  
**00002****EMENDA MODIFICATIVA Nº**  
(AO PL 5.638/2020)

O art. 9º do PL nº 5.638/20 passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 9º Para as medidas de que trata esta Lei, além dos recursos do Tesouro Nacional, poderão ser utilizados como fonte de recursos:*

*I - 3% (três por cento) do produto da arrecadação das loterias de que tratam os arts. 15, 16, 17, 18 e 20, da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, com a respectiva redução, em igual montante, das destinações de que tratam o art. 15, II, alínea “h”; o art. 16, II, alínea “i”; o art. 17, II, alínea “k”; o art. 18, II, alínea “j”; e o art. 20, VII, da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018;*

*II - recursos de operação de crédito interna decorrente da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, para ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19;*

*III - outras fontes de recursos”.*

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda objetiva autorizar a inclusão, no PL nº 5.638/20, de fonte alternativa para financiar as ações emergenciais destinadas ao setor de eventos decorrentes dos efeitos de combate à pandemia da COVID-19.

Quanto ao uso de operação de crédito interna decorrente da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional para financiar as despesas decorrentes desse projeto de lei, destaque-se que a Emenda Constitucional nº 106, de 2020, que institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia, dispensou, durante o exercício financeiro em que vigore a



calamidade, a observância da vedação inserta no inciso III do caput do art. 167 da Constituição Federal (a chamada “regra de ouro”).

Senado Federal, 19 de março de 2021.

**SENADOR ROBERTO ROCHA**  
**(PSDB – MA)**





**PL 5638/2020**  
**00003**

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Jaques Wagner

**EMENDA N °**

(Ao Projeto de lei nº 5.638, de 2020.)

Dispõe sobre ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19; e altera as Leis nºs 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 14.020, de 6 de julho de 2020.

**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao inciso IV, do § 1º, do art. 2º, do PL nº 5.638, de 2020, a seguinte **redação**:

“IV – prestação de serviços turísticos, conforme o art. 21 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, inclusive prestadores de serviços de alimentação fora do domicílio, serviços de bufês, bares, restaurantes, cafeterias, lanchonetes e similares.”

**JUSTIFICAÇÃO**

O PL 5.638/2020, que institui o PERSE, é extremamente importante para auxiliar o setor de eventos, que tem sido fortemente afetado pelas necessárias medidas adotadas para combater a pandemia da Covid-19. O parágrafo 1º, do art. 2º, do referido PL cita, em seus incisos I, II e III, as atividades econômicas que fazem parte do setor de eventos para efeitos do projeto e, no inciso IV, inclui as atividades econômicas contempladas pelo art. 21 da Lei nº 11.771, de 2008. O projeto estabelece que o Ministério da Economia publicará os códigos CNAE que se enquadra no setor de eventos contemplados pelo projeto.

No entanto, há algumas atividades econômicas que pertencem a este setor e que deveriam estar diretamente mencionadas no projeto, para que não haja qualquer dúvida no momento da regulamentação pelo Ministério da Economia. Destacamos os serviços de alimentação fora do domicílio, incluindo serviços de bufês, bares, restaurantes, cafeterias, lanchonetes e similares. A inclusão nominal destes setores deve ser feita por uma emenda de redação, pois, claramente, foi intenção do legislador, através do texto do PL aprovado na Câmara dos Deputados, que tais atividades sejam contempladas, o que fica evidente quando o inciso IV, do parágrafo 1º, do art. 2º, remete à Lei nº 11.771, de 2008.

A falta de clareza na especificação de alguns setores na redação do projeto pode prejudicar, no momento da regulamentação, importantes atividades da área de eventos, como os serviços de bufês, que geram mais de 500 mil empregos no país e têm sido duramente afetados pela pandemia. Não há qualquer dúvida que a intenção do legislador, através do texto do PL aprovado na Câmara dos Deputados, seja incluir este segmento,





**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Jaques Wagner

que é contemplado por todos os benefícios da Lei nº 11.771, de 2008. No entanto, o fato deste segmento não está nominalmente citado no art. 21 da referida lei, pode gerar confusão e a sua consequente exclusão dos beneficiários do PERSE, no momento da regulamentação pelo Ministério da Economia.

Deste modo, apesar de estar evidente que as atividades mencionadas na presente emenda de redação estão contempladas no PL, para que não haja qualquer dúvida no momento da sua regulamentação pelo Ministério da Economia e que não haja o risco de excluir importantes atividades pertencentes ao setor de eventos, que são importantes geradoras de emprego no país e que têm sido fortemente afetadas pela profunda crise que atravessamos, solicitamos o apoio da eminente relatora e de todos os pares para a aprovação desta emenda de redação.

Por essas razões, solicito o apoio dos eminentes pares para a aprovação da presente proposta.

Sala da Sessão, 29 de março de 2021.

**SENADOR JAQUES WAGNER**  
**PT – BA**



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Jaques Wagner

**EMENDA DE REDAÇÃO Nº – PLEN**  
(ao PL nº 5.638, de 2020)Dê-se ao inciso IV, do § 1º, do art. 2º, do PL nº 5.638, de 2020, a seguinte **redação**:

“IV – prestação de serviços turísticos, conforme o art. 21 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, inclusive prestadores de serviços de alimentação fora do domicílio, serviços de bufês, bares, restaurantes, cafeterias, lanchonetes e similares.”

**JUSTIFICAÇÃO**

O PL 5.638/2020, que institui o PERSE, é extremamente importante para auxiliar o setor de eventos, que tem sido fortemente afetado pelas necessárias medidas adotadas para combater a pandemia da Covid-19. O parágrafo 1º, do art. 2º, do referido PL cita, em seus incisos I, II e III, as atividades econômicas que fazem parte do setor de eventos para efeitos do projeto e, no inciso IV, inclui as atividades econômicas contempladas pelo art. 21 da Lei nº 11.771, de 2008. O projeto estabelece que o Ministério da Economia publicará os códigos CNAE que se enquadra no setor de eventos contemplados pelo projeto.

No entanto, há algumas atividades econômicas que pertencem a este setor e que deveriam estar diretamente mencionadas no projeto, para que não haja qualquer dúvida no momento da regulamentação pelo Ministério da Economia. Destacamos os serviços de alimentação fora do domicílio, incluindo serviços de bufês, bares, restaurantes, cafeterias, lanchonetes e similares. A inclusão nominal destes setores deve ser feita por uma emenda de redação, pois, claramente, foi intenção do legislador, através do texto do PL aprovado na Câmara dos Deputados, que tais atividades sejam contempladas, o que fica evidente quando o inciso IV, do parágrafo 1º, do art. 2º, remete à Lei nº 11.771, de 2008.

A falta de clareza na especificação de alguns setores na redação do projeto pode prejudicar, no momento da regulamentação, importantes atividades da área de eventos, como os serviços de bufês, que geram mais de 500 mil empregos no país e têm sido duramente afetados pela pandemia. Não há qualquer dúvida que a intenção do legislador, através do texto do PL aprovado na Câmara dos Deputados, seja incluir este segmento, que é contemplado por todos os benefícios da Lei nº 11.771, de 2008. No entanto, o fato deste segmento não está nominalmente citado no art. 21 da referida lei, pode gerar confusão e a sua consequente exclusão dos beneficiários do PERSE, no momento da regulamentação pelo Ministério da Economia.

Deste modo, apesar de estar evidente que as atividades mencionadas na presente emenda de redação estão contempladas no PL, para que não haja qualquer dúvida no momento da sua regulamentação pelo Ministério da Economia e que não haja o risco de excluir importantes atividades pertencentes ao setor de eventos, que são importantes geradoras de emprego no país e que têm sido fortemente afetadas pela profunda crise que



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Jaques Wagner

atravessamos, solicitamos o apoio da eminente relatora e de todos os pares para a aprovação desta emenda de redação.

Por essas razões, solicito o apoio dos eminentes pares para a aprovação da presente proposta.

Sala da Sessão, 29 de março de 2021.

**SENADOR JAQUES WAGNER**  
**PT – BA**



**PL 5638/2020**  
**00005**

**EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PL nº 5.638, de 2020)

Dê-se ao inciso III do § 2º do art. 3º do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, a seguinte redação:

“Art. 3º .....

.....

§ 2º .....

.....

III - deverá ter sua solicitação analisada no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos, no caso de requerimento individual.

.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

As dificuldades enfrentadas pelo setor de eventos são absolutamente gigantescas e necessitam serem enfrentadas com a máxima urgência. Por isso, propomos esta emenda, com o objetivo de que a avaliação da adesão de solicitações individuais passe de trinta dias úteis para quinze dias corridos.

Sala das Sessões,

Senador STYVENSON VALENTIM



**PL 5638/2020**  
**00006**

**EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PL nº 5.638, de 2020)

Dê-se ao inciso I do § 7º do art. 3º do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, a seguinte redação:

“Art. 3º .....

.....

§ 7º .....

I - pagamento de entrada mínima limitada a até 5% (cinco por cento) do valor total da dívida.

.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

As dificuldades enfrentadas pelo setor de eventos são absolutamente gigantescas e necessitam serem enfrentadas com a máxima urgência e devem ser implementadas de maneira que possibilitem efetivamente a superação dessas dificuldades. Desta forma, propomos limitar o pagamento de entrada mínima em até 5% (cinco por cento) do valor total da dívida.

Sala das Sessões,

Senador STYVENSON VALENTIM



**PL 5638/2020**  
**00007**

**EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PL nº 5.638, de 2020)

Dê-se ao inciso III do § 7º do art. 3º do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, a seguinte redação:

“Art. 3º .....

.....

§ 7º .....

.....

III - apresentação de garantias reais ou fidejussórias, inclusive alienação fiduciária sobre bens móveis ou imóveis e cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis, títulos de crédito, direitos creditórios ou recebíveis futuros, sendo facultado aos micro e pequenos empresários que possam oferecer como garantia bens de propriedade da pessoa física dos sócios.

.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

As dificuldades enfrentadas pelo setor de eventos são absolutamente gigantescas e necessitam serem enfrentadas com a máxima urgência e devem ser implementadas de maneira que possibilitem efetivamente a superação dessas dificuldades. Desta forma, propomos facultar aos micro e pequenos empresários que possam oferecer como garantia bens de propriedade da pessoa física dos sócios.

Sala das Sessões,

Senador STYVENSON VALENTIM





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Izalci Lucas

**PL 5638/2020**  
**00008**

EMENDA Nº – PLEN  
(ao PL nº 5.638, de 2020)

Inclua-se, onde couber no texto do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, o seguinte artigo:

“Art. XX. Para os efeitos desta Lei, equipara-se ao setor de eventos o setor de alimentação fora do lar – que compreender bares, restaurantes, casas noturnas, lanchonetes, buffets e similares.”

### JUSTIFICAÇÃO

O setor de Alimentação Fora do Lar, que compreende bares, restaurantes, lanchonetes, casas noturnas, buffets e similares, tem enfrentado desde o início da pandemia, em março de 2020, todo tipo de restrição ao funcionamento, como fechamento dos salões, redução de horário e capacidade e proibição de venda de bebidas alcoólicas. O cenário se tornou ainda mais grave na medida em que, com a variação nos números da pandemia, causados pelo repique trazido pela grande movimentação de pessoas durante os eventos de final de ano, alguns governos municipais paralisaram por completo a retomada das atividades, sugerindo com isso que o setor só voltará a operar totalmente, sem restrições, após a vacinação completa da população, o que deve levar, no mínimo mais 1 ano.

No início de 2020, o setor de Alimentação Fora do Lar empregava 6 milhões de pessoas e representava cerca de 2,7% do PIB nacional. Desde março daquele ano, estima-se que 300 mil negócios não conseguiram reabrir suas portas e que foram demitidos 1 milhão de trabalhadores. De acordo





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Izalci Lucas

como IPCA/IBGE, o Brasil teve em 2020 o custo da alimentação dentro do lar, que considera o preço dos insumos, com uma alta acumulada de 18,15%. Já a alimentação fora do lar teve uma inflação muito menor, de 4,78%. Além de perder volume de vendas, os bares e restaurantes precisaram absorver este choque de preços porque não tinham condições de repassar na mesma medida. Mas não são só os negócios e empreendedores que têm sido prejudicados. Com eles é impactada uma cadeia gigantesca de produtores, fornecedores, transportadores, prestadores de serviço, colaboradores e até mesmo serviços informais que orbitam os negócios do setor, como catadores de recicláveis, flanelinhas e outros.

A pesquisa realizada pela Abrasel com mais de 1.000 empreendedores de todo o Brasil, em outubro de 2020, constatou que 53% dos negócios que conseguiram reabrir estavam fazendo prejuízo e que 56% dos bares e restaurantes apresentaram receita 75% menor em relação ao mesmo período de 2019. Cerca de 62% dos participantes indicaram estarem endividados por causa dos empréstimos para manter o negócio e 57% afirmaram que não iriam contratar. Em dezembro de 2020, a Abrasel fez uma nova rodada da pesquisa que indicou que 64% dos empreendedores fizeram novos empréstimos para manter os negócios, que 57% alegam atraso no pagamento de salários, alugueis, fornecedores etc, que 63% dos participantes devem o Simples, 42% alegam estar faturando menos da metade do que na mesma época do ano anterior, 69% dizem ter sofrido novas medidas restritivas após as eleições municipais, 24% tiveram de postergar o pagamento do 13º salário dos funcionários, 53% estimam levar mais de 1 ano para trazer as dívidas a um patamar normal ou aceitável, 73% usaram a Lei 14.020 e colocaram funcionários em suspensão de salários ou redução de jornada e 77% apontam que, se mantidas as regras atuais de estabilidade sem prorrogação das medidas da lei 14.020, o negócio estará sob risco de fechar definitivamente.

O segmento, que foi surpreendido pela pandemia quando ainda se recuperava da crise de 2014/2016 – quando o PIB nacional caiu mais de 9% – foi um dos mais prejudicados, ao contrário de outras atividades que saíram vencedoras. É evidente que o setor de bares e restaurantes, junto a outros setores como eventos e hotelaria pagaram, e estão pagando, uma conta desproporcional que precisa ser compensada por políticas públicas específicas. Destacamos que os Estados Unidos e diversos países da Europa adotaram medidas de apoio ao segmento, contemplando especialmente a redução de impostos.







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Izalci Lucas

Diante disso, é necessário e emergencial a inclusão do setor de Alimentação Fora do Lar no programa de recuperação proposto pelo projeto de Lei nº 5.638/2020.

Sala das Sessões,

Senador **IZALCI LUCAS**  
PSDB/DF



**PL 5638/2020**  
**00009**

**EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PL nº 5638, de 2020)

Acrescente-se o seguinte § 3º ao art. 2º do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020:

“Art. 2º .....

.....  
§ 3º As ações do Perse permanecerão enquanto durarem os efeitos da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).”

**JUSTIFICAÇÃO**

O Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) possui o objetivo de criar condições para que o setor de eventos possa mitigar perdas oriundas do estado de calamidade pública, porém todos os indicadores de saúde pública e sanitários não são capazes de preverem um fim para a terrível pandemia que estamos atravessando.

Dessa forma, o Perse somente produzirá resultados efetivos para o setor de eventos se suas ações continuarem enquanto durarem os efeitos da pandemia, sendo esta a razão que nos leva a apresentar esta emenda.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Jaques Wagner

**EMENDA Nº            – PLEN**  
(ao PL nº 5.638, de 2020)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo ao PL nº 5.638, de 2020:

“Art. O inciso I do § 2º do art. 3º da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º .....

§ 2º .....

I – prazo de carência até dezembro de 2021;

.....” (NR)

**JUSTIFICATIVA**

O PL 5.638/2020, que institui o PERSE, é extremamente importante para auxiliar o setor de eventos, que tem sido fortemente afetado pelas necessárias medidas adotadas para combater a pandemia da Covid-19.

Para aperfeiçoar o projeto, a emenda altera a Lei nº 14.042, de 2020, para prever que o Peac terá carência até dezembro de 2021. Com o recrudescimento da pandemia, seus impactos econômicos se estenderam em 2021. Desta maneira, o início do pagamento das parcelas dos empréstimos contraídos no âmbito do Peac agravará a situação da economia, razão pela qual a presente emenda propõe que a carência da referida linha se estenda até dezembro de 2021. Assim, o Senado pode contribuir para a manutenção de empregos em meio à crise atual.

Por essas razões, solicito o apoio dos eminentes pares para a aprovação da presente proposta.

Sala da Sessão, 30 de março de 2021.

**SENADOR JAQUES WAGNER**  
**PT – BA**



**PL 5638/2020**  
**00011**

Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº** , **DE 2021.**  
**(ao PL 5.638, de 2020)**

Acrescente-se o seguinte art. 3º-A ao Projeto de Lei nº 5638, de 2020, com a seguinte redação:

“Art. 3º-A Até 31 de dezembro de 2021, fica permitido o penhor de veículos sem que estejam previamente segurados contra furto, avaria, perecimento e danos causados a terceiros.”

**JUSTIFICATIVA**

A presente emenda tem por finalidade, excepcionalmente, viabilizar ao setor de eventos que o penhor de veículos possa ser exercido na relação entre credores e devedores sem que estejam previamente segurados contra furto, avaria, perecimento e danos causados a terceiros

Na esteira do que dispõe o PL, os negócios jurídicos realizados entre credores e devedores podem ser exercidos por meio do direito real de garantia, utilizando-se o veículo como objeto de penhor. Nestes casos, a dispensa prévia do seguro irá facilitar o acesso as negociações dando continuidade as atividades empresariais e consequentemente compensando os efeitos decorrentes das medidas de isolamento ou de quarentena realizadas para enfrentamento da pandemia da Covid-19.

Assim, urge a necessidade diante do cenário calamitoso que vivemos, de garantir a desburocratização nas medidas de combate aos efeitos econômicos e





Senador Mecias de Jesus

sociais decorrentes do enfrentamento à pandemia.

Ante o exposto, considerando a relevância da temática proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares a sua aprovação.

Sala das Sessões,        de março de 2021.

---

Senador MECIAS DE JESUS





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

**PL 5638/2020**  
**00012**

**EMENDA DE REDAÇÃO Nº - PLEN**  
(ao PL nº 5.638, de 2020)

Dê-se a seguinte redação ao inciso IV do § 1º do art. 2º do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020:

“IV – prestação de serviços turísticos, conforme o art. 21 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, inclusive os de prestação de serviços de alimentação fora do domicílio, a exemplo de restaurantes, lanchonetes, bares, serviços de bufês e estabelecimentos similares.”

**JUSTIFICAÇÃO**

O PL 5.638, de 2020, institui o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – Perse, para mitigar as perdas em decorrência do estado de calamidade pública referente à pandemia do coronavírus.

Nesse cenário, há de se reconhecer que o setor de eventos, aí incluído o de serviços turísticos, foi um dos setores mais abalados da economia e um dos primeiros a sofrer restrições, pois as aglomerações de pessoas, que estão no âmago dessa indústria, até o presente não são permitidas, como medida de contenção do contágio comunitário.

Nessa perspectiva, a emenda de redação aqui proposta busca depurar o enunciado prescritivo firmado no inciso IV do § 1º do art. 2º do PL. Essa alteração redacional afasta justamente os possíveis argumentos interpretativos contrários ao estabelecimento de prestadores de serviços de alimentação fora do domicílio como espécie de prestação de serviços turísticos.



Como é de conhecimento geral, a prestação de serviços turísticos tem como principal sustentáculo o serviço de alimentação, sem o qual a impulsão do turismo não seria sequer possível. Trata-se, nesse sentido, de emenda que aperfeiçoa o texto legislativo sem acrescentar qualquer matéria de mérito, apenas estabelecendo proposições lógicas inerentes ao gênero prestação de serviços turísticos.

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES

cv-2020-02670





SENADO FEDERAL

**PL 5638/2020**  
**00013****EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PL nº 5638, de 2020)

Suprima-se o art. 10 do Projeto de Lei nº 5638, de 2020.

**JUSTIFICAÇÃO**

O art. 10 contempla programa de crédito com subsídio sem a respectiva fonte de custeio, o que incide nas restrições da legislação financeira (atendimento ao disposto na LRF, na LDO e no art. 113 do ADCT da Constituição), já que o dispositivo não determina a renúncia, tampouco a compensação. Além disso, submeter-se-ia ao teto de gastos – o qual, no momento, não contempla espaço fiscal para a criação de qualquer outra/nova despesa para a União. Por fim, a proposição não é aderente ao art. 137 da LDO (Lei nº 14.116, de 2020), porquanto não prevê cláusula de vigência, além das demais formalidades orçamentárias, inclusive do art. 126 da mesma Lei.

Sala das Sessões,

Senador FERNANDO BEZERRA COELHO  
Líder do Governo







SENADO FEDERAL

**PL 5638/2020**  
**00014****EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PL nº 5638, de 2020)

Suprima-se o art. 5 do Projeto de Lei nº 5638, de 2020.

### JUSTIFICAÇÃO

O art. 5 reduz 0% (zero por cento) pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre as receitas decorrentes das atividades de eventos, bem como da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidente sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas de que trata o art. 2º desta Lei. O texto do projeto contempla programa de isenção tributária sem a respectiva fonte de custeio, o que incide nas restrições da legislação financeira (atendimento ao disposto na LRF, na LDO e no art. 113 do ADCT da Constituição), já que o dispositivo não determina a renúncia, tampouco a compensação.

Sala das Sessões,

Senador FERNANDO BEZERRA COELHO  
Líder do Governo



**PL 5638/2020  
00015****EMENDA Nº \_\_\_\_\_  
(ao PL 5.638/2020)**

Dispõe sobre ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19; e altera as Leis nºs 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 14.020, de 6 de julho de 2020.

**EMENDA ADITIVA**

Acrescente-se ao § 1º do art. 2º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 2º.....

§ 1º Para os efeitos desta Lei, consideram-se pertencentes ao setor de eventos as pessoas jurídicas, incluídas entidades sem fins lucrativos, que exercem as seguintes atividades econômicas, direta ou indiretamente:”

.....

**JUSTIFICAÇÃO**

O presente projeto de lei é, sem dúvida, de extrema importância para um dos setores mais afetados em virtude da pandemia e das medidas restritivas a fim de combater o avanço do coronavírus.

Contudo, é necessário que deixemos um pouco mais claro quais são as atividades econômicas que serão beneficiadas com o Perse, para que, no momento em que o Ministério da Economia publicar os códigos CNAE para o devido enquadramento das empresas do setor de eventos contemplados pelo projeto, nenhuma fique de fora. De igual modo, nossa preocupação é que pequenas empresas do setor não sejam contempladas com tão relevante programa.

Sabemos que há algumas atividades econômicas que pertencem a este setor e que não estão diretamente mencionadas no projeto, como as empresas que trabalham



indiretamente para a realização de eventos, como produção de som, luz, foto, vídeo, multimídia, operadores, dentre outros.

Por isso, para que não haja qualquer dúvida no momento da regulamentação pelo Ministério da Economia, inserimos a descrição de que as empresas que desenvolvam as atividades de evento, seja direta ou indiretamente, possam ser beneficiadas igualmente, clareando assim a intenção do legislador, de beneficiar todo o setor.

Dessa forma, solicito apoio aos nobres pares para a aprovação desta emenda.

Senado Federal, 30 de março de 2021.

Senador Jean Paul Prates  
(PT - RN)



**PL 5638/2020**  
**00016**

**EMENDA Nº**  
(ao PL nº 5638, de 2020)

Dê-se ao inciso IV, do § 1º, do art. 2º do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, a seguinte redação:

“Art. 2º. ....

.....

§ 1º .....

IV- prestação de serviços turísticos, conforme o art. 21 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, igualmente os micro e pequenos empreendedores que prestam serviços de alimentação fora do domicílio.

**JUSTIFICAÇÃO**

O referido Projeto de Lei que institui o PERSE, assume compromisso com a retomada do crescimento econômico de um dos setores mais prejudicados pela pandemia mundial, movimentando e preservando a movimentação financeira no mercado brasileiro.

A indicação expressa no texto legislativo dos micros e pequenos empreendedores se faz necessária para assegurar o alcance que o legislador pretendia quando o texto foi aprovado na Câmara dos Deputados.

É o que pretendemos com a emenda que ora apresentamos ao PL 5.638, de 2020.

Sala das Comissões,

Senadora ROSE DE FREITAS





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA DANIELLA RIBEIRO

## **PARECER Nº 47 , DE 2021 - PLEN/SF**

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, do Deputado Felipe Carreras, que *dispõe sobre ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19; e altera as Leis nºs 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 14.020, de 6 de julho de 2020.*

Relatora: Senadora **DANIELLA RIBEIRO**

### **I – RELATÓRIO**

Em análise neste Plenário, o Projeto de Lei (PL) nº 5.638, de 2020, cujo objetivo principal consiste em instituir o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), com a finalidade de criar condições para que o setor possa mitigar as perdas decorrentes da pandemia da Covid-19.

Para tanto, a proposição possui onze artigos. O art. 1º define o escopo da lei, estabelecendo ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de isolamento ou de quarentena realizadas para enfrentamento da pandemia da Covid-19.

O art. 2º institui o PERSE para que o setor de eventos possa mitigar perdas oriundas do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Nos termos do § 1º, consideram-se pertencentes ao setor de eventos as pessoas jurídicas, incluídas entidades sem fins lucrativos, que exercem as seguintes atividades econômicas: I – realização ou comercialização de congressos, feiras, eventos esportivos, sociais, promocionais ou culturais, feiras de



negócios, shows, festas, festivais, simpósios ou de espetáculos em geral, casas de eventos, casas noturnas, casas de espetáculos; II – hotelaria em geral; III – administração de salas de exibição cinematográfica; e IV – prestação de serviços turísticos, conforme o art. 21 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.

O art. 3º autoriza o Poder Executivo, no âmbito do PERSE, a disponibilizar modalidades de renegociação de dívidas, incluídas as de natureza tributária, não tributária e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nos termos e nas condições previstos na Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, cujo art. 1º *estabelece os requisitos e as condições para que a União, as suas autarquias e fundações, e os devedores ou as partes adversas realizem transação resolutiva de litígio relativo à cobrança de créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária*. Convém lembrar que a Lei nº 13.988, de 2020, é o resultado da conversão da Medida Provisória nº 899, de 16 de outubro de 2019.

Os parágrafos do art. 3º estabelecem as condições a serem observadas no PERSE. Dentre os quais, destacam-se o § 1º, que define o desconto de até 70% (setenta por cento) sobre o valor total da dívida e o prazo máximo para sua quitação de até 145 (cento e quarenta e cinco) meses; o § 7º, que veda exigências de pagamento de entrada mínima; e o § 8º, que dispensa a observação de suficiência e liquidez de garantias, o histórico de parcelamentos dos débitos inscritos, e a situação econômica e capacidade de pagamento do sujeito passivo.

O art. 4º dispensa as instituições financeiras privadas e públicas, até 30 de junho de 2021, nas contratações e nas renegociações de operações de crédito com as empresas de eventos, de observar nove dispositivos, dentre os quais, destacamos a apresentação da certidão negativa de inscrição na dívida ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS, e a Certidão Negativa de Débito (CND) perante a Seguridade Social.

Saliente-se que a dispensa desses nove dispositivos não afasta a aplicação do disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal, que determina que *a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o poder público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios*, conforme estabelecido no § 1º do referido art. 4º.



O art. 5º reduz a 0% (zero por cento), pelo prazo de 60 (sessenta) meses, as alíquotas das contribuições para: 1) o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep); e 2) da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre as receitas decorrentes das atividades de eventos; bem como da 3) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidente sobre o resultado auferido pelas empresas de eventos.

Porém, a disponibilidade dos recursos necessários para o atendimento ao disposto dessa redução de alíquotas fica condicionada à entrada em vigor de lei orçamentária com previsão específica, conforme determina o parágrafo único do art. 5º.

O art. 6º prorroga até 31 de dezembro de 2021, para as empresas de eventos, os efeitos: i) da Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020; que *institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública*; e ii) da Lei nº 14.046, de 24 de agosto de 2020, que *dispõe sobre o adiamento e o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e de cultura em razão do estado de calamidade pública*.

O art. 7º determina que, para as medidas de que trata esta lei, além dos recursos do Tesouro Nacional, poderão ser utilizados como fonte de recursos: i) o produto da arrecadação das loterias federal, de prognósticos numéricos, de prognóstico específico, e de prognósticos esportivos, além da loteria instantânea – Lotex, de que tratam, respectivamente, os arts. 15, 16, 17, 18 e 20 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018; ii) dotação orçamentária específica; e iii) outras fontes de recursos.

O art. 8º estabelece que as empresas de eventos fiquem elegíveis, até 31 de dezembro de 2021, ao Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), de que trata a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, na modalidade de garantia (Peac-FGI), por meio da disponibilização de garantias via Fundo Garantidor para Investimentos (FGI). Os parágrafos deste artigo discriminam como se darão tais operações.

O art. 9º acrescenta o art. 20-A à citada Lei nº 13.756, de 2018, determinando que, no exercício de 2021, o valor equivalente a 3% (três por cento) da participação no produto da arrecadação das loterias federal, de



prognósticos numéricos, de prognóstico específico, de prognósticos esportivos, e da loteria instantânea – Lotex, seja destinada a ações emergenciais para o setor de eventos, compensando-se o percentual equivalente com a redução do percentual reservado ao pagamento de prêmios e ao recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação das respectivas modalidades lotéricas.

O art. 10 oferece nova redação ao § 2º do art. 11 da já mencionada Lei nº 14.020, de 2020, estabelecendo que, na hipótese da convenção coletiva ou o acordo coletivo de trabalho estabelecer redução de jornada de trabalho e de salário em percentuais diversos do acordado entre empregador e seus empregados, o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda será devido na mesma proporção da compensação da redução de jornada e de salário, revogando-se ainda os incisos I a IV deste dispositivo.

Finalmente, o art. 11 estabelece que a futura lei, nos termos usuais, entrará em vigor na data de sua publicação.

Foram apresentadas dezesseis emendas ao projeto, sendo que a Emenda nº 3, de autoria do Senador Jaques Wagner foi retirada pelo autor, mediante apresentação do Requerimento nº 1.267, de 2021.

A primeira emenda, de autoria do Senador Acir Gurgacz, possui o objetivo de incluir os prestadores de serviços de alimentação fora do lar, bares e restaurantes entre os beneficiários da futura lei, por entender que tais setores *estão pagando, uma conta desproporcional que precisa ser compensada por políticas públicas específicas*.

A Emenda nº 2, do Senador Roberto Rocha, objetiva que também poderão ser utilizados para financiar os objetivos a serem alcançados com o projeto os *recursos de operação de crédito interna decorrente da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, para ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19*.

A Emenda nº 4, 12 e 16, de autoria dos Senadores Jaques Wagner, Randolfe Rodrigues e Rose de Freitas, objetivam incluir as empresas de prestação de serviços turísticos, conforme o art. 21 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, inclusive prestadores de serviços de





alimentação fora do domicílio, serviços de bufês, bares, restaurantes, cafeterias, lanchonetes e similares, entre os beneficiários do PERSE.

As Emendas nº 5 a 7 são de autoria do Senador Styvenson Valentim. A Emenda nº 5 objetiva reduzir o prazo de análise das solicitações de renegociação de dívidas, de 30 (trinta) dias úteis para 15 (quinze) dias corridos, por entender que as dificuldades enfrentadas pelo setor de eventos são absolutamente gigantescas e necessitam serem enfrentadas com a máxima urgência.

A Emenda nº 6 propõe que a entrada mínima na renegociação de dívidas, seja limitada em 5% (cinco por cento) do valor da dívida a ser renegociada.

A Emenda nº 7 faculta aos micro e pequenos empresários que possam oferecer como garantia na renegociação de dívidas, bens de propriedade da pessoa física dos sócios.

A Emenda nº 8, de autoria do Senador Izalci Lucas, equipara, para os efeitos da Lei, ao setor de eventos o setor de alimentação fora do lar que compreende bares, restaurantes, casas noturnas, lanchonetes, *buffets* e similares.

A Emenda nº 9, da Senadora Rose de Freitas, propõe que as ações do PERSE permaneçam enquanto durarem os efeitos da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

A Emenda nº 10, de autoria do Senador Jaques Wagner, propõe alterar a redação do inciso I do § 2º do art. 3º da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, para que o Peac terá carência até dezembro de 2021.

A Emenda nº 11, do Senador Mecias de Jesus, objetiva permitir, até 31 de dezembro de 2021, o penhor de veículos sem que estejam previamente segurados contra furto, avaria, perecimento e danos causados a terceiros.

As Emenda nº 13 e 14, do Senador Fernando Bezerra Coelho, buscam suprimir os art. 5º e 10 do projeto, que tratam da redução a zero das alíquotas de tributos federais e do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.



A emenda nº 15, do Senador Jean Paul Prates promove ajuste no projeto, de modo a incluir no rol de beneficiários do PERSE as empresas que indiretamente promovem evento.

## II – ANÁLISE

Por força da aprovação, pelo Plenário, do Requerimento nº 794, de 2021, de autoria do Senador Jader Barbalho e de outros onze senadores e senadoras, incluindo líderes partidários, o Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, tramita em regime de urgência, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal – RISF.

De fato, a matéria foi também aprovada em regime de urgência pelo Plenário da Câmara dos Deputados, em 3 de março de 2021, que também aprovou os Pareceres de Plenário pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) pela *constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa* da proposta, e pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT), pela sua *adequação financeira e orçamentária*, além do parecer pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS), pela aprovação da matéria na forma de subemenda substitutiva global que relatamos e agora analisamos.

Ressalte-se que concordamos e apoiamos com o inteiro teor de tais pareceres, de tal forma que julgamos inexistir impedimentos à aprovação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020.

Antes do início da pandemia do novo coronavírus, previa-se um crescimento de 2,2% para o PIB brasileiro em 2020. Porém, ainda no primeiro trimestre, com a chegada da covid-19, o cenário mudou.

As ações de controle da pandemia provocaram a necessidade de isolamento social, principal forma de deter a disseminação do vírus em larga escala, que acarretou severos impactos na economia mundial, em especial no setor de eventos, que compreende atividades econômicas que demandam espaços e contatos físicos para funcionar.

O mercado de eventos é formado por, ao menos, 52 segmentos, que englobam segurança, marketing, transporte, logística, hospedagem, alimentação, infraestrutura e centros de convenções, entre vários outros.



Com mais de 60 mil empresas e 7,5 milhões de empregos diretos, indiretos e terceirizados na economia nacional – número maior do que o gerado pela indústria automobilística –, o setor de eventos contribuiu com R\$ 48,69 bilhões de impostos.

O último estudo realizado sobre o setor, em 2013, revela que o segmento movimentou, em toda a cadeia de serviços, R\$ 209,2 bilhões, o que representou uma participação de 4,32% do PIB do Brasil. Naquele ano, o Brasil sediou 590 mil eventos, 95% deles nacionais, dos quais participaram 202,2 milhões de pessoas.

Estimativas de representantes do setor indicam que 51,9% dos eventos programados para 2020 foram cancelados, adiados sem data definida ou reagendados para datas futuras. O adiamento ou cancelamento dos maiores eventos no Brasil representou, em um período de apenas dois meses, um prejuízo médio de R\$ 80 bilhões.

O Brasil é um país reconhecido internacionalmente como destino turístico por suas grandiosas festas de réveillon, carnaval, festas juninas, folclóricas e de comemorações religiosas que reúnem multidões. Também há grandes feiras, eventos esportivos e de negócios, congressos e festivais que movimentam o mercado nacional.

A título de exemplo, o Carnaval de 2020 foi o último grande evento realizado no Brasil. Conforme informações veiculadas pelo Ministério do Turismo, com base nos dados da Confederação Nacional de Comércio, Bens, Serviços e Turismo, houve recorde na participação do público, sendo registrados um crescimento de 30% em comparação a 2019 e a geração de R\$ 8 bilhões em receitas e de 25,4 mil empregos temporários.

Na crise generalizada em que se abate a economia mundial, o setor de eventos é o mais sacrificado por depender em grande parte de congregações humanas, tanto na ponta da produção quanto no consumo. Cerca de 97% das atividades estão completamente paralisadas e mais de 450 mil postos de trabalhos formais, entre diretos e indiretos, já foram extintos.

Do ponto de vista econômico, a parada da cadeia produtiva impacta a geração de empregos em setores que não são só do mercado de eventos, mas que dependem deste para manterem suas atividades. O impacto é significativo na receita de empresas e, consequentemente, na



geração de trabalho, o que é exponencialmente danoso para o ciclo econômico.

Considerando o gigantesco prejuízo sofrido pelo setor de eventos, entendemos que a implementação do PERSE – Programa Emergencial de Recuperação do Setor de Eventos, proposto pelo PL nº 5.638, de 2020, é meritória, conveniente e bastante oportuna, sendo, portanto, o Projeto em tela merecedor de aprovação.

Quanto às emendas apresentadas, no tocante à Emenda nº 1, entendemos que os setores mencionados continuaram funcionando, mesmo que parcialmente, pelo sistema de *delivery* e *takeout*, devendo, portanto, ser rejeitada.

Julgamos a Emenda nº 2 digna de aprovação, por ampliar as fontes de recursos para o alcance dos objetivos do projeto.

As Emendas nº 4, nº 8, nº 12 e nº 16, de forma similar à Emenda nº 1, objetivam a inclusão de alguns setores que continuaram funcionando mesmo que parcialmente pelo sistema de *delivery* e *takeout*, como bares, restaurantes, cafeterias, lanchonetes e similares. Porém, as atividades dos prestadores de serviços de *buffets* sociais, inclusive infantis, foram completamente paradas, merecendo tais setores serem incluídas no PERSE. Desta forma, estas emendas serão acatadas parcialmente.

Consideramos o prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos para análise das solicitações de adesão ao PERSE, conforme proposto na Emenda nº 5, muito curto que poderá inclusive inviabilizar a implementação do Programa. Desta forma, somos levados a sua rejeição.

Da mesma forma, o limite de 5% (cinco por cento) para entrada mínima, proposto na Emenda nº 6, e a possibilidade de oferecer bens de propriedade da pessoa física dos sócios de micro e pequenos empresários, da Emenda nº 7, embora sejam propostas com o intuito de beneficiar os participantes do PERSE, acabam se revertendo em sentido contrário, visto que os termos originais do PL nº 5.638, de 2020, vedam tais dispositivos. Por essas razões, consideramos preferível não acatar estas emendas.

Quanto à Emenda nº 9, entendemos que as ações do PERSE possuem prazos bem definidos, de forma que somos levados a rejeitá-la.



A Emenda nº 10, por tratar do PEAC, um programa que já foi extinto e, portanto, não dispõe mais recursos para subsidiá-lo, não deve ser acatada. Aliás, esta é a razão de termos alterado o projeto para inserir outros programas de acesso ao crédito, alternativas necessárias por não ser mais possível o acesso aos recursos do PEAC.

Da mesma forma, entendemos que a Emenda nº 11 deva ser recusada, por não guardar relação direta com o tema tratado no PL nº 5.638, de 2020. Ademais, o projeto já isenta o empresário da apresentação de garantias.

No que toca a emenda nº 13, estamos acolhendo a supressão do art. 10 do projeto original, por já haver negociações avançadas para a edição de um novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

Em relação à emenda nº 14, entendemos que mereça ser rejeitada, na medida em que a redução a zero de alíquotas de tributos federais é um importante instrumento de fomento ao setor de eventos, que há mais de um ano está parado.

Merece acolhimento a emenda nº 15, na medida em que promove ajuste no sentido de deixar claro que empresas de som, luz, foto, vídeo, multimídia, operadores, dentre outros, também integram o grupo de beneficiários do projeto.

Além dessas alterações, entendemos serem necessários mais alguns ajustes no projeto, especificamente quanto às contrapostas a serem exigidas dos devedores participantes, bem como na elaboração de parâmetros para aceitação da transação ou para mensuração do grau de recuperabilidade, e na atuação das associações representativas dos setores beneficiários do PERSE, conforme previsto nos §§ 7º, 8º e 9º do art. 3º da proposição.

Entendemos também que a dispensa dos dispositivos prevista no art. 4º, quando da contratação de operações de crédito, deva ser suprimida, como também a prorrogação dos prazos das Leis nº 14.020, de 6 de julho de 2020; e nº 14.046, de 24 de agosto de 2020, conforme estabelecia o art. 6º da proposta, e as alterações na Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020, conforme art. 10.



A previsão contida no art. 8º para que as pessoas jurídicas alcançadas pelo PERSE tivessem acesso ao Peac, nos termos da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, deve ser realinhada alcançando aquelas que se enquadrem nos critérios do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), no âmbito das operações regidas pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020.

Julgamos necessário que a certidão referente aos tributos federais e à dívida ativa da União seja de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de emissão da certidão, sendo essencial, portanto, uma alteração na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Ademais, considerando que o setor de eventos encontra-se parado há mais de um ano, sem faturar e sem possuir recursos em caixa, mesmo que com algum acesso ao crédito, torna-se fundamental instituir uma indenização, que permita que o setor disponha de algum recurso para a retomada de suas atividades. Acreditamos que tais indenizações poderão ser pagas com os recursos elencados no projeto, que não possuem destinação específica.

Sabe-se também que as dificuldades impostas pelo enfrentamento à pandemia resultaram em grandes prejuízos, especialmente às microempresas e empresas de pequeno porte. Dessa forma, propomos a instituição do Programa de Garantia aos Setores Críticos (PGSC), a ser operacionalizado por meio do FGI, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e terá como objetivo a garantia do risco em operações de crédito contratadas com base da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, que *dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2009, com o objetivo de fomentar as exportações do País, e sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas e para produtores rurais e suas cooperativas; e altera as Leis nos 11.491, de 20 de junho de 2007, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.001, de 13 de março de 1990*. Saliente-se que a formulação do PGSC contou com a valorosa colaboração dos técnicos do Governo.

Todas essas alterações nos levam a propor uma emenda substitutiva, contemplando inclusive as Emendas nºs 2, 4, 8, 12, 13, 15 e 16, que são parcialmente acatadas, em conformidade com a técnica legislativa.



### III – VOTO

Diante do exposto, manifesto voto FAVORÁVEL à aprovação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, pela rejeição das Emendas nºs 1, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 14, e acatamento parcial das Emendas nºs 2, 4, 8, 12, 13, 15 e 16, na forma da seguinte Emenda Substitutiva:

#### **PROJETO DE LEI Nº 5.638, 2020 (Emenda Substitutiva)**

Dispõe sobre ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19; institui o Programa de Garantia aos Setores Críticos (PGSC), e altera as Leis nºs 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 8.212, de 24 de julho de 1991.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei estabelece ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de isolamento ou de quarentena realizadas para enfrentamento da pandemia da Covid-19.

**Art. 2º** Fica instituído o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), com o objetivo de criar condições para que o setor de eventos possa mitigar perdas oriundas do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, consideram-se pertencentes ao setor de eventos as pessoas jurídicas, incluídas entidades sem fins lucrativos, que exercem as seguintes atividades econômicas, direta ou indiretamente:



I - realização ou comercialização de congressos, feiras, eventos esportivos, sociais, promocionais ou culturais, feiras de negócios, shows, festas, festivais, simpósios ou de espetáculos em geral, casas de eventos, *buffets* sociais e infantis, casas noturnas, casas de espetáculos;

II - hotelaria em geral;

III - administração de salas de exibição cinematográfica; e

IV - prestação de serviços turísticos, conforme o art. 21 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.

§ 2º Ato do Ministério da Economia publicará os códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) que se enquadram na definição de setor de eventos referida no § 1º deste artigo.

**Art. 3º** O PERSE autoriza o Poder Executivo a disponibilizar modalidades de renegociação de dívidas, incluídas as de natureza tributária, não tributária e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nos termos e nas condições previstos na Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020.

§ 1º Aplicam-se às transações celebradas no âmbito do PERSE o desconto de até 70% (setenta por cento) sobre o valor total da dívida e o prazo máximo para sua quitação de até 145 (cento e quarenta e cinco) meses, na forma prevista no art. 11 da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, respeitado o disposto no § 11 do art. 195 da Constituição Federal.

§ 2º A transação referida no *caput* deste artigo:

I - poderá ser realizada por adesão, na forma e nas condições constantes da regulamentação específica, admitido o requerimento individual de transação, observado o disposto no § 9º deste artigo;

II - deverá ficar disponível para adesão pelo prazo de até 4 (quatro) meses, contado da data de sua regulamentação pelo respectivo órgão competente;

III - deverá ter sua solicitação analisada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, no caso de requerimento individual.





§ 3º O requerimento de adesão à transação implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos abrangidos pelo parcelamento e configura confissão extrajudicial, podendo as pessoas jurídicas do setor de eventos, a seu critério, não incluir no parcelamento débitos que se encontrem em discussão na esfera administrativa ou judicial, submetidos ou não a causa legal de suspensão de exigibilidade.

§ 4º Para inclusão no acordo de débitos que se encontram vinculados à discussão administrativa ou judicial, submetidos ou não à hipótese legal de suspensão, o devedor deverá desistir de forma irrevogável, até o prazo final para adesão, de impugnações ou recursos administrativos, de ações judiciais propostas ou de qualquer defesa em sede de execução fiscal e, cumulativamente, renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundam os processos administrativos e as ações judiciais, observado o disposto na parte final do § 3º deste artigo.

§ 5º O devedor poderá ser intimado, a qualquer tempo, pelo órgão ou autoridade competente, a comprovar que protocolou requerimento de extinção dos processos, com resolução do mérito.

§ 6º A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá celebrar acordos e parcerias com entidades públicas e privadas para divulgação do PERSE e das modalidades de negociação existentes, inclusive na hipótese de representação coletiva de associados de que trata o § 9º deste artigo.

§ 7º Aos devedores participantes de transações nos termos previstos neste artigo, não serão contrapostas as seguintes exigências:

I - pagamento de entrada mínima como condição à adesão;

II - apresentação de garantias reais ou fidejussórias, inclusive alienação fiduciária sobre bens móveis ou imóveis e cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis, títulos de crédito, direitos creditórios ou recebíveis futuros.

§ 8º Na elaboração de parâmetros para aceitação da transação ou para mensuração do grau de recuperabilidade, no âmbito das transações dispostas neste artigo, deverá ser levado em consideração prioritariamente o impacto da pandemia da Covid-19 na capacidade de geração de resultados da pessoa jurídica durante todo o período da pandemia e da Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN).



§ 9º As associações representativas dos setores beneficiários do PERSE poderão solicitar atendimento preferencial, objetivando tratar da adesão e difundir os benefícios previstos nesta Lei.

**Art. 4º** Ficam reduzidas a 0% (zero por cento) pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas dos seguintes tributos incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas de que trata o art. 2º desta Lei:

I - Programa de Integração Social (PIS);

II - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep);

III - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre as receitas decorrentes das atividades de eventos;

IV - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e

V – Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ).

**Art. 5º** Para as medidas de que trata esta Lei, além dos recursos do Tesouro Nacional, poderão ser utilizados como fonte de recursos:

I - o produto da arrecadação das loterias de que tratam os arts. 15, 16, 17, 18 e 20 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018;

II - recursos de operação de crédito interna decorrente da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional para ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19;

III – dotação orçamentária específica; e

IV - outras fontes de recursos.

**Art. 6º** É assegurado aos beneficiários do PERSE que tiveram redução superior a 50 % (cinquenta por cento) no faturamento entre 2019 e 2020, o direito a indenização baseada nas despesas com pagamento de



empregados durante o período da pandemia e da Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN).

§ 1º O total de indenizações a ser pago não poderá ultrapassar o teto de R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais).

§ 2º O valor da indenização será estabelecido em regulamento, em montante proporcional aos recursos efetivamente desembolsados na folha de pagamento no período compreendido entre 20 de março de 2020 e o final da Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN).

§ 3º Poderá o Poder Executivo adiar o pagamento da indenização prevista no caput para o exercício fiscal seguinte ao da entrada em vigor da presente lei.

**Art. 7º** As pessoas jurídicas beneficiárias do PERSE que se enquadrem nos critérios do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) serão contempladas em subprograma específico, no âmbito das operações regidas pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020.

§ 1º O Poder Executivo regulamentará:

I - o percentual do Fundo Garantidor de Operações (FGO) destinado exclusivamente às ações previstas neste artigo, em montante total não inferior a 20% (vinte por cento) de suas disponibilidades para atendimento ao disposto na Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020;

II - o prazo de vigência da destinação específica e eventuais taxas de juros mais atrativas ao concedente de crédito, limitada a 6% ao ano mais SELIC, para as operações que utilizem a garantia concedida em observância ao inciso I deste parágrafo.

§ 2º Ressalvadas as disposições desta Lei, as operações previstas no *caput* ficam regidas pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020.

**Art. 8º** Fica instituído o Programa de Garantia aos Setores Críticos (PGSC), destinado a empresas de direito privado, a associações, a fundações de direito privado e a sociedades cooperativas, excetuadas as sociedades de crédito, sem distinção em relação ao porte do beneficiário, que tenham sede ou estabelecimento no País.



§ 1º O PGSC-FGI será operacionalizado por meio do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e terá como objetivo a garantia do risco em operações de crédito contratadas com base na finalidade disposta na alínea “d” do inciso I do *caput* do art. 7º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009.

§ 2º Somente serão elegíveis à garantia do PGSC-FGI as operações de crédito contratadas até 180 (cento e oitenta) dias após a entrada em vigor desta Lei e que observarem as seguintes condições:

I - prazo de carência de, no mínimo, 6 (seis) meses e, no máximo, 12 (doze) meses;

II - prazo total da operação de, no mínimo, 12 (doze) meses e, no máximo, 60 (sessenta) meses; e

III - taxa de juros nos termos do regulamento.

§ 3º O PGSC-FGI, observado o disposto nesta Lei, está vinculado à área do Ministério da Economia responsável por supervisionar a política de desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços, que representará o Ministério perante o FGI.

**Art. 9º** Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 7º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, a integralização das cotas destinadas ao PGSC-FGI se dará pela conversão de cotas do FGI, administrado pelo BNDES, pertencentes à União.

§ 1º A conversão de cotas de que trata o *caput* deste artigo ocorrerá nos termos do estatuto do FGI e dispensará o resgate total ou parcial das cotas a serem convertidas.

§ 2º A conversão de cotas será configurada pela mudança das classes em que se encontrarem quando da publicação desta Lei para nova classe exclusivamente destinada ao PGSC-FGI, de maneira a constituir patrimônio segregado, e está limitada ao montante de recursos financeiros disponíveis ainda não vinculados às garantias já contratadas pelo FGI na data da conversão.

§ 3º A conversão de cotas não incidirá sobre cotas do FGI vinculadas ao Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac-FGI),



instituído pela Lei nº 14.042, de 2020, e nem sobre cotas pertencentes a outros cotistas que não a União.

§ 4º As cotas convertidas não vinculadas a garantias do PGSC-FGI, após o prazo previsto no § 2º do art. 8º desta Lei, poderão ser revertidas às classes originárias nos termos definidos no estatuto do FGI, aplicando-se subsidiariamente à reversão, no que couber, as regras da conversão.

**Art. 10.** O FGI vinculado ao PGSC-FGI observará as seguintes disposições:

I - não contará com qualquer tipo de garantia ou aval por parte da União; e

II - responderá por suas obrigações contraídas no âmbito do PGSC-FGI até o limite do valor dos bens e dos direitos integrantes do patrimônio segregado nos termos do § 2º do art. 9º desta Lei.

§ 1º Para fins de constituição e operacionalização do PGSC-FGI, ficam dispensadas as formalidades constantes do estatuto do FGI, considerados válidos os documentos e as comunicações produzidos, transmitidos ou armazenados em forma eletrônica.

§ 2º Os agentes financeiros poderão aderir à cobertura do FGI no âmbito do PGSC-FGI, sem a obrigatoriedade de integralização de cotas de que trata o § 6º do art. 9º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009.

§ 3º Além dos setores beneficiados pelo PERSE, o Poder Executivo poderá definir outros setores produtivos beneficiários do PGSC-FGI.

§ 4º O estatuto do FGI definirá:

a) os limites e os critérios de alavancagem aplicáveis ao PGSC-FGI; e

b) a remuneração do administrador e dos agentes financeiros.

§ 5º O Poder Executivo definirá o percentual do FGI destinado exclusivamente aos setores elencados no art. 2º desta Lei, em montante



total não inferior a 50% (cinquenta por cento) de suas disponibilidades para atendimento do PGSC-FGI.

**Art. 11.** Os riscos de crédito assumidos no âmbito do PGSC-FGI por instituições financeiras autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, incluídas as cooperativas de crédito, serão garantidos direta ou indiretamente.

§ 1º Não será concedida a garantia de que trata esta Lei para as operações protocoladas no administrador do FGI após o prazo previsto no § 2º do art. 8º desta Lei.

§ 2º Os agentes financeiros assegurarão que, no âmbito do PGSC-FGI, a garantia do FGI seja concedida exclusivamente para novas operações de crédito contratadas durante o período de vigência do PGSC-FGI, vedado ao agente financeiro prever contratualmente obrigação de liquidar débitos preexistentes ou reter recursos para essa finalidade.

§ 3º As operações de crédito poderão também ser formalizadas por meio de instrumentos assinados em forma eletrônica ou digital.

§ 4º A cobertura pelo FGI da inadimplência suportada pelo agente financeiro será limitada a até 30% (trinta por cento) do valor total liberado para o conjunto das operações de crédito do agente financeiro no âmbito do PGSC-FGI, permitida a segregação dos limites máximos de cobertura da inadimplência por faixa de faturamento dos tomadores e por períodos, nos termos do estatuto do Fundo.

§ 5º Para as garantias concedidas no âmbito do PGSC-FGI, não será cobrada a comissão pecuniária a que se refere o § 3º do art. 9º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009.

§ 6º Fica dispensada a exigência de garantia real ou pessoal nas operações de crédito contratadas no âmbito do PGSC-FGI, facultada a pactuação de obrigação solidária de sócio, de acordo com a política de crédito da instituição participante do PGSC-FGI.

**Art. 12.** A garantia concedida pelo FGI não implica isenção dos devedores de suas obrigações financeiras, os quais permanecem sujeitos a todos os procedimentos de recuperação de crédito previstos na legislação.



**Art. 13.** A recuperação de créditos honrados e sub-rogados pelo FGI, no âmbito do PGSC-FGI, será realizada pelos agentes financeiros concedentes do crédito ou por terceiros contratados pelos referidos agentes, observado o disposto nesta Lei, bem como no estatuto e na regulamentação do FGI.

§ 1º Na cobrança do crédito inadimplido não se admitirá, por parte dos agentes financeiros concedentes do crédito, a adoção de procedimentos para a recuperação de crédito menos rigorosos do que aqueles usualmente empregados nas próprias operações de crédito.

§ 2º Os agentes financeiros concedentes do crédito arcarão com todas as despesas necessárias para a recuperação dos créditos inadimplidos.

§ 3º Os agentes financeiros concedentes do crédito empregarão os melhores esforços e adotarão os procedimentos necessários à recuperação dos créditos das operações realizadas nos termos do *caput* deste artigo em conformidade com as suas políticas de crédito e não poderão interromper ou negligenciar o acompanhamento desses procedimentos.

§ 4º Os agentes financeiros concedentes do crédito serão responsáveis pela veracidade das informações fornecidas e pela exatidão dos valores a serem reembolsados ao FGI.

§ 5º Os créditos honrados eventualmente não recuperados serão leiloados pelos agentes financeiros no prazo de 18 (dezoito) meses, contado da data da amortização da última parcela passível de vencimento, observadas as condições estabelecidas no estatuto do FGI.

§ 6º Os créditos não arrematados serão oferecidos novamente em leilão, no prazo previsto no § 5º deste artigo, e poderão ser alienados àquele que oferecer o maior lance, independentemente do valor de avaliação.

§ 7º Após a realização do último leilão de que trata o § 6º deste artigo pelo agente financeiro, a parcela do crédito eventualmente não alienada será considerada extinta de pleno direito, nos termos do ato a que se refere o § 8º deste artigo.



§ 8º Ato do Conselho Monetário Nacional estabelecerá os limites, as condições e os prazos para a realização de leilão dos créditos de que tratam os §§ 5º e 6º deste artigo, bem como os mecanismos de controle e de aferição de seus resultados.

§ 9º Após o decurso do prazo previsto no § 5º deste artigo, o patrimônio e as cotas do FGI vinculados ao PGSC-FGI serão revertidos em cotas do FGI nas classes em que estavam alocadas na data de publicação desta Lei.

**Art. 14.** É vedado às instituições financeiras participantes do PGSC condicionar o recebimento, o processamento ou o deferimento da solicitação de contratação das garantias e das operações de crédito de que trata esta Lei ao fornecimento ou à contratação de outro produto ou serviço.

**Art. 15.** Para fins de concessão da garantia ou do crédito de que trata o PGSC, as instituições financeiras participantes observarão políticas próprias de crédito e poderão considerar informações e registros relativos aos 6 (seis) meses anteriores ao estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020:

I - cadastros e sistemas próprios internos;

II - sistemas de proteção ao crédito;

III - bancos de dados com informações de adimplemento, desde que mantidos por gestores registrados no Banco Central do Brasil; e

IV - sistemas, banco de dados e cadastros mantidos pelo Banco Central do Brasil;

§1º O acesso aos sistemas, ao banco de dados e aos cadastros de que tratam os incisos III e IV do *caput* deste artigo dependem de prévia e expressa autorização dos candidatos à contratação, e as instituições participantes do Programa devem manter a documentação comprobatória dessas autorizações à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

§2º Na elaboração de parâmetros para aceitação da transação ou para mensuração do grau de recuperabilidade, no âmbito das transações dispostas neste artigo, deverá ser levado em consideração prioritariamente o impacto da pandemia da Covid-19 na capacidade de geração de





resultados da pessoa jurídica durante todo o período da pandemia e da Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN).

**Art. 16.** O Conselho Monetário Nacional, o Banco Central do Brasil e o Ministério da Economia, no âmbito de suas competências, disciplinarão o disposto nesta Lei para o PGSC-FGI.

**Art. 17.** Compete ao Banco Central do Brasil fiscalizar o cumprimento, pelas instituições financeiras participantes do PGSC-FGI, das condições estabelecidas para as operações de crédito garantidas ou realizadas no âmbito do PGSC-FGI, observado o disposto na Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017.

**Art. 18.** A Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 20-A:

“**Art. 20-A.** No exercício de 2021, o valor equivalente a 3% (três por cento) da participação no produto da arrecadação das loterias de que tratam os arts. 15, 16, 17, 18 e 20 desta Lei será destinado a ações emergenciais para o setor de eventos decorrentes dos efeitos de combate à pandemia da Covid-19, compensando-se o percentual equivalente com a redução do percentual reservado ao pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação das respectivas modalidades lotéricas.”

**Art. 19.** A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 47.** .....  
.....

§ 5º O prazo de validade da certidão expedida conjuntamente pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Economia, referente aos tributos federais e à dívida ativa da União por elas administrados, será de até 180 (cento e oitenta dias), contados da data de emissão da certidão, prorrogável, excepcionalmente, pelo prazo determinado em ato conjunto dos referidos órgãos.

.....” (NR)

**Art. 20.** Os prazos de validade das certidões referidas no art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nos termos do art. 19 desta Lei, que tenham sido emitidas após 20 de março de 2020, serão



22

prorrogados por cento e oitenta dias, contados da data da entrada em vigor desta lei.

**Art. 21.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relatora





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA DANIELLA RIBEIRO

**COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO  
AO PARECER Nº 47 , DE 2021 – PLEN AO Nº 5638, DE  
2020)**

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, do Deputado Felipe Carreras, que *dispõe sobre ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19; e altera as Leis nºs 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 14.020, de 6 de julho de 2020.*



Relatora: Senadora **DANIELLA RIBEIRO**

**I – RELATÓRIO E ANÁLISE**

Após a entrega do Parecer, verificamos a possibilidade de haver um conflito entre o art. 15, §1º, da emenda substitutiva que apresentamos com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a chamada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e a Lei 12.414, de 9 de junho de 2011, a Lei do Cadastro Positivo.

Nesse sentido, faz-se necessário suprimir o §1º do art. 15, de modo que o §2º passa a constar como parágrafo único.

**II – VOTO**

Diante do exposto, manifesto voto FAVORÁVEL à aprovação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, pela rejeição das Emendas nºs 1, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 14, e acatamento parcial das Emendas nºs 2, 4, 8, 12, 13, 15 e 16, na forma da seguinte Emenda Substitutiva:



## EMENDA Nº 17-PLEN

2

PROJETO DE LEI Nº 5.836, 2020  
(Emenda Substitutiva)

Dispõe sobre ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19; institui o Programa de Garantia aos Setores Críticos (PGSC), e altera as Leis nºs 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 8.212, de 24 de julho de 1991.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei estabelece ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de isolamento ou de quarentena realizadas para enfrentamento da pandemia da Covid-19.

**Art. 2º** Fica instituído o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), com o objetivo de criar condições para que o setor de eventos possa mitigar perdas oriundas do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, consideram-se pertencentes ao setor de eventos as pessoas jurídicas, incluídas entidades sem fins lucrativos, que exercem as seguintes atividades econômicas, direta ou indiretamente:

I - realização ou comercialização de congressos, feiras, eventos esportivos, sociais, promocionais ou culturais, feiras de negócios, shows, festas, festivais, simpósios ou de espetáculos em geral, casas de eventos, *buffets* sociais e infantis, casas noturnas, casas de espetáculos;

II - hotelaria em geral;

III - administração de salas de exibição cinematográfica; e



IV - prestação de serviços turísticos, conforme o art. 21 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.

§ 2º Ato do Ministério da Economia publicará os códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) que se enquadram na definição de setor de eventos referida no § 1º deste artigo.

**Art. 3º** O PERSE autoriza o Poder Executivo a disponibilizar modalidades de renegociação de dívidas, incluídas as de natureza tributária, não tributária e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nos termos e nas condições previstos na Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020.

§ 1º Aplicam-se às transações celebradas no âmbito do PERSE o desconto de até 70% (setenta por cento) sobre o valor total da dívida e o prazo máximo para sua quitação de até 145 (cento e quarenta e cinco) meses, na forma prevista no art. 11 da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, respeitado o disposto no § 11 do art. 195 da Constituição Federal.

§ 2º A transação referida no *caput* deste artigo:

I - poderá ser realizada por adesão, na forma e nas condições constantes da regulamentação específica, admitido o requerimento individual de transação, observado o disposto no § 9º deste artigo;

II - deverá ficar disponível para adesão pelo prazo de até 4 (quatro) meses, contado da data de sua regulamentação pelo respectivo órgão competente;

III - deverá ter sua solicitação analisada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, no caso de requerimento individual.

§ 3º O requerimento de adesão à transação implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos abrangidos pelo parcelamento e configura confissão extrajudicial, podendo as pessoas jurídicas do setor de eventos, a seu critério, não incluir no parcelamento débitos que se encontrem em discussão na esfera administrativa ou judicial, submetidos ou não a causa legal de suspensão de exigibilidade.

§ 4º Para inclusão no acordo de débitos que se encontram vinculados à discussão administrativa ou judicial, submetidos ou não à hipótese legal de suspensão, o devedor deverá desistir de forma



irrevogável, até o prazo final para adesão, de impugnações ou recursos administrativos, de ações judiciais propostas ou de qualquer defesa em sede de execução fiscal e, cumulativamente, renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundam os processos administrativos e as ações judiciais, observado o disposto na parte final do § 3º deste artigo.

§ 5º O devedor poderá ser intimado, a qualquer tempo, pelo órgão ou autoridade competente, a comprovar que protocolou requerimento de extinção dos processos, com resolução do mérito.

§ 6º A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá celebrar acordos e parcerias com entidades públicas e privadas para divulgação do PERSE e das modalidades de negociação existentes, inclusive na hipótese de representação coletiva de associados de que trata o § 9º deste artigo.

§ 7º Aos devedores participantes de transações nos termos previstos neste artigo, não serão contrapostas as seguintes exigências:

I - pagamento de entrada mínima como condição à adesão;

II - apresentação de garantias reais ou fidejussórias, inclusive alienação fiduciária sobre bens móveis ou imóveis e cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis, títulos de crédito, direitos creditórios ou recebíveis futuros.

§ 8º Na elaboração de parâmetros para aceitação da transação ou para mensuração do grau de recuperabilidade, no âmbito das transações dispostas neste artigo, deverá ser levado em consideração prioritariamente o impacto da pandemia da Covid-19 na capacidade de geração de resultados da pessoa jurídica durante todo o período da pandemia e da Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN).

§ 9º As associações representativas dos setores beneficiários do PERSE poderão solicitar atendimento preferencial, objetivando tratar da adesão e difundir os benefícios previstos nesta Lei.

**Art. 4º** Ficam reduzidas a 0% (zero por cento) pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas dos seguintes tributos incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas de que trata o art. 2º desta Lei:



SF/21133.15359-43



I - Programa de Integração Social (PIS);

II - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep);

III - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre as receitas decorrentes das atividades de eventos;

IV - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e

V – Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ).

**Art. 5º** Para as medidas de que trata esta Lei, além dos recursos do Tesouro Nacional, poderão ser utilizados como fonte de recursos:

I - o produto da arrecadação das loterias de que tratam os arts. 15, 16, 17, 18 e 20 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018;

II - recursos de operação de crédito interna decorrente da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional para ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19;

III – dotação orçamentária específica; e

IV - outras fontes de recursos.

**Art. 6º** É assegurado aos beneficiários do PERSE que tiveram redução superior a 50 % (cinquenta por cento) no faturamento entre 2019 e 2020, o direito a indenização baseada nas despesas com pagamento de empregados durante o período da pandemia e da Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN).

§ 1º O total de indenizações a ser pago não poderá ultrapassar o teto de R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais).

§ 2º O valor da indenização será estabelecido em regulamento, em montante proporcional aos recursos efetivamente desembolsados na folha de pagamento no período compreendido entre 20 de março de 2020 e o final da Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN).



§3º Poderá o Poder Executivo adiar o pagamento da indenização prevista no *caput* para o exercício fiscal seguinte ao da entrada em vigor da presente lei.

**Art. 7º** As pessoas jurídicas beneficiárias do PERSE que se enquadrem nos critérios do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) serão contempladas em subprograma específico, no âmbito das operações regidas pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020.

§ 1º O Poder Executivo regulamentará:

I - o percentual do Fundo Garantidor de Operações (FGO) destinado exclusivamente às ações previstas neste artigo, em montante total não inferior a 20% (vinte por cento) de suas disponibilidades para atendimento ao disposto na Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020;

II - o prazo de vigência da destinação específica e eventuais taxas de juros mais atrativas ao concedente de crédito, limitada a 6% ao ano mais SELIC, para as operações que utilizem a garantia concedida em observância ao inciso I deste parágrafo.

§ 2º Ressalvadas as disposições desta Lei, as operações previstas no *caput* ficam regidas pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020.

**Art. 8º** Fica instituído o Programa de Garantia aos Setores Críticos (PGSC), destinado a empresas de direito privado, a associações, a fundações de direito privado e a sociedades cooperativas, excetuadas as sociedades de crédito, sem distinção em relação ao porte do beneficiário, que tenham sede ou estabelecimento no País.

§ 1º O PGSC-FGI será operacionalizado por meio do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e terá como objetivo a garantia do risco em operações de crédito contratadas com base na finalidade disposta na alínea “d” do inciso I do *caput* do art. 7º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009.

§ 2º Somente serão elegíveis à garantia do PGSC-FGI as operações de crédito contratadas até 180 (cento e oitenta) dias após a entrada em vigor desta Lei e que observem as seguintes condições:





I - prazo de carência de, no mínimo, 6 (seis) meses e, no máximo, 12 (doze) meses;

II - prazo total da operação de, no mínimo, 12 (doze) meses e, no máximo, 60 (sessenta) meses; e

III - taxa de juros nos termos do regulamento.

§ 3º O PGSC-FGI, observado o disposto nesta Lei, está vinculado à área do Ministério da Economia responsável por supervisionar a política de desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços, que representará o Ministério perante o FGI.

**Art. 9º** Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 7º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, a integralização das cotas destinadas ao PGSC-FGI se dará pela conversão de cotas do FGI, administrado pelo BNDES, pertencentes à União.

§ 1º A conversão de cotas de que trata o *caput* deste artigo ocorrerá nos termos do estatuto do FGI e dispensará o resgate total ou parcial das cotas a serem convertidas.

§ 2º A conversão de cotas será configurada pela mudança das classes em que se encontrarem quando da publicação desta Lei para nova classe exclusivamente destinada ao PGSC-FGI, de maneira a constituir patrimônio segregado, e está limitada ao montante de recursos financeiros disponíveis ainda não vinculados às garantias já contratadas pelo FGI na data da conversão.

§ 3º A conversão de cotas não incidirá sobre cotas do FGI vinculadas ao Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac-FGI), instituído pela Lei nº 14.042, de 2020, e nem sobre cotas pertencentes a outros cotistas que não a União.

§ 4º As cotas convertidas não vinculadas a garantias do PGSC-FGI, após o prazo previsto no § 2º do art. 8º desta Lei, poderão ser revertidas às classes originárias nos termos definidos no estatuto do FGI, aplicando-se subsidiariamente à reversão, no que couber, as regras da conversão.

**Art. 10.** O FGI vinculado ao PGSC-FGI observará as seguintes disposições:



SF/21133.15359-43



I - não contará com qualquer tipo de garantia ou aval por parte da União; e

II - responderá por suas obrigações contraídas no âmbito do PGSC-FGI até o limite do valor dos bens e dos direitos integrantes do patrimônio segregado nos termos do § 2º do art. 9º desta Lei.

§ 1º Para fins de constituição e operacionalização do PGSC-FGI, ficam dispensadas as formalidades constantes do estatuto do FGI, considerados válidos os documentos e as comunicações produzidos, transmitidos ou armazenados em forma eletrônica.

§ 2º Os agentes financeiros poderão aderir à cobertura do FGI no âmbito do PGSC-FGI, sem a obrigatoriedade de integralização de cotas de que trata o § 6º do art. 9º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009.

§ 3º Além dos setores beneficiados pelo PERSE, o Poder Executivo poderá definir outros setores produtivos beneficiários do PGSC-FGI.

§ 4º O estatuto do FGI definirá:

a) os limites e os critérios de alavancagem aplicáveis ao PGSC-FGI; e

b) a remuneração do administrador e dos agentes financeiros.

§ 5º O Poder Executivo definirá o percentual do FGI destinado exclusivamente aos setores elencados no art. 2º desta Lei, em montante total não inferior a 50% (cinquenta por cento) de suas disponibilidades para atendimento do PGSC-FGI.

**Art. 11.** Os riscos de crédito assumidos no âmbito do PGSC-FGI por instituições financeiras autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, incluídas as cooperativas de crédito, serão garantidos direta ou indiretamente.

§ 1º Não será concedida a garantia de que trata esta Lei para as operações protocoladas no administrador do FGI após o prazo previsto no § 2º do art. 8º desta Lei.



§ 2º Os agentes financeiros assegurarão que, no âmbito do PGSC-FGI, a garantia do FGI seja concedida exclusivamente para novas operações de crédito contratadas durante o período de vigência do PGSC-FGI, vedado ao agente financeiro prever contratualmente obrigação de liquidar débitos preexistentes ou reter recursos para essa finalidade.

§ 3º As operações de crédito poderão também ser formalizadas por meio de instrumentos assinados em forma eletrônica ou digital.

§ 4º A cobertura pelo FGI da inadimplência suportada pelo agente financeiro será limitada a até 30% (trinta por cento) do valor total liberado para o conjunto das operações de crédito do agente financeiro no âmbito do PGSC-FGI, permitida a segregação dos limites máximos de cobertura da inadimplência por faixa de faturamento dos tomadores e por períodos, nos termos do estatuto do Fundo.

§ 5º Para as garantias concedidas no âmbito do PGSC-FGI, não será cobrada a comissão pecuniária a que se refere o § 3º do art. 9º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009.

§ 6º Fica dispensada a exigência de garantia real ou pessoal nas operações de crédito contratadas no âmbito do PGSC-FGI, facultada a pactuação de obrigação solidária de sócio, de acordo com a política de crédito da instituição participante do PGSC-FGI.

**Art. 12.** A garantia concedida pelo FGI não implica isenção dos devedores de suas obrigações financeiras, os quais permanecem sujeitos a todos os procedimentos de recuperação de crédito previstos na legislação.

**Art. 13.** A recuperação de créditos honrados e sub-rogados pelo FGI, no âmbito do PGSC-FGI, será realizada pelos agentes financeiros concedentes do crédito ou por terceiros contratados pelos referidos agentes, observado o disposto nesta Lei, bem como no estatuto e na regulamentação do FGI.

§ 1º Na cobrança do crédito inadimplido não se admitirá, por parte dos agentes financeiros concedentes do crédito, a adoção de procedimentos para a recuperação de crédito menos rigorosos do que aqueles usualmente empregados nas próprias operações de crédito.



SF/21133.15359-43



§ 2º Os agentes financeiros concedentes do crédito arcarão com todas as despesas necessárias para a recuperação dos créditos inadimplidos.

§ 3º Os agentes financeiros concedentes do crédito empregarão os melhores esforços e adotarão os procedimentos necessários à recuperação dos créditos das operações realizadas nos termos do *caput* deste artigo em conformidade com as suas políticas de crédito e não poderão interromper ou negligenciar o acompanhamento desses procedimentos.

§ 4º Os agentes financeiros concedentes do crédito serão responsáveis pela veracidade das informações fornecidas e pela exatidão dos valores a serem reembolsados ao FGI.

§ 5º Os créditos honrados eventualmente não recuperados serão leiloados pelos agentes financeiros no prazo de 18 (dezoito) meses, contado da data da amortização da última parcela passível de vencimento, observadas as condições estabelecidas no estatuto do FGI.

§ 6º Os créditos não arrematados serão oferecidos novamente em leilão, no prazo previsto no § 5º deste artigo, e poderão ser alienados àquele que oferecer o maior lance, independentemente do valor de avaliação.

§ 7º Após a realização do último leilão de que trata o § 6º deste artigo pelo agente financeiro, a parcela do crédito eventualmente não alienada será considerada extinta de pleno direito, nos termos do ato a que se refere o § 8º deste artigo.

§ 8º Ato do Conselho Monetário Nacional estabelecerá os limites, as condições e os prazos para a realização de leilão dos créditos de que tratam os §§ 5º e 6º deste artigo, bem como os mecanismos de controle e de aferição de seus resultados.

§ 9º Após o decurso do prazo previsto no § 5º deste artigo, o patrimônio e as cotas do FGI vinculados ao PGSC-FGI serão revertidos em cotas do FGI nas classes em que estavam alocadas na data de publicação desta Lei.

**Art. 14.** É vedado às instituições financeiras participantes do PGSC condicionar o recebimento, o processamento ou o deferimento da



SF/21133.15359-43



solicitação de contratação das garantias e das operações de crédito de que trata esta Lei ao fornecimento ou à contratação de outro produto ou serviço.

**Art. 15.** Para fins de concessão da garantia ou do crédito de que trata o PGSC, as instituições financeiras participantes observarão políticas próprias de crédito e poderão considerar informações e registros relativos aos 6 (seis) meses anteriores ao estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020:

I - cadastros e sistemas próprios internos;

II - sistemas de proteção ao crédito;

III - bancos de dados com informações de adimplemento, desde que mantidos por gestores registrados no Banco Central do Brasil; e

IV - sistemas, banco de dados e cadastros mantidos pelo Banco Central do Brasil;

*Parágrafo único* Na elaboração de parâmetros para aceitação da transação ou para mensuração do grau de recuperabilidade, no âmbito das transações dispostas neste artigo, deverá ser levado em consideração prioritariamente o impacto da pandemia da Covid-19 na capacidade de geração de resultados da pessoa jurídica durante todo o período da pandemia e da Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN).

**Art. 16.** O Conselho Monetário Nacional, o Banco Central do Brasil e o Ministério da Economia, no âmbito de suas competências, disciplinarão o disposto nesta Lei para o PGSC-FGI.

**Art. 17.** Compete ao Banco Central do Brasil fiscalizar o cumprimento, pelas instituições financeiras participantes do PGSC-FGI, das condições estabelecidas para as operações de crédito garantidas ou realizadas no âmbito do PGSC-FGI, observado o disposto na Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017.

**Art. 18.** A Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 20-A:

**“Art. 20-A.** No exercício de 2021, o valor equivalente a 3% (três por cento) da participação no produto da arrecadação das



SF/21133.15359-43



loterias de que tratam os arts. 15, 16, 17, 18 e 20 desta Lei será destinado a ações emergenciais para o setor de eventos decorrentes dos efeitos de combate à pandemia da Covid-19, compensando-se o percentual equivalente com a redução do percentual reservado ao pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação das respectivas modalidades lotéricas.”

**Art. 19.** A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 47.** .....

.....

§ 5º O prazo de validade da certidão expedida conjuntamente pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Economia, referente aos tributos federais e à dívida ativa da União por elas administrados, será de até 180 (cento e oitenta dias), contados da data de emissão da certidão, prorrogável, excepcionalmente, pelo prazo determinado em ato conjunto dos referidos órgãos.

.....” (NR)

**Art. 20.** Os prazos de validade das certidões referidas no art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nos termos do art. 19 desta Lei, que tenham sido emitidas após 20 de março de 2020, serão prorrogados por cento e oitenta dias, contados da data da entrada em vigor desta lei.

**Art. 21.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relatora





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1272, DE 2021

Destaque para votação em separado da Emenda nº 9-PLEN, apresentada ao PL nº 5638/2020.

**AUTORIA:** Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome Liderança do MDB, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da EM 9-PLEN, do PL 5638/2020, que “dispõe sobre ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19; e altera as Leis nºs 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 14.020, de 6 de julho de 2020”.

Sala das Sessões, 30 de março de 2021.

**Senador Eduardo Braga**  
**Líder do MDB**





# Projeto de Lei nº 795/2021





## SENADO FEDERAL

### EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 795, de 2021**, que *"Altera a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020 – Lei Aldir Blanc, para estender a prorrogação do auxílio emergencial aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogar o prazo de utilização dos recursos por Estados e Municípios."*

PARLAMENTARES	EMENDAS N°S
Senador Humberto Costa (PT/PE)	001
Senador Paulo Rocha (PT/PA)	002
Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)	003
Senador Antonio Anastasia (PSD/MG)	004
Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)	005
Senador Jayme Campos (DEM/MT)	006; 007
Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)	008
Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)	009
Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	010; 011
Senadora Kátia Abreu (PP/TO)	012

**TOTAL DE EMENDAS: 12**



[Página da matéria](#)



**PL 795/2021  
00001**SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Humberto Costa**EMENDA Nº - PLEN**  
(AO PL 795, de 2021)  
Aditiva

Art. 1º Inclua-se o seguinte art. 2º ao PL 795, de 2021, renumerando-se o artigo seguinte:

“Art. 2º Fica revogada a MP nº 1.019, de 29 de dezembro de 2020”.

**Justificação**

O PL 795/2021 é totalmente meritório ao prorrogar o prazo de aplicação de recursos da Lei 14.017/2020, a Lei Aldir Blanc. Conforme seu autor, o PL 795/2021 busca “reforçar os efeitos da Lei Aldir Blanc, e garantir que: os municípios possuam mais tempo para a alocação dos recursos transferidos antes que sejam revertidos ao fundo estadual de cultura do Estado onde se localizam; eventuais prorrogações de auxílio ou de renda emergencial sejam garantidas também aos profissionais do setor; os prazos para aplicação de recursos em projetos culturais já aprovados seja prorrogado em dois anos; e que o prazo para devolução de recursos repassados pela União que não tenham sido objeto de programação publicada pelos Estados ou pelo Distrito Federal seja estendido até 31 de dezembro de 2021”. São todos objetivos irretocáveis.

No entanto, o governo editou, em 29 de dezembro de 2020, a MP 1.019, que limitou a execução, em 2021, dos recursos da Lei Aldir Blanc somente dos recursos que os entes federados tenham empenhado e inscrito em restos a pagar até 31/12/2020, ou seja, 2 dias após a edição da MP. Quem não cumprisse com essa exigência, teria que devolver os recursos à União. Esse fato criou uma situação injusta e prejudicial ao setor cultural, até porque ainda no começo de janeiro, o Ministério do Turismo, pasta responsável pelo tema, fez publicar no DOU um Comunicado orientando os entes federados a não cumprir com o disposto na MP no tocante à devolução de recursos à União se não tivessem conseguido empenhar e inscrever em Restos a Pagar no prazo estipulado pela MP. O Ministério do Turismo chegou a reconhecer que havia incompatibilidade entre normas gerada pela edição da MP 1.019/2020, e que estaria trabalhando na edição de uma nova norma, reconhecendo, assim, os problemas gerados pela citada MP.





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Humberto Costa

Assim, a presente Emenda busca apenas afastar qualquer insegurança jurídica ao revogar a MP 1.019/2020, posto que assunto que ela e o que o PL 795/2021 regulam são exatamente o mesmo, porém com redações, orientações e feitos diferentes. Assim, o corolário lógico da aprovação do PL 795/2021 é a revogação da MP 1.019/2020.

São essas as razões pelas quais solicito o apoio dos eminentes pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, em 29 de março de 2021.

**Senador HUMBERTO COSTA**



**PL 795/2021  
00002****EMENDA Nº - PLEN**

(AO PL 795, de 2021)

Aditiva

Art. 1º Inclua-se o seguinte art. 2º ao PL 795, de 2021, renumerando-se o artigo seguinte:

“Art. 2º Fica revogada a MP nº 1.019, de 29 de dezembro de 2020”.

**Justificação**

O PL 795/2021 é totalmente meritório ao prorrogar o prazo de aplicação de recursos da Lei 14.017/2020, a Lei Aldir Blanc. Conforme seu autor, o PL 795/2021 busca “reforçar os efeitos da Lei Aldir Blanc, e garantir que: os municípios possuam mais tempo para a alocação dos recursos transferidos antes que sejam revertidos ao fundo estadual de cultura do Estado onde se localizam; eventuais prorrogações de auxílio ou de renda emergencial sejam garantidas também aos profissionais do setor; os prazos para aplicação de recursos em projetos culturais já aprovados seja prorrogado em dois anos; e que o prazo para devolução de recursos repassados pela União que não tenham sido objeto de programação publicada pelos Estados ou pelo Distrito Federal seja estendido até 31 de dezembro de 2021”. São todos objetivos irretocáveis.

No entanto, o governo editou, em 29 de dezembro de 2020, a MP 1.019, que limitou a execução, em 2021, dos recursos da Lei Aldir Blanc somente dos recursos que os entes federados tenham empenhado e inscrito em restos a pagar até 31/12/2020, ou seja, 2 dias após a edição da MP. Quem não cumprisse com essa exigência, teria que devolver os recursos à União. Esse fato criou uma situação injusta e prejudicial ao setor cultural, até porque ainda no começo de janeiro, o Ministério do Turismo, pasta responsável pelo tema, fez publicar no DOU um Comunicado orientando os entes federados a não cumprir com o disposto na MP no tocante à devolução de recursos à União se não tivessem conseguido empenhar e inscrever em Restos a Pagar no prazo estipulado pela MP. O Ministério do Turismo chegou a reconhecer que havia incompatibilidade entre normas gerada pela edição da MP 1.019/2020, e que estaria trabalhando na edição de uma nova norma, reconhecendo, assim, os problemas gerados pela citada MP.

Assim, a presente Emenda busca apenas afastar qualquer insegurança jurídica ao revogar a MP 1.019/2020, posto que assunto que ela e o que o PL 795/2021 regulam são exatamente o mesmo, porém com redações, orientações



e feitos diferentes. Assim, o corolário lógico da aprovação do PL 795/2021 é a revogação da MP 1.019/2020.

São essas as razões pelas quais solicito o apoio dos eminentes pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Comissões, em 29 de março de 2021

**Senador PAULO ROCHA**

**PT/PA**





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Izalci Lucas

**PL 795/2021**  
**00003**

**EMENDA Nº – PLEN**  
**(ao PL nº 795, de 2021)**

Acrescente-se, onde couber no Projeto de Lei 795, de 2021, o seguinte artigo:

“Art. XX O art. 13 da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. Por um ano após o fim da vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, a concessão de recursos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dos programas federais de apoio ao audiovisual, bem como as ações estabelecidas pelos demais programas e políticas federais para a cultura, entre os quais a Política Nacional de Cultura Viva, estabelecida nos termos da Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, deverão priorizar o fomento de atividades culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e de plataformas digitais ou meios de comunicação não presenciais, ou cujos recursos de apoio e fomento possam ser adiantados, mesmo que a realização das atividades culturais somente seja possível após completado um ano do fim da vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.”

**JUSTIFICAÇÃO**

Trata o PL 00795/2021, do Senador Wellington Fagundes, de alterar a Lei 14.017, de 29 de junho de 2020, que “dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Izalci Lucas

pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020”, para prorrogar os benefícios ali contidos.

O projeto, no entanto, não aborda o art. 13 da referida Lei, que prevê, que os programas de apoio à cultura deverão priorizar atividades que possam ser transmitidas de forma não presencial, enquanto durar a calamidade pública, conforme diz o texto seguinte:

“Art. 13. Enquanto vigorar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, a concessão de recursos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dos programas federais de apoio ao audiovisual, bem como as ações estabelecidas pelos demais programas e políticas federais para a cultura, entre os quais a Política Nacional de Cultura Viva, estabelecida nos termos da Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, deverão priorizar o fomento de atividades culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e de plataformas digitais ou meios de comunicação não presenciais, ou cujos recursos de apoio e fomento possam ser adiantados, mesmo que a realização das atividades culturais somente seja possível após o fim da vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.”

Desnecessário seria ressaltar que as condições que motivaram os comandos da Lei 14.017, de 29 de junho de 2020, que determina providências a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, permanecem plenas, mesmo findo o prazo do Decreto referido.

Sendo assim, é de bom alvitre prorrogar por um ano a priorização de atividades culturais que possam ser transmitidas por meios não presenciais, nos termos desta emenda, para a qual pedimos o apoio de nossos nobres Pares.

Sala das Sessões,

Senador **IZALCI LUCAS**  
PSDB/DF







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

**PL 795/2021**  
**00004**

**EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PL nº 795, de 2021)

Insira-se o seguinte § 4º ao art. 7º da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, alterada pelo Projeto de Lei nº 795, de 2021:

“Art. 7º .....

§4º A exigência prevista no §1º deste artigo poderá ser dispensada a critério do ente federativo.

.....”

**JUSTIFICATIVA**

A emenda proposta tem como objetivo aprimorar o PL nº 795, de 2021, no sentido de permitir a retirada da exigência do cadastro nos sistemas arrolados, caso o gestor público entenda pertinente. Desse modo, a emenda aproveita a prorrogação prevista no projeto de lei e facilita a distribuição desses recursos à critério de cada ente federativo. Ocorre que os cadastros mencionados atualmente na Lei Aldir Blanc não atendem à realidade de todos os entes federativos, de modo que, permitindo seu afastamento, os recursos podem chegar a mais trabalhadores da cultura e privilegia-se a autonomia federativa.

Sala das sessões,

**Senador ANTONIO ANASTASIA**





**PL 795/2021**  
**00005**

SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Rodrigo Cunha

**EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PL nº 795, de 2021)

Inclua-se no art. 1º do Projeto de Lei nº 795, de 2021, a seguinte alteração no art. 9º da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, e, por consequência, acrescente-se art. 3º ao mesmo projeto, nos seguintes termos:

“**Art. 1º** .....

.....  
‘**Art. 9º** Os espaços culturais e artísticos, as empresas culturais e organizações culturais comunitárias, as cooperativas e as instituições beneficiadas com o subsídio previsto no inciso II do *caput* do art. 2º desta Lei ficarão obrigados a garantir como contrapartida, após o reinício de suas atividades, a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos de escolas públicas ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita, inclusive apresentações ao vivo com interação popular via internet, em intervalos regulares, em cooperação e planejamento definido com o ente federativo responsável pela gestão pública de cultura do local.’ (NR)

.....”

“**Art. 3º** Revoga-se a Medida Provisória nº 1.019, de 29 de dezembro de 2020.”

### JUSTIFICAÇÃO

Com o avanço da pandemia do novo coronavírus, o isolamento e o distanciamento social se mostraram como medidas essenciais para desacelerar o contágio da doença.

Devido ao tempo que será necessário para a volta das atividades presenciais na rede pública de ensino ou dos eventos em espaços públicos,





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Rodrigo Cunha

proponho a alteração da Lei Aldir Blanc para permitir, aos beneficiados com o subsídio previsto no inciso II do *caput* do art. 2º, a prestação de contrapartida virtual, por intermédio do fomento de apresentações de vídeos ao vivo, com interação popular via internet, para a promoção da cultura brasileira.

De outra forma, o Projeto de Lei nº 795, de 2021, é totalmente meritório ao prorrogar o prazo de aplicação de recursos da Lei Aldir Blanc, assegurando que os municípios tenham mais tempo para alocar os recursos transferidos antes que sejam revertidos aos fundos estaduais de cultura do Estado onde se localizam.

Entretanto, com a edição, em 29 de dezembro de 2020, da Medida Provisória nº 1.019, foi limitada a execução somente aos recursos que tivessem sido empenhados e inscritos em restos a pagar pelo ente responsável até 31 de dezembro de 2020, ou seja, 2 dias após a edição da norma.

Assim, também busca a presente Emenda afastar qualquer insegurança jurídica mediante a revogação da Medida Provisória nº 1.019, de 2020, por conflito com o Projeto de Lei nº 975, de 2021.

São essas as razões pelas quais solicito o apoio dos eminentes pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões,

Senador RODRIGO CUNHA





SENADO FEDERAL

**PL 795/2021**  
**00006****EMENDA Nº - PLEN**

(ao PL nº 795, de 2021)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 795, de 2021, a seguinte redação:

“**Art. 1º** .....

.....  
‘**Art. 14-A** Os recursos revertidos em função do disposto no parágrafo único do art. 3º poderão ser transferidos dos Estados aos Municípios para aplicação em ações emergenciais previstas nos incisos II e III do art. 2º.’ (NR)”

**JUSTIFICAÇÃO**

A Lei Aldir Blanc prevê que a execução de recursos destinados ao cumprimento de ações emergenciais deverá se dar de forma descentralizada, mediante transferências da União aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal.

O art. 3º da Lei prevê a reversão dos recursos recebidos pelos Municípios aos fundos estaduais de cultura, ou órgãos equivalentes, nos casos em que os prazos para aplicação não tenham sido respeitados.

Por meio da presente emenda, buscamos possibilitar que os recursos revertidos possam ser transferidos dos Estados aos Municípios para aplicação nas ações emergenciais previstas nos incisos I e II do art. 2º.

Sala das Sessões,

Senador JAYME CAMPOS





SENADO FEDERAL

**PL 795/2021**  
**00007****EMENDA Nº - PLEN**

(ao PL nº 795, de 2021)

Dê-se ao parágrafo único do art. 3º da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 795, de 2021, a seguinte redação:

“**Art. 1º** .....

‘**Art. 3º**.....

.....  
*Parágrafo único.* Os recursos que não tenham sido objeto de programação publicada até 31 de dezembro de 2021 pelos Municípios serão automaticamente revertidos ao fundo de cultura do respectivo Estado ou, na falta deste, ao órgão ou entidade estadual responsável pela gestão desses recursos.’ (NR)

.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

O Projeto de Lei nº 795, de 2021, acertadamente, amplia o prazo para que municípios possam aplicar os recursos recebidos em função da Lei Aldir Blanc antes que sejam revertidos aos fundos de cultura dos respectivos Estados.

Contudo, acreditamos que o prazo proposto no projeto continua exíguo, de forma que apresentamos a presente emenda para ampliar ainda mais o referido prazo e, assim, aumentar a viabilidade de aplicação efetiva desses recursos.

Sala das Sessões,

Senador JAYME CAMPOS





**PL 795/2021**  
**00008**

**SENADO FEDERAL**

Gabinete da Senadora **ZENAIDE MAIA** Pros | RN

**EMENDA Nº - PLEN**

(AO PL 795, de 2021)

Aditiva

Art. 1º Inclua-se o seguinte art. 2º ao PL 795, de 2021, renumerando-se o artigo seguinte:

“Art. 2º Fica revogada a MP nº 1.019, de 29 de dezembro de 2020”.

**JUSTIFICAÇÃO**

O PL 795/2021 é totalmente meritório ao prorrogar o prazo de aplicação de recursos da Lei 14.017/2020, a Lei Aldir Blanc. Conforme seu autor, o PL 795/2021 busca “reforçar os efeitos da Lei Aldir Blanc, e garantir que: os municípios possuam mais tempo para a alocação dos recursos transferidos antes que sejam revertidos ao fundo estadual de cultura do Estado onde se localizam; eventuais prorrogações de auxílio ou de renda emergencial sejam garantidas também aos profissionais do setor; os prazos para aplicação de recursos em projetos culturais já aprovados seja prorrogado em dois anos; e que o prazo para devolução de recursos repassados pela União que não tenham sido objeto de programação publicada pelos Estados ou pelo Distrito Federal seja estendido até 31 de dezembro de 2021”. São todos objetivos irretocáveis.

No entanto, o governo editou, em 29 de dezembro de 2020, a MP 1.019, que limitou a execução, em 2021, dos recursos da Lei Aldir Blanc somente dos recursos que os entes federados tenham empenhado e inscrito em restos a pagar até 31/12/2020, ou seja, 2 dias após a edição da MP. Quem não cumprisse com essa exigência, teria que devolver os recursos à União. Esse fato criou uma situação injusta e prejudicial ao setor cultural, até porque ainda no começo de janeiro, o Ministério do Turismo, pasta

Senado Federal – Anexo 1 – 8º andar – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2371/2372 – sen.zenaidemaia@senado.leg.br



**SENADO FEDERAL**Gabinete da Senadora **ZENAIDE MAIA** Pros | RN

responsável pelo tema, fez publicar no DOU um Comunicado orientando os entes federados a não cumprir com o disposto na MP no tocante à devolução de recursos à União se não tivessem conseguido empenhar e inscrever em Restos a Pagar no prazo estipulado pela MP. O Ministério do Turismo chegou a reconhecer que havia incompatibilidade entre normas gerada pela edição da MP 1.019/2020, e que estaria trabalhando na edição de uma nova norma, reconhecendo, assim, os problemas gerados pela citada MP.

Assim, a presente Emenda busca apenas afastar qualquer insegurança jurídica ao revogar a MP 1.019/2020, posto que assunto que ela e o que o PL 795/2021 regulam são exatamente o mesmo, porém com redações, orientações e feitos diferentes. Assim, o corolário lógico da aprovação do PL 795/2021 é a revogação da MP 1.019/2020.

São essas as razões pelas quais solicito o apoio dos eminentes pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, 30 de março de 2021.

**Senadora Zenaide Maia**

**PROS/RN**



**PL 795/2021**  
**00009**

**EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PL nº 795, de 2021)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 795, de 2021, a seguinte redação:

“**Art. 1º** A ementa e os artigos 1º, 3º, 5º, 12 e 14, da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, passam a vigorar com as seguintes alterações:

*‘Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante a ocorrência dos impactos sociais e econômicos causados pela pandemia da covid-19.’*

‘**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante a ocorrência dos impactos sociais e econômicos causados pela pandemia da covid-19.’ (NR)

.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

Observa-se que o Projeto de Lei nº 795, de 2021, não alterou o texto da ementa e do art. 1º da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõem “sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural, a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020”.

Todavia, cabe lembrar que o citado Decreto Legislativo reconheceu o estado de calamidade pública até 31 de dezembro de 2020.

Por outro lado, o PL nº 795, de 2021, assenta-se no argumento de que, tendo em vista que a pandemia do novo coronavírus não arrefeceu, é necessário estender a possibilidade de utilização dos benefícios da Lei Aldir Blanc.

Diante disso, também se faz necessário alterar o texto da ementa e do art. 1º da citada lei nº 14.017, de 2020, no sentido de desvincular a





implementação das ações emergenciais, por ela estabelecidas, do referido Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS





**PL 795/2021  
00010**

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

**EMENDA ADITIVA Nº - PLEN**

**PROJETO DE LEI Nº 795/2021**

Altera a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020 – Lei Aldir Blanc, para estender a prorrogação do auxílio emergencial aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogar o prazo de utilização dos recursos por Estados e Municípios.

Art. 1º Inclua-se o seguinte art. 2º ao PL 795, de 2021, renumerando-se o artigo seguinte:

“Art. 2º Fica revogada a MP nº 1.019, de 29 de dezembro de 2020”.

**JUSTIFICAÇÃO**

O PL 795/2021 é totalmente meritório ao prorrogar o prazo de aplicação de recursos da Lei 14.017/2020, a Lei Aldir Blanc. Conforme seu autor, o PL 795/2021 busca “reforçar os efeitos da Lei Aldir Blanc, e garantir que: os municípios possuam mais tempo para a alocação dos recursos transferidos antes que sejam revertidos ao fundo estadual de cultura do Estado onde se localizam; eventuais prorrogações de auxílio ou de renda emergencial sejam garantidas também aos profissionais do setor; os prazos para aplicação de recursos em projetos culturais já aprovados seja prorrogado em dois anos; e que o prazo para devolução de recursos repassados pela União que não tenham sido objeto de programação publicada pelos Estados ou pelo Distrito Federal seja estendido até 31 de dezembro de 2021”. São todos objetivos irretocáveis.

No entanto, o governo editou, em 29 de dezembro de 2020, a MP 1.019, que limitou a execução, em 2021, dos recursos da Lei Aldir Blanc somente dos recursos que os entes federados tenham empenhado e inscrito em restos a pagar até 31/12/2020, ou seja, 2 dias após a edição da MP. Quem não cumprisse com essa exigência, teria que devolver os recursos à União. Esse fato criou uma situação injusta e prejudicial ao setor cultural, até porque ainda no começo de janeiro, o Ministério do Turismo, pasta responsável pelo tema, fez publicar no DOU um Comunicado orientando os entes federados a não cumprir com o disposto na MP no tocante à devolução de recursos à União se não tivessem conseguido empenhar e inscrever em Restos a Pagar no prazo estipulado pela



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

MP. O Ministério do Turismo chegou a reconhecer que havia incompatibilidade entre normas gerada pela edição da MP 1.019/2020, e que estaria trabalhando na edição de uma nova norma, reconhecendo, assim, os problemas gerados pela citada MP.

Assim, a presente Emenda busca apenas afastar qualquer insegurança jurídica ao revogar a MP 1.019/2020, posto que assunto que ela e o que o PL 795/2021 regulam são exatamente o mesmo, porém com redações, orientações e feitos diferentes. Assim, o corolário lógico da aprovação do PL 795/2021 é a revogação da MP 1.019/2020.

São essas as razões pelas quais solicito o apoio dos eminentes pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões,

Senador Rogério Carvalho

PT – SE





**PL 795/2021**  
**00011**

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

**EMENDA nº (MODIFICATIVA)**  
**PROJETO DE LEI Nº 795/2021**

Altera a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020 – Lei Aldir Blanc, para estender a prorrogação do auxílio emergencial aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogar o prazo de utilização dos recursos por Estados e Municípios.

O art. 1º do Projeto de Lei nº 795/2021 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

.....

.....

“Art. 14º .....

.....

§ 2º Os recursos repassados na forma prevista nesta Lei, observado o disposto no § único do art. 3º, que não tenham sido objeto de programação publicada pelos Estados ou pelo Distrito Federal até 31 de dezembro de 2021, serão restituídos à União na forma e no prazo previstos no regulamento.

.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por objetivo harmonizar a alteração pretendida no § 2º do art. 14 com a alteração pretendida no art. 3º. Nesta, busca-se revogar o § 1º mantendo-se o § 2º com nova redação e numeração, ou seja, § único.

Naquela, faz-se a referência ao § 2º do art. 3º que, uma vez aprovado, passa a não mais existir.

Sala das sessões

Senador ROGÉRIO CARVALHO

PT/SE



**PL 795/2021**  
**00012****SENADO FEDERAL**Gabinete da Senadora **Kátia Abreu****EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PL nº 795, de 2021)

Insira o inciso VII ao art. 12 da Lei 14.017 de 2020, modificado pelo Art. 1º do PL 795 de 2021 com a seguinte redação:

“**Art. 12** Ficam prorrogados automaticamente por 2 (dois) anos os prazos para aplicação dos recursos, para realização de atividades culturais e para a respectiva prestação de contas dos projetos culturais já aprovados pelo órgão ou entidade do Poder Executivo responsável pela área da cultura, nos termos:

.....

VII – Ficam os municípios autorizados a reabertura de editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais de modo a utilizar parte dos recursos previstos no caput desse artigo.

**JUSTIFICAÇÃO.**

O PL 795 de 2021 objetiva reforçar os efeitos da Lei Aldir Blanc, que socorreu o setor artístico durante os efeitos da pandemia 2020. Dessa forma, objetiva-se garantir que: os municípios possam mais tempo para a alocação dos recursos transferidos antes que sejam revertidos ao fundo estadual de cultura.



**SENADO FEDERAL**Gabinete da Senadora **Kátia Abreu**

Dessa forma, a presente emenda tem como propósito autorizar que os municípios possam reabrir editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos congêneres destinados a apoiar a manutenção de agentes, de espaços e de produções artísticas de modo geral de forma a permitir que um novo chamamento público possa oportunizar a destinação de recursos, inclusive de artistas que não conseguiram lograr êxito nos certames anteriores ou mesmo perderam para se qualificarem para receberem esse importante benefício no período em que ainda enfrentamentos os efeitos da pandemia em razão das indispensáveis medidas de distanciamento social e de um ritmo ainda lento da vacinação.

Nesse sentido, solicitamos o apoio dos nossos pares para aprovação dessa emenda de grande alcance social.

Sala das Sessões,

Senadora **KÁTIA ABREU**

rv2020-10393



**PARECER Nº 48, DE 2021 - PLEN/SF**

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei nº 795, de 2021, do Senador Wellington Fagundes, que altera a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020 – Lei Aldir Blanc, para estender a prorrogação do auxílio emergencial aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogar o prazo de utilização dos recursos por Estados e Municípios.



Relator: Senador **VENEZIANO VITAL DO RÊGO**

**I – RELATÓRIO**

Vem ao exame do PLENÁRIO o Projeto de Lei nº 795, de 2021, do Senador Wellington Fagundes, que altera a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020 – Lei Aldir Blanc, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, para estender a prorrogação do auxílio emergencial aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogar o prazo de utilização dos recursos por Estados e Municípios.

A proposição consiste de dois artigos, o primeiro dos quais dá nova redação a quatro dispositivos da Lei nº 14.017, de 2020, do modo como descrevemos.

O parágrafo único do art. 3º passa a prever que os recursos de que trata o *caput*, quando não tenham sido objeto de programação publicada até 31 de agosto de 2021 pelos Municípios, serão automaticamente revertidos ao fundo estadual de cultura do respectivo Estado ou, na falta deste, ao órgão ou entidade estadual responsável pela gestão desses recursos. Tais recursos, que compõem um total de três bilhões de reais transferidos pela União, devem ser aplicados, conforme disposto no art. 2º da Lei Aldir Blanc, pelos Poderes Executivos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em ações emergenciais de



apoio ao setor cultural, por meio, em resumo, dos seguintes mecanismos: renda emergencial mensal aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura (inciso I); subsídio para manutenção de espaços culturais, pequenas empresas, cooperativas, instituições e organizações culturais que tiveram suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social (inciso II); editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços e outros instrumentos destinados a viabilizar iniciativas tais como cursos, desenvolvimento de atividades de economia criativa, produções e manifestações culturais, inclusive as que possam ser transmitidas ou disponibilizadas por meio digital (inciso III).

Na redação original da lei, tínhamos dois parágrafos que estabeleciam que os Municípios teriam, conforme o § 1º, um prazo máximo de 60 dias, contado do recebimento do recurso, para a destinação prevista no art. 2º; e que, de acordo com o § 2º, os recursos não destinados ou que não tivessem sido objeto de programação publicada no prazo de 60 dias após a descentralização aos Municípios deveriam ser automaticamente revertidos ao fundo estadual de cultura do respectivo Estado ou ao órgão ou entidade estadual responsável pela gestão dos recursos.

A Medida Provisória (MPV) nº 1.019, de 29 de dezembro de 2020, veio alterar a redação do art. 3º, substituindo os dois parágrafos que descrevemos por um parágrafo único, que dispõe que os recursos a serem revertidos pelos Municípios ao Estado, no prazo de 60 dias contado da descentralização, serão aqueles que “não tenham sido objeto de programação” (e não mais, portanto, “os recursos não destinados”, igualmente previstos na redação anterior). Desse modo, os recursos com sua aplicação já programada poderiam ser destinados no presente ano para os fins previstos no art. 2º.

Registre-se desde logo que a MPV nº 1.019, de 2020, encontra-se em regime de urgência, encerrando o prazo para sua apreciação pelas duas Casas do Congresso Nacional em 2 de abril de 2021, passível de prorrogação, contudo, por 60 dias.

O PL nº 795, de 2021, altera também o § 2º e acrescenta novo parágrafo ao art. 5º da Lei Aldir Blanc, que trata especificamente da renda emergencial aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura. Conforme a nova redação do § 2º, o benefício será prorrogado no mesmo prazo em que for prorrogado o auxílio emergencial previsto na Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, ou o auxílio emergencial residual previsto na MPV nº 1.000, de 3 de setembro de 2020. O adicionado § 3º prevê, por sua vez, que a renda



SF/21733.85419-22





SF/21733.85419-22

emergencial de que trata o *caput* do art. 5º será igualmente prorrogada se forem criados ou prorrogados outros benefícios ou auxílios emergenciais congêneres, instituídos para enfrentar as consequências sociais e econômicas da pandemia.

A proposição modifica também o *caput* do art. 12 da Lei Aldir Blanc, estendendo de um ano para *dois anos* a prorrogação dos prazos para aplicação dos recursos, para realização das atividades culturais e para a respectiva prestação de contas dos projetos culturais já aprovados nos termos a que se referem seus seis incisos: os da Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac); da Lei nº 8.685, de 1993; da MPV nº 2.228-1, de 2001; dos recursos recebidos por meio do Fundo Setorial do Audiovisual, conforme estabelecido na Lei nº 12.485, de 2001; da Lei nº 12.343, de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura (PNC); das formas de apoio financeiro à execução das ações da Política Nacional de Cultura Viva, estabelecidas pela Lei nº 13.018, de 2014.

Por fim, a proposição modifica o § 2º do art. 14, dispositivo incluído pela Lei nº 14.036, de 2020, que prevê, na redação vigente, que os recursos repassados na forma prevista na Lei Aldir Blanc, observado o disposto no § 2º do seu art. 3º, que não tenham sido objeto de programação publicada pelos Estados ou pelo Distrito Federal no prazo de 120 dias, contado da data da descentralização realizada pela União, serão restituídos na forma e no prazo previstos no regulamento. Vale dizer, a propósito, que o Decreto regulamentador nº 10.464, de 17 de agosto de 2020, reitera os prazos então definidos na lei, quais sejam: 60 dias para publicação da programação ou destinação dos recursos pelos Municípios e 120 dias para os Estados e o Distrito Federal (DF). A proposição altera este prazo de 120 dias para programação ou destinação dos recursos pelos Estados e o DF para um prazo que se estende até 31 de dezembro de 2021, quando os recursos devem ser restituídos à União.

O art. 2º do projeto de lei prevê sua entrada em vigor na data de sua publicação.

Na justificção, o autor enfatiza que a persistência da pandemia impõe que os mecanismos estabelecidos, oportuna e corajosamente, pela Lei Aldir Blanc sejam prorrogados para fazer face às dificuldades do setor cultural, que longe estão de arrefecer. A proposição foi encaminhada à deliberação do Plenário, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, que instituiu o Sistema de Deliberação Remota no Senado Federal. Foram oferecidas 12 emendas, que analisaremos a seguir.

jc2021-02785



## II – ANÁLISE

O PL nº 795, de 2021, ampara-se na competência da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme disposto no art. 24, inciso IX, da Constituição Federal (CF), para legislar concorrentemente sobre cultura.

Trata-se, no caso concreto, de alterar a Lei nº 14.017, de 2020, de iniciativa parlamentar, que buscou garantir recursos aos trabalhadores e às instituições da cultura no País, face à situação de extrema dificuldade que se abateu sobre o setor cultural em razão da pandemia da covid-19.

Com um volume expressivo de recursos, a Lei Aldir Blanc representou uma importante resposta do Estado brasileiro à ampla crise do setor cultural decorrente da pandemia, marcando significativa convergência de esforços dos Poderes Legislativo e Executivo da União, juntamente com os dos governos dos demais entes federativos.

Verificou-se, contudo, próximo ao fim do ano passado, que cerca de 65% dos R\$ 3 bilhões repassados aos Estados, DF e Municípios não haviam sido utilizados pelos respectivos gestores. É nesse momento que o Governo Federal emitiu a já mencionada MPV nº 1.019, de 2020. As razões alegadas na Exposição de Motivos nº 36, de 2020, dos Ministérios do Turismo e da Economia, são as de que era necessário corrigir “possíveis dubiedades e divergências interpretativas” em determinados dispositivos da Lei nº 14.017, de 2020, como aquelas causadas pela indistinção entre “programar” e “destinar” recursos.

O Governo Federal não deixou de divulgar, contudo, que estava sendo, com a Medida Provisória, “prorrogado prazo para utilização dos recursos da Lei Aldir Blanc”. Isso de fato ocorreu, ainda que em proporção muito reduzida. Publicada em 29 de dezembro de 2020, a Medida Provisória dispõe, para que não haja devolução dos recursos descentralizados, que Estados, DF e Municípios devem ter publicado a programação dos mesmos recursos em 2020. Ademais, conforme o inserto art. 14-A, os entes responsáveis deveriam tê-los empenhados e inscritos em restos a pagar, no mesmo prazo, para que pudessem ser liquidados e pagos no exercício de 2021.

Parece evidente que a ampla maioria dos entes responsáveis não tenham tido condições, nos dois ou três últimos dias do ano passado, de publicar a sua programação e fazer os demais procedimentos contábeis que viabilizassem a utilização dos recursos tão necessários aos trabalhadores,

fc2021-02785



SF/21733.85419-22



SF/21733.85419-22

entidades e organizações da cultura. Tal necessidade se mostra ainda mais premente quando vemos que, longe de se abrandar, a pandemia da covid-19 agravou-se no presente ano, impondo a manutenção, quando não o recrudescimento das medidas de isolamento social.

De tal modo, manteve-se essencialmente a situação verificada antes da Medida Provisória em que, conforme título de artigo da *Folha de S. Paulo*, “Lei Aldir Blanc dá a governos muita verba e pouco tempo para gastar”. Coerentemente, a Frente Nacional de Prefeitos, entre diversas outras entidades, manifestou a opinião de que a MPV nº 1.019, de 2020, não atende completamente ao pleito dos municípios, ressaltando, em ofício enviado ao Presidente da República, que os

municípios tiveram prazo apertado para cumprir as determinações da Lei, uma vez que a regulamentação da norma só foi publicada na segunda quinzena de agosto e os repasses de recursos, por sua vez, foram iniciados em setembro.

Vale mencionar ainda, conforme divulgado pelo próprio Executivo Federal, que, “com a Lei Aldir Blanc, mais de quatro mil municípios brasileiros receberam pela primeira vez, em uma década, recursos federais para políticas públicas na área da cultura”. É razoável supor que as prefeituras não estivessem preparadas para realizar procedimentos burocráticos inusitados no reduzido espaço de tempo disponível.

Mostra-se essencial, portanto, que seja prorrogado não apenas o prazo para destinação dos recursos programados, mas o das demais etapas necessárias para a devida utilização dos recursos transferidos no bojo da Lei Aldir Blanc. É o que faz o projeto de lei sob exame, não só estendendo a renda emergencial dos trabalhadores da cultura conforme vier a ser feito com o auxílio emergencial, como prorrogando para 31 de agosto de 2021 o prazo para que os Municípios publiquem a programação dos recursos e para 31 de dezembro o prazo para que os Estados e o DF o façam. Além disso, como igualmente visto, prorrogam-se por mais um ano os prazos relativos aos projetos aprovados anteriormente à edição da Lei Aldir Blanc.

Posicionamo-nos, portanto, favoravelmente ao mérito do projeto de lei sob exame, com a expectativa de que a Lei Aldir Blanc não represente, para muitas das pessoas que vivem da cultura, “a falsa euforia de um gol anulado”, para recorrer a versos desse grande poeta da nossa



música popular. No entanto, buscaremos aprofundar e precisar melhor algumas das medidas propostas, assim como propor novas medidas que ampliem os efeitos positivos da Lei Aldir Blanc por meio da apresentação de emenda substitutiva, que ira incorporar propostas de diversas emendas oferecidas.

No que diz respeito às disposições constitucionais e legais que tratam das matérias orçamentárias-financeiras, verificamos que a proposição não tem repercussão sobre a receita ou a despesa da União, uma vez que não se afasta da previsão do art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020, de transferência pela União de R\$ 3 bilhões aos demais entes federativos, para aplicação em ações emergenciais de apoio ao setor cultural.

Tampouco há óbices relativos aos demais aspectos constitucionais e jurídicos.

No que toca à técnica legislativa, avaliamos que algumas alterações devem ser oferecidas neste relatório e incorporadas à emenda substitutiva para seu aperfeiçoamento.

Em relação às emendas apresentadas, as de nº 1, do Senador Humberto Costa, nº 2, do Senador Paulo Rocha, nº 8, da Senadora Zenaide Maia, e nº 10, do Senador Rogério Carvalho, propõem a revogação da Medida Provisória nº 1.019, de 2020. Nosso voto é pela rejeição dessas emendas, por entendermos que a referida medida provisória é uma iniciativa do Poder Executivo que deve seguir os trâmites previstos no art. 62 da Constituição Federal.

A Emenda nº 3, do Senador Izalci Lucas, busca estender, por um ano após o fim da vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, a prioridade, determinada pelo art. 13 da Lei Aldir Blanc, na concessão de recursos no âmbito dos programas e políticas federais para a cultura, do fomento de atividades que possam ser transmitidas pela internet, disponibilizada por meios de comunicação não presenciais, ou cujos recursos de apoio possam ser adiantados, mesmo que a realização das atividades somente seja possível após o referido período. Acatamos a proposta, no sentido de estender as determinações do art. 13 no período em que durar a pandemia.

Entendemos que deve ser rejeitada a Emenda nº 4, do Senador Antonio Anastasia, que acrescenta parágrafo ao art. 7º para que possa ser dispensada a exigência, prevista no § 1º, de inscrição dos espaços e

jc2021-02785

SF/21733.85419-22



00100.037744/2021-94  
SF/21733.85419-22

entidades culturais em cadastros de cultura e similares para a concessão do subsídio mensal de que trata o *caput*. Avaliamos que é importante manter esse controle.

Acatamos parcialmente a Emenda nº 5, do Senador Rodrigo Cunha, no sentido de incorporar a expressão “inclusive apresentações ao vivo com interação popular via internet” ao *caput* do art. 9º. No que toca à proposta de revogação da MPV nº 1.019, de 2020, posicionamo-nos contrariamente.

O voto é favorável à Emenda nº 6, do Senador Jayme Campos, que propõe que os recursos já revertidos dos Municípios aos Estados poderão ser transferidos de volta aos municípios para aplicação em ações emergenciais.

Acatamos parcialmente a Emenda nº 7, também do Senador Jayme Campos, na medida em que estendemos o prazo para reversão dos recursos recebidos pelos Municípios, conforme consta do parágrafo único do art. 3º, ainda que para prazo menor do que foi por ele proposto (31 de dezembro de 2021).

Acatamos a Emenda nº 9, da Senadora Rose de Freitas, que altera o art. 1º para estabelecer como objetivo da lei dispor sobre “ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante a ocorrência dos impactos sociais e econômicos causados pela pandemia da covid-19”, com redação levemente diversa.

O voto é também favorável à Emenda nº 11, do Senador Rogério Carvalho, que propõe estender, no § 2º do art. 14, o prazo para restituição à União dos recursos que não tenham sido repassados pelos Estados ou Distrito Federal, na forma prevista na Lei, até 31 de dezembro de 2021.

Por fim, acatamos a Emenda nº 12, da Senadora Kátia Abreu, que autoriza a reabertura dos editais e outros instrumentos referidos no inciso III do art. 2º, adotando, contudo, a forma de novo parágrafo ao próprio art. 2º (e não de um inciso VII ao art. 12).

Passemos então à descrição das mudanças que incorporamos à emenda substitutiva a seguir oferecida. Em primeiro lugar, convém que seja modificado o art. 1º da Lei nº 14.017, de 2020, o qual define o escopo da Lei como o de dispor “sobre ações emergenciais destinadas ao setor



cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020”. Como esse Decreto Legislativo reconheceu o estado de calamidade pública tão somente até 31 de dezembro de 2020, é necessário que a redação se refira a ações emergenciais a serem adotadas em decorrência das consequências econômicas e sociais da pandemia da covid-19.

Alteramos a redação do parágrafo único do art. 3º para ampliar o prazo de aplicação dos recursos para a data limite de 31 de outubro de 2021. Ademais, retiramos da redação deste parágrafo o requisito de que os recursos não utilizados pelo Município só poderão ser revertidos diretamente a órgãos estaduais caso inexista fundo de cultura no respectivo estado. A razão para tal alteração é o alto número de estados nos quais a aplicação dos recursos foi operacionalizada por meios de contas específicas dos órgãos estaduais, ainda que haja fundo de cultura no respectivo estado.

Além disso, na redação dada pela proposição ao § 2º do art. 5º deve ser suprimida a referência à Medida Provisória nº 1.000, de 2 de abril de 2020, que instituiu o auxílio emergencial residual, mas que se tornou *sem eficácia* findo o prazo constitucional para deliberação pelo Poder Legislativo. Rejeitamos, ademais, o § 3º do art. 5º, inserido pela proposta, por considerar que envolve, desnecessariamente, questões orçamentárias que podem dificultar a aprovação.

Incluímos no art. 8º da Lei Aldir Blanc uma conceituação abrangente do que pode ser classificado como despesa de manutenção dos espaços e atividades culturais, para fins dos requisitos exigidos no art. 2º da lei para aplicação dos recursos.

Especificamos, no art. 9º da Lei nº 14.017, de 2020, o prazo para a contrapartida das entidades beneficiadas pelos recursos da Lei Aldir Blanc, determinando que as atividades gratuitas a serem promovidas para escolas públicas e espaços públicos de sua comunidade devem ter lugar em até 180 dias, após o reinício das atividades das entidades, considerando a análise epidemiológico-sanitária de cada cidade e região. Essa disposição visa a garantir que as atividades só sejam retomadas se garantido que a situação da pandemia na respectiva região já esteja sob controle.

Outrossim, prorrogamos o prazo previsto no art. 11 da Lei Aldir Blanc para o início dos pagamentos dos empréstimos contraídos pelas entidades culturais através de linhas de crédito específicas para fomento das atividades culturais.

fc2021-02785

SF/21733.85419-22



00100.037744/2021-94  
SF/21733.85419-22

Quanto à previsão de uso prioritário dos recursos para financiar atividades culturais transmitidas pela internet, alteramos a redação do art. 13 para aumentar os prazos para realização das atividades, bem como dos prazos para a prestação de contas relativa a esses recursos.

Ademais, deve ser também suprimida, na redação dada pela proposição ao § 2º do art. 14º, a menção ao “disposto no § 2º do art. 3º”, uma vez que a proposição mesma adotou um único parágrafo para o art. 3º da Lei Aldir Blanc.

Por fim, acrescentamos os arts. 14-A a 14-F com o fim de garantir a possibilidade de uso dos saldos remanescentes das contas específicas que foram criadas para receber as transferências dos recursos de que trata a Lei Aldir Blanc, tanto em relação aos recursos originalmente destinados pela União quanto aos recursos revertidos aos Estados pelos Municípios em função de sua não utilização no prazo. Ademais, adicionamos o art. 14-E para prorrogar o prazo das prestações de contas relativas aos recursos da Lei nº 14.017, de 2020.

### III – VOTO

O voto é, consoante o exposto, pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 795, de 2021, com rejeição das Emendas nºs 1, 2, 4, 8 e 10, com aprovação das Emendas nºs 3, 6, 9, 11 e 12 e aprovação parcial das Emendas nºs 5 e 7, nos termos da emenda substitutiva que a seguir oferecemos.

### EMENDA Nº 13 -PLEN (SUBSTITUTIVO)

#### PROJETO DE LEI Nº 795, DE 2021

**Art. 1º** A Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da covid-19.” (NR)

“**Art. 2º**.....

.....

fc2021-02785



§ 3º Ficam os Municípios autorizados à reabertura dos instrumentos relacionados no inciso III durante o período previsto no *caput* do art. 12. (NR)

“Art. 3º.....

*Parágrafo único.* Os recursos que não tenham sido objeto de programação publicada até 31 de outubro de 2021 pelos Municípios serão automaticamente revertidos ao fundo de cultura do respectivo Estado ou ao órgão ou entidade estadual responsável pela gestão desses recursos.” (NR)

“Art. 5º.....

§ 2º O benefício a que se refere o *caput* será prorrogado no mesmo prazo em que for prorrogado o benefício previsto no art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. (NR)

“Art. 8º .....

§1º.....

§2º Serão consideradas como despesas de manutenção do espaço ou das atividades culturais, todas aquelas gerais e habituais, incluindo as vencidas ou vincendas, no período abrangido pelo Decreto nº 6, de 20 de março de 2020, até a data de 31 de dezembro de 2021, relacionadas a serviços recorrentes, a transporte, manutenção, atividades artísticas e culturais, tributos, encargos trabalhistas e sociais, além de outras despesas comprovadas pelos espaços.” (NR)

“Art. 9º Os espaços culturais e artísticos, as empresas culturais e organizações culturais comunitárias, as cooperativas e as instituições beneficiadas com o subsídio previsto no inciso II do *caput* do art. 2º desta Lei ficarão obrigados a garantir como contrapartida, em um prazo de 180 dias a contar do reinício de suas atividades, que vai considerar a análise epidemiológico-sanitária de cada cidade e região, a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos de escolas públicas ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita, inclusive apresentações ao vivo com interação popular via internet, em intervalos regulares, em cooperação e planejamento definido com o ente federativo responsável pela gestão pública de cultura do local.” (NR)

fc2021-02785





SF/21733.85419-22

“Art.11.....

§ 1º Os débitos relacionados às linhas de crédito previstas no inciso I do caput deste artigo deverão ser pagos no prazo de até 36 (trinta e seis) meses, em parcelas mensais reajustadas pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), a partir de 1º de julho de 2022.

.....”(NR)

“Art. 12. Ficam prorrogados automaticamente por 2 (dois) anos os prazos para aplicação dos recursos, para realização de atividades culturais e para a respectiva prestação de contas dos projetos culturais já aprovados pelo órgão ou entidade do Poder Executivo responsável pela área da cultura, nos termos:

.....”(NR)

“Art. 13. Enquanto vigorar a pandemia, a concessão de recursos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dos programas federais de apoio ao audiovisual, bem como as ações estabelecidas pelos demais programas e políticas federais para a cultura, entre os quais a Política Nacional de Cultura Viva, estabelecida nos termos da Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, priorizarão o fomento de atividades culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e de plataformas digitais ou meios de comunicação não presenciais, ou cujos recursos de apoio e fomento possam ser adiantados, mesmo que a realização das atividades culturais somente seja possível após o fim das restrições determinadas pelas autoridades sanitárias.

§ 1º Ficam prorrogados automaticamente por mais 01 (um) ano os prazos para captação e execução de todos os projetos culturais homologados e aprovados, com recursos captados e não captados, pelo órgão ou entidade do Poder Executivo responsável pela área da cultura, nos termos da lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac);

§2º A prestação de contas dos projetos executados no parágrafo anterior se encerrará 180 dias após a sua execução.”  
(NR)

“Art. 14. ....

fc2021-02785



§ 2º Os recursos repassados na forma prevista nesta Lei que não tenham sido objeto de programação publicada pelos Estados ou pelo Distrito Federal até 31 de dezembro de 2021 serão restituídos à União na forma e no prazo previstos no regulamento.

.....” (NR)

“**Art. 14-A.** Os Estados e o Distrito Federal estão autorizados para utilizar até 31 de dezembro de 2021 o saldo remanescente das contas específicas que foram criadas para receber as transferências da União e dos Municípios e gerir os recursos.

*Parágrafo único.* O saldo de que trata este artigo deverá ser utilizado para executar ações emergenciais dentre as previstas nos incisos I e III do artigo 2º.”

“**Art. 14-B.** Os Municípios e o Distrito Federal estão autorizados para utilizar até 31 de dezembro de 2021 o saldo remanescente das contas específicas que foram criadas para receber as transferências da União e gerir os recursos.

*Parágrafo único.* O saldo de que trata este artigo deverá ser utilizado para executar ações emergenciais dentre as previstas nos incisos II e III do artigo 2º.”

“ **Art. 14-C.** Os Estados estão autorizados a transferir aos respectivos Municípios os recursos que receberam oriundos da reversão dos Municípios que não cumpriram o disposto no parágrafo único do artigo 3º e dos Municípios que não realizaram os procedimentos referentes à solicitação da verba dentro dos prazos estabelecidos pela União.

*Parágrafo único.* Os recursos transferidos pelos Estados de que trata este artigo deverão ser utilizados pelos Municípios para executar ações emergenciais dentre as previstas nos incisos II e III do artigo 2º.”

“**Art. 14-D.** Encerrado o exercício de 2021, o saldo remanescente das contas específicas que foram criadas para receber as transferências e gerir os recursos será restituído até 10 de janeiro de 2022 pelos Estados, Distrito Federal e Municípios à Conta Única do Tesouro Nacional por meio da emissão e do pagamento de Guia de Recolhimento da União eletrônica.”

“**Art. 14-E.** As prestações de contas das ações emergenciais de que trata esta Lei deverão ser encerradas:



I - até 30 de junho de 2022, para as competências de responsabilidade exclusiva de cada Estado, Município ou do Distrito Federal;

II - até 31 de dezembro de 2022, no que se refere aos deveres de Estados, de Municípios e do Distrito Federal em relação à União.”

.....

“**Art. 14-F.** Ficam revogados os §§1º e 2º, do art. 3º, além de ser renomeado como §1º o parágrafo único do art. 8º, todos da Lei nº 14.017, de 20 de junho de 2020.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



fc2021-02785





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1275, DE 2021

Destaque para votação em separado da Emenda nº 9-PLEN, apresentada ao PL nº 795/2021.

**AUTORIA:** Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome Liderança do MDB, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da EM 9-PLEN, do PL 795/2021, que “altera a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020 – Lei Aldir Blanc, para estender a prorrogação do auxílio emergencial aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogar o prazo de utilização dos recursos por Estados e Municípios”.

Sala das Sessões, 30 de março de 2021.

**Senador Eduardo Braga**  
**Líder do MDB**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1282, DE 2021

Destaque para votação em separado da Emenda nº12-PLEN, apresentada ao PL nº 795/2021.

**AUTORIA:** Líder do PP Daniella Ribeiro (PP/PB)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Daniella Ribeiro

## REQUERIMENTO Nº DE

Requeiro, em nome Progressistas, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 12 ao PL 795/2021, que “altera a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020 – Lei Aldir Blanc, para estender a prorrogação do auxílio emergencial aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogar o prazo de utilização dos recursos por Estados e Municípios”.

Sala das Sessões, de de .

**Senadora Daniella Ribeiro**  
**Líder do Progressistas**

SF/21486.17921-02 (LexEdit)



# Projeto de Lei nº 5387/2020







## SENADO FEDERAL

### EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 5387, de 2020**, que *"Altera a Lei nº 12.086 de 06 de novembro de 2009."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)	001; 002

**TOTAL DE EMENDAS: 2**



[Página da matéria](#)



**PL 5387/2020**  
**00001**

**EMENDA Nº**  
(ao PL nº 5638, de 2020)

Dê-se ao inciso IV, do § 1º, do art. 2º do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, a seguinte redação:

“Art. 2º. ....

.....

§ 1º .....

IV- prestação de serviços turísticos, conforme o art. 21 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, igualmente os micro e pequenos empreendedores que prestam serviços de alimentação fora do domicílio.

**JUSTIFICAÇÃO**

O referido Projeto de Lei que institui o PERSE, assume compromisso com a retomada do crescimento econômico de um dos setores mais prejudicados pela pandemia mundial, movimentando e preservando a movimentação financeira no mercado brasileiro.

A indicação expressa no texto legislativo dos micros e pequenos empreendedores se faz necessária para assegurar o alcance que o legislador pretendia quando o texto foi aprovado na Câmara dos Deputados.

É o que pretendemos com a emenda que ora apresentamos ao PL 5.638, de 2020.

Sala das Comissões,

Senadora ROSE DE FREITAS



**PL 5387/2020**  
**00002**

**EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PL nº 5387, de 2020)

Inclua-se no Projeto de Lei (PL) nº 5387, de 2020, o seguinte art. 2º, renumerando-se o art. 2º para art. 3º:

“**Art. 2º** Incluem-se entre as atividades de que trata o § 1º do art. 114 da Lei nº 12.086, de 2009, as de combate à Covid-19 enquanto durar a respectiva pandemia.”

**JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo desta emenda é alterar o PL nº 5387, de 2020, para que policiais militares e bombeiros militares do Distrito Federal da reserva remunerada possam ser designados para prestar tarefa por tempo certo ligada ao combate à Covid-19, como, por exemplo, apoio à fiscalização de medidas sanitárias (fiscalização do uso de máscaras nas ruas, dispersão de festas clandestinas e outras aglomerações, fechamento de estabelecimentos abertos irregularmente etc.).

Diante do exposto, contamos com a colaboração das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para a aprovação desta emenda.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1273, DE 2021

Destaque para votação em separado da Emenda nº 1-PLEN, apresentada ao PL n 5387/2020.

**AUTORIA:** Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome Liderança do MDB, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da EM 1-PLEN, do PL 5387/2020, que “altera a Lei nº 12.086 de 06 de novembro de 2009”.

Sala das Sessões, 30 de março de 2021.

**Senador Eduardo Braga**  
**Líder do MDB**



SF/21695.16121-42 (LexEdit)





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO Nº 1274, DE 2021

Destaque para votação em separado da Emenda nº 2-PLN, apresentada ao PL nº 5387/2020.

**AUTORIA:** Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome Liderança do MDB, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da EM 2-PLEN, do PL 5387/2020, que “altera a Lei nº 12.086 de 06 de novembro de 2009”.

Sala das Sessões, 30 de março de 2021.

**Senador Eduardo Braga**  
**Líder do MDB**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1277, DE 2021

Retirada do RQS nº 1273/2021, referente ao PL nº 5387/2020.

**AUTORIA:** Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)







SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a retirada de minha assinatura ao RQS 1273/2021, de autoria do Senador Eduardo Braga, que “requer Destaque da EM 1 - Rose PL 5387”.

Sala das Sessões, 30 de março de 2021.

**Senador Eduardo Braga**  
**Líder do MDB**

  
SF/21298.31383-36 (LexEdit)



# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1279, DE 2021

Retirada da Emenda nº 1-PLEN, apresentada ao PL nº 5387/2020.

**AUTORIA:** Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)



[Página da matéria](#)



  
SF/21434.35238-74 (LexEdit\*)**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, retirada da emenda 0001 de minha autoria ao PL 5387/2020

Sala das Sessões, 30 de março de 2021.

**Senadora Rose de Freitas**  
**(MDB - ES)**



# MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

## EXPEDIENTE

## Comunicações





**SENADO FEDERAL**  
**Bloco Senado Independente**  
**PDT – Cidadania – PSB – Rede**

**BLSENIND - Memo. 040/2021**

Brasília, 30 de março de 2021.

A Sua Excelência o Senhor  
**Senador Rodrigo Pacheco**  
Presidente do Senado Federal

**Assunto: Substituição de membro da CRE**

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em nome do *Bloco Parlamentar Senado Independente*, a indicação do **Senador Fabiano Contarato** para integrar em minha substituição, na condição de membro suplente, a **Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional \_ CRE**.

Respeitosamente,

**Senadora Eliziane Gama**  
**Líder do Bloco Senado Independente**



SF/21551.08870-17





**Congresso Nacional**  
Senado Federal  
Câmara dos Deputados

*A publicação.*  
*Em 30/03/21.*  
*[Assinatura]*

Ao Exmo. Presidente do Congresso Nacional  
Sr. **Senador Rodrigo Pacheco**  
Congresso Nacional  
Presidência

Brasília, 25 de março de 2021.

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 4º e 6º do art. 4º do Regimento Comum do Congresso Nacional, combinado com o art. 13 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subscrevemos a indicação do deputado **Aguinaldo Ribeiro (Progressistas/PB)** para ocupar a liderança da Maioria no Congresso Nacional no segundo biênio (2021-2022) desta 56ª Legislatura. Conforme a regra da alternância, a liderança da Maioria foi ocupada no 1º biênio (2019-2020) pelo Senado Federal.

Respeitosamente,

*[Assinatura]*  
**Senador Renan Calheiros**  
Líder da Maioria no Senado Federal  
MDB/AL

*[Assinatura]*  
**Deputado Aguinaldo Ribeiro**  
Líder da Maioria na Câmara dos Deputados  
Progressistas/PB

*[Assinatura]*  
Presidência do Senado Federal  
**Rivânia Campos - Mat. 300862**  
Recebi o original  
Em 30/03/21 Hs 12.30



# Matéria recebida da Câmara dos Deputados





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 5043, DE 2020

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para aperfeiçoar o Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), por meio do estabelecimento de rol mínimo de doenças a serem rastreadas pelo teste do pezinho; e dá outras providências.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1938739&filename=PL-5043-2020](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1938739&filename=PL-5043-2020)



[Página da matéria](#)





Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para aperfeiçoar o Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), por meio do estabelecimento de rol mínimo de doenças a serem rastreadas pelo teste do pezinho; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º, 2º, 3º e 4º:

“Art. 10. ....

§ 1º Os testes para o rastreamento de doenças no recém-nascido serão disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde, no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), na forma da regulamentação elaborada pelo Ministério da Saúde, com implementação de forma escalonada, de acordo com a seguinte ordem de progressão:

I - etapa 1:

- a) fenilcetonúria e outras hiperfenilalaninemias;
- b) hipotireoidismo congênito;
- c) doença falciforme e outras hemoglobinopatias;
- d) fibrose cística;
- e) hiperplasia adrenal congênita;
- f) deficiência de biotinidase;
- g) toxoplasmose congênita;



II - etapa 2:

- a) galactosemias;
- b) aminoacidopatias;
- c) distúrbios do ciclo da ureia;
- d) distúrbios da betaoxidação dos ácidos

graxos;

III - etapa 3: doenças lisossômicas;

IV - etapa 4: imunodeficiências primárias;

V - etapa 5: atrofia muscular espinhal.

§ 2º A delimitação de doenças a serem rastreadas pelo teste do pezinho, no âmbito do PNTN, será revisada periodicamente, com base em evidências científicas, considerados os benefícios do rastreamento, do diagnóstico e do tratamento precoce, priorizando as doenças com maior prevalência no País, com protocolo de tratamento aprovado e com tratamento incorporado no Sistema Único de Saúde.

§ 3º O rol de doenças constante do § 1º deste artigo poderá ser expandido pelo poder público com base nos critérios estabelecidos no § 2º deste artigo.

§ 4º Durante os atendimentos de pré-natal e de puerpério imediato, os profissionais de saúde devem informar à gestante e aos acompanhantes sobre a importância do teste do pezinho e sobre as eventuais diferenças existentes entre as modalidades oferecidas no Sistema Único de Saúde e na rede privada de saúde.” (NR)



3

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos 365  
(trezentos e sessenta e cinco) dias de sua publicação oficial.  
CÂMARA DOS DEPUTADOS, 24 de março de 2021.

ARTHUR LIRA  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 155/2021/SGM-P

Brasília, 24 de março de 2021.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RODRIGO PACHECO  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 5.043, de 2020, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para aperfeiçoar o Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), por meio do estabelecimento de rol mínimo de doenças a serem rastreadas pelo teste do pezinho; e dá outras providências”.

Atenciosamente,

  
**ARTHUR LIRA**

Presidente da Câmara dos Deputados



Documento : 88901 - 2



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); ECA  
- 8069/90

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8069>

- artigo 10



# Projetos de Lei





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 1115, DE 2021

Revoga a suspensão e os benefícios fiscais previstos na Lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017, estabelecidos em favor das empresas petrolíferas.

**AUTORIA:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora ZENAIDE MAIA PROS | RN

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Revoga a suspensão e os benefícios fiscais previstos na Lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017, estabelecidos em favor das empresas petrolíferas.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei visa a revogar os benefícios fiscais estabelecidos em favor das empresas petrolíferas pela Lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017.

**Art. 2º** Revoguem-se os §§ 2º, 3º e 4º do art. 1º da Lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017, bem como os seus arts. 5º, 6º e 7º.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor após 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017, concedeu destacadas suspensões e benefícios fiscais a empresas do setor de exploração e produção de petróleo e gás natural. Trata-se de um setor econômico de grande pujança, que movimentava vultosos valores, e goza de alta atratividade, não obstante os riscos envolvidos. O valor dessa atividade se dá tanto em virtude da escassez dos recursos econômicos nela envolvidos, como da essencialidade dos respectivos produtos.

Além disso, na atualidade, não há tantas novas descobertas de campos de petróleo no mundo, e como o petróleo tem muito valor econômico, a possibilidade de explorar novos campos com boas perspectivas

Senado Federal – Anexo 1 – 8º andar – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2371/2372 – sen.zenaidemaia@senado.leg.br





de sucesso, como ocorre com os campos do pré-sal no Brasil, é sempre muito atraente, sobretudo considerando-se o rápido desenvolvimento tecnológico evidenciado na sua exploração.

Nessas condições, não haveria motivos, pois, para a concessão de tantos benefícios fiscais, uma vez que a atividade, por si só, (se basta atrair investimentos. Outrossim, o Brasil enfrenta uma grave crise fiscal e o produto da arrecadação desses tributos faz falta para o tão desejado e anunciado equilíbrios das contas públicas. Revogar tais vantagens contribuiria para a solução do problema.

Nesse sentido, este Projeto de Lei propõe a revogação da suspensão da cobrança de tributos e também dos benefícios fiscais previstos na Lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017, estabelecidos em favor das empresas petrolíferas. Dá-se um prazo de 180 dias da aprovação da lei para a sua entrada em vigor.

Nesse contexto, contamos com o apoio dos nobres colegas, Senadores e Senadoras, para aprovarmos essa proposição legislativa.

Sala das Sessões,

Senadora **ZENAIDE MAIA**

**PROS/RN**



SF/21667.20265-94



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 13.586, de 28 de Dezembro de 2017 - LEI-13586-2017-12-28 - 13586/17

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2017;13586>

- parágrafo 2º do artigo 1º

- parágrafo 3º do artigo 1º

- parágrafo 4º do artigo 1º





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 1116, DE 2021

Altera a Lei 7.716, de 05 de janeiro de 1989, para incluir aos crimes capitulados no art. 20, a hipótese de apologia a ideologia ou ação de grupo supremacista branco, ou outro congênere, com causa de aumento de pena quando cometido por servidor público ou com finalidade de atentar contra as instituições democráticas.

**AUTORIA:** Senador Jaques Wagner (PT/BA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jaques Wagner

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Altera a Lei 7.716, de 05 de janeiro de 1989, para incluir aos crimes capitulados no art. 20, a hipótese de apologia a ideologia ou ação de grupo supremacista branco, ou outro congênere, com causa de aumento de pena quando cometido por servidor público ou com finalidade de atentar contra as instituições democráticas.



SF/21547.40403-02

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. O art. 20 Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.20.....  
.....  
.....

§ 2º Se qualquer dos crimes previstos no caput é cometido:

I - por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza;

II – com finalidade de promover ou fazer apologia a ideologia ou ação de grupo supremacista branco, ou outro congênere.

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.

.....  
.....



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Jaques Wagner

§ 5º Na hipótese prevista no § 2º aumenta-se a pena de um terço à metade se o crime previsto for praticado:

I - por agente público, ou;

II – com a finalidade de atentar contra instituição democrática.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

No Brasil, a liberdade de expressão, positivada pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, IV, é direito fundamental da pessoa humana, de primeira dimensão, de suma importância para a redemocratização do país, após obscuros anos de ditadura civil-militar, onde esse direito de expressar pensamentos era cerceado das maneiras mais violentas imagináveis.

O aposto da liberdade de expressão, o discurso ou manifestações de ódio ocorrem quando um indivíduo se utiliza desse direito para inferiorizar e discriminar outrem baseado em suas características, como sexo, etnia, raça, orientação sexual, política, religiosas ou para invocar regimes autoritários e antidemocráticos. A exteriorização de pensamentos contra o próprio regime democrático, atacando instituições, assume uma das formas do discurso de ódio. A apologia, falada ou manifesta, de qualquer modo, a símbolos de regimes totalitários também são inadmissíveis a teor dos princípios de nossa constituição federal.

Manifestações que contradizem nossa legislação constitucional e infraconstitucional com essas características podem ser consideradas crimes de ódio é uma forma de violência direcionada a um determinado grupo social com características específicas, ou seja, o agressor escolhe suas vítimas de acordo com seus preconceitos e, orientado por estes, coloca-se de maneira hostil contra um particular modo de ser e agir típico de um conjunto de pessoas.

O projeto que ora apresentamos aos pares pretende suprir uma lacuna do artigo 20 da Lei 7.716, de 05 de janeiro de 1989, para incluir na prática, indução, incitação a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou

SF/21547.40403-02



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Jaques Wagner

procedência nacional a hipótese de apologia a ideologia ou ação de grupo supremacista branco ou congênere.

Entendemos que é necessário o aperfeiçoamento da legislação para que ações dessa natureza não sigam sendo praticadas impunemente, sem o devido enquadramento.

A hipótese de aumento de pena quando for cometido por servidor público ou com a finalidade de atentar contra instituição democrática decorre do fato de que, sendo agente público, o cidadão tem maior condição de entender o caráter ilegal do seu ato, como já é afirmado pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. E a proteção às instituições é uma forma de proteção aos princípios democráticos e à própria Constituição, nossa lei máxima. Dessa forma, essa é uma garantia de extrema importância para a manutenção da sociedade, haja vista que é por meio dela que a ordem é mantida.

Assim, contamos com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **JAQUES WAGNER**

PT – BA



SF/21547.40403-02



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- Lei nº 7.716, de 5 de Janeiro de 1989 - Lei Caç - 7716/89

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1989;7716>

- artigo 20





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 1122, DE 2021

Altera o art. 268 do Código Penal para criar a qualificadora do crime de infração de medida sanitária preventiva durante a vigência de estado de calamidade pública ou situação de emergência, decretados pela União, Estado ou Município em razão de epidemia.

**AUTORIA:** Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG)



[Página da matéria](#)







SENADO FEDERAL  
PRESIDÊNCIA

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Altera o art. 268 do Código Penal para criar a qualificadora do crime de infração de medida sanitária preventiva durante a vigência de estado de calamidade pública ou situação de emergência, decretados pela União, Estado ou Município em razão de epidemia.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 268 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com o seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único como §1º:

### “Infração de Medida Sanitária Preventiva

**Art. 268.** .....

§ 2º Praticar o crime do *caput* durante a vigência de estado de calamidade pública ou situação de emergência, decretados pela União, Estado ou Município em razão de epidemia.

Pena – reclusão, de 6 (meses) a 3 (três) anos.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Desde o mês de março de 2020, a sociedade civil brasileira enfrenta a pandemia decorrente do novo Coronavírus. A população passou a conviver com diversas restrições ao mesmo tempo em que mudanças de hábitos das mais diversas naturezas foram impostas aos cidadãos indistintamente. No atual

Gabinete do Presidente do Senado Federal  
Praça dos Três Poderes, Edifício Principal, 70160-900





ambiente pandêmico, considera-se que todos são potenciais ameaças ao próximo, por poderem ser portadores do vírus da Covid-19.

Embora as determinações de distanciamento social e uso de equipamentos, como máscaras individuais, tenham sido destinadas a todos os brasileiros, há quem se negue a atendê-las, sem qualquer justa causa a justificar a ação. Ou pior: há quem promova festas, aglomerações e eventos clandestinos ignorando que sua conduta impactará a saúde coletiva.

Não há qualquer exagero nessa afirmação. Quando se diz que há uma taxa de transmissão do vírus na margem de, por exemplo, 1.3%, quer se dizer que 10 pessoas contaminadas irão contaminar outras 13 pessoas, e assim sucessivamente. O resultado da equação é que, quando se desrespeita determinações do Poder Público voltadas ao combate de uma doença contagiosa, a epidemia se torna evento verdadeiramente incontrolável, pois cada vez mais pessoas irão adoecer. E muitas irão morrer.

Diante desse cenário, a Constituição Federal, sob o arcabouço do princípio da proporcionalidade e do garantismo positivo, determina a vedação da proteção penal deficiente. Significa dizer que há um imperativo de tutela de direito fundamental (saúde pública) que exige um aprimoramento na legislação penal, sob pena de incidir em omissão.

O atual art. 268 do Código Penal prevê o crime de infração de medida sanitária preventiva, consistente na conduta *infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa*, com pena de detenção, de *um mês a um ano, e multa*. É um tipo penal de menor potencial ofensivo, submetido ao rito da chamada Lei de Juizados Especiais Penais (Lei nº 9.099, de 1995). Assim, se o autor se comprometer a cumprir as obrigações previstas na Lei, ele será beneficiado pela transação penal, com a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa.

Não estamos convencidos da eficácia dissuasória deste tipo do *caput* do art. 268 quando enfrentamos crises sanitárias muito graves. Ao menos durante estado de calamidade pública ou situação de emergência, decretados em razão de epidemia, entendemos que a lei penal deve incidir de forma mais gravosa conciliando, de forma proporcional e razoável, a gravidade da conduta e suas consequências danosas.





SENADO FEDERAL  
PRESIDÊNCIA

Por isso, a presente proposição pretende criar forma qualificada do art. 268 do Código Penal para prever o crime de infração de medida sanitária preventiva praticada durante a vigência de estado de calamidade pública ou situação de emergência, decretados pela União, Estado ou Município em razão de epidemia, e com pena de reclusão, de 6 (meses) a 3 (três) anos.

Trata-se de um tipo penal de média gravidade e que admite alguns benefícios despenalizadores, como a suspensão condicional do processo. Contudo, ante sua pena máxima de três anos de reclusão, oferece uma resposta estatal mais contundente e de maior coercibilidade para aqueles indivíduos que se negam a reconhecer que a solidariedade é um valor que integra o pacto social do Estado Democrático de Direito.

Pelos motivos acima expostos, pedimos aos nobres Pares a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senador RODRIGO PACHECO

SF/21551.31126-71



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>
  - artigo 268
- Lei nº 9.099, de 26 de Setembro de 1995 - Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais; Lei dos Juizados Especiais - 9099/95  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1995;9099>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 1128, DE 2021

Altera o art. 51 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, que regula a ação popular, para disciplinar a competência jurisdicional nas ações que contemplam o litisconsórcio passivo entre a União e os agentes públicos demandados.

**AUTORIA:** Senador Cid Gomes (PDT/CE)



[Página da matéria](#)



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador CID GOMES

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2021**

Altera o art. 51 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, que regula a ação popular, para disciplinar a competência jurisdicional nas ações que contemplam o litisconsórcio passivo entre a União e os agentes públicos demandados.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º.** O art. 51 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), passa a vigorar acrescido do seguinte §2º, renomeado o presente parágrafo único como § 1º:

“**Art. 51** .....

§ 1º .....

§ 2º Em se tratando de ação popular em que uma pessoa natural ou uma pessoa jurídica de direito privado seja litisconsorte com um ente público, a competência será do foro do domicílio da pessoa natural ou da pessoa jurídica ou, se for o caso, do local onde essa pessoa mantinha vínculos com o ente público.” (NR)

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

Preliminarmente, havemos de considerar que a ação popular é um instrumento constitucional posto à disposição do cidadão para o controle dos atos públicos lesivos ao patrimônio público.



Merece ser ressaltado que a ação popular é uma modalidade de ação coletiva, que se encontra dentre os direitos e garantias fundamentais, como um dos direitos políticos do cidadão, nos termos do art. 5º, inciso LXXIII, da Constituição Federal.

A ação popular é uma proteção constitucional conferida ao cidadão; entretanto, não pode se sobrepor aos direitos fundamentais do réu, garantidos constitucionalmente, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal. Dentre os meios e recursos inerentes à ampla defesa, pode-se afirmar que se encontra o direito de acompanhar o desenvolvimento do processo, a colheita de provas, a competência legal do órgão jurisdicional e a identidade física do juiz.

A competência de foro ou de lugar para o julgamento das ações populares em que exista o litisconsórcio passivo entre a União e o agente público, apontado como responsável pelo ato impugnado, ainda não encontrou um entendimento jurisprudencial pacífico, sendo tormentosa a questão e injusto o resultado.

Considerando que foro é a jurisdição territorial definida pela Constituição Federal ou por leis ordinárias, onde o juízo exerce suas atividades jurisdicionais, o entendimento jurisprudencial atualmente dominante aceita, como regra geral, a competência do estabelecida para a União, em detrimento do direito do agente público de responder à ação popular conforme a Constituição lhe garante com observância do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

A Lei da Ação Popular, em seu art. 5º, limita-se a determinar a competência do juízo segundo a organização judiciária de cada Estado e conforme a ofensa do ato impugnado, se lesivo ao patrimônio da União, Estados ou Municípios.

Verificando-se os termos do art. 11 da Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965, encontramos declaração clara de que a sentença que julgar procedente a ação popular deverá decretar a invalidade do ato impugnado e deverá condenar ao pagamento de perdas e danos os responsáveis pela sua prática, bem como seus os beneficiários.

Assim é que, em razão das disposições legais vigentes, a ação popular se presta a obter dos agentes públicos responsáveis a reparação civil pelos danos causados ao patrimônio público, sem que lhe tenha sido



SF/21205.81216-60



possibilitado o exercício da ampla defesa e do devido processo legal para a condenação.

Ressalte-se que, não raras vezes, a ação popular movida contra a União é diretamente endereçada aos agentes públicos, impondo aos agentes o ônus processual de se defenderem em localidades distantes do território onde ocorreram os atos lesivos questionados ou distantes de seu domicílio.

Atualmente, se o autor propuser uma ação popular contra um ente público, a competência territorial poderá ser o foro do domicílio do autor, do local do fato, do lugar da coisa ou do Distrito Federal, conforme § 2º do art. 108 da Constituição Federal e parágrafo único do art. 51 do Código de Processo Civil.

Ressalte-se que o dispositivo constitucional acima transcrito se refere apenas à União, não podendo ser estendido às pessoas físicas, ou seja, aos agentes públicos responsabilizados e que integram a ação popular como litisconsortes da União, uma vez que são detentores de garantias constitucionais, que não podem ser afastadas dos processos a que respondem.

A fixação da competência do foro onde foi praticado o ato que deu origem à demanda possibilita aos agentes públicos acompanhar o desenvolvimento do processo, a colheitas de provas, bem como exercer as suas defesas, conforme lhes garante a Carta Constitucional.

Conclamamos nossos ilustre pares a votarem favoravelmente o presente projeto de lei, para que sejam definitivamente equacionadas as questões tão delicadas dos agentes públicos, que não podem exercer as suas garantias constitucionais para se defenderem, nos processos de ação popular, em que os agentes públicos figuram-se como litisconsortes da União.

Sala das Sessões,

Senador CID GOMES



SF/21205.81216-60





## LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso LV do artigo 5º

- inciso LXXIII do artigo 5º

- parágrafo 2º do artigo 108

- Lei nº 4.717, de 29 de Junho de 1965 - Lei da Ação Popular - 4717/65

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1965;4717>

- artigo 11

- Lei nº 13.105, de 16 de Março de 2015 - Código de Processo Civil (2015) - 13105/15

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2015;13105>

- artigo 51





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 1129, DE 2021

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para ampliar o acesso de pessoas com transtorno do espectro autista ao Benefício de Prestação Continuada.

**AUTORIA:** Senador Cid Gomes (PDT/CE)



[Página da matéria](#)



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador CID GOMES

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2021**

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para ampliar o acesso de pessoas com transtorno do espectro autista ao Benefício de Prestação Continuada.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 20.** .....

§ 3º Para efeito da percepção do benefício de prestação continuada, considera-se:

I – incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a um quarto do salário mínimo;

.....

III - incapaz de prover a manutenção da pessoa com transtorno do espectro autista a família cuja renda mensal seja inferior a três salários mínimos.

.....

§ 16. Não será computado no cálculo da renda de que trata o inciso II do § 3º deste artigo o rendimento do trabalho assalariado auferido por pais, mães ou responsáveis legais de pessoa com transtorno do espectro autista. (NR)”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.



## JUSTIFICAÇÃO

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto no art. 20 da Lei Orgânica da Assistência Social, é um programa de transferência de renda, equivalente a um salário mínimo, destinado à proteção de idosos e da pessoa com deficiência com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

A criação do BPC atendeu a demandas de movimentos da sociedade, especialmente daqueles ligados às pessoas com deficiência durante o período da Constituinte, na década de 1980, e se tornou pedra basilar da construção da assistência social como direito da cidadania. Assim, a Constituição reconheceu, em seus arts. 203 e 204, que idosos e pessoas com deficiência acumulam, com as vicissitudes de sua condição, a necessidade de cuidados especiais devidos pelo Estado, pela família e pela sociedade para que possam alcançar o usufruto dos mínimos sociais.

Durante o percurso dessa legislação, muitos aprimoramentos foram realizados pelo Poder Público, de modo que o benefício pudesse atender aos seus objetivos constitucionais, que é o de garantir a essas pessoas o atendimento de suas necessidades básicas.

Nesse sentido, consideramos imprescindível introduzir mais um aprimoramento nessa legislação. Trata-se de atender, com a atenção devida, a famílias que têm sob seus cuidados pessoa com transtorno do espectro autista. Essa condição exige de pais, mães e responsáveis cuidados avolumados os quais, muitas vezes, requerem o uso de equipamentos e a frequência a terapias especiais, acarretando custos extras para essas famílias.

Ocorre, entretanto, que o limite de renda exíguo previsto hoje em lei acaba por excluir pessoas pobres, que precisam trabalhar para garantir sua sobrevivência, da percepção do benefício assistencial. A atual legislação, com esse limite inferiorizado, coloca essas famílias na difícil condição de precisar escolher entre receber o benefício ou fazer trabalho remunerado.

Para resolver essa questão, apresentamos proposta para que o limite de renda das famílias responsáveis por pessoas com transtorno do espectro autista seja de três salários mínimos ao todo, em vez dos atuais 1/4 de salário mínimo per capita. Dessa maneira, usamos o parâmetro de inscrição no Cadastro Único (CadÚnico) dos programas sociais do governo



SF/21904.85968-80



federal para estabelecer esse limite, tornando a medida coerente com o conjunto das iniciativas do Poder Público dirigidas aos mais necessitados.

Outrossim, também incluímos na lei a previsão de que o rendimento assalariado de pais, mães e responsáveis direto pela pessoa com transtorno do espectro autista seja excluído do cálculo de renda familiar, de maneira a permitir que continuem suas atividades laborais, sem o risco de perder o benefício.

Ante o exposto, pedimos o apoio à aprovação da matéria.

Sala das Sessões,

Senador CID GOMES



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social; LOAS - 8742/93

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1993;8742>

- artigo 20





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 1133, DE 2021

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de junho de 2001, para prorrogar o período de suspensão de pagamento das obrigações relativas ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

**AUTORIA:** Senador Jayme Campos (DEM/MT)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador JAYME CAMPOS

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de junho de 2001, para prorrogar o período de suspensão de pagamento das obrigações relativas ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 10.260, de 12 de junho de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 20-I:

“**Art. 20-I.** Fica prorrogado por 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de 1º de janeiro de 2021, o prazo das suspensões de pagamento a que se referem o § 6º do art. 5º-A, o § 19 do art. 5º-C e o § 4º do art. 15-D.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 14.024 de 9 de julho de 2020, suspendeu temporariamente as obrigações financeiras dos estudantes beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) durante o período de vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Com o fim da vigência desse decreto, em 31 de dezembro de 2020, a suspensão dessas obrigações deixou de ter validade.

Ocorre que a pandemia de covid-19, que gerou o estado de calamidade pública, ainda está presente e seus efeitos econômicos e sociais se agravaram. A necessidade de retomada de medidas mais duras de





distanciamento social afeta uma economia já combalida por meses de recessão, aumento do desemprego e redução de renda.

Dessa forma, persiste a natureza dos fatores que levaram o Legislador a aprovar a suspensão temporária do pagamento das obrigações relativas ao Fies, como as amortizações, os juros e as multas.

O presente projeto, por conseguinte, altera a Lei nº 10.260, de 12 de junho de 2001, que rege o Fies, para prorrogar por 180 dias a suspensão desses pagamentos, de modo a permitir que os estudantes readquiram a capacidade de honrá-los. Cabe ressaltar que essa prorrogação atinge também as três modalidades de contratos previstas na legislação.

A educação formal constitui um dos mais preciosos meios de proporcionar a realização das aspirações pessoais, inclusive mediante a qualificação para o trabalho, com reconhecidos efeitos no desenvolvimento de um país. Assim, a proteção ao direito à educação nesse período de crise representa uma das medidas mais relevantes para a retomada da normalidade de nossas vidas e de nossa nação. Por isso, torna-se medida imprescindível o diferimento temporário do pagamento das obrigações do Fies.

Em vista dos argumentos expostos, solicito apoio para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões,

Senador JAYME CAMPOS



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 10.260, de 12 de Julho de 2001 - Lei do Financiamento Estudantil; Lei do Fies (2001) - 10260/01  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2001;10260>
- Lei nº 14.024 de 09/07/2020 - LEI-14024-2020-07-09 - 14024/20  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2020;14024>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 1136, DE 2021

Altera as Leis nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, e nº 14.124, de 10 de março de 2021, para prever a obrigatoriedade de vacinação diária, inclusive aos finais de semana e feriados, como medida excepcional para controle de epidemias e em estado de calamidade pública.

**AUTORIA:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)



[Página da matéria](#)



**PROJETO DE LEI Nº DE 2021**

Altera as Leis nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, e nº 14.124, de 10 de março de 2021, para prever a obrigatoriedade de vacinação diária, inclusive aos finais de semana e feriados, como medida excepcional para controle de epidemias e em estado de calamidade pública.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 6º-A:

“**Art. 6º-A.** Para o controle de epidemias e na ocorrência de casos de agravo à saúde decorrentes de calamidades públicas, a vacinação ocorrerá diariamente, inclusive aos finais de semana e feriados, até que se atinjam as metas definidas pelos respectivos planos de ação para cada grupo, em cada fase de vacinação.

*Parágrafo único.* Na situação prevista no caput, a vacinação somente poderá ser interrompida nas hipóteses de falta de estoque do imunizante e nos casos em que for necessária a reserva de doses para aplicação subsequente nos grupos em que foram ministradas doses anteriormente.”

**Art. 2º** O art. 13 da Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 4º e 5º:

“**Art. 13.** .....

§ 4º A aplicação das vacinas de que trata o caput ocorrerá diariamente, inclusive aos finais de semana e feriados, até que se atinjam as metas definidas pelos respectivos planos de ação para cada grupo, em cada fase de vacinação.

§ 5º A aplicação das vacinas de que trata o caput somente poderá ser interrompida nas hipóteses de falta de estoque do imunizante e nos casos em que for necessária a reserva de doses para aplicação subsequente nos grupos em que já foram ministradas doses anteriormente.” (NR)



**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19<sup>1</sup> prevê que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem dispor de “microprogramação” ou, em outras palavras, de plano de ação, com base nas diretrizes do Plano Nacional, para organizar e programar a vacinação, bem como para mapear a população-alvo e alcançar a meta de vacinação definida para os grupos prioritários.

O Plano Nacional destaca ainda a necessidade de “organização da unidade primária em saúde em diferentes frentes de vacinação, para evitar aglomerações” e de se pensar “na disposição e circulação destas pessoas nas unidades de saúde e/ou postos externos de vacinação”.

No entanto, temos acompanhado pelo noticiário a frequente aglomeração de pessoas nos mais diversos pontos de vacinação espalhados pelo país, além das morosas e extensas filas e, em alguns casos, pessoas que pernoitam na fila para garantir atendimento. A população mais idosa, que está entre os grupos prioritários, aguarda, muitas vezes, por horas dentro de veículos para receber a vacinação nos chamados *drives-thru*.

Apesar das recomendações constantes no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 e do registro de filas e aglomerações em todo o país, temos observado que, em muitos lugares, a vacinação nem sempre tem ocorrido aos finais de semana e feriados como medida ágil para reduzir esses problemas. Vale frisar que essa medida já é adotada em campanhas periódicas de imunização: citamos como exemplo a recente campanha de vacinação contra o Sarampo, que ocorreu inclusive aos finais de semana.

Ademais, em alguns locais, além de a vacinação só acontecer durante a semana, não há horários estendidos de atendimento, sendo adotado o horário convencional, que geralmente encerra até às 18 horas, o que

<sup>1</sup>BRASIL. Ministério da Saúde. “Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19”, pp. 32-33. Brasília, dez. 2020.

Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/Coronavirus/vacinas/plano-nacional-de-operacionalizacao-da-vacina-contr-a-covid-19>. Acesso em: 27/03/2021.



SF/21856.83508-63



dificulta ainda mais o atendimento para quem trabalha e/ou precisa de acompanhamento para ir até o ponto de vacinação.

Considerando essa realidade e o entendimento do Supremo Tribunal Federal (ADPF 672) de que há tanto competência comum entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios para legislar em relação à saúde e assistência pública (art. 23, II e IX, da Constituição) quanto competência concorrente (art. 24, XII, da Constituição) para legislar sobre proteção e defesa da saúde, devemos, como legisladores, propor diretrizes para mitigar essas dificuldades que a população e os entes federados têm enfrentado.

Já temos norma federal que estabelece algumas diretrizes, a saber, a Lei nº 6.259/1975, que “dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças”. Essa Lei já prevê, em seu art. 3º, a vacinação de forma sistemática e gratuita e, em seu art. 1º, parágrafo único, a necessidade de utilização de todos os recursos médicos e hospitalares necessários no controle de epidemias e na ocorrência de casos de agravo à saúde decorrentes de calamidades públicas.

Com o projeto em tela, estamos acrescentando, na Lei do Programa Nacional de Imunizações (Lei nº 6.259/1975), a obrigatoriedade de aplicação de vacinas diariamente, inclusive aos finais de semana e feriados, para o controle de epidemias e na ocorrência de casos de agravo à saúde decorrentes de calamidades públicas. Essa medida será adotada até que o respectivo ente atinja as metas de vacinação previstas em seu respectivo plano de ação.

É preciso, no entanto, prever a necessidade de interrupção da vacinação apenas nos casos em que for constatada a falta de estoque de imunizantes ou a necessidade de reserva de doses para aplicação subsequente nos grupos em que já foram ministradas doses anteriormente.

Considerando também que temos uma pandemia em curso e que a Lei nº 14.124/2021 traz disposições específicas sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, também incluímos a obrigatoriedade de vacinação aos fins de semana e feriados para garantir que essas medidas sejam adotadas no combate à Covid-19, sem qualquer hipótese de lacuna legal.



SF/21856.83508-63



4

Acreditamos que a oferta de vacinação aos fins de semana e feriados é medida que não só diminuirá as aglomerações e filas, como também reduzirá o tempo de espera nos pontos de vacinação.

Pelo exposto, solicitamos o apoio das Senhoras e dos Senhores Senadores para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador **CHICO RODRIGUES**



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Lei nº 6.259, de 30 de Outubro de 1975 - Lei de Vigilância Epidemiológica - 6259/75  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1975;6259>
- Lei nº 14.124 de 10/03/2021 - LEI-14124-2021-03-10 - 14124/21  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2021;14124>
  - artigo 13







# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 1140, DE 2021

Acrescenta o art. 267-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para punir a conduta do profissional de saúde que deixa de aplicar vacina ou simula sua aplicação em pessoa que se submete à imunização.

**AUTORIA:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI)



[Página da matéria](#)



## PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Acrescenta o art. 267-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para punir a conduta do profissional de saúde que deixa de aplicar vacina ou simula sua aplicação em pessoa que se submete à imunização.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, passa a vigor acrescido do seguinte art. 267-A:

“**Art. 267-A.** Deixar o profissional de saúde de aplicar vacina ou simular sua aplicação em pessoa que se submete à imunização:

Pena - detenção, de um a dois anos, e multa.

§ 1º Se a conduta for praticada em situação de emergência em saúde pública de importância nacional:

Pena - reclusão, de três a seis anos, e multa.

§ 2º É inafiançável o crime praticado nas circunstâncias do § 1º deste artigo.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A conduta do profissional de saúde que deliberadamente deixa de aplicar vacina em quem se submete à imunização, ou que simplesmente simula a aplicação, tem indiscutível relevância penal, principalmente quando praticada em tempos de pandemia.

Diante disso, apresentamos este projeto de lei, que comina pena de detenção de um a dois anos, além de multa, a quem pratica a conduta. Se o crime for praticado em situação de emergência em saúde pública de importância nacional, a pena será de reclusão, de três a seis anos, além de multa; será também, nesse caso, inafiançável.



Acreditamos que a aprovação deste projeto contribuirá para a prevenção dessa nefasta conduta, razão pela qual pedimos aos ilustres parlamentares que votem pela sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador CIRO NOGUEIRA



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 1143, DE 2021

Altera a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, para criar mecanismo de redução de tarifas de energia elétrica para o consumidor.

**AUTORIA:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)



[Página da matéria](#)



**PROJETO DE LEI Nº , DE 2021**

Altera a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, para criar mecanismo de redução de tarifas de energia elétrica para o consumidor.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 5º-A:

“**Art. 5º-A.** Fica a União autorizada a criar e manter a Conta de Redução Social Temporária de Tarifa (CRSTT).

§ 1º A CRSTT tem como finalidade promover, por um prazo de 5 anos da data da vigência desta Lei, a redução das tarifas pagas pelos consumidores do serviço público de distribuição de energia elétrica.

§ 2º A redução tarifária:

I – será promovida entre as tarifas de cada modalidade tarifária antes da incidência de tributos; e

II – alcançará as tarifas de energia e do uso do sistema de distribuição de energia elétrica.

§ 3º Os subsídios, descontos e outros benefícios tarifários em vigor devem ser calculados a partir da tarifa reduzida por este dispositivo.

§ 4º Os recursos da CRSTT serão provenientes de tributos recolhidos indevidamente pelas empresas distribuidoras de energia elétrica, que serão reembolsados e repassados aos consumidores sob a forma de descontos nas tarifas, nos termos do RE n. 574.706 (Tema 69), julgado com repercussão geral, pelo Supremo Tribunal Federal.

§ 5º O Poder Executivo regulamentará os valores associados aos recursos de que trata o § 4º deste artigo.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.



SF/21535.04671-97

## JUSTIFICAÇÃO

As tarifas de energia elétrica praticadas pelas distribuidoras de energia elétrica no Brasil são alvo de muitas reclamações por parte dos consumidores, sobretudo em alguns estados da Federação.

Segundo a ANEEL, essas tarifas são formadas por componentes como custos de geração, transmissão e distribuição (nesses três itens já inclusos os lucros de empresas geradoras, transmissoras e distribuidoras), além de PIS/COFINS, ICMS e subsídios diversos. A partir do entendimento das composições das tarifas de energia elétrica e, ainda, considerando-se os movimentos de desestatização do setor elétrico, pode-se notar que a margem de manobra do Governo Federal para agir sobre as tarifas de energia elétrica é estreita.

Todavia, considerando-se o estado de crise provocada pela Covid-19 e os efeitos futuros dela advindos, medidas de apoio pelo Governo às famílias se fazem cada vez mais necessárias, sobretudo em serviços essenciais como o de acesso à energia elétrica, não obstante outras políticas já tenham sido adotadas para tal fim. Num momento de redução da produção e de seus efeitos perversos para a geração de emprego e renda, em que falta dinheiro até para as pessoas se alimentarem, uma redução das tarifas de energia elétrica pode ajudar sobremaneira.

Visando ajudar as pessoas a terem uma vida minimamente digna, propõe-se um programa de redução de tarifas às custas de dinheiro que será reembolsado aos consumidores de energia elétrica, que vigorará por cinco anos, com recursos decorrentes dos efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal proferida em 15 de março de 2017, no julgamento do RE nº 574.706-PR, sob o rito da Repercussão Geral. Nessa decisão, reconheceu-se o entendimento de que o ICMS cobrado às distribuidoras de energia elétrica (e que são repassados aos consumidores) não deve compor a base de cálculo do PIS/COFINS. Algumas distribuidoras, inclusive, já fizeram acordos parciais de ressarcimento desses valores com o Estado e a Aneel vem discutindo formas de ressarcir os consumidores por esse motivo, o que pode ser feito contabilmente, sem necessidade de movimentação financeira.

A redução das tarifas de energia elétrica configura-se, pois, como um mecanismo solidário para reduzir os impactos desses serviços sobre pessoas e empresas, em momento de sofrimento para toda a sociedade.



Por isso, contamos com o apoio dos nobres colegas, Senadores e Senadoras, para aprovarmos essa proposição legislativa.

Sala das Sessões,

Senador MECIAS DE JESUS





# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 10.848, de 15 de Março de 2004 - Lei de Comercialização de Energia Elétrica  
- 10848/04

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2004;10848>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 1145, DE 2021

Veda homenagens e comemorações alusivas aos agentes públicos responsáveis por violações de direitos humanos, bem como veda a utilização de bens públicos para a exaltação ao golpe militar de 1964 e dá outras providências.

**AUTORIA:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2021**

Veda homenagens e comemorações alusivas aos agentes públicos responsáveis por violações de direitos humanos, bem como veda a utilização de bens públicos para a exaltação ao golpe militar de 1964 e dá outras providências.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei veda a utilização de bens ou recursos públicos e a realização de homenagens aos agentes responsáveis por violações de direitos humanos ocorridas na Ditadura Militar.

**Art. 2º** Fica vedado:

I - o uso de bens ou recursos públicos de qualquer natureza em eventos em comemoração ou exaltação ao golpe militar de 31 de março de 1964, à ditadura militar ou aos cidadãos mencionados como responsáveis por violações de direitos humanos no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, instituída pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011;

II - a atribuição e a manutenção da atribuição do nome de praticantes de atos que constituam violações de direitos humanos e de agentes públicos responsáveis por violações de direitos humanos a prédios, rodovias e repartições públicas, e bens de qualquer natureza pertencentes ou que sejam geridos pela União ou por pessoas jurídicas integrantes da Administração Federal Direta ou Indireta.

SENADO FEDERAL – Gabinete do Senador Fabiano Contarato | Ala Senador Afonso Arinos, Gabinete 6 | CEP 70165-900 | Brasília DF

Telefone: +55 (61) 3303-9049 | E-mail: sen.fabianocontarato@senado.leg.br





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

**§1º.** A violação ao disposto neste artigo constitui ato de improbidade administrativa, punível na forma da Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992.

**§2º.** Deverão ser substituídos, no prazo de seis meses, os nomes de prédios, rodovias e repartições públicas, e bens de qualquer natureza pertencentes ou que sejam geridos pela União ou por pessoas jurídicas integrantes da Administração Federal Direta ou Indireta que façam referência a indivíduos que praticaram violações de direitos humanos durante a Ditadura Militar.

**Art. 3º** A Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

“.....

Art. 4-A: É vedada a instituição de datas comemorativas alusivas a pessoas ou fatos relacionados ao golpe militar de 31 de março de 1964, à ditadura militar ou aos cidadãos mencionados como responsáveis por violações de direitos humanos no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, instituída pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.

.....” (NR)

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A ditadura militar no Brasil (1964-1985) representou um período de exceção e horror, que culminou na morte e desaparecimento de milhares de cidadãos brasileiros opositores ao regime.

Vale lembrar que o regime ditatorial foi marcado por atentados aos instrumentos democráticos e representação popular, inclusive a cassação

SENADO FEDERAL – Gabinete do Senador Fabiano Contarato | Ala Senador Afonso Arinos, Gabinete 6 | CEP 70165-900 | Brasília DF

Telefone: +55 (61) 3303-9049 | E-mail: sen.fabianocontarato@senado.leg.br



SF/21399.17924-84





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

de ministros do Supremo Tribunal Federal e o fechamento do Congresso Nacional em 1968, por meio do Ato Institucional nº 5. Além disso, o AI-5 suspendeu a garantia do habeas corpus, fundamental para a preservação da vida e da liberdade de opositores políticos ao regime de exceção.

A Justiça Federal já suspendeu, em 2019, comemorações dessa natureza justamente por violarem as disposições constitucionais<sup>1</sup> concernentes à imutabilidade do regime democrático e da preservação de direitos e garantias individuais. No âmbito daquela ação, o Juízo da 6ª Vara Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal bem lembrou que o Brasil já foi condenado internacionalmente por violações aos direitos humanos decorrentes do período de regime militar (caso Gomes Lund e outros vs. Brasil), de modo que comemorar tais atos constitui, ainda, afronta à jurisdição internacional a que o Brasil está submetido.

Nesse contexto, beira a insanidade cogitar comemorações ao aludido regime, ainda mais com prejuízo aos cofres públicos. Não há lugar, no regime democrático, para a exaltação à morte e a violações aos direitos humanos. Assim, a presente proposição pretende preservar a memória daqueles que sofreram durante a ditadura militar, bem como assegurar que o regime seja retratado historicamente conforme a verdade, para que a tirania nunca mais se repita.

Não se ignora, ainda, que a Lei de Improbidade Administrativa vigente já disponha sobre atos contrários à moralidade administrativa e que importem em prejuízo ao erário. No entanto, previsão expressa nesse sentido orientará, sem espaço para interpretações diversas, os agentes de investigação e fiscalização para a propositura das respectivas ações.

Em face da relevância da matéria, solicitamos o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para a aprovação deste Projeto de Lei que ora apresentamos a esta Casa.

<sup>1</sup> Cf. Ação Civil Pública n. 1007756-96.2019.4.01.3400.



SF/21399.17924-84





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

Sala das Sessões,

Senador FABIANO CONTARATO



SENADO FEDERAL – Gabinete do Senador Fabiano Contarato | Ala Senador Afonso Arinos, Gabinete 6 | CEP 70165-900 | Brasília DF

Telefone: +55 (61) 3303-9049 | E-mail: sen.fabianocontarato@senado.leg.br



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.429, de 2 de Junho de 1992 - Lei da Improbidade Administrativa; Lei do Enriquecimento Ilícito (1992); Lei do Colarinho Branco (1992) - 8429/92  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1992;8429>
- Lei nº 12.345, de 9 de Dezembro de 2010 - LEI-12345-2010-12-09 - 12345/10  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2010;12345>
- Lei nº 12.528, de 18 de Novembro de 2011 - LEI-12528-2011-11-18 , LEI DA COMISSÃO DA VERDADE - 12528/11  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2011;12528>



# Projeto de Lei Complementar







# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 46, DE 2021

Institui o Programa de Renegociação em Longo Prazo de débitos para com a Fazenda Nacional ou devidos no âmbito do Simples Nacional (RELP) e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinada a custear linhas de crédito às microempresas e empresas de pequeno porte (Cide-Crédito-MPE).

**AUTORIA:** Senador Jorginho Mello (PL/SC)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
*Gabinete do Senador Jorginho Mello*

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2021

Institui o Programa de Renegociação em Longo Prazo de débitos para com a Fazenda Nacional ou devidos no âmbito do Simples Nacional (RELP) e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinada a custear linhas de crédito às microempresas e empresas de pequeno porte (Cide-Crédito-MPE).

SF/21788-40309-34

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Fica instituído o Programa de Renegociação em Longo Prazo de Débitos para com a Fazenda Nacional ou Devidos no Âmbito do Simples Nacional (RELP), cuja implementação obedecerá ao disposto nesta Lei Complementar.

§ 1º Poderão aderir ao Relp pessoas jurídicas, de direito público ou privado, inclusive as que se encontrarem em recuperação judicial e aquelas submetidas ao regime especial de tributação a que se refere a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004.

§ 2º O Relp abrange os débitos de natureza tributária e não tributária, exceto as contribuições sociais previstas na alínea “a” do inciso I e no inciso II do *caput* do art. 195 da Constituição Federal ou substitutivas, vencidos até 31 de maio de 2021, inclusive objeto de transação celebrada nos termos da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, e da Lei Complementar nº 174, de 5 de agosto de 2020, ou de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, ou ainda provenientes de lançamentos de ofício referentes a fatos geradores ocorridos até 30 de abril de 2021.



§ 3º A adesão ao Relp ocorrerá mediante requerimento a ser apresentado ao órgão responsável pela administração da dívida até 31 de dezembro de 2021, e abrangerá os débitos indicados pelo sujeito passivo, na condição de contribuinte ou responsável.

§ 4º O disposto no § 3º deste artigo aplica-se, também, à migração de saldos de outros parcelamentos ativos para o Relp.

§ 5º A adesão ao Relp implica:

I – a confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo, na condição de contribuinte ou responsável, e por ele indicados, para compor o Relp, nos termos dos arts. 389 e 395 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), e condiciona o sujeito passivo à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar;

II – o dever de pagar regularmente as parcelas dos débitos consolidados no Relp e os débitos correntes que venham a vencer a partir 1º de junho de 2021, inscritos ou não em dívida ativa;

III – a vedação da inclusão dos débitos indicados no Relp em qualquer outra forma de parcelamento posterior, inclusive transação, ressalvado o reparcelamento de que trata o art. 14-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, ou eventual reparcelamento regulamentado pelo Comitê Gestor do Simples Nacional;

IV – o cumprimento regular das obrigações com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

V – a ciência da incidência da contribuição de que tratam os arts. 9º e seguintes desta Lei Complementar.

§ 6º Fica resguardado o direito do contribuinte à quitação, nas mesmas condições de sua adesão original, dos débitos apontados para o parcelamento, em caso de atraso na consolidação dos débitos indicados pelo contribuinte ou não disponibilização de débitos no sistema para inclusão no programa.



**Art. 2º** O sujeito passivo que aderir ao Relp poderá parcelar os débitos de que trata o art. 1º desta Lei Complementar em até 480 (quatrocentos e oitenta) prestações mensais e sucessivas, com redução de 25% (vinte e cinco por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas; de 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora; e de 100% (cem por cento) dos encargos legais, inclusive honorários advocatícios.

§ 1º Cada prestação será calculada com base no valor correspondente a 1% (um por cento) da receita bruta da pessoa jurídica, referente ao mês imediatamente anterior ao do pagamento, apurada na forma do art. 12 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e não poderá ser inferior a um quatrocentos e oitenta avos do total da dívida consolidada.

§ 2º O vencimento da primeira prestação ocorrerá no mês de abril de 2022 ou mês posterior.

§ 3º O sujeito passivo optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), inclusive Microempreendedor Individual (MEI), terá redução adicional de 10 (dez) pontos percentuais nos juros e nas multas referidos no *caput* deste artigo.

§ 4º A redução de que trata o § 2º deste artigo também alcançará as pessoas jurídicas em processo de recuperação judicial, liquidação judicial, liquidação extrajudicial ou falência e as instituições de ensino, Santas Casas de Misericórdia, sociedades cooperativas e demais organizações da sociedade civil de que trata a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, vedada a acumulação de reduções.

**Art. 3º** O valor mínimo de cada prestação mensal do parcelamento previsto no art. 2º desta Lei Complementar será de R\$ 500,00 (quinhentos reais), salvo nos seguintes casos:

I – para os contribuintes a que se refere o § 3º do art. 2º desta Lei Complementar será de R\$ 100,00 (cem reais), exceto para o MEI, cujo valor será de R\$ 30,00 (trinta reais);

II – para as pessoas jurídicas a que se refere o § 4º do art. 2º desta Lei Complementar será de R\$ 200,00 (duzentos reais).



SF/21788-40309-34



**Art. 4º** Para incluir no Relp débitos que se encontrem em discussão administrativa ou judicial, o sujeito passivo deverá desistir previamente das impugnações ou dos recursos administrativos e das ações judiciais que tenham por objeto os débitos que serão quitados, bem como renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem as referidas impugnações e recursos ou ações judiciais, e protocolar, no caso de ações judiciais, requerimento de extinção do processo com resolução do mérito, nos termos da alínea “c” do inciso III do *caput* do art. 487 da Lei nº 13.105, de 2015 (Código de Processo Civil).

§ 1º Será admitida desistência parcial de impugnação e de recurso administrativo interposto ou de ação judicial proposta, desde que o débito objeto de desistência seja passível de distinção dos demais em discussão no processo administrativo ou na ação judicial.

§ 2º A comprovação do pedido de desistência e da renúncia de ações judiciais deverá ser apresentada no órgão que administra o débito até 31 de março de 2022.

§ 3º A desistência e a renúncia de que trata o *caput* para a adesão ao Relp exime o autor da ação do pagamento de honorários, não se aplicando o disposto art. 90 da Lei nº 13.105, de 2015 (Código de Processo Civil).

**Art. 5º** A dívida objeto do parcelamento será consolidada na data do requerimento de adesão ao Relp e será dividida pelo número de prestações indicadas.

§ 1º Enquanto a dívida não for consolidada, o sujeito passivo deverá recolher o valor equivalente ao montante dos débitos objeto do parcelamento dividido pelo número de prestações indicado, observado o disposto no art. 3º desta Lei Complementar.

§ 2º O deferimento da adesão ao Relp ocorrerá automaticamente, com a apresentação do pedido, sob condição resolutória de ulterior comprovação do pagamento da primeira prestação, nos termos do art. 2º desta Lei Complementar.

§ 3º O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos federais, acumulada mensalmente,



SF/21788-40309-34



calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento for efetuado.

**Art. 6º** Obedecido o devido processo, implicará exclusão do devedor do Relp e a exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago:

I – a falta de pagamento de três parcelas consecutivas ou de seis alternadas;

II – a falta de pagamento de uma parcela, se todas as demais estiverem pagas;

III – a constatação, pelo órgão que administra o débito, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial do sujeito passivo como forma de fraudar o cumprimento do parcelamento;

IV – a decretação de falência ou a extinção, pela liquidação, da pessoa jurídica aderente;

V – a concessão de medida cautelar fiscal, em desfavor da aderente, nos termos da Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992; ou

VI – a declaração de inaptidão da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), nos termos dos arts. 80 e 81 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

VII – a inobservância do disposto nos incisos II e IV do § 5º do art. 1º desta Lei Complementar por três meses consecutivos ou seis meses alternados.

**Art. 7º** A opção pelo Relp implica manutenção automática dos gravames decorrentes de arrolamento de bens, de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas administrativamente, nas ações de execução fiscal ou qualquer outra ação judicial, salvo no caso de imóvel penhorado ou oferecido em garantia de execução, na qual o sujeito passivo poderá requerer a alienação por iniciativa particular, nos termos do art. 880 da Lei nº 13.105, de 2015 (Código de Processo Civil).



**Art. 8º** Ao parcelamento de que trata esta Lei Complementar não se aplica o disposto no:

I – art. 15 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996;

II – § 1º do art. 3º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000;

III – § 1º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003;

IV – inciso III do § 3º do art. 1º da Medida Provisória nº 766, de 4 de janeiro de 2017;

V – § 4º do art. 4º da Lei nº 13.988, de 2020.

**Art. 9º** Fica instituída a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinada a custear linhas de crédito às microempresas e empresas de pequeno porte (Cide-Crédito-MPE).

*Parágrafo único.* Compete à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a administração das atividades relativas a cobrança, fiscalização, arrecadação e restituição da Cide-Crédito-MPE.

**Art. 10.** A Cide-Crédito-MPE incidirá sobre os valores pagos a título de quitação de prestação do Programa de Renegociação em Longo Prazo de débitos para com a Fazenda Nacional ou Devidos no Âmbito do Simples Nacional (Relp), instituído por esta Lei Complementar.

**Art. 11.** O produto da arrecadação da Cide-Crédito-MPE será destinado, na forma da lei orçamentária, exclusivamente ao Fundo Garantidor de Operações (FGO), de que trata a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, para garantir operações com linhas de crédito contratadas no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE), instituído pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020.

*Parágrafo único.* O Tribunal de Contas da União acompanhará a efetiva e correta utilização dos recursos arrecadados pela Cide-Crédito-MPE, elaborando parecer anual a ser encaminhado ao Congresso Nacional e à Presidência da República.



**Art. 12.** É contribuinte da Cide-Crédito-MPE a pessoa jurídica aderente ao Relp.

**Art. 13.** A Cide-Crédito-MPE tem como fato gerador a quitação de prestação do Relp.

**Art. 14.** A alíquota da Cide-Crédito-MPE será de 0,5% (cinco décimos por cento), a ser aplicada sobre o valor da prestação do Relp quitada, incluídos os juros a que se refere o § 3º do art. 5º desta Lei Complementar.

**Art. 15.** A Cide-Crédito-MPE será paga na data de ocorrência do fato gerador.

§ 1º Aplica-se ao recolhimento de que trata este artigo o disposto no § 1º do art. 68 da Lei nº 9.430, de 1996.

§ 2º Sobre o valor da Cide-Crédito-MPE pago em atraso ou não pago, bem como sobre a diferença decorrente do pagamento da Cide-Crédito-MPE a menor que o devido, incidirão multa de mora ou de ofício e juros de mora, na forma prevista no § 3º do art. 5º e nos arts. 43, 44 e 61 da Lei nº 9.430, de 1996.

**Art. 16.** A Cide-Crédito-MPE sujeita-se às normas relativas ao processo administrativo fiscal de determinação e exigência de créditos tributários federais e de consulta, previstas no Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, bem assim, subsidiariamente e no que couber, às disposições da legislação do Imposto sobre a Renda, especialmente quanto às penalidades e aos demais acréscimos aplicáveis.

**Art. 17.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de abril de 2022 em relação ao disposto nos arts. 9º a 16.

## JUSTIFICAÇÃO

A pandemia da Covid-19, que aflige o Brasil desde fevereiro de 2020, continua a provocar profundos efeitos negativos em todas as atividades econômicas do País. A imposição governamental de restrições aos negócios levou as empresas, assim como os cidadãos, a enfrentar severas restrições no





capital de giro (caixa) para honrar seus compromissos junto a instituições financeiras, fornecedores, empregados e com o próprio Fisco.

A magnitude da crise nos conscientizou da necessidade de instituir um parcelamento extraordinário de débitos, conhecido como refis (recuperação fiscal), de longo prazo. A ideia é dividir os débitos das pessoas jurídicas para com a Fazenda Nacional ou devidos no âmbito do Simples Nacional em um horizonte de até 480 meses (quarenta anos), de modo que a prestação alcance valor módico (1/480 avos da dívida consolidada). Por essa razão, não será exigido o pagamento de entrada.

O proposto Programa de Renegociação em Longo Prazo de Débitos para com a Fazenda Nacional ou Devidos no Âmbito do Simples Nacional (RELP) permite o reescalonamento de débitos de natureza tributária ou não tributária vencidos até 31 de maio de 2021, inclusive oriundos de parcelamentos anteriores, rescindidos ou ativos, e de transação. O prazo de adesão encerra-se em 31 de dezembro de 2021. A primeira prestação vence no mês de abril de 2022.

As reduções na consolidação da dívida são: 25% das multas de mora, de ofício ou isoladas; 50% dos juros de mora; e 100% dos encargos legais, inclusive honorários advocatícios. Têm direito a redução adicional de 10 (dez) pontos percentuais: as microempresas, as empresas de pequeno porte e o microempreendedor individual optantes pelo Simples Nacional; as pessoas jurídicas em processo de recuperação judicial, liquidação judicial, liquidação extrajudicial ou falência; e as instituições de ensino, Santas Casas de Misericórdia, sociedades cooperativas e demais organizações da sociedade civil de que trata a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

O valor da prestação (amortização) será calculado com base no valor correspondente a 1% (um por cento) da receita bruta da pessoa jurídica, mas não poderá ser inferior a 1/480 avos do total da dívida consolidada.

O Relp não contempla contribuições previdenciárias (art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991), inclusive as substitutivas (art. 25 da mesma Lei). Isso porque a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019 (Reforma da Previdência), deu nova redação ao § 11 do art. 195 da Constituição Federal para limitar em sessenta meses o prazo de parcelamento daquelas contribuições. Por se não se moldarem ao longo prazo, elas ficam de fora do Relp.



SF/21788-40309-34



Para reescalonar os débitos de contribuições previdenciárias, convidamos o contribuinte a aderir ao parcelamento ordinário em até sessenta prestações mensais, previsto no art. 10 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2022. Ou então às diversas modalidades de transação, previstas na Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, às quais também poderiam aderir as pessoas jurídicas que têm capacidade contributiva de honrar seus débitos a curto ou médio prazo, inclusive com maiores reduções nos acréscimos legais.

Nessas modalidades, ficarão dispensados do pagamento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinada a custear linhas de crédito às microempresas e empresas de pequeno porte (Cide-Crédito-MPE) instituída por este projeto de lei complementar. A cide será devida pelas pessoas jurídicas aderentes ao Relp no momento que quitarem a prestação do parcelamento. A base de cálculo é o valor da prestação, acrescido dos juros equivalentes à taxa Selic incidentes entre a data da consolidação da dívida e a da quitação. A alíquota é de 0,5% (cinco décimos por cento).

O produto da arrecadação da cide será destinado, na forma da lei orçamentária, exclusivamente ao Fundo Garantidor de Operações (FGO), de que trata a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, para garantir operações com linhas de crédito contratadas no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE), instituído pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020.

Vemos que a Cide-Crédito-MPE observa o princípio da ordem econômica enunciado no art. 170, inciso IX, da Constituição Federal, a saber, o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte. Ainda no campo da referibilidade, ressaltamos que o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento dos Recursos Extraordinários nºs 396.266/SC e 451.915-AgR/PR, consolidou o entendimento de que a cide prescinde da vinculação direta do contribuinte ou da possibilidade deste auferir benefícios com a aplicação dos recursos arrecadados. Assim, é constitucional exigir a Cide-Crédito-MPE de grande empresa que venha a aderir ao Relp.

Ressaltamos que este projeto de lei complementar atende às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), já que visa criar as condições para recuperar a economia e a geração de emprego e renda, e veicula medida de extrema necessidade, dado o alto impacto produzido pela pandemia da Covid-19. Tem amparo no art. 65 da LRF, o qual dispensa o atingimento dos resultados fiscais



SF/21788-40309-34



10

na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional enquanto perdurar a situação.

É a urgente e relevante matéria que submetemos à apreciação e ao aperfeiçoamento pelos nobres Pares.

Sala das Sessões,

**JORGINHO MELLO**  
**Senador – PL/SC**



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
  - inciso IX do artigo 170
  - inciso I do artigo 195
  - inciso II do artigo 195
  - parágrafo 11 do artigo 195
- Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de Dezembro de 1977 - DEL-1598-1977-12-26 - 1598/77  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1977;1598>
  - artigo 12
- Decreto nº 70.235, de 6 de Março de 1972 - DEC-70235-1972-03-06 - 70235/72  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1972;70235>
- Emenda Constitucional nº 103 de 12/11/2019 - EMC-103-2019-11-12 - 103/19  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2019;103>
- Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - 101/00  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000;101>
- Lei Complementar nº 174, de 5 de Agosto de 2020 - LCP-174-2020-08-05 - 174/20  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2020;174>
- Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991 - Lei Orgânica da Seguridade Social; Lei do Custeio da Previdência Social - 8212/91  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1991;8212>
  - artigo 22
- Lei nº 8.397, de 6 de Janeiro de 1992 - Lei da Medida Cautelar Fiscal - 8397/92  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1992;8397>
- Lei nº 9.311, de 24 de Outubro de 1996 - Lei da CPMF - 9311/96  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9311>
  - artigo 15
- Lei nº 9.430, de 27 de Dezembro de 1996 - Lei do Ajuste Tributário - 9430/96  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9430>
  - parágrafo 3º do artigo 5º
  - artigo 43
  - artigo 44
  - artigo 61
  - parágrafo 1º do artigo 68
  - artigo 80
  - artigo 81
- Lei nº 9.964, de 10 de Abril de 2000 - Lei do Programa de Recuperação Fiscal; Lei do Refis - 9964/00  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2000;9964>
  - parágrafo 1º do artigo 3º
- Lei nº 10.522, de 19 de Julho de 2002 - LEI-10522-2002-07-19 - 10522/02  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2002;10522>
  - artigo 14-



- Lei nº 10.684, de 30 de Maio de 2003 - LEI-10684-2003-05-30 , LEI DO REFIS II - 10684/03  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2003;10684>
  - parágrafo 1º do artigo 1º
- Lei nº 10.931, de 2 de Agosto de 2004 - LEI-10931-2004-08-02 - 10931/04  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2004;10931>
- Lei nº 12.087, de 11 de Novembro de 2009 - LEI-12087-2009-11-11 - 12087/09  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2009;12087>
- Lei nº 13.019, de 31 de Julho de 2014 - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - 13019/14  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2014;13019>
- Lei nº 13.105, de 16 de Março de 2015 - Código de Processo Civil (2015) - 13105/15  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2015;13105>
  - artigo 90
  - artigo 389
  - artigo 395
  - inciso III do artigo 487
  - artigo 880
- Lei nº 13.988, de 14 de Abril de 2020 - LEI-13988-2020-04-14 - 13988/20  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2020;13988>
  - parágrafo 4º do artigo 4º
- Lei nº 13.999, de 18 de Maio de 2020 - LEI-13999-2020-05-18 - 13999/20  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2020;13999>
- urn:lex:br:federal:lei:2022;10522  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2022;10522>
  - artigo 10
- Medida Provisória nº 766, de 4 de Janeiro de 2017 - MPV-766-2017-01-04 - 766/17  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2017;766>
  - inciso III do parágrafo 3º do artigo 1º



# Requerimentos





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1268, DE 2021

Convite ao Sr. General Fernando Azevedo e Silva, ex-Ministro da Defesa, para prestar esclarecimentos ao Senado Federal.

**AUTORIA:** Senador Cid Gomes (PDT/CE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Cid Gomes

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. General Fernando Azevedo e Silva, ex-Ministro da Defesa, para prestar informações a respeito das circunstâncias e razões de seu pedido de demissão daquela pasta

## JUSTIFICAÇÃO

Em 2 de janeiro de 2019, o Excelentíssimo Senhor General Fernando Azevedo e Silva assumiu o cargo de Ministro. Na ocasião, citou o balanço institucional da nova conjuntura em sua fala. Elogiou o papel do Judiciário e do Ministério Público Federal em prol da estabilidade nacional. Fez, ainda, uma deferência à mídia, agradecendo sua presença na cerimônia e o papel de cobrança de autoridades. Ele ressaltou que as Forças Armadas iriam agir apenas dentro do que estabelece a Constituição, inclusive em questões de segurança pública.

Com muitas informações divergentes publicadas na imprensa, em razão da nota publicada de sua saída, torna-se mister ouvi-lo no âmbito desta Casa Legislativa, a fim de que os senadores possam avaliar, neste grave momento de calamidade pública, em função da pandemia e pela situação política em que passa o país, exigindo cada vez mais lisura, decisão e clareza nas informações para tomada correta de decisões no Senado Federal.

SF/21761.48720-50 (LexEdit\*)





Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. General Fernando Azevedo e Silva, ex-Ministro da Defesa, para prestar informações a respeito das circunstancias e razoes de seu pedido de demissão daquela pasta

Sala das Sessões, de de .

**Senador Cid Gomes**  
**Lider do PDT**

SF/21761.48720-50 (LexEdit\*)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1283, DE 2021

Homenagem de pesar pelo falecimento do jornalista Denilson Pinto.

**AUTORIA:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Jornalista Denilson Pinto, bem como a apresentação de condolências a sua esposa e filha.

**JUSTIFICAÇÃO**

É com pesar que recebo a morte de mais um profissional da imprensa vítima do coronavírus.

O jornalista Denilson Pinto tinha 53 anos faleceu na segunda-feira (29), por complicações da covid-19. Após nove dias internado em Campo Grande, chegou a ter uma melhora no quadro de saúde, mas sofreu uma parada respiratória durante o procedimento de extubação.

No jornalismo, Denilson trabalhou em diferentes editorias, mas se destacou em coberturas investigativas. Denilson começou na assessoria de imprensa. Trabalhou na prefeitura de Campo Grande, capital do meu estado. E, atualmente, era proprietário de uma empresa de marketing político.

Denilson deixa esposa, filha e muitos amigos.

Que Deus conforte a todos neste momento de dor.



Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Jornalista Denilson Pinto, bem como a apresentação de condolências a sua esposa e filha.

Sala das Sessões, 30 de março de 2021.

**Senador Nelsinho Trad**  
**(PSD - MS)**

SF/21267.98907-02 (LexEdit)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 1284, DE 2021

Homenagem de pesar pelo falecimento do Senhor Armando Anache.

**AUTORIA:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do jornalista e radialista Armando Anache, bem como a apresentação de condolências a sua esposa Teresa Cristina Anache.

**JUSTIFICAÇÃO**

Lamento a perda do jornalista e radialista Armando Anache, vítima da covid-19 aos 60 anos.

Armando estava internado em Corumbá e, segundo amigos, teve uma complicação cardíaca provocada pela doença.

A voz mais conhecida da FM Independente de Aquidauana esteve também em diversos veículos desde a década de 70. O jornalista se aventurou ainda pelo web jornalismo, no site Pantanal News, e em blog pessoal.

Na vida política, “Armandinho” foi vereador em Corumbá e candidato às prefeituras da Cidade Branca e de Aquidauana. Ele era filho do ex-prefeito e ex-deputado estadual Armando Anache, de 90 anos.

Armandinho deixa a esposa Tereza Cristina Anache.

Minhas condolências aos amigos e familiares.



Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do jornalista e radialista Armando Anache, bem como a apresentação de condolências a sua esposa Teresa Cristina Anache.

Sala das Sessões, 30 de março de 2021.

**Senador Nelsinho Trad**  
**(PSD - MS)**

SF/21787.79368-73 (LexEdit)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1286, DE 2021

Voto de aplauso e congratulações ao Mato Grosso do Sul e seus 79 municípios.

**AUTORIA:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)







SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao Estado do Mato Grosso do Sul e todos os seus 79 municípios, em razão da atuação e desempenho na campanha de vacinação contra a COVID-19, sendo o primeiro Estado a vacinar mais de 10% da sua população, o que garantiu a classificação no topo do ranking nacional.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

**JUSTIFICAÇÃO**

O plano de distribuição das vacinas, executado pelo Governo de Mato Grosso do Sul, juntamente com o trabalho de imunização realizado pelas prefeituras dos 79 municípios, garante ao Estado posições de destaque no ranking nacional de imunização.

O último balanço da vacinação divulgado pelo consórcio de veículos da imprensa mostra que MS é líder na imunização contra o coronavírus e o primeiro estado a vacinar mais de 10% da população. No Estado 283.229 pessoas já receberam a primeira dose. Em Campo Grande foram imunizadas 98.711, sendo que 25.893 já receberam a segunda dose, totalizando 124.604 doses aplicadas.

Mas é necessário, ainda, manter o distanciamento social e respeitar as medidas de higiene e proteção, como o uso de máscara.



Precisamos de mais esforços para garantir vacinas a todos, tanto para os grupos de risco quanto para os trabalhadores, jovens e crianças. Inclusive defendo para tanto que a iniciativa privada seja incluída e possa oferecer vacinas aos trabalhadores mediante contrapartida ao SUS. Essas iniciativas, relacionadas à prevenção e imunização, devem ser nossas prioridades.

Assim, conclamamos os nobres senadores a aprovarem este requerimento de voto de aplauso como forma de saudar a admirável atuação do Estado do Mato Grosso do Sul, bem como todos os seus municípios, no combate à pandemia.

Sala das Sessões, 30 de março de 2021.

**Senador Nelsinho Trad**  
(PSD - MS)

SF/21679.71567-80 (LexEdit)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1287, DE 2021

Voto de aplauso e congratulações aos 50 anos da Unimed de João Pessoa.

**AUTORIA:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)



[Página da matéria](#)





## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso à Unimed João Pessoa, representada pelo senhor Gualter Lisboa Ramalho, Presidente do Conselho de Administração da instituição, pela comemoração dos 50 anos da Unimed João Pessoa, bem como por sua destacada atuação no combate à pandemia de Covid-19.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

## JUSTIFICAÇÃO

Em 2021, a Unimed João Pessoa completa 50 anos de fundação, sendo uma entidade de ampla atuação no segmento de saúde suplementar na Paraíba.

Pela dimensão que alcançou, a Unimed João Pessoa extrapolou o universo de seus cooperados e beneficiários e se tornou um patrimônio de toda a Paraíba. Não só pelo serviço de saúde de excelência prestado, mas pela contribuição para o desenvolvimento socioeconômico do Estado. A Unimed João Pessoa é um exemplo concreto de que cooperativismo é um modelo no qual todos saem ganhando sem deixar ninguém para trás.

Além disso, tornou-se referência e esperança no enfrentamento à covid-19, com investimento em estrutura, equipamentos, tecnologia, capacitação das equipes, técnicas inovadoras e procedimentos pioneiros, desenvolvendo destacada atuação no combate à pandemia. Sob a responsabilidade direta da



  
SF/21731.06640-13 (LexEdit)

Cooperativa, estavam 250 mil vidas, incluindo os seus clientes e os de entidades parceiras. Porém, o trabalho realizado foi muito além e alcançou toda a sociedade, seja através de transferência de tecnologia para entes públicos paraibanos ou no atendimento de pacientes de outros estados. “Ao se estruturar, a Unimed João Pessoa contribuiu para desafogar o Sistema Único de Saúde (SUS) e materializou o seu propósito, que é promover a vida, cuidando da saúde das pessoas”, pontua o presidente Gualter Ramalho.

Por todos esses meritórios motivos, pleiteamos a aprovação deste voto de aplauso.

Sala das Sessões, 30 de março de 2021.

**Senador Veneziano Vital do Rêgo**  
**(MDB - PB)**



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

### Bahia

**PSD** - Otto Alencar\*  
**PSD** - Angelo Coronel\*\*  
**Bloco-PT** - Jaques Wagner\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PODEMOS** - Romário\*  
**Bloco-PL** - Carlos Portinho\*\* (S)  
**Bloco-REPUBLICANOS** - Flávio Bolsonaro\*\*

### Maranhão

**Bloco-PSDB** - Roberto Rocha\*  
**Bloco-CIDADANIA** - Eliziane Gama\*\*  
**Bloco-PDT** - Weverton\*\*

### Pará

**Bloco-PT** - Paulo Rocha\*  
**Bloco-MDB** - Jader Barbalho\*\*  
**Bloco-PSC** - Zequinha Marinho\*\*

### Pernambuco

**Bloco-MDB** - Fernando Bezerra Coelho\*  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*\*  
**Bloco-MDB** - Jarbas Vasconcelos\*\*

### São Paulo

**Bloco-PSDB** - José Serra\*  
**Bloco-PSDB** - Mara Gabrilli\*\*

### Minas Gerais

**PSD** - Antonio Anastasia\*  
**PSD** - Carlos Viana\*\*  
**Bloco-DEM** - Rodrigo Pacheco\*\*

### Goiás

**Bloco-MDB** - Luiz do Carmo\* (S)  
**Bloco-CIDADANIA** - Jorge Kajuru\*\*  
**PSD** - Vanderlan Cardoso\*\*

### Mato Grosso

**Bloco-PL** - Wellington Fagundes\*  
**PSD** - Carlos Fávaro\*\*  
**Bloco-DEM** - Jayme Campos\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PODEMOS** - Lasier Martins\*  
**Bloco-PP** - Luis Carlos Heinze\*\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*\*

### Ceará

**Bloco-PSDB** - Tasso Jereissati\*  
**Bloco-PDT** - Cid Gomes\*\*  
**Bloco-PODEMOS** - Eduardo Girão\*\*

### Paraíba

**Bloco-MDB** - Nilda Gondim\* (S)  
**Bloco-PP** - Daniella Ribeiro\*\*  
**Bloco-MDB** - Veneziano Vital do Rêgo\*\*

### Espírito Santo

**Bloco-MDB** - Rose de Freitas\*  
**Bloco-REDE** - Fabiano Contarato\*\*  
**Bloco-PODEMOS** - Marcos do Val\*\*

### Piauí

**Bloco-PP** - Elmano Férrer\*  
**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*\*  
**Bloco-MDB** - Marcelo Castro\*\*

### Rio Grande do Norte

**Bloco-PT** - Jean Paul Prates\* (S)  
**Bloco-PODEMOS** - Styvenson Valentim\*\*  
**Bloco-PROS** - Zenaide Maia\*\*

### Santa Catarina

**Bloco-MDB** - Dário Berger\*  
**Bloco-PP** - Esperidião Amin\*\*  
**Bloco-PL** - Jorginho Mello\*\*

### Alagoas

**Bloco-PROS** - Fernando Collor\*  
**Bloco-MDB** - Renan Calheiros\*\*  
**Bloco-PSDB** - Rodrigo Cunha\*\*

### Sergipe

**Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves\*  
**Bloco-CIDADANIA** - Alessandro Vieira\*\*  
**Bloco-PT** - Rogério Carvalho\*\*

### Mandatos

\*: Período 2015/2023    \*\*: Período 2019/2027

### Amazonas

**PSD** - Omar Aziz\*  
**Bloco-MDB** - Eduardo Braga\*\*  
**Bloco-PSDB** - Plínio Valério\*\*

### Paraná

**Bloco-PODEMOS** - Alvaro Dias\*  
**Bloco-PODEMOS** - Flávio Arns\*\*  
**Bloco-PODEMOS** - Oriovisto Guimarães\*\*

### Acre

**Bloco-PP** - Mailza Gomes\* (S)  
**Bloco-MDB** - Marcio Bittar\*\*  
**PSD** - Sérgio Petecão\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-MDB** - Simone Tebet\*  
**PSD** - Nelsinho Trad\*\*  
**Bloco-PSL** - Soraya Thronicke\*\*

### Distrito Federal

**Bloco-PODEMOS** - Reguffe\*  
**Bloco-PSDB** - Izalci Lucas\*\*  
**Bloco-PSB** - Leila Barros\*\*

### Rondônia

**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*  
**Bloco-MDB** - Confúcio Moura\*\*  
**Bloco-DEM** - Marcos Rogério\*\*

### Tocantins

**Bloco-PP** - Kátia Abreu\*  
**Bloco-MDB** - Eduardo Gomes\*\*  
**PSD** - Irajá\*\*

### Amapá

**Bloco-DEM** - Davi Alcolumbre\*  
**PSD** - Lucas Barreto\*\*  
**Bloco-REDE** - Randolfe Rodrigues\*\*

### Roraima

**Bloco-PROS** - Telmário Mota\*  
**Bloco-DEM** - Chico Rodrigues\*\*  
**Bloco-REPUBLICANOS** - Mecias de Jesus\*\*



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

### Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 24

MDB-15 / PP-7 / REPUBLICANOS-2

Ciro Nogueira.	PP / PI
Confúcio Moura.	MDB / RO
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Elmano Férrer.	PP / PI
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Flávio Bolsonaro.	REPUBLICANOS / RJ
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
Kátia Abreu.	PP / TO
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	MDB / AC
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Nilda Gondim.	MDB / PB
Renan Calheiros.	MDB / AL
Rose de Freitas.	MDB / ES
Simone Tebet.	MDB / MS
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB

### Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL - 17

PODEMOS-9 / PSDB-7 / PSL-1

Alvaro Dias.	PODEMOS / PR
Eduardo Girão.	PODEMOS / CE
Flávio Arns.	PODEMOS / PR
Izalci Lucas.	PSDB / DF
José Serra.	PSDB / SP
Lasier Martins.	PODEMOS / RS
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Reguffe.	PODEMOS / DF
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Romário.	PODEMOS / RJ
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

### PSD - 11

Angelo Coronel.	BA
Antonio Anastasia.	MG
Carlos Fávaro.	MT
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Sérgio Petecão.	AC
Vanderlan Cardoso.	GO

### Bloco Parlamentar Vanguarda - 10

DEM-6 / PL-3 / PSC-1

Carlos Portinho.	PL / RJ
Chico Rodrigues.	DEM / RR
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

### Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Fernando Collor.	PROS / AL
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

### Bloco Parlamentar Senado Independente - 9

PDT-3 / CIDADANIA-3 / REDE-2 / PSB-1

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Jorge Kajuru.	CIDADANIA / GO
Leila Barros.	PSB / DF
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Weverton.	PDT / MA

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	24
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL.	17
PSD.	11
Bloco Parlamentar Vanguarda.	10
Bloco Parlamentar Senado Independente.	9
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
Vago	1
<b>TOTAL</b>	<b>81</b>

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Irajá** (PSD-TO)	Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)	Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Paulo Paim** (PT-RS)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Antonio Anastasia* (PSD-MG)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Carlos Fávaro** (PSD-MT)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Carlos Portinho** (PL-RJ)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Reguffe* (PODEMOS-DF)
Carlos Viana** (PSD-MG)	Jorge Kajuru** (CIDADANIA-GO)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	Jorginho Mello** (PL-SC)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Cid Gomes** (PDT-CE)	José Serra* (PSDB-SP)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Ciro Nogueira** (PP-PI)	Kátia Abreu* (PP-TO)	Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
Confúcio Moura** (MDB-RO)	Lasier Martins* (PODEMOS-RS)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Leila Barros** (PSB-DF)	Romário* (PODEMOS-RJ)
Dário Berger* (MDB-SC)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Rose de Freitas* (MDB-ES)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Elmano Férrer* (PP-PI)	Marcio Bittar** (MDB-AC)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Marcos Rogério** (DEM-RO)	Vanderlan Cardoso** (PSD-GO)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)	Marcos do Val** (PODEMOS-ES)	Veneziano Vital do Rêgo** (MDB-PB)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Wellington Fagundes* (PL-MT)
Fernando Collor* (PROS-AL)	Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)	Weverton** (PDT-MA)
Flávio Arns** (PODEMOS-PR)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Flávio Bolsonaro** (REPUBLICANOS-RJ)	Nilda Gondim* (MDB-PB)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)
Humberto Costa** (PT-PE)	Omar Aziz* (PSD-AM)	

### Mandatos

\*: Período 2015/2023    \*\*: Período 2019/2027





## COMPOSIÇÃO

### COMISSÃO DIRETORA

#### PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (DEM-MG)

#### 1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

#### 2º VICE-PRESIDENTE

Romário - (PODEMOS-RJ)

#### 1º SECRETÁRIO

Irajá - (PSD-TO)

#### 2º SECRETÁRIO

Elmano Férrer - (PP-PI)

#### 3º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

#### 4º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

#### SUPLENTE DE SECRETÁRIO

**1º** Jorginho Mello - (PL-SC)

**2º** Luiz do Carmo - (MDB-GO)

**3º** Eliziane Gama - (CIDADANIA-MA)

**4º** - VAGO



## COMPOSIÇÃO

### LIDERANÇAS

<p><b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/REPUBLICANOS) - 24</b></p> <p><b>Líder</b>  <b>Mailza Gomes - PP</b> (55)  Vice-Líder  Ciro Nogueira (45,60)  .....</p> <p><b>Líder do MDB - 15</b>  <b>Eduardo Braga</b> (20,43)  Vice-Líder do MDB  Marcelo Castro (65)</p> <p><b>Líder do PP - 7</b>  <b>Daniella Ribeiro</b> (44)  Vice-Líderes do PP  Ciro Nogueira (45,60)  Luis Carlos Heinze (51)</p> <p><b>Líder do REPUBLICANOS - 2</b>  <b>Mecias de Jesus</b> (5)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS/PSDB/PSL) - 17</b></p> <p><b>Líder</b>  <b>Lasier Martins - PODEMOS</b> (17,62)  Vice-Líderes  Rodrigo Cunha (22,27,32,71)  Soraya Thronicke (31,69)  Flávio Arns (70)  .....</p> <p><b>Líder do PODEMOS - 9</b>  <b>Alvaro Dias</b> (3,58)  Vice-Líderes do PODEMOS  Oriovisto Guimarães (66)  Eduardo Girão (14,67)  Styvenson Valentim (68)</p> <p><b>Líder do PSDB - 7</b>  <b>Izalci Lucas</b> (21,25,37,59)  Vice-Líderes do PSDB  Mara Gabrilli (57)  Rodrigo Cunha (22,27,32,71)</p> <p><b>Líder do PSL - 1</b>  Vice-Líder do PSL  Soraya Thronicke (31,69)</p>	<p><b>PSD - 11</b></p> <p><b>Líder</b>  <b>Nelsinho Trad - PSD</b> (46)  Vice-Líderes  Omar Aziz (53)  Carlos Fávaro (52)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 10</b></p> <p><b>Líder</b>  <b>Wellington Fagundes - PL</b> (7)  Vice-Líderes  Jorginho Mello (1,9,40)  Zequinha Marinho (10,18)  .....</p> <p><b>Líder do DEM - 6</b>  <b>Marcos Rogério</b> (41)</p> <p><b>Líder do PL - 3</b>  <b>Carlos Portinho</b> (39)  Vice-Líder do PL  Jorginho Mello (1,9,40)</p> <p><b>Líder do PSC - 1</b>  <b>Zequinha Marinho</b> (10,18)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9</b></p> <p><b>Líder</b>  <b>Zenaide Maia - PROS</b> (47)  .....</p> <p><b>Líder do PT - 6</b>  <b>Paulo Rocha</b> (23,49)</p> <p><b>Líder do PROS - 3</b>  <b>Telmário Mota</b> (8)  Vice-Líder do PROS  Zenaide Maia (47)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB) - 9</b></p> <p><b>Líder</b>  <b>Eliziane Gama - CIDADANIA</b> (50)  .....</p> <p><b>Líder do PDT - 3</b>  <b>Cid Gomes</b> (61)</p> <p><b>Líder do CIDADANIA - 3</b>  <b>Alessandro Vieira</b> (42)</p> <p><b>Líder do REDE - 2</b>  <b>Randolfe Rodrigues</b> (63,64)</p> <p><b>Líder do PSB - 1</b>  <b>Leila Barros</b> (29,36,56)</p>
<p><b>Maioria</b></p> <p><b>Líder</b>  <b>Renan Calheiros - MDB</b> (54)</p>	<p><b>Minoria</b></p> <p><b>Líder</b>  <b>Jean Paul Prates - PT</b> (48)</p>	<p><b>Governo</b></p> <p><b>Líder</b>  <b>Fernando Bezerra Coelho - MDB</b> (19)  Vice-Líderes  Eduardo Gomes (26,30)  Elmano Férrer (24)  Carlos Viana (38)</p>
<p><b>Oposição</b></p> <p><b>Líder</b>  <b>Randolfe Rodrigues - REDE</b> (63,64)</p>	<p><b>Bancada Feminina</b></p> <p><b>Líder</b>  <b>Simone Tebet - MDB</b> (72)</p>	

**Notas:**

1. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
2. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).
3. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
4. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
6. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT).
7. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
8. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA).
9. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
10. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
11. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
12. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
13. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
14. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
15. Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado o 2º vice-líder do PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (Of. s/nº/2019-GLPSD).
16. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
17. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
18. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
19. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54).
20. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
21. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
22. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
23. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD).
24. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
25. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
26. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
27. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL/ (Of. s/n).
28. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Patriota, passando a atuar como seu líder (Of. 041/2019-GSJKAJUR).
29. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLDPSB).
30. Em 11.09.2019, o Senador Eduardo Gomes retornou à função de 1º vice-líder do Governo (Of. nº 48, de 2019).
31. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada vice-líder do Partido Social Liberal - PSL (Of. 96-GLIDPSL).
32. Em 01.04.2020, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL (Of. 28/2020-GLPSDB).
33. Em 24.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 092/2020-GSLB).
34. Em 08.05.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3ª vice-líder do PODEMOS (Of. 036/2020-GLPODE).
35. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 43/2020-GLDPP).
36. Em 24.09.2020, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Bloco Senado Independente até 21/01/2021, término da licença do Senador Veneziano Vital do Rego.
37. Em 07.10.2020, o Senador Izalci Lucas deixou a vice-liderança do Governo (Of. nº 007/2020-GLDGOV e Of. nº 141/2020-GSIZALCI).
38. Em 27.11.2020, o Senador Carlos Viana foi designado 3º vice-líder do Governo (Of. nº 135/2020/GSFERCOE).
39. Em 18.01.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado líder do Partido Liberal (Of. s/n).
40. Em 18.01.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado Vice-Líder do Partido Liberal (Of. s/n).
41. Em 01.02.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder do Democratas (Of. 001/2021-GLDEM).
42. Em 01.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado Líder do CIDADANIA (Ofício nº 4/2021-GSEGAMA).
43. Em 02.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi reconduzido como Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 004/2021-GLMDB).
44. Em 02.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
45. Em 02.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
46. Em 02.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado Líder do PSD (Of. 1/2021-GLPSD).
47. Em 02.02.2021, a Senadora Zenaide Maia foi designada Líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 01/2021-BLPRD).
48. Em 02.02.2021, o Senador Jean Paul Prates foi designado Líder da Minoria (Of. 01/2021-GLDMIN).
49. Em 02.02.2021, o Senador Paulo Rocha foi designado Líder do PT (Of. 02/2021-GLDPT).
50. Em 02.02.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/nº/2021).
51. Em 02.02.2021, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado 2º vice-líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
52. Em 03.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
53. Em 03.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
54. Em 03.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. 5/2021-GLMDB).
55. Em 04.02.2021, a Senadora Mailza Gomes foi designada Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 006/2021-GLMDB).
56. Em 09.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 9/2021-GSLB).
57. Em 09.02.2021, a Senadora Mara Gabrilli foi designada 1ª Vice-Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 7/2021-GLPSDB).
58. Em 09.02.2021, o Senador Alvaro Dias foi reconduzido como Líder do Podemos (Of. 004/2021-GLPODEMOS).
59. Em 08.02.2021, o Senador Izalci Lucas é designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. sn/2021-GLPSDB).
60. Em 10.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 001/2021-BLUNIDB).
61. Em 10.02.2021, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 3/2021-GLDPDT).
62. Em 10.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado Líder do Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
63. Em 11.02.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi reconduzido ao cargo de Líder da REDE (Of. 68/2021-GSRROD).
64. Em 12.02.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder da Oposição ao Governo (Of. 6/2021).
65. Em 23.02.2021, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 8/2021-GLMDB).
66. Em 24.02.2021, o Senador Orlindo Guimarães foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
67. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
68. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado 3º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
69. Em 11.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke é designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
70. Em 11.03.2021, o Senador Flávio Arns é designado 3ª vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
71. Em 11.03.2021, o Senador Rodrigo Cunha é designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
72. Em 16.03.2021, a Senadora Simone Tebet foi designada Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. nº 12/2021).



## COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 1) COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19

**Finalidade:** Acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus.  
RQS 105, 2021

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(7)</sup>

**RELATOR:** Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

**Instalação:** 03/03/2021

**Prazo final:** 30/06/2021

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)</b>	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(2)</sup>	1. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) <sup>(5)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(3)</sup>	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)</b>	
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(8)</sup>	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(10)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Otto Alencar <sup>(4)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)</b>	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(6)</sup>	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(12)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) <sup>(1)</sup></b>	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(9)</sup>	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(11)</sup>

**Notas:**

1. Vaga compartilhada entre o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e Bloco Parlamentar Senado Independente.
2. Em 25.02.2021, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2021-GLMDB).
3. Em 25.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, e a Senadora Daniella Ribeiro membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPP).
4. Em 25.02.2021, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, e o Senador Nelsinho Trad membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 37/2021-GLPSD).
5. Em 02.03.2021, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 47/2021-GLMDB).
6. Em 02.03.2021, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 22/2021-BLVANG).
7. Em 03.03.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura, Presidente, e o Senador Styvenson Valentim, Vice-Presidente, deste colegiado (Of. 1/2021-CTCOVID19).
8. Em 03.03.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 24/2021-GLPODEMOS).
9. Em 03.03.2021, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 18/2021-BLPRD).
10. Em 03.03.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 26/2021-GLPSDB).
11. Em 03.03.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 33/2021-BLSENIND).
12. Em 04.03.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 24/2021-BLVANG).

**Secretário(a):** Leandro Augusto Bueno

**Telefone(s):** (61) 3303-4854



## 2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

**Número de membros:** 9

**PRESIDENTE:** Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

**RELATORA:** Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

**Relatórios Parciais - prazo final:** 06/11/2019

**Instalação:** 25/09/2019

**Apresentação de Emendas - prazo final:** 23/10/2019

**Apresentação de Emendas - prazo final duplicado:** 26/11/2019

**Relatórios Parciais - prazo final duplicado:** 10/12/2019

**Relatório do Relator-Geral - prazo final:** 13/11/2019

**Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado:** 17/12/2019

**Parecer Final da Comissão - prazo final:** 21/11/2019

**Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado:** 21/12/2019

### MEMBROS

Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Telmário Mota (PROS-RR)

Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)

**Secretário(a):** Donaldo Portela

**Telefone(s):** 3303-3511



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS  
MEMBROS DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS EM ANGOLA

**Finalidade:** Constituir, no prazo de 30 (trinta) dias, uma comissão de parlamentares para verificar perseguição religiosa sofrida por pastores e bispos da Igreja Universal do Reino de Deus, em Angola.

RQS 1381, de 2020

**Número de membros:** 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



#### 4) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA TECNOLOGIA 5G NO BRASIL.

**Finalidade:** Realizar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, estudo sobre as melhores práticas para implantação da tecnologia 5G no Brasil.

RQS n. 2.883, de 2020

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)</b>	
	1.
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(2)</sup>	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)</b>	
VAGO <sup>(5,6)</sup>	1.
<b>PSD</b>	
Senador Vanderlan Cardoso <sup>(3)</sup>	1. Senador Irajá <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)</b>	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(4)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) <sup>(1)</sup></b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB) <sup>(1)</sup></b>	
	1.

**Notas:**

1. Vaga compartilhada.

2. Em 18.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro e o Senador Luis Carlos Heinze foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLDPP).

3. Em 19.02.2021, os Senadores Vanderlan Cardoso e Irajá foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo PSD, para compor a Comissão (Of. 31/2021-GLPSD).

4. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 08/2021-BLVANG).

5. Em 01.03.2021, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 05/2021).

6. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.



## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### 1)CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE

**Finalidade:** Apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas e, também, investigar e identificar o motivo pelos quais os familiares ainda não terem recebido suas devidas indenizações.

Requerimento nº 994, de 2019.

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(8)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(8)</sup>

**RELATOR:** Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(8)</sup>

Leitura: 05/11/2019

Instalação: 11/12/2019

Prazo final: 03/08/2020

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)</b>	
Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(2)</sup>	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(2)</sup>	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(6)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)</b>	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(7)</sup>	1.
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) <sup>(7)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(4)</sup>	1.
<b>PODEMOS</b>	
Senador Eduardo Girão (CE) <sup>(5)</sup>	1. Senador Marcos do Val (ES) <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)</b>	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(3)</sup>	1.
<b>PSD</b>	
Senador Otto Alencar (BA) <sup>(1)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad (MS) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

\*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.

1. Em 09.12.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 169/2019-GLPSD).

2. Em 09.12.2019, os Senadores Dário Berger e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e o Senador Marcio Bittar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 239/2019-GLMDB).

3. Em 09.12.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-BLVANG).

4. Em 09.12.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPSDB).

5. Em 10.12.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 132/2019-GLPODEMOS).

6. Em 10.12.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 85/2019-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>





7. Em 10.12.2019, os Senadores Leila Barros e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 149/2019-GLBSI).

8. Em 11.12.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jorginho Mello, Dário Berger e Izalci Lucas, o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CPICHAPE).

**Secretário(a):** Leandro Bueno

**Telefone(s):** 3303-4854



## 2)CPI DAS QUEIMADAS E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

**Finalidade:** Apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas da ampliação dos índices de desmatamento e de queimadas na Amazônia Legal, entre outros.

Requerimento nº 1.006, de 2019.

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 06/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)</b>	
	1.
<b>PODEMOS</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)</b>	
	1.
<b>PSD</b>	
	1.

**Notas:**

\*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



### 3)CPI DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

**Finalidade:** Investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas de ampliação dos índices do desmatamento na Amazônia Legal no período entre 1º de janeiro de 2018 e 27 de agosto de 2019, assim como o aumento dos índices de queimadas na Amazônia Legal.

Requerimento nº 993, de 2019.

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)</b>	
	1.
<b>PODEMOS</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)</b>	
	1.
<b>PSD</b>	
	1.

**Notas:**

\*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



## COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1,55)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(1,55)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(8,54,57)</sup>	1. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) <sup>(8,18,54,57)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(8,54,57)</sup>	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(8,18,54,57)</sup>
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(8,54,57)</sup>	3. VAGO <sup>(8,42,44,54)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(8,54,57)</sup>	4. VAGO <sup>(8)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(8,54,57)</sup>	5. VAGO <sup>(9,41,45)</sup>
Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) <sup>(4,57,59)</sup>	6. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(11,17,59)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(5,38,39,46,48)</sup>	7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(10,59)</sup>
Senadora Kátia Abreu (PP-TO)	8.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador José Serra (PSDB-SP) <sup>(12,51)</sup>	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(7,31,36,51)</sup>
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) <sup>(12,51,53)</sup>	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) <sup>(7,40)</sup>
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(12,51)</sup>	3. VAGO <sup>(7,50,53)</sup>
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(7,30)</sup>	4. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(13,34)</sup>
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(7,26,29,50)</sup>	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(16,51)</sup>
VAGO <sup>(14,32,34,63)</sup>	6. VAGO <sup>(16)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Otto Alencar <sup>(2,49)</sup>	1. Senador Angelo Coronel <sup>(2,24,49)</sup>
Senador Omar Aziz <sup>(2,23,49)</sup>	2. Senador Antonio Anastasia <sup>(2,33,35,49)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso <sup>(2,49)</sup>	3. Senador Carlos Viana <sup>(2,25,49)</sup>
Senador Irajá <sup>(61)</sup>	4. Senador Nelsinho Trad <sup>(61)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
VAGO <sup>(3,47)</sup>	1. VAGO <sup>(15,43,60)</sup>
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(3,27,28)</sup>	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(3)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(3)</sup>	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(6,52)</sup>	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(6,52)</sup>
Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(6,20,22,52)</sup>	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(6,52)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(6,52)</sup>	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(6,52)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(56)</sup>	1. VAGO <sup>(56,62)</sup>
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(37,56)</sup>	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(56,58)</sup>
Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(56,58)</sup>	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(19,21,56)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).

3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLIID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
16. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
17. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
18. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).
19. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI).
20. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
21. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI).
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD).
23. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD).
24. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD).
25. Em 03.09.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro suplente em substituição ao Senador Aroldo de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 131/2019-GLPSD).
26. Em 03.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo PODEMOS, na comissão, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Of. 99/2019-GLPODE).
27. Em 03.09.2019, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 61/2019-BLVANG).
28. Em 09.09.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 62/2019-BLVANG).
29. Em 01.10.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 111/2019-GLPODE).
30. Em 25.11.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 120/2019-GLPODE).
31. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPODEMOS).
32. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 110/2019-GLIDPSL).
33. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
34. Em 06.02.2020, o Senador Major Olimpio deixa de atuar como suplente e passa a membro titular, e o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Memo nº 6/2020-GLIDPSL).
35. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 051/2020-GLPSD).
36. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
37. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
38. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
39. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro titular em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).



40. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
41. Em 14.10.2020, o Senador José Maranhão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2020-GLMDB).
42. Em 16.10.2020, o Senador Ney Suassuna foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, no Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão em vaga cedida pelo MDB (Of. nº 32/2020-GLMDB).
43. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
44. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ney Suassuna, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLMDB).
45. Em 22.10.2020, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2020-GLMDB).
46. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
47. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
48. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
49. Em 11.02.2021, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Antonio Anastasia e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSD).
50. Em 18.02.2021, o Senador Orlan Guimaraes foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Reguffe, que passa a ser o suplente, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS).
51. Em 19.02.2021, os Senadores José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPSDB).
52. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-BLPRD).
53. Em 19.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS).
54. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Luiz do Carmo e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 20/2021-GLMDB).
55. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Vanderlan Cardoso a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
56. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Leila Barros e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-BLSENIND).
57. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Luiz do Carmo e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 26/2021-GLMDB).
58. Em 23.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 23/2021-BLSENIND).
59. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLMDB).
60. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
61. Em 26.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 38/2021-GLPSD).
62. Em 15.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 37/2021-BLSENIND).
63. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.

**Secretário(a):** João Pedro de Souza Lobo Caetano

**Reuniões:** Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

**Telefone(s):** 6133034344

**E-mail:** cae@senado.leg.br



## 1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

**(Requerimento 20, de 2019)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 23/04/2019

**Prazo final:** 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(1)</sup>	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(1)</sup>
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(1)</sup>	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(1)</sup>
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(1)</sup>	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(1)</sup>
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) <sup>(1)</sup>	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(1,3)</sup>

**Notas:**

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)
2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).
3. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.

**Secretário(a):** João Pedro de Souza Lobo Caetano

**Reuniões:** Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

**Telefone(s):** 6133034344

**E-mail:** cae@senado.leg.br



**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS****Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(13,42)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(13,42)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) <sup>(8,41)</sup>	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(8,41,45,47)</sup>
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(8,41)</sup>	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(7,41)</sup>
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(8,41)</sup>	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(7,17,20,25,30,31,41)</sup>
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) <sup>(8,41)</sup>	4. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(9,41)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(11)</sup>	5. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(10,33)</sup>
	6.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(4,39)</sup>	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(6,18,23,39)</sup>
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(5,36)</sup>	2. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(5,37)</sup>
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(5,35)</sup>	3. VAGO <sup>(5,28,38,48)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(14,18,32,39)</sup>	4. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(19,39)</sup>
	5.
<b>PSD</b>	
Senador Sérgio Petecão <sup>(1,34)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad <sup>(1,34)</sup>
Senador Lucas Barreto <sup>(1,34)</sup>	2. Senador Irajá <sup>(1,12,22,24,34)</sup>
Senador Angelo Coronel <sup>(12,34)</sup>	3. Senador Otto Alencar <sup>(16,34)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(2)</sup>	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(2)</sup>
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(2)</sup>	2. VAGO <sup>(15,29,46)</sup>
	3.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(3,40)</sup>	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(3,40)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3,40)</sup>	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(3,40)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(43)</sup>	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(43,44)</sup>
Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(43)</sup>	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(21,26,27,43)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styverson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLI).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>





11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 933/2019-GLPSD).
13. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
14. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
16. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).
17. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB).
18. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 95/2019-GLIDPSL).
19. Em 09.10.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 112/2019-GLPSDB).
20. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 237/2019-GLMDB).
21. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 156/2019-GLBSI).
22. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
23. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
24. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 052/2020-GLPSD).
25. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
26. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
27. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 032/2020-BLSENIND).
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 21.10.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 035/2020-GLMDB).
31. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
32. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLDPP).
34. Em 11.02.2021, os Senadores Sérgio Petecão, Lucas Barreto e Angelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Irajá e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSD).
35. Em 18.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
36. Em 18.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
37. Em 18.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
38. Em 18.02.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
39. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLPSDB).
40. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 14/2021-BLPRD).
41. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 18/2021-GLMDB).
42. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Sérgio Petecão e a Senadora Zenaide Maia a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
43. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2021-BLSENIND).
44. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 25/2021-BLSENIND).
45. Em 23.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Renan Calheiros, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2021-GLMDB).
46. Em 25.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixa de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 19/2021-BLVANG).
47. Em 26.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLMDB).
48. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).



**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura  
**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -  
**Telefone(s):** 61 3303-3515/4608  
**E-mail:** cas@senado.gov.br



**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 1/2019-CAS, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

**(Requerimento 1, de 2019)**

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PODEMOS-RJ) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(2)</sup>	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(2)</sup>
Senador Romário (PODEMOS-RJ) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(2)</sup>	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) <sup>(2)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(2)</sup>	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(2)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(2)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Styvenson Valentim, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Leila Barros e Fabiano Contarato, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura  
**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -  
**Telefone(s):** 61 3303-3515/4608  
**E-mail:** cas@senado.gov.br



**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

**(Requerimento 27, de 2019)**

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PODEMOS-RJ) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(2)</sup>	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(2)</sup>
Senador Romário (PODEMOS-RJ) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(2)</sup>	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(2)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(2)</sup>	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(2)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(2)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(2)</sup>	6. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3515/4608

**E-mail:** cas@senado.gov.br



### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(1,91)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) <sup>(1,91)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(8,89)</sup>	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(8,89)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(8,89)</sup>	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(8,25,31,89)</sup>
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) <sup>(8,89)</sup>	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(8,89)</sup>
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(8,20,89)</sup>	4. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) <sup>(8,47,58,89)</sup>
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) <sup>(8,81,89)</sup>	5. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(8,19,71,73,89)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(4,89)</sup>	6. Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) <sup>(9,66,67,76,80,89)</sup>
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(11)</sup>	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(10)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(94)</sup>	8. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(6,53,55,84,87)</sup>	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(6,29,56,84,87)</sup>
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(6,84)</sup>	2. Senador José Serra (PSDB-SP) <sup>(6,29,35,39,51,52,84,87)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(7,28,30,36)</sup>	3. VAGO <sup>(6,84)</sup>
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(7,18,26,27,72,74)</sup>	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(7,72,74,90,96)</sup>
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(7,44,45,46,60,68,72,74,86,90,96)</sup>	5. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) <sup>(13,42,57,59,61,69,72,74,86)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(12,42,78)</sup>	6. VAGO <sup>(14,43,78,99)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Antonio Anastasia <sup>(2,54,83)</sup>	1. Senador Otto Alencar <sup>(2,83)</sup>
Senador Lucas Barreto <sup>(2,83)</sup>	2. Senador Carlos Viana <sup>(2,63,83)</sup>
Senador Omar Aziz <sup>(2,70,75,77,83)</sup>	3. VAGO <sup>(2,54,77,83,97)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso <sup>(97)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(3,79,82,92)</sup>	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(3)</sup>
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(3)</sup>	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(3,34,37)</sup>
Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(3)</sup>	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(3,93)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(5,85)</sup>	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(5,15,16,85)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(5,15,17,32,33,40,85)</sup>	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(5,85)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(5,85)</sup>	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(5,16,41,85)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) <sup>(65,88,95,98)</sup>	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(88,95,98)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(50,62,64,88)</sup>	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(38,88)</sup>
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(22,23,48,49,88)</sup>	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(21,24,88)</sup>

**Notas:**

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

5. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovidio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLI).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
15. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
16. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permutaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
18. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Orioivisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
19. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
20. Em 06.05.2019, o Senador Orioivisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).
21. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI).
22. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI).
23. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI).
24. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI).
25. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB).
26. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Orioivisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO).
27. Em 06.06.2019, o Senador Orioivisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO).
28. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO).
29. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB).
30. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO).
31. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB).
32. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD).
33. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD).
34. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG).
35. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB).
36. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE).
37. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG).
38. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI).



39. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB).
40. Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
41. Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
42. Em 25.09.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 91/2019-GLIDPSL).
43. Em 20.11.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 107/2019-GLIDPSL).
44. Em 19.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 119/2019-GLPODEMOS).
45. Em 20.11.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº sn/2019-GLPODEMOS).
46. Em 25.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPODEMOS).
47. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 238/2019-GLMDB).
48. Em 09.12.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 145/2019-GLBSI).
49. Em 16.12.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 147/2019-GLBSI).
50. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 157/2019-GLBSI).
51. Em 05.02.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador José Serra (Of. nº 15/2020-GLPSDB).
52. Em 18.02.2020, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Plínio Valério (Of. nº 16/2020-GLPSDB).
53. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
54. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 22/2020-GLPSD).
55. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 21/2020-GLPSDB).
56. Em 05.03.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2020-GLPSDB).
57. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
58. Em 20.04.2020, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Pastore, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2020-GLMDB).
59. Em 23.04.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 32/2020-GLPODEMOS).
60. Em 27.04.2020, o Senador Romário foi designado membro titular, em substituição ao Senador Álvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 033/2020-GLPODEMOS).
61. Em 28.04.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLPODEMOS).
62. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
63. Em 07.08.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 61/2020-GLPSD).
64. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-BLSENIND).
65. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
66. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
67. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
68. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS).
69. Em 30.09.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS).
70. Em 07.10.2020, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 63/2020-GLPSD).
71. Em 19.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-GLMDB).
72. Em 20.10.2020, os Senadores Lasier Martins, Eduardo Girão, Alvaro Dias e Oriovisto Guimarães permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Lasier Martins designado membro titular e o Senador Alvaro Dias suplente; o Senador Eduardo Girão designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 40/2020-GLPODEMOS).
73. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLMDB).
74. Em 05.11.2020, os Senadores Alvaro Dias, Oriovisto Guimarães, Lasier Martins e Eduardo Girão permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Alvaro Dias designado membro titular e o Senador Lasier Martins suplente; o Senador Oriovisto Guimarães designado membro titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 42/2020-GLPODEMOS).



75. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 65/2020-GLPSD).
76. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
77. Em 02.02.2021, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Nelsinho Trad passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-GLPSD).
78. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
79. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
80. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
81. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
82. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 02/2021-BLVANG).
83. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSD).
84. Em 19.02.2021, os Senadores Roberto Rocha e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPSDB).
85. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-BLPRD).
86. Em 19.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que passar a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 6/2021-GLPODEMOS).
87. Em 22.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passa a atuar como 1º suplente; e o Senador José Serra passa então a 2º suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPSDB).
88. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2021-BLSENIND).
89. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Rose de Freitas e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Jader Barbalho e Flávio Bolsonaro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLMDB).
90. Em 23.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 20/2021-GLPODEMOS).
91. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre e o Senador Antonio Anastasia a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
92. Em 24.02.2021, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-BLVANG).
93. Em 24.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLVANG).
94. Em 24.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLDPP).
95. Em 24.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 26/2021-BLSENIND).
96. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lasier Martins, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 23/2021-GLPODEMOS).
97. Em 25.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLPSD).
98. Em 25.02.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que passa a ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente na comissão (Memo 28/2021-BLSENIND).
99. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** ccj@senado.gov.br





#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(45)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(45)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(7,44)</sup>	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(7,44)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(7,44)</sup>	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(8,44)</sup>
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) <sup>(7,44)</sup>	3. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) <sup>(13,30,31,35,38,48)</sup>
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(8,44)</sup>	4. VAGO <sup>(14)</sup>
Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(8,44,46)</sup>	5. VAGO <sup>(21,53)</sup>
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) <sup>(9)</sup>	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(48)</sup>
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(10,23,27,39)</sup>	7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(48)</sup>
	8.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(5,42)</sup>	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(5,42)</sup>
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(6,41)</sup>	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(5,42)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(6,41)</sup>	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(6,41)</sup>
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(6,41,51)</sup>	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(6,32,41)</sup>
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(11,42)</sup>	5. VAGO <sup>(12,37,41)</sup>
	6. VAGO <sup>(19,26)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Antonio Anastasia <sup>(1,2,40)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad <sup>(1,40)</sup>
Senador Carlos Viana <sup>(1,20,40)</sup>	2. Senador Otto Alencar <sup>(1,22,34,36,40)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso <sup>(1,34,36,40)</sup>	3. Senador Sérgio Petecão <sup>(1,20,40)</sup>
	4.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(3)</sup>	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(3)</sup>
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(3)</sup>	2. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(16,52)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(3)</sup>	3. VAGO <sup>(18,33,49,50)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(4,43)</sup>	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(4,43)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4,15,17,43)</sup>	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4,43)</sup>
Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(4,43)</sup>	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(4,43)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(47)</sup>	1. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) <sup>(25,47)</sup>
Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(24,28,29,47)</sup>	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(47)</sup>
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(41,47)</sup>	3. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(47)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).

6. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLIID).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
11. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
12. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGRÃO).
13. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
14. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB).
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
16. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG).
17. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD).
18. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG).
19. Em 29.08.2019, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 101/2019-GLPSDB).
20. Em 11.09.2019, os Senadores Irajá e Carlos Viana permutam e passam a ocupar, respectivamente, vaga de titular e suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 133/2019-GLPSD).
21. Em 02.10.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLUNIDB).
22. Em 16.10.2019, o Senador Arolde de Oliveira deixou de ocupar a vaga de suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 151/2019-GLPSD).
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 234/2019-GLMDB).
24. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 158/2019-GLBSI).
25. Em 05.02.2020, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 005/2020-BLSENIND).
26. Em 03.03.2020, o Senador Antônio Anastasia deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 23/2019-GLPSDB).
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
29. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 034/2020-BLSENIND).
30. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
31. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
32. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
33. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
34. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 68/2020-GLPSD).
35. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
36. Em 02.02.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Carlos Fávaro passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 3/2021-GLPSD).
37. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
38. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
39. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
40. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Otto Alencar e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSD).
41. Em 18.02.2021, os Senadores Flávio Arns e Styvenson Valentim são designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Lasier Martins e Romário, suplentes, pelo Podemos (Of. nº 7/2021-GLPODEMOS).
42. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSDB).
43. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia, Paulo Paim e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-BLPRD).



44. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Rose de Freitas, Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB).
45. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcelo Castro e a Senadora Leila Barros o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
46. Em 23.02.2021, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB).
47. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes, Leila Barros e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 12/2021-BLSENIND).
48. Em 23.02.2021, o Senador Jarbas Vasconcelos foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 29/2021-GLMDB).
49. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
50. Em 26.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 21/2021-BLVANG).
51. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em vaga cedida ao PL, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPPP).
52. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 23/2021-BLVANG).
53. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).

**Secretário(a):** Thiago Nascimento Castro Silva

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

**Telefone(s):** 3498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

**Finalidade:** Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

**(Requerimento 1, de 2019)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) <sup>(1)</sup>
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(1)</sup>	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(1)</sup>
Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(1)</sup>	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(1)</sup>	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>
VAGO <sup>(1,3,4)</sup>	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)
2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEEFCB).
3. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)
4. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)

**Secretário(a):** Thiago Nascimento Castro Silva

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

**Telefone(s):** 3498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(1,47)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(1,47)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(10,17,28,34,42,43,46)</sup>	1. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) <sup>(6,16,42,43,46)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(10,42,43,46)</sup>	2. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(16,17,37,43,46)</sup>
VAGO <sup>(10,23,27,29,35,42)</sup>	3. VAGO <sup>(17,42)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(13)</sup>	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(17)</sup>
	5.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(8,40)</sup>	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(11,36,40)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(9,36,40)</sup>	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(14,40)</sup>
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(15)</sup>	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(15,30,33,39,48)</sup>
Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) <sup>(19,39)</sup>	4. VAGO <sup>(19,22,31)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Carlos Fávaro <sup>(2,21,24,25,38)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad <sup>(2,21,38)</sup>
Senador Otto Alencar <sup>(2,38)</sup>	2. Senador Carlos Viana <sup>(2,18,26,38)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(4)</sup>	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(5)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(4)</sup>	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(12,32,44)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(7,41)</sup>	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(7,41)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(7,41)</sup>	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(7,41)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3,45)</sup>	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(3,45)</sup>
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(3,20,45)</sup>	2. Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(3,45)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).

13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
19. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).
20. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI).
21. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD (Of. nº 128/2019-GLPSD).
22. Em 09.10.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 112/2019-GLPODE).
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 233/2019-GLMDB).
24. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 049/2020-GLPSD).
26. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Osmar Aziz, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 54/2020-GLPSD).
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 15.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2020-GLMDB).
29. Em 15.10.2020, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2020-GLMDB).
30. Em 16.10.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPODEMOS).
31. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPSDB).
32. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
33. Em 21.10.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 41/2020-GLPODEMOS).
34. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 37/2020-GLMDB).
35. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Esperidião Amin, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLMDB).
36. Em 05.02.2021, os Senadores Soraya Thronicke e Major Olimpio deixaram as vagas de titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
37. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
38. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Fávaro e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2021-GLPSD).
39. Em 18.02.2021, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPODEMOS).
40. Em 19.02.2021, os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSDB).
41. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 10/2021-BLPRD).
42. Em 22.02.2021, os Senadores Marcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e o Senador Confúcio Moura, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLMDB).
43. Em 22.02.2021, os Senadores Márcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLMDB).
44. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-BLVANG).
45. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e as Senadoras Eliziane Gama e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 18/2021-BLSENIND).
46. Em 23.02.2021, os Senadores Confúcio Moura e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Rose de Freitas e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLMDB).
47. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner e o Senador Confúcio Moura a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
48. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPODEMOS).

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



**5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO GRANDE IMPULSO PARA A SUSTENTABILIDADE**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 53/2019-CMA, para, no prazo de 90 (noventa) dias, propor políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social, que representem um Novo Arranjo Verde para o Desenvolvimento Sustentável e que alavanquem investimentos nacionais e estrangeiros para produzir um ciclo virtuoso de crescimento econômico, gerador de emprego e renda, redutor de desigualdades e brechas estruturais e promotor de sustentabilidade.

**(Requerimento 53, de 2019)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 29/10/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(1)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(1)</sup>
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(1)</sup>	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 09.10.2019, os Senadores Confúcio Moura, Styvenson Valentim e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Otto Alencar, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 298/2019-CMA)

2. Em 29.10.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner a Presidente, a Vice-Presidente o Senador Confúcio Moura e designou o Senador Styvenson Valentim como Relator deste Colegiado (Of. 333/2019-CMA).

**Secretário(a):** Ailton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(50)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(50)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) <sup>(9,32,49)</sup>	1. Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) <sup>(9,13,49)</sup>
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(13,49)</sup>	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(10,13,14,16,20,36,37,42,44)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(13,18,20)</sup>	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(14,22)</sup>
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) <sup>(15)</sup>	4. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) <sup>(27,49)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(24,32)</sup>	5. VAGO <sup>(29,35)</sup>
	6.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(7,46)</sup>	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(6,26,33,47)</sup>
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(7,46)</sup>	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(7,46,55)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(8,25,47)</sup>	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(8,38,47)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(11,26,47)</sup>	4. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(12,25,47,54)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Irajá <sup>(1,40,41,43,45)</sup>	1. Senador Carlos Viana <sup>(1,2,45)</sup>
VAGO <sup>(1)</sup>	2. VAGO <sup>(1,31,34)</sup>
	3.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(4)</sup>	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(23)</sup>
VAGO <sup>(21,39,53)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(5,48)</sup>	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(5,17,48)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(5,48)</sup>	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(5,48)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
VAGO <sup>(3,51,56)</sup>	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(3,28,30,51,52)</sup>
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(3,51,52)</sup>	2. VAGO <sup>(19)</sup>

### Notas:

\*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPSD).

2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSD).

3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gugacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).

4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).

6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).

7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID).

8. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).

9. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).

10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>





12. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).
13. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3ª suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2ª suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB).
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD).
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-GLMDB).
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI).
20. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP).
21. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG).
22. Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP).
23. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG).
24. Em 23.09.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 215/2019-GLMDB).
25. Em 25.09.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em permuta com o Senador Lasier Martins, que passa a ocupar vaga como suplente (Of. nº 110/2019-GLPSDB).
26. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 94/2019-GLIDPSL).
27. Em 15.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 220/2019-GLMDB).
28. Em 07.11.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 136/2019-GLBSI).
29. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 236/2019-GLMDB).
30. Em 11.12.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 146/2019-GLBSI).
31. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
32. Em 11.03.2020, os Senadores Márcio Bittar e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, em substituição aos Senadores Jader Barbalho e Eduardo Gomes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 17/2020-GLMDB).
33. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
34. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 053/2020-GLPSD).
35. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
36. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
37. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
38. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
39. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
40. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
41. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 67/2020-GLPSD).
42. Em 1ª.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
43. Em 02.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLPSD).
44. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
45. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-GLPSD).
46. Em 12.02.2021, os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns foram designados membros titulares e o Senador Romário membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPODEMOS).
47. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-GLPSDB).
48. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim e Humberto Costa foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-BLPRD).
49. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas e Márcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Nilda Gondim e Jarbas Vasconcelos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 12/2021-GLMDB).
50. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e o Senador Fabiano Contarato a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.



51. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Leila Barros foram designados membros titulares; e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 15/2021-BLSENIND).
52. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 22/2021-BLSENIND).
53. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
54. Em 03.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021).
55. Em 04.03.2021, o Senador Styvenson Valetim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2021).
56. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 36/2021-BLSENIND).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quinta-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



**6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

**(Requerimento 7, de 2019)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(3)</sup>

**Instalação:** 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(1)</sup>	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(1)</sup>	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(1)</sup>	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(2)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(1)</sup>	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quinta-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



**6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO**

**Finalidade:** Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

**(Requerimento 48, de 2019)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Prazo final:** 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(1)</sup>	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(1)</sup>	2.
VAGO <sup>(1,2)</sup>	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(1)</sup>	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(1)</sup>	5.

**Notas:**

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)
2. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quinta-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(1,47)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1,22)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(9,49,52)</sup>	1. Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(9,49,51,52)</sup>
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(9,49,52)</sup>	2. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(9,49,52)</sup>
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) <sup>(9,49,52)</sup>	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(8,49,52)</sup>
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) <sup>(11,49,50,52)</sup>	4. Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) <sup>(4,21,33,34,37,39,49,50,52,54)</sup>
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(5,17,21,41)</sup>	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(10,41)</sup>
Senadora Kátia Abreu (PP-TO)	6. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(7,29,30,44)</sup>	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(7,25,27,32,44)</sup>
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(7,44)</sup>	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(13,44)</sup>
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(12,38,53)</sup>	3. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(14,38,53)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(19,24,43)</sup>	4. VAGO <sup>(19,24,26,35,43,55)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Antonio Anastasia <sup>(2,42)</sup>	1. Senador Lucas Barreto <sup>(2,31,42)</sup>
Senador Nelsinho Trad <sup>(2,28,42)</sup>	2. Senador Sérgio Petecão <sup>(2,28,42)</sup>
Senador Carlos Viana <sup>(46)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(3,36)</sup>	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(3)</sup>
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(3)</sup>	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(6,16,20,45)</sup>	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(6,45)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(6,45)</sup>	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(6,15,45)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(48)</sup>	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(48)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(23,48)</sup>	2. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(48)</sup>

### Notas:

\*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).

11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

9. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).

8. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).

7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).

6. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).

5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

3. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
12. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
13. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
14. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
17. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
21. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
22. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
23. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
24. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS (Of. nº 91/2019-GLPODE).
25. Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB).
26. Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE).
27. Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB).
28. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD).
29. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
30. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 22/2020-GLPSDB).
31. Em 14.09.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD (Of. nº 62/2020-GLPSD).
32. Em 17.09.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPSDB).
33. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
34. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
35. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
36. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
37. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
38. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
39. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
41. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLDPP).
40. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
42. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 23/2021-GLPSD).
43. Em 12.02.2021, os Senadores Marcos do Val e Romário foram indicados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLPODEMOS).
44. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSDB).
45. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Telmário Motta membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 16/2021-BLPRD).
46. Em 22.02.2021, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Ofício nº 33/2021-GLPSD).
47. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu a Senadora Kátia Abreu a Presidente deste colegiado.
48. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 13/2021-BLSENIND).
49. Em 23.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2021-GLMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



50. Em 23.02.2021, o MDB cede a vaga ao Republicanos.

51. Em 25.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLMDB).

52. Em 26.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos e Nilda Gondim foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 45/2021-GLMDB).

53. Em 26.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que passa para a vaga de suplente, em substituição ao Senador Major Olímpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLPODEMOS).

54. Em 02.03.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 48/2021-GLMDB).

55. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).

**Secretário(a):** Flávio Eduardo de Oliveira Santos

**Reuniões:** Quintas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3496

**E-mail:** cre@senado.leg.br



**7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

**(Requerimento 8, de 2019)**

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(2)</sup>	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(2)</sup>	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(2)</sup>	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Carlos Viana (PSD-MG) <sup>(2)</sup>	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(2)</sup>
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(2,3)</sup>	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).
3. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

**Secretário(a):** Flávio Eduardo de Oliveira Santos

**Reuniões:** Quintas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3496

**E-mail:** cre@senado.leg.br





## 7.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O FAVORECIMENTO À LEROS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 52/2019-CRE, do Senador Jaques Wagner, para se informar sobre a tentativa de favorecimento ilegal à empresa de energia Leros.

**(Requerimento 52, de 2019)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 10/09/2019

**Prazo prorrogado:** 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>	1. Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) <sup>(1)</sup>
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(1)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(1)</sup>	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(1,3)</sup>

**Notas:**

1. Em 30.08.2019, os Senadores Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Antonio Anastasia, Soraya Thronicke e Chico Rodrigues, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 138/2019-CRE)

2. Em 10.09.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad a Presidente, e designou o Senador Jaques Wagner como relator deste Colegiado (Of. 148/2019-CRE).

3. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

\*. Em 31.10.2019, foi prorrogado o prazo da Subcomissão para 60 (sessenta) dias (Of. 182/2019-CRE).

**Secretário(a):** Flávio Eduardo de Oliveira Santos

**Reuniões:** Quintas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3496

**E-mail:** cre@senado.leg.br



**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(1,42)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(1,42)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(7,39)</sup>	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(7,39)</sup>
Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(7,39)</sup>	2. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) <sup>(7,39)</sup>
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(7,39)</sup>	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(7,39)</sup>
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(7,39)</sup>	4. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(6,12,13,30,33)</sup>
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(8)</sup>	5. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(14,39)</sup>
Senador Elmano Férrer (PP-PI) <sup>(11,47)</sup>	6. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(16)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(46)</sup>	7. Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) <sup>(46)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
VAGO <sup>(5,36)</sup>	1. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(5,36)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(9,19,23,29,36)</sup>	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(5,31)</sup>
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(15,36)</sup>	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(10,24,36,45)</sup>
<sup>(18,20)</sup>	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(35)</sup>
VAGO <sup>(18,28,38)</sup>	5. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(18,35)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Angelo Coronel <sup>(2,21,25,34)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad <sup>(2,34,44)</sup>
Senador Carlos Viana <sup>(2,34)</sup>	2. Senador Otto Alencar <sup>(2,34)</sup>
Senador Lucas Barreto <sup>(2,34)</sup>	3. Senador Vanderlan Cardoso <sup>(2,34)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(3)</sup>	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(3,40,43)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(3)</sup>	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(3)</sup>
Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(40)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(4,37)</sup>	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(4,37)</sup>
Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(4,37)</sup>	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(4,37)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(22,26,27,41)</sup>	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(41)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(41)</sup>	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(26,41)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

10. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
11. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).
12. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
13. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB).
14. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB).
15. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB).
16. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP).
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
18. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLI).
19. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 111/2019-GLIDPSL).
20. Em 05.02.2020, o Senador Styvenson Valentim, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 004/2020-GLPODE).
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
22. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND).
23. Em 05.02.2020, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-GLPSDB).
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 048/2020-GLPSD).
26. Em 28.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 028/2020-BLSENIND).
27. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
29. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. nº 40/2020-GLPSDB).
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
34. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel, Carlos Viana e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Fávaro, Otto Alencar e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSD).
35. Em 12.02.2021, os Senadores Lasier Martins e Oriovisto Guimarães permutaram suas vagas de suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PLS, na Comissão (Of. 9/2021-GLPODEMOS).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSDB).
37. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Fernando Collor foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPRD).
38. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS).
39. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jarbas Vasconcelos, Marcelo Castro e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLMDB).
40. Em 23.02.2021, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 9/2021-BLVANG).
41. Em 23.02.2021, os Senadores Acir Gurgacz e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 17/2021-BLSENIND).
42. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Dário Berger e o Senador Jayme Campos a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 18/2021-BLVANG).
44. Em 24.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 35/2021-GLPSD).
45. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 25/2021-GLPSDB).
46. Em 02.03.2021, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular e o Senador Flávio Bolsonaro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 02/2021-GLREP).
47. Em 04.03.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em vaga cedida pelo PP, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLDPP).



**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br



## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(1,40)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) <sup>(12,40)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(10,36,41)</sup>	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(10,36,41)</sup>
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) <sup>(10,36,41)</sup>	2. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(9,11,41)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(5,13,23,41)</sup>	3. VAGO <sup>(14,27,28,30)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	4. VAGO <sup>(19)</sup>
Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) <sup>(39)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(7,35)</sup>	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(7,35)</sup>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(7,35)</sup>	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(7,35)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(7,8)</sup>	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(18,24,33)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(17,22,33)</sup>	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(17,33)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Angelo Coronel <sup>(2,21,25,32)</sup>	1. Senador Irajá <sup>(2,32)</sup>
Senador Carlos Fávaro <sup>(2,32)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad <sup>(2,32)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(4,29)</sup>	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(4)</sup>
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(4)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(6,34)</sup>	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(6,34)</sup>
Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(6,34)</sup>	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(6,34)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(3,26,37)</sup>	1. Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(3,15,20,37)</sup>
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(3,37)</sup>	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(3,38)</sup>

**Notas:**

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
9. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
11. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
12. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).
13. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 06/2019-BPUB).
14. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



15. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 95/2019-GLBSI).
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
17. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLIID).
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 18.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 221/2019-GLMDB).
20. Em 22.10.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 131/2019-GLBSI).
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
22. Em 05.02.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 011/2020-GLPODEMOS).
23. Em 03.03.2020, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 02/2020-BLUNIDB).
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 24.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 047/2020-GLPSD).
26. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
31. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
32. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Carlos Fávaro foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSD).
33. Em 12.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular, e os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPODEMOS).
34. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Jean Paul Prates, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-BLPRD).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSDB).
36. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e o Senador Eduardo Gomes membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 11/2021-GLMDB).
37. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Cid Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 16/2021-BLSENIND).
38. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 24/2021-BLSENIND).
39. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 13/2021-GLDPP).
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Flávio Bolsonaro a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 1/2021-CDR).
41. Em 04.03.2021, os Senadores Marcelo Castro, Nilda Gondim e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 50/2021-GLMDB).

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** cdr@senado.gov.br



**9.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA USINA DE BELO MONTE**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 12/2019-CDR, do Senador Zequinha Marinho, para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte.

**(Requerimento 12, de 2019)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Elmano Férrer (PP-PI) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(3)</sup>

**Instalação:** 15/05/2019

**Prazo final:** 22/12/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(1)</sup>
Senador Elmano Férrer (PP-PI) <sup>(1)</sup>	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(1,5)</sup>
Senador Paulo Albuquerque (PSD-AP) <sup>(1,4)</sup>	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 08.05.2019, os Senadores Zequinha Marinho, Elmano Férrer e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama, Chico Rodrigues e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a comissão (Memo. nº09/2019-CDR).

2. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho e o Senador Elmano Férrer, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CDRUBM).

3. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Lucas Barreto a Relator deste colegiado (Memo. 02/2019-CDRUBM).

4. Em 12.02.2020, o senador Paulo Albuquerque foi indicado membro titular, em substituição ao senador Lucas Barreto na subcomissão (Of. nº 21/2020-CDR).

5. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

\*. Em 10.02.2020, fica prorrogado o prazo final do Colegiado, até o final da presente sessão legislativa (Of. 13/2020-CDR/PRES)

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** cdr@senado.gov.br



**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(12,40)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(12)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(9,37,38,44,46)</sup>	1. Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(9,19,37,38,44,46)</sup>
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) <sup>(8,37,38,44,46)</sup>	2. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) <sup>(11,44,46)</sup>
VAGO <sup>(8,32,44)</sup>	3. VAGO <sup>(13,44)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(10)</sup>	4. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(17,37,38,44)</sup>
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(45)</sup>	5. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) <sup>(44)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(6)</sup>	1. VAGO <sup>(5,35,41)</sup>
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(7,34)</sup>	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) <sup>(7,30)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(14,25,35)</sup>	3. Senador Elmano Férrer (PP-PI) <sup>(16,22,24)</sup>
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(15,35)</sup>	4. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(35)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Carlos Fávaro <sup>(1,23,26,33)</sup>	1. Senador Irajá <sup>(1,20,21,28,33)</sup>
Senador Sérgio Petecão <sup>(1,27,33)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad <sup>(1,18,33)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(3,31,42)</sup>	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(3)</sup>
Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(3)</sup>	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(3,43)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(4,36)</sup>	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(4,36)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(4,36)</sup>	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(4,36)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(2,39)</sup>	1. Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(2,29,39)</sup>
VAGO <sup>(2)</sup>	2. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(39)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLIID).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
- Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>





14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD).
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB).
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD).
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG).
22. Em 04.02.2020, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 002/2020-GLPODE).
23. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
24. Em 11.02.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, para compor a comissão (Of. nº 20/2020-GLPODEMOS).
25. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
26. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 050/2020-GLPSD).
27. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD).
28. Em 23.04.2020, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD).
29. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
30. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
31. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
32. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
33. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Fávaro e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 22/2021-GLPSD).
34. Em 12.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado, novamente, membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 15/2021-GLPODEMOS).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2021-GLPSDB).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 11/2021-BLPRD).
37. Em 22.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLMDB).
38. Em 23.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLMDB).
39. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular; e os Senadores Cid Gomes e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 19/2021-BLSENIND).
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz a Presidente deste colegiado.
41. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério deixou o cargo de suplente na comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 24/2021-GLPSDB).
42. Em 24.02.2021, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-BLVANG).
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 19/2020-BLVANG).
44. Em 24.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLMDB).
45. Em 26.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLDPP).
46. Em 24.03.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2021-GLMDB).

**Secretário(a):** Pedro Glukhas Cassar Nunes

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:00 horas -

**Telefone(s):** 3303 3506

**E-mail:** cra@senado.gov.br



# 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(1,24,28,44)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(13)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(9,40,42)</sup>	1. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) <sup>(9,40,42)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(9,40,42)</sup>	2. Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) <sup>(9,43)</sup>
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(6,27)</sup>	3. VAGO <sup>(9)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(10,23)</sup>	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) <sup>(5,15)</sup>
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) <sup>(42)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(8,38)</sup>	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(8,38)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(8,38)</sup>	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(8,38)</sup>
<sup>(18,26)</sup>	3. VAGO <sup>(19,33,38)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(17,37)</sup>	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(17,37)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Angelo Coronel <sup>(2,30,31,32,36)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad <sup>(2,3,36)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso <sup>(2,3,36)</sup>	2. Senador Carlos Viana <sup>(2,25,32,36)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(4,29)</sup>	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(22)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(4)</sup>	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(35)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(7,39)</sup>	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(7,14,20,39)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(7,39)</sup>	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(7,39)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
VAGO <sup>(11,41,46)</sup>	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(12,37,41)</sup>
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(21,41)</sup>	2. VAGO <sup>(41,45)</sup>

## Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).
- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT (Memo. nº 17/2019-GLBSI).
- Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).

14. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
15. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB).
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
17. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLIID).
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD).
21. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI).
22. Em 23.09.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2019-BLVANG).
23. Em 03.03.2020, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso (Of. nº 15/2020-GLDPP).
24. Em 04.03.2020, a Comissão reunida elegeu a Senadora Daniella Ribeiro para Presidente deste colegiado (Of. 2/2020-CCT).
25. Em 12.03.2020, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 36/2020-GLPSD).
26. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno.
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
31. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 66/2020-GLPSD).
32. Em 02.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Sérgio Petecão passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLPSD).
33. Em 05.02.2021, o Senador Major Olimpio deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
34. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
35. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-BLVANG).
36. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSD).
37. Em 18.02.2021, o Senador Styvenson Valentim deixa de atuar como suplente, sendo designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães; e o Senador Flávio Arns passa a atuar como suplente, pelo Podemos (Of. nº 12/2021-GLPODEMOS).
38. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2021-GLPSDB).
39. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-BLPRD).
40. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes e Confúcio Moura foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 10/2021-GLMDB).
41. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 14/2021-BLSENIND).
42. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 23/2021-GLMDB).
43. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 14/2021-GLDPP).
44. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Cunha para Presidente deste colegiado.
45. Em 05.03.2021, a Senadora Leila Barros deixa de compor, como membro suplente, a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Memo. 34/2021-BLSENIND).
46. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 35/2021-BLSENIND).

**Secretário(a):** Leomar Diniz

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33031120

**E-mail:** cct@senado.leg.br



**12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF****Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(6,21)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(6,21)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(4)</sup>	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(7)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(7,8,9)</sup>	2.
	3.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(19)</sup>	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(19)</sup>
VAGO <sup>(11,13,20)</sup>	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(11)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Omar Aziz <sup>(1,17)</sup>	1. Senador Angelo Coronel <sup>(1,14,15,17)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(2,5)</sup>	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(3,18)</sup>	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(3,18)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(12)</sup>	1.
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) <sup>(12)</sup>	2.

**Notas:**

\*. A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

- Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).
- Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).
- Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).
- Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB).
- Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB).
- Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
- Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).
- Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama e o Senador Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 116/2019-GLBSI).
- Em 10.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 100/2019-GLPODEMOS).
- Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
- Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 69/2019-GLPSD).
- Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
- Em 11.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLPSD).
- Em 19.02.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, e a Senadora Zenaide Maia membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPRD).
- Em 19.02.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSDB).



20. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS)

21. Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Izalci Lucas e Mecias de Jesus o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2021-CSF).

**Secretário(a):** Andréia Mano

**Telefone(s):** 61 3303-4488

**E-mail:** csf@senado.leg.br



### 13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Reguffe (PODEMOS-DF) <sup>(39)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(9,39)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(5,38)</sup>	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(6,38)</sup>
Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(5,12,38)</sup>	2. VAGO <sup>(5,38)</sup>
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(5,38)</sup>	3. VAGO <sup>(5,11,25,29)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(8)</sup>	4.
	5.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(4,35)</sup>	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(4,35)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(4,13,35)</sup>	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(4,13,35)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(20,28,31,37)</sup>	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(21,37)</sup>
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) <sup>(18,23,34)</sup>	4. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(18,19,24,34)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Irajá <sup>(1,33)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad <sup>(1,22,27,33)</sup>
VAGO <sup>(1)</sup>	2. VAGO <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
VAGO <sup>(2,30)</sup>	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(7)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(2,7)</sup>	2. Senador José Serra (PSDB-SP) <sup>(14,15,16)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(3,36)</sup>	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(3,36)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(3,36)</sup>	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(3,36)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(26,40)</sup>	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(10,40)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(40)</sup>	2. VAGO

**Notas:**

- Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).
- Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).
- Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).
- Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB).
- Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
http://www.senado.leg.br/ordiasf



13. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB).
14. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG).
15. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG).
16. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB).
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
18. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).
19. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
22. Em 03.09.2019, o Senador Carlos Viana, membro suplente pelo PSD, deixou de compor a comissão (Of. nº 134/2019-GLPSD).
23. Em 24.09.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, pelo PODEMOS, em substituição ao Senador Eduardo Girão, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLPODEMOS).
24. Em 29.10.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, em substituição à Senadora Rose de Freitas, para compor a comissão (Of. nº 115/2019-GLPODEMOS).
25. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 235/2019-GLMDB).
26. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND).
27. Em 03.03.2020, o Senador Irajá foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2020-GLPSD).
28. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
29. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
33. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPSD).
34. Em 18.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPODEMOS).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSDB).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
37. Em 22.02.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, em substituição do Senador Major Olimpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 17/2021-GLPODEMOS).
38. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Renan Calheiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLMDB).
39. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Reguffe a Presidente e o Senador Marcos do Val a Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2021-CTFC).
40. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 20/2021-BLSENIND).

**Secretário(a):** Oscar Perné do Carmo Júnior

**Reuniões:** Terças-feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 33033519

**E-mail:** ctfc@senado.leg.br



### 13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

**(Requerimento 4, de 2019)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 03/09/2019

**Prazo final:** 10/07/2020

TITULARES	SUPLENTES
VAGO <sup>(1,5)</sup>	1. Senador Reguffe (PODEMOS-DF) <sup>(1,3,4)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(1)</sup>	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(1)</sup>
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(1)</sup>	3.

**Notas:**

1. Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)
2. Em 03.09.2019, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli presidente do colegiado (Of. 34/2019-CTFC)
3. Em 25.09.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor o Colegiado, pois não pertence mais ao quadro da CTFC (Memorando nº 05/2019-CTFCGPCC)
4. Em 12.02.2020, o senador Reguffe foi designado membro suplente na subcomissão (Of. nº 1/2020-CTFCGPCC).
5. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

**Secretário(a):** Oscar Perné do Carmo Júnior

**Reuniões:** Terças-feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 33033519

**E-mail:** ctfc@senado.leg.br





**14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(10)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(10)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(9)</sup>	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(9)</sup>
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) <sup>(9)</sup>	2.
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(9)</sup>	3.
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(9)</sup>	4.
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(6)</sup>	5.
Senador Elmano Férrer (PP-PI) <sup>(6)</sup>	6.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(1)</sup>	1. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(11)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(8)</sup>	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(12)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(3)</sup>
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(3)</sup>	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(3)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Omar Aziz <sup>(2)</sup>	1. Senador Angelo Coronel <sup>(2)</sup>
Senador Otto Alencar <sup>(2)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad <sup>(13)</sup>
Senador Carlos Viana <sup>(2)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(4)</sup>	1.
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(4)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(7)</sup>	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(7)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(7)</sup>	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(7)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(5,14)</sup>	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(14)</sup>
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(5)</sup>	2.

**Notas:**

- Em 16.03.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPODEMOS).
- Em 16.03.2021, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Carlos Viana foram designados membros titulares; e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLPSD).
- Em 16.03.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Tasso Jereissati e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 42/2021-GLPSDB).
- Em 17.03.2021, os Senadores Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-BLVANG).
- Em 22.03.2021, os Senadores Eliziane Gama e Alessandro Vieira foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 38/2021-BLSENIND).
- Em 22.03.2021, os Senadores Daniella Ribeiro e Elmano Férrer foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLDPP).
- Em 23.03.2021, os Senadores Rogério Carvalho e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPRD).
- Em 23.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLPPP).
- Em 23.03.2021, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Renan Calheiros e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLMDB).
- Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Omar Aziz e Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2021-CSP).
- Em 24.03.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 32/2021-GLPODEMOS).



12. Em 24.03.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 33/2021-GLPODEMOS).

13. Em 24.03.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLPSD).

14. Em 25.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Memo. nº 39/2021-BLSENIND).

**Secretário(a): VAGO**

**Reuniões:** Quintas-feiras às 9:00hs -



**CONSELHOS e ÓRGÃOS****1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 27/06/2017**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 18 de setembro de 2019.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5258**E-mail:** saop@senado.leg.br

## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995

**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999

**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001

**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015

**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

**11ª Eleição Geral:** 30/05/2017

**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
<b>Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)	2.
Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	3.
VAGO <sup>(1)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(2)</sup>	1.
Senador Major Olimpio (Sem Partido-SP)	2.
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Weverton (PDT-MA)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES)
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM-MT)	1.
VAGO <sup>(5)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jaques Wagner (PT-BA)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(3)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(4)</sup>
<b>PODEMOS</b>	
Senador Marcos do Val (ES)	1. Senador Eduardo Girão (CE)

**Atualização:** 07/06/2017

### Notas:

1. Vago devido à renúncia do Senador Confúcio Moura, de acordo com o Memorando - MEMO nº048/2019 - GSMOURA, data: 25/09/2019.
2. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do PSDB, Roberto Rocha, por meio do Ofício nº 109/2019 - GLPSDB.
3. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
4. Senadora eleita na sessão do dia 25/09/2019, indicada pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
5. Vago devido ao pedido de desligamento imediato do Senador Chico Rodrigues, de acordo com o Ofício nº37/2020 - GSCRODRI, data: 19/10/2020.

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5258

**E-mail:** saop@senado.leg.br



**3) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS***(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

MEMBROS	
DEM	
Senador Rodrigo Pacheco (MG)	
PSD	
Senador Irajá (TO)	
PSDB	
Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)	



4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER  
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** (61) 3303-5255

**Fax:** (61) 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.leg.br



**5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL**

*(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 )*

<b>SENADOR</b>	<b>CARGO</b>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(1)</sup>	OUVIDOR-GERAL

**Atualização:** 26/02/2019**Notas:**

1. Designado por meio da Portaria do Presidente do Senado Federal nº1, de 2021.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**E-mail:** saop@senado.leg.br



**6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL***(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)***Número de membros:** 1 titulares**PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS	
REDE	
Senador	Randolfe Rodrigues (AP)





7) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO  
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

---



Fale com o Senado  
**0800 61 2211**

 /senadofederal  
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO  
FEDERAL**

